

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara

MARIA LIEGE FREITAS FERREIRA

A CONSTRUÇÃO DO ELDORADO AMAZÔNICO NO GOVERNO VARGAS:

a representação através da imagem (1940-1945)

Araraquara, SP.

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara

MARIA LIEGE FREITAS FERREIRA

A CONSTRUÇÃO DO ELDORADO AMAZÔNICO NO GOVERNO VARGAS:

a representação através da imagem (1940-1945)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara, como requisito para obtenção do grau do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Segatto

Araraquara, SP.

2011

Ferreira, Maria Liège Freitas

A construção do Eldorado amazônico no governo Vargas: a representação através da imagem (1940-1945) / Maria Liège Freitas Ferreira – 2011

260 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara.
Orientador: José Antônio Segatto.

1. Estado Novo. 2. Brasilidade. 3. Amazônia. 4. Eldorado.
5. Interação. 6. Persuasão. I. Título.

MARIA LIEGE FREITAS FERREIRA

A CONSTRUÇÃO DO ELDORADO AMAZÔNICO NO GOVERNO VARGAS:

a representação através da imagem (1940-1945)

Comissão EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antonio Segatto (orientador - FCLAr –UNESP)

Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio (FCLAr –UNESP)

Prof. Dr. Edson Bariari Júnior (FCLAr –UNESP)

Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes (FCLAssis – UNESP)

Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho (IGCE Rio Claro – UNESP)

Araraquara, em 12 de Agosto de 2011.

DEDICATÓRIA.

Ao meu pai, Antonio Damião Ferreira (*in memorian*). O cumprimento da promessa do ser-possível para o ser-efetivo.

À minha mãe, Mariana de Freitas Ferreira (*in memorian*). O valor da honra, sensatez e retidão como princípios inalienáveis para o ir e vir.

A Ivonaldo e Iândia. O cotidiano sempre como recomeço.

À Liane, minha única e querida irmã. A dádiva pelo renascimento.

Ao Dr. Pontes Neto (*in memorian*), médico e deputado estadual cearense, um defensor e praticante da interiorização da medicina no Sertão e Interior brasileiro.

Ao “seu” Geraldo (*in memorian*), um grande amigo do meu pai, o primeiro a chamar-me, desde criança, de doutora.

À Perseverança. Sempre.

AGRADECIMENTOS

Toda caminhada começa no primeiro passo, nos diz o compositor pernambucano Acioly Neto em letra de sua autoria na música *A Natureza das coisas* e cantada pelo cantor paraibano Flávio José.

Caminhada que a cada passo corresponde interações que vão sendo estabelecidas, algumas de formas moderada e metódica, porém, éticas e profícuas nos objetivos da proximidade necessária; outras de forma receptiva e otimistas para a trajetória do constante caminhar.

Caminhar que tem na perseverança do objetivo seu fundamento primeiro. Impossível, pois, não agradecer às pessoas e instituições que contribuíram para a execução desse trabalho.

A meu pai (*in memoriam*), exímio barbeiro, homem de poucas letras, porém, consciente da importância do conhecimento e do ofício como redenção. Fabricava artesanalmente violinos e tocava para alegrar nossos momentos de lazer e descontração. Leitor de jornais, ouvinte assíduo do rádio, Circulista filiado de carteirinha, defendia uma sociedade em que todos, desde que fizessem a sua parte, receberiam os objetivos da meta de vida desejada. ensinou-me, desde cedo a importância da informação como ferramenta do estar criticamente no mundo. A ele meu agradecimento por tudo o que me proporcionou no nosso cotidiano do não-ter na luta para o ser-ter.

A minha mãe (*in memoriam*), mulher guerreira e decidida, ensinou-me os cuidados para o transitar nas diversas sociabilidades que o cotidiano impõe. A ela todo o meu amor e reconhecimento pelos ensinamentos de superação diante das discriminações e dificuldades que passamos. Pelos ensinamentos do conhecimento como caminho de luta contra o não - ter para o querer-ser e ser. Pelos ensinamentos de ofícios que a necessidade obriga.

A Ivonaldo. Olhar que desnuda. Único em tudo.

A Iândia, minha filha, pela compreensão das ausências, porém, sempre presente nos momentos mais emblemáticos de sua infância, na vivência das descobertas da adolescência; da mesma forma as alegrias compartilhadas.

A minha única irmã Liane. Por nossa difícil história de luta pela vida centrada na honradez, caráter e discernimento. Por tudo que passamos pelo não ter. O dever-ser nos fez saber-ser para o sobreviver.

Ao Prof. Dr. Paulo Alves, *Campus UNESP/ Assis*, atualmente desenvolvendo suas atividades na Universidade Estadual de Londrina. Amigo e incentivador. Esse, um verdadeiro e raro mestre.

Ao querido amigo e incentivador Edson Holtz. Nenhuma palavra expressa a gratidão de seu apoio nos momentos mais difíceis de luta pela minha vida. A você todas as luzes e bênçãos dos deuses.

Ao Prof. Dr. José Dagoberto Fonseca, pelos ensinamentos que o diálogo com as especificidades pode proporcionar, pela metodologia de trabalho, pelas tardes de trabalho propulsoras de debates excelentes e calorosos, ao mesmo tempo que promoveu as amizades construídas. A ele meu profundo reconhecimento e respeito.

À Prof^a Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy, pela competência nos ensinamentos da questão política, pela advertência da seriedade que a pesquisa acadêmica deve apresentar; pelos excelentes debates que proporcionou em sua disciplina, assim como as amizades construídas. A ela meu respeito e reconhecimento.

Aos professores e orientador Drs. da Banca do Exame de Qualificação pelas críticas e sugestões, absolutamente pertinentes e justas ao trabalho da autora examinada. Pela permissão ao repensar e refazer, bem como a tolerância às limitações apresentadas.

À Banca do Exame da Defesa da Tese. Demonstração de tolerância e ética acadêmica na condução dos trabalhos, nas críticas, limitações apresentadas e sugestões para aprofundamento ao estudo do tema em questão.

À Prof^a Dra. Marilda Menezes e ao Prof. Dr. Edgar Malagodi do PPGS/UFCG, pelas conversas acadêmicas e o convívio de uma amizade sincera de compartilhamentos de idéias e lazer em sua casa em Campina Grande e na de praia em João Pessoa.

Ao Prof. Dr. Benedito Antonio Luciano, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática/UFCG, para este a ciência só tem validade aplicada ao bem comum. Um humanista.

Ao Prof. Ms. Camilo Lelis, Centro de Ciências da Computação/UFCG, um guerreiro pela vida e pela ciência da computação a serviço de um parque tecnológico brasileiro.

Ao Prof. Dr. Silvio Simione da Universidade Federal do Acre. Amigo e incentivador da História de sua região. Agradecimento especial pelo acesso ao acervo fotográfico da Fundação Elias Mansur e Museu da Borracha no Acre.

À Prof^a Ms. Cristina Rodrigues Holanda. Diretora do Museu do Ceará. Pelas disponibilidades e torcida pela realização deste trabalho.

À Prof^a Ms. Maria Beatriz Vidal e Renato Pantarotto, meus grandes amigos em Jaú, SP, pela amizade, festas e confraternizações juntos; pelo conforto nos momentos de grandes dificuldades e pela acolhida sempre carinhosa em sua casa.

À Dra. Luzia Aparecida Pincetta, uma verdadeira alquimista na arte da Homeopatia em Araraquara/SP. Somente ela, depois de Ivonaldo, sabe os efeitos sobre a saúde que o trabalho acadêmico solitário impõe.

Ao turismólogo Ivo Feitosa, de Porto Velho/Rondônia. Fontes precisas para a execução do trabalho.

Ao Prof. Dr. Marcelo Gurgel Carlos da Silva, do Instituto do Câncer do Ceará. Pesquisador como poucos na busca de uma escrita da História da medicina, das políticas de saúde e dos homens que as executaram, nos princípios teórico-metodológicos que a seriedade no trato do acervo documental exige e biógrafo oficial do Dr. Haroldo Juaçaba.

Ao Dr. Sérgio Juaçaba, Diretor do Instituto do Câncer no Ceará. Pela entrevista concedida à autora sobre o trabalho de seu pai, Dr. Haroldo Juaçaba no SEMTA de Fortaleza.

A Maria Rodrigues, minha secretária do lar. No trato de minha casa e filha. A ela um agradecimento especial.

À CAPES, sem ela, impossível realizar o trabalho.

Ao MAUC. Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará pela disponibilização do acervo Pierre Chabloz.

À Direção da FCLAr. Por proporcionar as ótimas condições de estudo aos seus discentes.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, da Biblioteca, do Restaurante Universitário e dos Serviços Gerais da FCLAr. Pelo atendimento sempre solícito às informações e serviços prestados.

A Florestan Fernandes e a Euclides da Cunha.

A todos que me desejaram força e coragem na trajetória da execução deste trabalho.

Aos Deuses e à ciência.

EPÍGRAFE

.

Quem tem uma razão de viver é capaz de suportar qualquer coisa.

Nietzsche

SUMÁRIO

LISTA DE CARTAZES

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FOTOS

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

A AÇÃO DO ESTADO NOVO (1937-1945) NA AMAZÔNIA 1

1.1 O projeto de brasilidade a partir do interior. 52

CAPÍTULO 2

A IMAGÉTICA DA BRASILIDADE PELO INTERIOR: produção e efeitos de sentidos. 71

2.1 A Sociologia Histórica de Max Weber: algumas considerações. 80

2.2 Michel Pêcheux: o discurso do saber – poder – algumas incursões. 82

2.3 George Herbert Mead: o significado para o discurso interacional. 83

2.4 Jean Pierre Chabloz: biometria, eugenia e persuasão. 96

CAPÍTULO 3

A IMAGÉTICA DA BRASILIDADE NO INTERIOR SOB A PERSPECTIVA
DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO. 127

3.1 A imagem interacionista 131

CAPITULO 4

A REFERENCIALIDADE IMAGÉTICA ESTADONOVISTA NA AMAZÔNIA:

uma leitura interacional situacional e discursiva. 153

4.1 Nível situacional e discursivo da referencialidade persuasiva na ... 156

4.2 A fotografia interacionista estadonovista na Amazônia (1940-1945) 166

CONCLUSÃO 203

REFERENCIAS 214

LISTA DE CARTAZES

Cartaz nº 01 - Acordos de Washington (1942). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 02 - Campanha Nacional da Borracha usada (1843). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 03 - Campanha Nacional da Borracha usada (1843). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 04 - Cada um no seu lugar. (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 05 - Rumo à Amazônia: Terra da Fartura (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 06 - Nordeste: Alista-te no SEMTA (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 07 - Margem de lucro dos produtos amazônicos oferecidos pelo SEMTA. (1943).
Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 08 - Vai também para a Amazônia protegido pela SEMTA.(1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 09 - Mais Borracha para a Vitória.

Cartaz nº 10 - A Biotipologia na busca do tipo-ideal nordestino para a Amazônia: Um Disge-
nopata (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 11 - Biotipo: Um Disgenopata (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 12 - Biotipo: Brevilíneo Astênico (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 13 - Biotipo: Brevilíneo Estênico (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 14 - Biotipo: Longilíneo Estênico (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 15 - Biotipo: Mixotipo (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº16 - Biotipo: Mixotipo (1943). Fortaleza, Ceará.

Cartaz nº 17 - Biotipo: Normolíneo (1943). Fortaleza, Ceará.

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 01 - Contrato de Arregimentação no SEMTA (1943). Fortaleza, Ceará.

Figura nº 02 - Panfleto do SESP apresentando as vantagens da Amazônia. (1943). Fortaleza, Ceará.

LISTA DE FOTOS

Foto nº 01 - Hospital Augusto Monteiro (1931). Rio Branco, Acre.

Foto nº 02 - Hidroavião Taquary (1936). Rio Branco, Acre.

Foto nº 03 - Semana da Pátria (1940). Rio Branco, Acre.

Foto nº 04 - Agência de Correios e Telégrafos (1940). Rio Branco, Acre.

Foto nº 05 - Primeiras Assistentes Sociais do Acre (1940).

Foto nº 06 - Rádio Difusora A Voz da Selva (1944). Rio Branco, Acre.

Foto nº 07 - Casa Comercial Maia & Cia- Seringal Empresa s/d. Rio Branco- Acre.

Foto nº 08 - Escritório da Imigração em Fortaleza, Ceará.

Foto nº 09 - Médicos do SESP em Fortaleza, Ceará.

Foto nº 10 - Hospital do SESP no Bairro do Alagadiço em Fortaleza, Ceará.

Foto nº 11 - Enfermaria de Pediatria do Hospital Alagadiço em Fortaleza, Ceará.

Foto nº 12 - Refeitório do 'Pouso' na cidade de Sobral- Ceará.

Foto nº 13 - Fotomontagem das ações do SEMTA. (1943). Fortaleza, Ceará.

Foto nº 14 - Posto de Arregimentação do SEMTA. 1942. Fortaleza, Ceará.

Foto nº15 - Pouso do Prado, em Fortaleza, Ceará.

Foto nº 16 - Cartão Postal da Batalha da Borracha: Borracha para o Mundo.

Foto nº 17 - Ouro branco no Interior- Fronteira Brasil/Bolívia

Foto nº 18 - Transporte de "Pelas" de Borracha pelo Rio Madeira (1943). Rondônia.

Foto nº 19 - Transporte terrestre de "Pelas" de Borracha (1943). Rondônia.

Foto nº 20 - Transporte de "pélas" de Borracha (1943). Rondônia.

Foto nº 21 - Transporte terrestre de "pélas" de Borracha através das mulas (1943). Rondônia.

Foto nº 22 - Trabalho infantil no seringal (1943). Rondônia.

Foto nº 23 - Posto coletor de pesagem e armazenamento de Pelas de Borracha.

LISTA DE SIGLAS

CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.

CNG - Conselho Nacional de Geografia.

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas.

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

DNCr.- Departamento Nacional da Criança.

IPEN - Instituto de Patologia Experimental do Norte.

IAN - Instituto Agrônômico do Norte.

LBA - Legião Brasileira de Assistência

OPAS- Organização Panamericana de Saúde

RDC - Rubber Development Corporation

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

RESUMO

O projeto de brasilidade/nacionalidade gestado pelo governo varguista, particularmente o Estado Novo (1937-1945), foi elaborado na configuração retórico/persuasiva e tinha como objetivo a construção da relação de pertencimento dos brasileiros a um país que congregava a todos na formação da identidade e orgulhos nacionais. Assim, as regiões brasileiras até então esquecidas pelos governos anteriores são realinhadas ao processo da unidade nacional pretendida: o Oeste constitui, então, interesse nacional, especialmente a Amazônia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1945) interviria de forma mais intensa na ação do Estado Novo na Amazônia ao, torná-la, também, produtora de borracha para os Aliados. Para isso o governo incentiva a migração, principalmente a nordestina, para os seringais amazônicos. Essa política de recrutamento ficou conhecida como a “Batalha da Borracha” e tinha como estratégia, além de formar mão-de-obra para as empresas seringalistas na Amazônia, a ocupação permanente do Oeste brasileiro. Utilizando um aparato propagandístico o governo Vargas fabricava, assim, o Eldorado amazônico. Utilizando como referencial teórico a Sociologia Histórica weberiana, o Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead e a Análise do Discurso pechêuniano, objetivamos apresentar uma leitura imagética da ação do Estado Novo na Amazônia defendendo que a referencialidade persuasiva da imagem pode ser estudada à luz do Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead.

Palavras-chaves: Estado Novo- brasilidade – Amazônia – Eldorado – interação – persuasão.

ABSTRACT

The “brazilianity”/nationality project conducted by Vargas’ government, particularly by the New State (Estado Novo) (1937-1945), was carried out under the rhetoric/persuasive configuration and its aim was to build the belonging relationship between Brazilian citizens and a country that congregated all the individuals in the identity formation and national prides. Thus, the Brazilian regions, until then forgotten by previous governments, are realigned to the process of the intended national unity: the west constitutes, then, a national interest, mainly Amazon. Brazilian entrance in the World War II (1938-1945) would intervene more intensely in the action of Estado Novo in Amazon, when it became also rubber producer to the allied. Therefore, the government encouraged migration, mainly from the northeast of the country, to the region plentiful of Amazonian rubber trees. This recruitment politics became known as the Rubber Battle (or Batalha da Borracha) and its strategy was, besides creating work force to rubber trees companies in Amazon, to permanently occupy Brazilian west. Through an advertisement apparatus, Vargas’s government built the Amazonian Eldorado. Theoretically based on Weber’s Historical Sociology, George Herbert Mead’s Symbolic Interactionism and Pecheux’s Discourse Analysis, we aim at presenting an imagetic reading of the New State action in Amazon, advocating that an image persuasive frame of reference may be studied based in the light of George Herbert Mead’s Symbolic Interactionism.

Keywords: Estado Novo – brazilianity – Amazon – Eldorado –interaction – persuasion.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos que tudo já foi dito sobre o Estado Novo (1937-1945) eis que nos apresentam novos olhares e novas perspectivas sobre o período contemplando aspectos, agentes e lugares até então não privilegiados pela grande historiografia. Assim, quanto mais estudamos esse período emblemático da história recente brasileira que, definitivamente, reordenou as relações e seus significados entre estado e sociedade no Brasil nos variados campos da vida cotidiana, mais conhecemos o jogo de relações e interesses que permearam a criação de um dos maiores projetos de Estado na América Latina que, como afirmado imprimiu nova reordenação entre estado e sociedade no Brasil: o governo Vargas; particularmente o Estado Novo período compreendido entre 1937-1945.

É justamente essa reordenação de relações, seus significados e mecanismos utilizados pelo estado varguista para sua operacionalização e longevidade que continuam atraindo estudiosos sobre o tema. Mas, o que continua, ainda, determinando o Estado Novo motivo de grande interesse pela historiografia, dada a imensa e variada gama de estudos sobre o período? Que variedades e variações de ações ainda não foram analisadas? Por que os pesquisadores que se debruçam sobre o tema elegeram lugares, ações e agentes históricos específicos? E, ainda, por quê passam uma uniformidade da ação getulista em todo o território brasileiro, quando em leituras mais apuradas percebemos ausências graves de fatos diretamente elaborados por esse governo em regiões brasileiras distantes e com grandes repercussões a nível nacional e internacional, como é o caso da ação do Estado Novo na Amazônia ou no interior do Brasil no período compreendido entre 1940-1945? Que fatores externos ‘obrigaram’ o Brasil a ‘reordenar’ sua política nacional, particularmente quanto à Amazônia à política externa durante a segunda guerra mundial?

O projeto de brasilidade/nacionalidade gestado pelo governo varguista, particularmente o Estado Novo (1937-1945), foi elaborado na configuração retórico/persuasiva e tinha como objetivo a construção da relação de pertencimento dos brasileiros a um país que congregava a todos na formação da identidade e orgulho nacionais. Dessa forma a dicotomia litoral desenvolvido e interior e sertões atrasados deixariam de existir. Assim, as regiões brasileiras até então esquecidas pelos governos anteriores e que apresentassem potencial de investimento de capitais são realinhadas ao processo da unidade nacional pretendida: o Oeste

constitui, então, interesse nacional, especialmente a Amazônia. Para isso, o governo incentivava a migração, principalmente a nordestina, para os seringais amazônicos. Tal política de recrutamento ficou conhecida como a “Batalha da Borracha” e tinha como estratégia formar mão-de-obra disponível para as empresas seringalistas na Amazônia, a ocupação permanente do Oeste brasileiro, tornar a Amazônia produtora de matérias-primas para as indústrias sudestinas e isenção tributária para empresários que investissem na Amazônia.

Para os teóricos do Estado Novo diante da deficiente (leia-se: inexistência) atuação do Estado naquelas paragens nas quais o rifle era a lei, a pajelança e o curandeirismo a medicina, urgente se fazia a presença forte do Estado como agente regulador e civilizador: uma legislação prática estatal através da qual seriam extirpadas o jagunço, o pistoleiro, o capanga; uma legislação racional-legal em que as relações sociais (cultura e religião), políticas e econômicas seriam efetuadas através dos dispositivos legais do estado brasileiro no interior dotando-o do instrumental técnico-científico que a modernidade gestada proporcionava com especial destaque para uma reorganização espacial nas regiões de fronteira.

Toda uma estrutura discursiva é elaborada para a criação de ‘pertencimento’ da região na população brasileira enaltecendo suas riquezas e construindo no imaginário da população alvo a superação de situações adversas a que sempre estiveram submetidas. A presença efetiva do Estado nacional através das colônias de fronteiras e agrícolas e dos territórios federais tornava, assim, a Amazônia como integrada ao espaço nacional brasileiro, dotá-la de uma estrutura humana foi o passo seguinte.

Recorrendo a diversos meios de convencimento (rádio e discursos oficiais) o governo varguista utilizou amplamente os veículos de comunicação como meio persuasivo para os objetivos em questão. Ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão criado pelo governo com a finalidade e poder de centralizar, controlar e censurar qualquer tipo de atividade direta e indiretamente referente ao governo Vargas, caberia a tarefa de elaborar e divulgar em cadeia nacional a campanha publicitária da Amazônia como Eldorado. A Marcha para Oeste (expressão criada pelo jornalista e escritor Cassiano Ricardo em 1940 e título de seu mais emblemático livro) é o lema utilizado por Vargas para a campanha da ação que empreenderia na Amazônia.

A contratação do artista plástico suíço Jean Pierre Chabloz¹ para a criação da campanha publicitária visual da borracha fecha o corolário da proposta varguista. O material

¹A biografia do pintor e intelectual CHABLOZ é apresentada no Capítulo I deste trabalho.

publicitário por ele criado - geralmente cartazes, eram trabalhados de modo a não permitir dúvidas no público alvo quanto ao paraíso amazônico, produzindo assim, adesão à causa da Batalha da Borracha. Centenas desses cartazes foram amplamente espalhados por todo Brasil (em especial no Nordeste); era primordial que as mensagens chegassem aos mais distantes lugares do país. Os cartazes do SEMTA (Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) são trabalhados de modo a fixar uma imagem permanente da Amazônia enquanto um paraíso a ser explorado economicamente e terra promissora de uma nova vida. Inspirado no projeto de propaganda política nazi-facista que tinha como objetivo envolver emotivamente as massas ao projeto hegemônico alemão; Vargas utiliza esse mesmo imaginário no projeto do Estado Novo e na Marcha para o Oeste.

Ao problematizar o projeto imagético/discursivo da ação do Estado Novo na Amazônia sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano utilizando elementos da Análise do Discurso pechêutiano e da Sociologia Histórica de Weber, nosso objetivo é demonstrar as possibilidades dialógicas entre as idéias dos autores aqui apresentadas. Procuramos explicitar que a questão do *sentido* (significados/interesses) e do *discurso* enquanto estratégias dos saberes-poderes podem ser explicitadas à luz de uma teoria que nos convida a um olhar mais elaborado sobre a referencialidade persuasiva da imagem. Portanto, o diálogo é possível e frutífero. A (grande) dificuldade será demonstrar as possibilidades apontadas ao longo de nossa exposição. Não dispomos de ecletismos e elegância no domínio da escrita; o que nos move, antes, é demonstrar que é possível, mesmo com as limitações expostas, apresentar uma outra possibilidade teórica para os estudos sobre a significação e, assim, da imagem persuasiva.

Nosso trabalho apresenta como é possível realizar uma leitura imagética da ação do Estado Novo na Amazônia no período compreendido entre 1940-1945 sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead. Ao trabalharmos com as categorias sentido, interesses, significado, significação e identificação como elementos constitutivos do/para o processo persuasivo e assim, arregimentador inscrevemo-nos na necessária compreensão dos discursos e seus usos, no caso em questão, o imagético, como um dos mecanismos elaborados pelos saberes-poderes para seu *establishment*. Dessa forma a análise imagética sob a perspectiva interacionista meadiana possibilita o diálogo com elementos da Sociologia Compreensiva-Interpretativa weberiana e da Análise do Discurso pecheutiano, proporcionando compreender como a tríade Estado/política/mídia articulou a inserção da

Amazônia ao projeto da unidade nacional gestado pelo governo Vargas utilizando o discurso retórico/persuasivo da Amazônia como Eldorado.

É sobre como se fabrica a produção de sentidos, persuasão e arregimentação na perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano que trabalhamos a análise imagética da Ação do Estado Novo (1940-1945) na Amazônia na defesa da seguinte tese: O Interacionismo Simbólico, ao trabalhar a conduta organizada do grupo social na base dos sentidos (significados) que as coisas têm para suas realidades sociais oferece cabedal teórico que proporciona a compreensão da representatividade apresentada pela referencialidade persuasiva da imagem nos níveis situacional (momento histórico) e discursivo (formulações conceituais logicamente encadeadas).

O **Interacionismo Simbólico** de George Herbert Mead.(1863-1931), psicólogo americano da Escola de Chicago, EUA, inscrito na metodologia de resultados concretos do pragmatismo, Mead elaborou uma teoria segundo a qual a formação de eu (*self*) depende das relações (interações) que estabeleço (emos) com os outros. Até aqui nenhuma novidade: sociólogos, historiadores, antropólogos, pedagogos, e psicólogos que estudam as relações sociais sabem que a socialização constitui elemento basilar para conhecer e interagir em sociedade. O que singulariza e lança novas possibilidades de estudos sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico para uma melhor compreensão da diversificada realidade social é o reconhecimento (crescente) por parte de estudiosos de outras áreas do saber acadêmico da questão da **significação mediada** trabalhada por Mead. Ao nos afirmar possuímos um **eu** (*self*) e um **me** (*mind*) interior que, não necessariamente, encontram-se em harmonia com as exigências da vida em sociedade (*society*), Mead convida a repensarmos as questões da identificação e da persuasão, geralmente apresentados sob leituras homogeneadoras, sob o viés da mediação.

É a interação na sociedade que proporciona como as relações sociais Estado/sociedade são estabelecidas. E são nas mediações para a interação planejada (identificação/persuasão) que poderemos descortinar muitas práticas do saber-poder. Só compreenderemos os autoritarismos e os totalitarismos em sua verdadeira gênese quando inseri-los na ‘teia de interações’ que forjam a sedução à uma causa sedutora de uma suposta superioridade internalizada enquanto tal por seus seguidores; de igual importância a compreensão dos mecanismos da condução interativa da promessa do desenvolvimento e justiça social. O Interacionismo Simbólico nos fornece elementos referenciais consistentes para compreender-

mos como a identificação e a significação, elementos basilares para a interação/persuasão são elaborados e executados por seus gestores para a persuasão planejada.

O mundo das mediações-interações, tem, pois, constituído interesse crescente da pesquisa acadêmica. Um mundo em que a linguagem e a comunicação (agora acrescida dos meios interativos) em todas suas formas (verbal, imagético, gestual e/ou simbólico) constituem vasto repertório no qual para as finalidades devidas, a compreensão da mensagem, existe antes, todo um trajeto de mediações para a ação da interação esperada. Significação que deve ser analisada no universo do jogo de interesses que os poderes estabelecem entre o *ser*, *querer/parecer-ser* e *poder-ser*; entre o *fazer*, *querer-fazer* e *poder-fazer*.

Cada sociedade tem sua historicidade em um tempo e espaço determinado e deve ser compreendida na *sua* (dela) atitude dialogal, portanto, relacional e interativa (em maior ou menor grau) com os diversos agentes nela envolvidos qual seja: do particular/singular para o universal/ coletivo. Cremos ser esta a luta que move a História e a Ciência, seja em qualquer de seus campos. Um exemplo do exposto pode ser encontrado na questão dos direitos sociais: saúde, moradia, escola, trabalho digno e acesso ao lazer; que continuam sendo estas as motivações que movem os cientistas e intelectuais das sociedades, agora acrescidos das questões da globalização; significando afirmar que os acontecimentos nos convidam a estudá-los à luz dos desafios que esta tem nos colocado. Jameson (2005), Wallerstein (2004; 2002a; 2002b; 2001), Souza Santos (2007; 2000; 1995) e Huntington (1997) constituem quatro exemplos de autores que problematizam a questão da globalização e seus efeitos; o grande mérito de seus trabalhos é a análise clara e objetiva das formas e tipos de luta que o capital, o Estado e seus diversos agentes sociais empreendem na luta pelo pertencimento com reconhecimento, tema que tem em Honneth (2003) sua especialidade.

Portanto, não concordamos com assertivas de crise nas *ciências sociais*, na *história*, crise de paradigmas, e, finalmente, na crise dos clássicos no sentido de que suas idéias não mais corresponderiam aos ‘novos’ problemas e desafios que a sociedade, por muitos denominada de pós-moderna, nos impõe. E quais são as novas metodologias das Ciências Humanas? Se for quanto à questão das novas relações entre sujeito e objeto ou sobre a antiga questão entre objetividade e subjetividade na pesquisa social seja em qualquer ramo do saber, Max Weber, já no início do século XX, nos convidava a realizá-los. Trata-se, isto sim, de novas perspectivas sobre objetos até bem pouco tempo considerados irrelevantes para seu estudo no âmbito acadêmico.

Sendo a realidade social uma permanente construção histórico/temporal/espacial na qual a diversidade de idéias e planos de mundos se interpenetram; a necessidade de conhecê-la propulsiona os cientistas a desvendá-la à luz das ferramentas possíveis do presente do pesquisador e do quadro escolhido para decifrá-lo. Logicamente, o fará a partir de escolhas referenciais de autores que apresentem as possibilidades possíveis para a análise empreendida em/sobre seu objeto e absolutamente possível à chancela acadêmica, mas, sobretudo na vida social. Na medida em que os acontecimentos do presente remetem a embates da vida social em qualquer de suas esferas, e, dependendo de como esse presente esteja sendo problematizado pelos saberes/poderes na dinâmica do momento vivido, a História será reescrita (Schaff, 1987).

Na verdade não temos encontrado nas Ciências Sociais novas teorias, mas sim, novos olhares, novas perspectivas, novos significados e (re) descobertas de teorias por um longo tempo consideradas reducionistas ou abstratas em demasia às teorias já existentes ou seus desdobramentos. E há ainda muito a dizer sobre a sociedade a partir desses (renascidos) referenciais, autores e correntes teóricas ainda pouco exploradas que podem fornecer grandes contribuições à análise teórica na busca de soluções aos problemas da sociedade nos seus mais variados aspectos.

Ao trabalhar com teorias pouco exploradas ou que se apresente como inéditas, seu pesquisador deve atentar para sua procedência e contribuição para a sociedade não só à qual pertence, mas, como uma nova perspectiva de estudos sobre a mesma. Essa aceitação, todavia, não ocorre sem embates entre os defensores radicais quanto a uma única forma de estudar a sociedade, e, portanto, com a forma de fazer ciência até então reconhecida e estabelecida. Para ser reconhecida enquanto uma nova ou outra forma de fazer ciência o novo ‘paradigma’ deve apresentar possibilidades de novos questionamentos e perspectivas sobre os variados aspectos que compõem a vida em sociedade de modo que seja objetiva e academicamente aplicável com resultados inovadores no universo intelectual ou social a que se pretende. A inovação não significa, entretanto, um novo ‘messias’ que ‘tudo diz resolver’; mas novas possibilidades de reestudar ‘antigos’ e novos aspectos da história em sociedade.

Para Mead nenhuma experiência da vida ocorre fora do agrupamento humano. Somos seres sócio e culturalmente pertencentes à vida em sociedade. Todavia, para a vida em sociedade é necessário que estejamos ‘civilizados’ a tal ponto que o contrato social que nos regula seja ‘obedecido’ de forma a não ameaçar seus dispositivos (arsenal normativo/discipli-

nar) reguladores. E em ‘defesa’ da vida em sociedade, portanto, do contrato social, diferentes grupos sociais, diferentes modos de pensar, diferentes modos de vida, diferentes querereres, pulsões e patologias foram obliteradas em nome do processo civilizador. Processo diagnosticado pela psicanálise no final do século XIX por Freud, pela sociedade dos interesses relativos a valores e fins por Weber, e pela crítica contumaz de Nietzsche e de Norbert Elias na Sociologia.

É justamente nesse *eu* individual que trava luta consigo mesmo para conseguir viver em sociedade de forma prática que Mead foca seus estudos de psicologia e sociologia. Ao elaborar a questão do eu (*self*) e da mente (*mind*); isto é, da luta interior que travamos entre o eu selvagem e a mente que pensa e articula pensamentos, Mead apresentava que todos os processos sociais que tivemos antes de nós, os que passamos a ter ao nascermos, assim como os que vamos estabelecendo com outras pessoas são baseadas na troca de significados que tenhamos e passamos para os outros, assim como os significados dos outros passam a ser incorporados por mim (nós).

Para o autor nenhuma relação é estabelecida fora do princípio da significação; e, portanto, da interação; da ‘troca’ de *significados* e *significação* intermediadas pela *mediação*. É no processo da mediação para a interação ao significado/significante do outro generalizado que vamos estabelecendo nossas escolhas no turbilhão de complexidades de novas formas de sociabilidade e viveres, nos quais (ainda) poucos tem a (necessária) clareza da importância da luta pelo pertencimento com reconhecimento na sociedade. Ressaltamos que primeiro escrevemos a palavra pertencimento *antes* da palavra reconhecimento: por um motivo óbvio: nem tudo (ou quase tudo) a que pertencemos somos reconhecidos enquanto tal.

Ao problematizar o eu social (*self*) e o me (*mind*), Mead não defendia a superioridade de um ou de outro, nem de um sobre o outro, mas no embate travado entre um e outro para a vida em sociedade; qual seja, da conduta social no grupo ao qual aquele indivíduo pertence. Mead nos chama a atenção que as explicações da sociedade devem privilegiar o todo e não o todo em termos de partes e que o sistema valorativo que pertence à sociedade só terá valor se conseguir penetrar na esfera de valores do indivíduo. Que o discurso seja verbal (em presença ou sonoro-radiofônico) ou não-verbal (imagético, iconográfico) a compreensão de sua mensagem e, portanto, de sua significação para a arregimentação pretendida só acontecerá com a presença da mediação na qual a linguagem (verbal e não verbal) desempenha função primordial para os objetivos em questão.

Nosso trabalho constitui, pois, uma contribuição para o debate sobre as pesquisas que tratam o Estado Novo no Brasil buscando apresentar a reordenação do capital e espacial que o governo Vargas elaborou para o Brasil ao inserir a Amazônia ao projeto de brasilidade e modernidade objetivados por Vargas e seus ideólogos para o Brasil.

CAPITULO 1

A AÇÃO DO ESTADO NOVO (1937-1945) NA AMAZÔNIA.

A Amazônia começa efetiva e oficialmente a receber olhar mais cuidadoso do governo Vargas a partir de 1935 com os acordos comerciais entre Brasil e Estados Unidos e os acordos de compensação comercial entre Brasil e Alemanha. Por acordos comerciais entre Brasil e Estados Unidos devemos entender a discussão tarifária que envolvia os produtos comercializados entre os dois países, em especial o café brasileiro, que figuraria no acordo como mercadoria não tributável por parte daquele país. Por acordos de compensação comercial entre Brasil e Alemanha, devemos entender a “troca” de matérias-primas por parte do Brasil, algodão principalmente, e de produtos industrializados alemães para o Brasil através de um sistema comercial próprio, o marco alemão, negociado diretamente com o Brasil (Gambini: 1997; Moura: 1980; Abreu: 1999; Aggio *et al*: 2002; Aquino & Arzua: 2008).

Os Estados Unidos não viam com bons olhos essa aproximação do Brasil com a Alemanha, pois esta começava a apresentar uma política tão expansionista quanto a realizada por seu país. A proximidade do Brasil com os Estados Unidos, há um bom tempo significada em acordos de cooperação mútua, particularmente no âmbito da saúde na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/1902), com o objetivo de combater, controlar e acabar as epidemias tropicais, com especial atenção à febre amarela e à malária no continente americano, fazia dos Estados Unidos “parceiro” privilegiado nessa área do saber assim como ‘esperava’ do Brasil posição de lealdade aos princípios pan-americanos.

Privilégio que deve ser compreendido como um projeto de inserção dos Estados Unidos na América do Sul iniciado em 1915, em Costa Rica, no Panamá, com as atividades da Fundação Rockefeller, entidade americana que se intitulava como de *finis sanitários* no combate à Ancilostomose nesse país (Palmer *apud* Hochman & Armus: 2004; 219). No Brasil, as atividades da Fundação Rockefeller iniciaram-se no ano de 1916 e em 1918 já

participava ativamente no ensino médico no país com a criação da cadeira de higiene na Faculdade de medicina de São Paulo (Lima apud Finkelman: 2002; 42).

Para os Estados Unidos, as doenças tropicais constituíam sérios obstáculos à política intervencionista que tinham como objetivo imprimir (e já em andamento no Panamá) na América do Sul. A atuação da Fundação Rockefeller situa-se, pois, como um dos meios dessa intervenção, daí seu interesse em financiar institutos e laboratórios de pesquisas nesse campo da medicina, principalmente nas regiões mais inóspitas e, portanto, verdadeiros *locus* transmissores e responsáveis por elevados índices de óbitos, como era o caso do Brasil.

O interesse, porém, ia além da instrumentalização de seus técnicos e médicos de conhecimentos *in loco* não só em presenciar, registrar e acompanhar o ciclo das doenças nos portadores dos males utilizando seus modernos instrumentais técnicos para as curas possíveis (Campos: 2006; 35): o verdadeiro interesse era o geopolítico. A posição estratégica e privilegiada do Brasil não somente no continente Sul-Americano com o qual em sua grande maioria mantém fronteiras, assim como em relação à África e Europa tornava o país fonte de olhares ambiciosos por parte dos países “donos do mundo” de então: Estados Unidos e Alemanha.

No Brasil, as doenças tropicais, no entanto, eram bem conhecidas por nossos cientistas: Oswaldo Cruz, Belizário Pena, Leônidas Deane, Arthur Neiva, Carlos Chagas, dentre muitos outros já realizavam pesquisas importantes quanto ao combate e a profilaxia dessas doenças em território brasileiro. As Expedições Científicas pelo Brasil, particularmente nas áreas endêmicas do país, Pará e Amazonas, empreendidas pela Comissão chefiada por Oswaldo Cruz em 1910 apresentaram relatórios da situação endêmica e epidêmica na qual se encontrava a população amazônica. Se os grandes centros de então - São Paulo e Rio de Janeiro – as estatísticas apresentavam altos índices de malária e febre amarela, na Amazônia a situação apresentava-se como uma verdadeira calamidade.

Essa valorização da Amazônia, contudo, deve ser compreendida nas vicissitudes que o capitalismo atravessava desde 1929, com graves efeitos comerciais enfrentados pelos países dominantes do mundo no período entre – guerras, intensificando o acirramento de disputas entre estes pelo domínio de áreas produtoras de matérias-primas e com potencial capacidade de consumo de seus produtos industrializados. Antes, porém, deve ser compreendida, antes, na política de centralização e reordenamento espacial que o governo Vargas efetuava no Brasil com a inserção da região ao projeto de capitalismo nacional no pós-1930 com a

ocupação dos chamados “espaços vazios” do Norte e Oeste brasileiros, para a modernização e brasilidade que o governo tinha como objetivo realizar no país.

A crise de 1929 prejudicou seriamente as importações e exportações brasileiras. Os produtos exportados pelo Brasil, café, cacau, algodão e a borracha, sofreram agudas desvalorizações no mercado externo. Com a falência de fábricas nos Estados Unidos, os produtos industrializados importados começaram a faltar nas prateleiras das lojas e magazines dos grandes centros do país; da mesma forma material para as indústrias existentes no Brasil. A estratégia de Vargas para o problema brasileiro foi a adoção de uma política de substituição possível de importações com o desenvolvimento da indústria nacional, explorando o máximo de produtividade as reservas naturais extrativas no Norte brasileiro.

Para isso, as regiões até então esquecidas, mas que apresentavam grande potencial capitalista foram, então, reordenadas para o projeto em questão: o interior e sertões brasileiros como produtores de matérias-primas e potencial mercado consumidor para os produtos industrializados produzidos nas indústrias do então Brasil Meridional – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e do Brasil Oriental, especificamente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.²

O Interior como produtor e consumidor. Essa era uma das metas do governo para a Amazônia. Uma segunda - não significando em ordenamento de ações, mas concomitante - era a posição estratégica do Brasil, em particular a Amazônia, não apenas no cenário latino-americano, assim como na geopolítica de disputa de poderes e de regiões que se acirravam nos países europeus logo após a assinatura do Tratado de Versalhes em 1919. Vargas era grande conhecedor da situação interna e externa brasileira quanto às disputas geopolíticas que se delineavam; antes de chegar à presidência, ocupou vários cargos no executivo brasileiro: foi deputado estadual, federal, presidente do Rio Grande do Sul e ministro de estado no governo Washington Luis (1926).

Os acontecimentos políticos da Coluna Prestes (1925), da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, e, principalmente, da Constituição de 1934, que não estabeleceu as mudanças que Getúlio e seus assessores esperavam, e ainda, a Intentona Comunista de 1935, representavam movimentos que, seguramente, caminhavam na contramão dos planos centralistas que Vargas tinha como estratégia para sua administração. Acresça-se, também, a grande seca que assolava o Nordeste em 1934, as práticas de

² LIMA, M^a Helena Palmer (org) Divisão Territorial Brasileira. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/anexos/desenho/Anexo_C_6_3_1_1_DTB.doc>. acesso em 31/03/2009

messianismo que, mesmo após a destruição de Canudos (1897), do Contestado (1912), da morte do Padre Cícero (1934) e da comunidade do Caldeirão (1936) continuavam a desafiar o Brasil moderno que se gestava. E Vargas não abdicaria do projeto do Brasil moderno que elaborara. O golpe de 1937, instaurando o Estado Novo (1937-1945) foi a resposta aos que se opunham ao reordenamento sócio-político nacionalizante que Vargas objetivava.

O projeto de construção da identidade nacional de Getúlio Vargas tendo como cerne a centralização política e a unidade cultural, negava o princípio da diversidade: os regionalismos com suas manifestações culturais constituíam elementos que, segundo seus idealizadores, representavam a negação de um país pacífico, unitário e ordeiro³. A centralização política constitui, então, um dos primeiros atos do governo estadonovista no Brasil. Nesse projeto, as regiões brasileiras – interior e sertões – até então ‘esquecidas’ pelo poder central, mas que apresentavam potencial de investimento capitalista foram realinhadas ao processo da unidade nacional pretendida: o Oeste constituiu, então, interesse nacional; particularmente a Amazônia.

Dessa forma, o projeto de brasilidade/nacionalidade gestado pelo governo varguista, particularmente o Estado Novo (1937-1945), foi elaborado na configuração retórico/persuasiva e tinha como objetivo a construção da relação de pertencimento dos brasileiros a um país que congregava a todos na formação da identidade e orgulho nacionais⁴. A Marcha para o Oeste tornava-se realidade.

Para os teóricos do Estado Novo era, pois, necessária e urgente a presença efetiva do Estado na região de modo a ordená-la para a ‘integração’ projetada. As interventorias instaladas na região no pós-1930 não dispunham de um aparato estatal administrativo e militar eficaz para o trabalho interno e de fronteiras que a região exigia. No projeto estadonovista de modernização, porém, as riquezas naturais da Amazônia e a questão das fronteiras passam a receber políticas mais “cuidadasas” para os interesses do governo. Uma das primeiras medidas foi dotar a região do aparato estatal de modo a demonstrar a efetiva ocupação da região pelo governo central (fotos nº 01 a 07).

Políticas que, aliadas ao projeto econômico, tinham o objetivo de “avisar” ao mundo que o governo brasileiro tinha clareza da continentalidade da Amazônia não somente no cenário latino-americano, mas também no cenário internacional; da posição geopolítica da região no cenário de disputas entre Estados Unidos e Alemanha. As fronteiras amazônicas

³ Para maiores leituras veja: Codato & Guandalini Jr(2003); Pamplona(2003); Santos (2005); Aldé(2008).

⁴ Sobre algumas ações empreendidas veja: Souza (1984); Lacerda(1994); Pereira(1999); Brites(2000); Reis(2002); Machado(2005); Monteiro(2006); Arend(2008); Cebrino(2009)

são, então, elevadas à categoria de *frente de expansão* caracterizada pela ocupação de territórios tribais; e *frente pioneira* caracterizada pela compra e venda da força de trabalho (Martins: 1991; p.116).

Assim, o empresariado brasileiro é incentivado pelo governo a investir na Amazônia. Isenção de impostos era uma das primeiras vantagens oferecidas a quem investisse na região. Ao governo caberia implementar sua política de mão-de-obra promovendo, assim, a ocupação definitiva da Amazônia. Vargas tinha, além da ocupação econômica e domínio geopolítico na Amazônia, outro interesse: “criar” o “novo” brasileiro a partir do interior. Criar, finalmente, a identidade nacional dotada da “pura” brasilidade. Da epopéia pela civilidade, da luta contra a natureza e o clima selvagem e da “mistura” de raças - índio, nordestinos e caboclo amazônico - teríamos, na visão varguista, o tipo ideal brasileiro.

Quanto aos sertões nordestinos tratava-se de dotá-lo de uma estrutura na qual as relações monetárias arcaicas baseadas na troca e na completa submissão do ‘matuto’ aos senhores donos das terras e do aparato político na região, seriam substituídas pela ‘nova’ legislação racional-legal (Weber, 1999) do moderno Estado brasileiro que se criava:

A importância do sertão reside no seu poder de consumo. O ajustamento do sertão à economia monetária é a condição preliminar para a criação de um vasto mercado nacional. A economia monetária exige a organização de transporte barato; sem ele o sertanejo não tem comunicação com os mercados e continua a levar uma vida de bastar-se a si mesmo (NORMANDO *apud* VIDAL e SOUZA, 1997, p.145).

No Nordeste as políticas modernizantes eram aplicadas nas capitais por suas elites. Os projetos urbanísticos não contemplavam os miseráveis das cidades e os flagelados das secas que fugiam do sertão para as capitais. Para esses foram construídos Campos de Concentração nos quais eram submetidos a uma rigorosa disciplina desodorizadora e impedidos de circularem pelas ruas, avenidas e praças das capitais (Rios: 2001). Com os interesses políticos, geopolíticos e capitalistas voltados para o interior do Brasil – Amazônia e Planalto Central – as condições do povo do sertão nordestino e do campo nas demais regiões do país continuariam a esperar pelas mudanças prometidas nos discursos de Vargas.

Com a disputa cada vez mais acirrada por matérias-primas entre os países competidores, intensificada no pós-1929 e capitalizando com os acordos comerciais, tanto com a Alemanha como com os Estados Unidos, Vargas afirmava que a Amazônia voltaria a

ser uma das maiores regiões do país como produtora de matérias-primas para suprir as indústrias nacionais além do comércio em franca expansão com os dois países citados:

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos do seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão de apropriação econômica. Dessa diferenciação decorre a existência da *fronteira móvel*, que traduz a expansão do território integrado no sistema nacional de produção dentro da área política. O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato, e, por isso mesmo a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras. [...] Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para observar a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas de recente ocupação. Por isso mesmo, o nosso país não atingiu ainda a fase em que necessitará de novos mercados nem de novos territórios ou da conquista de matérias primas. Efetivamente, possuímos quase todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à auto-suficiência econômica. O de que necessitamos, nesta etapa da evolução nacional, é levar avante iniciativas extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos. [...] O imperialismo do Brasil consiste em ampliar suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente (*sic*), baseada em meios de transporte eficientes, que aniquilam as forças (*sic*) desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contacto (*sic*) são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado. As incertezas, as dificuldades, os choques, promanam da existência de dois Brasis – um político e outro econômico, que não coincidem. A história da opulência e da decadência de certas regiões, baseada no valor e procura eventual de determinado produto, a triplíce tributação, as guerras de tarifas e as dificuldades criadas à circulação interestadual das riquezas são exemplos eloquentes da falta de um poder bastante para retificar as diretrizes erradas e corrigir as soluções parciais. Abolir os obstáculos dessa natureza e unificar o mercado interno são medidas inadiáveis a tomar (VARGAS, 1938, v.5, p.163-5).

Teria chegado, finalmente, a nacionalidade prometida? O Brasil se redescobria e fundaria a verdadeira identidade nacional? A brasilidade, seria, enfim, definida sobre valores e homens que em suas trajetórias lutaram pela construção de uma simbologia e identidade nacionais? Teríamos o homem brasileiro do qual falava Vargas? Em havendo, como os intelectuais eugênicos o criaram dada a miscigenação da população brasileira? O que Vargas nos dizia ao afirmar que o verdadeiro sentido de brasilidade era a Marcha para o Oeste?

Evidentemente as respostas para esses questionamentos não serão respondidas com a carga de conteúdos que cada um comporta neste capítulo; mas ao longo de toda nossa exposição. Entretanto, no discurso de Vargas acima citado, alguns apontamentos podem ser delineados.

O discurso do presidente tem destinatário certo: o empresariado brasileiro. Convencê-lo da necessária e lucrativa iniciativa de investimentos na Amazônia. Para seu objetivo Vargas enfatiza as vantagens da “*fronteira móvel*”, isto é, da inexistência de limites estaduais de qualquer ordem para a nova Canaã que o governante afirmava ser a Amazônia para o empresariado do país. Para isso ‘bastava’ a utilização de “*processos modernos*”, significando a adoção, por parte daqueles, de uma nova gestão administrativa/financeira do capital e mão-de-obra. Uma clara referência à modernidade empreendedora do Estado racional-legal que o Brasil precisava ingressar configurada na criação de instituições estatais dotadas de pessoal qualificado na mais moderna gestão empresarial e em novas relações trabalhistas entre patrões e empregados.

Ao falar em “*fôrças desintegradoras da nacionalidade*” refere-se às oligarquias regionais com nítidos interesses agrários e que não apoiaram o movimento de 1930, aos chefes dos partidos e sindicatos cassados pós-1937 e a empresários conservadores atrelados a arcaicas formas de produção da força de trabalho. Com os resultados financeiros, que com certeza viriam, afirma em seu discurso, a circulação e lucro das mercadorias aconteceria de forma “harmoniosa” entre as regiões envolvidas; e por conseguinte, viria também seu mercado consumidor.

Percebe-se que Vargas em nenhum momento do discurso cita qualquer categoria social ou comercial em específico; e, no entanto, fica claro que dirige-se ao empresariado, seu discurso toma o *todo*, as gritantes disparidades regionais, para categorizar as *partes*, empresariado e trabalhadores como essenciais ao novo reordenamento espacial e territorial que o governo afirmava necessário para a incorporação capitalista da Amazônia ao projeto nacional. Vargas fala como presidente do Brasil. Seu discurso deve contemplar o universo da nação inteira e como tal deve congrega a legitimidade que lhe forja, daí ser muito cuidadoso no uso das palavras.

Referindo-se às regiões e populações alijadas expressa na frase “*decadência de certas regiões e a existência de dois Brasis*”, sem, no entanto, citar explicitamente que refere-se aos espaços vazios da Amazônia, do Brasil Central e da estagnação econômica do Nordeste, afirma que somente um governo com a autoridade e coragem para tomar as atitudes

necessárias que se faziam urgentes, teria condições para modificar o quadro de desequilíbrio apresentado. Um claro aviso às oligarquias conservadoras, particularmente as agrárias, quanto ao novo projeto de modernidade do Brasil, tendo a determinação da Amazônica como novo mercado produtor de matérias-primas, assim como consumidora de produtos industrializados das indústrias do Brasil Meridional e Oriental de então.

E como fazer “*coincidirem as fronteiras internas*”, referindo-se às áreas econômica e política dada a política de repressão em ação aos partidos, meios de comunicações, intelectuais e políticos eleitos pelo sistema representativo direto? Como Vargas realizaria a questão da dicotomia litoral desenvolvido e sertão e interior atrasados? Segundo Carvalho (1998; 258) “*A falta de participação política foi compensada por intensa atividade na área cultural. A cultura passou a substituir a representação política no papel de ligar a política ao povo*”.

Ao mesmo tempo que reconhece o papel da cultura como elemento catalizador das distensões, Carvalho aponta, porém, que o Estado Novo, “*redefiniu a identidade nacional apontadas em quatro afirmativas substanciais: recuperou-se a visão imperial de continuidade da história do País [...]. Recuperou-se também a visão do povo brasileiro, negada por muitos até 1930 [...]. Houve também esforço de definir melhor a psicologia do homem brasileiro. Passou-se a valorizar os costumes e as tradições populares regionais*”. (CARVALHO, 1998, p.261-2).

Quando Vargas ‘defende’ a inexistência de fronteiras internas no país, na verdade afirma que a política e a administração do país estavam, agora, assentadas sob ‘novas’ bases; bases em que tudo e todos estariam subordinados à centralização política do governo estadonovista.

Quanto às fronteiras internacionais da Amazônia, estas já vinham sendo preparadas para as finalidades visadas desde 1934 quando o Marechal Rondon foi designado por Vargas para revalidar os Marcos de Fronteira que o próprio Rondon já havia realizado quando da missão deste na região para a instalação das *Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*⁵ no período compreendido entre 1907-1910. Em suas expedições para a

⁵ Os trabalhos da missão Rondon tinham caráter militar, político e científico. Afinada com o ideário positivista e nacionalista que inspirava a oficialidade da época, a missão encarava as linhas telegráficas como um instrumento geopolítico de fixação, integração e colonização do território nacional herdado do Império.[...] Pioneiro no uso da imagem como instrumento de marketing pessoal e institucional no Brasil, Rondon sempre procurou documentar suas expedições. O tenente Luis Tomás Reis desenhista e fotógrafo foi seu cinegrafista nas expedições que realizou. [...] A Comissão produziu abundante material complementar às conferências promovidas por Rondon, como dezenas de publicações e álbuns fotográficos, coleções de diapositivos e sessões cinematográficas por todo o país, inclusive em cinemas comerciais, obtendo considerável sucesso de

instalação das Linhas Telegráficas no começo do século XX, Rondon já havia mantido ‘contato’ com algumas tribos e percebido sua importância, não somente como conhecedor das matas e dos rios, mas, sobretudo como grande conhecedor de nossas fronteiras.

O governo e as elites da Amazônia e Mato Grosso investem em uma série de documentários⁶ os quais mostram as “riquezas naturais” dessas regiões como Eldorado à espera de investimentos que lhe explorasse de forma racional-legal que trouxessem o “progresso” para essas regiões, ao mesmo tempo que proporcionava lucros certos.

Em 1935, o Brasil assina *acordos comerciais, concomitantemente com a Alemanha e Estados Unidos*. Em 1936 é criado o *Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN)* com objetivo de estudar a leishmaniose visceral, posteriormente conhecida como Doença de Chagas em homenagem a Carlos Chagas descobridor do ciclo do calazar. Historiando a criação do Instituto um de seus fundadores nos diz:

público. O primeiro filme de Luis Tomás Reis foi Sertões de Mato Grosso de 1912. Entre dezembro de 1913 e maio do ano seguinte, Reis foi convocado a registrar em película uma expedição pelo interior do Brasil, em que o ex-presidente americano Theodore Roosevelt foi guiado por Rondon. Em 1916 filmou Rituais e Festas Borôro [...] Em 1917 filmou Indústria da Borracha em Mato Grosso e Amazonas; Inspeção do Nordeste (1922); Operações de Guerra (1927); Selvas do Xingu (1924); Viagem ao Roraima (1927); Parimã (1927); Posto Alves de Barros (1930); Mato Grosso e Paraná (1931); Ao redor do Brasil: Aspectos do Interior e das Fronteiras Brasileiras (1932). [...] Em 1938 realizou seu último filme, Inspetorias Especial de Fronteira. Silvino Santos, português que chegou à Amazônia em 1889, foi outro cineasta que também registrou as maravilhas da Amazônia. [...] Diferentemente de Tomás Reis não tinha patrocínio oficial. [...] A maior parte de sua obra é uma louvação das belezas e riquezas da Amazônia, e para realizá-la sempre dependeu do patrocínio dos poderosos locais, interessados em se beneficiar do efeito propagandístico das imagens cinematográficas. Em 1913 foi enviado a Paris para um estágio nos estúdios da PATHÉ-FRÈRES e nos laboratórios dos irmãos Lumière sob o patrocínio do seringalista peruano Júlio Usar Arañs, para pesquisar uma combinação química que aplicada à emulsão da fita assegurasse a resistência ao clima tropical [...] com uma filmadora Pathé retornou a Amazônia para realizar o documentário. Toda a sua carreira, de final melancólico, foi marcada pela mais absoluta dependência à elite amazônica. [...] Toda a experiência que Silvino acumulou nos sete anos anteriores foi capitalizada no filme mais bem sucedido que realizou: No País das Amazonas (1922). [...] Sua estrutura corresponde a um documentário de propaganda das riquezas naturais e das condições de beneficiamento, transporte e comercialização dos produtos amazônicos, com amplo destaque aos estabelecimentos J. G. Araújo (seu maior patrocinador) e seus fornecedores na região. [...] Embora o filme tenha como finalidade principal a propaganda amazônica, nota-se nas legendas uma excessiva preocupação educativa, que faz acompanhar de seus nomes científicos as imagens de espécies vegetais e animais. [...] Apesar da notável repercussão que seus filmes tiveram na época em que foram realizados, Silvino Santos figurava apenas como operador – sequer figurava – nos impressos de divulgação e nos anúncios de jornais. Todo o crédito era dado a J. G. Araújo & Cia Ltda. Talvez por isso, seu nome tenha mergulhado no mais completo esquecimento durante décadas. In: Da-Rin, Silvio (2006). Luis Tomás Reis e Silvino Santos: Imagens da Amazônia nas origens do cinema brasileiro. site: http://www.telabrasillis.org.br/chdb_silvio.html acessado em 19/abril/2010

⁶ De Silvino Santos temos *Flagrantes da Indústria e do Comércio no Amazonas* (1931); de Armando Leal Pamplona temos *A Amazônia e a Borracha* (1933); de Alexandre Wulfes temos *No Reino das Águas Amazônicas* (1935); de Aristides Junqueira temos *Cine-Jornal Amazonense* (1935); de Alexandre Wulfes temos *Amazonas e suas reservas* (1935). Disponível em: <http://www.citwf.com/listFilms.asp?filmName=Amazon&sortOn=YEAR&sortBy=DOWN&TOPTOC=100> acesso em 27/abril/2010.

Em seus dois primeiros anos o IPEN se dedicou ao estudo da leishmaniose visceral, no qual, aliás, foi pioneiro no Continente Americano [...] mas também outras endemias regionais, como a malária, a leishmaniose tegumentar, a boubá, a filariose e as verminoses intestinais [...]. Em 1940 o IPEN fez um convênio com a Delegacia Federal de Saúde no Pará, iniciando, sob a orientação de Evandro Chagas (irmão de Carlos Chagas), um extenso inquérito regional de malária, abrangendo localidades do Pará, Amazonas e Acre. (DEANE,1986, p.53-4)

Até esse momento, 1936, o Plano de Saneamento da Amazônia é um empreendimento nacional, com recursos e mão-de-obra nacional. O Brasil consegue capitalizar recursos, mesmo com todas as discussões internas quanto aos defensores e oposicionistas dos acordos comerciais concomitantes com Estados Unidos e Alemanha, para a implantação de um parque industrial nacional que, segundo Vargas, se auto- abasteceria de matérias-primas. Mas industrialização, principalmente a que se pretende nacional e forte, não existe sem maquinário potente e técnicas de produção altamente desenvolvidas, duas exigências que “freavam” os objetivos nacionalizantes de Vargas e lhe obrigavam a desenvolver estratégias com países detentores destas para conseguir equipar o parque industrial brasileiro planejado.

Mas não seria tão fácil implementar uma industrialização eminentemente nacional quanto Vargas afirmava em seus discursos. O Brasil não dispunha de siderurgias, não dispunha de centros formadores de cientistas para as finalidades que Vargas delineava, assim como não dispunha de equipamentos concernentes às necessidades do momento. Nossos melhores cientistas haviam realizado suas especializações fora do Brasil.



Foto 1- Hospital Augusto Monteiro. 1931. Fonte: Álbum da Cidade de Rio Branco. Acervo: Fundação Elias Mansur. Rio Branco – Acre. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

The human society that can itself determine what the conditions are within which it lives is no longer in a situation of simply trying to meet the problems that the environment presents. If humanity can control its environment, it will in a certain sense stabilize itself and reach the end of a process of developing in this process of controlling its own environment. (MEAD, 1992, p.251-2)⁷

⁷ A sociedade humana que pode por si própria determinar as condições dentro das quais vive, não mais está numa situação de simplesmente tentar encontrar os problemas que o meio apresenta. Se a humanidade pode controlar seu ambiente, ela poderá, num certo sentido, se estabilizar e alcançar a finalidade de um processo de desenvolvimento.



Foto 2- Hidroavião Taquary, o primeiro a chegar no Acre. (1936). Chegada do interventor paulista Manoel Martiniano Prado ao Acre. Fonte: Fundação Elias Mansur. Rio Branco – Acre. Acervo: Plano de Saneamento da Amazônia. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

For effective cooperation one has to have the symbols by means of which the responses can be carried out, so that getting a significant language is of first importance.[...] The symbols are not bare words, but words that do answer to certain responses; and when we combine a certain set of symbols, we inevitably combine a certain set of responses. (MEAD, 1992; p.268-9)⁸

⁸ Para uma cooperação efetiva, alguém tem de ter os símbolos por meio dos quais a resposta possa ser feita, de forma tal que uma linguagem significativa é de primeira importância.[...] Os símbolos não são palavras nuas, mas palavras que realmente atendem a certas respostas; e quando combinamos um determinado conjunto de símbolos, acabamos, inevitavelmente, por combinar um determinado conjunto de respostas.



Foto 3- Solenidade pomposa da Semana da Pátria. (1940). A presença militar do Estado brasileiro em nossas fronteiras significava a ‘ocupação e proteção’ do Estado contra cobiça estrangeira. Fonte: Álbum da Cidade de Rio Branco – Acre. Acervo: Fundação Elias Mansur. Rio Branco - Acre. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

The institution represents a common response on the part of all members of the community to a particular situation. [...] forms so organized that the individual members of society can act adequately and socially by taking the attitudes of others toward these activities.(MEAD,1992, p.261-2)⁹

⁹ A instituição representa uma resposta comum, por parte de todos os membros da comunidade para uma situação particular. [...] formas tão organizadas que os membros individuais da sociedade podem agir adequada e socialmente assumindo a atitude dos outros em relação a essas atividades.



Foto 4- Agência dos Correios e Telégrafos. (1940). Dotar os “espaços vazios” de instrumental estatal significava afirmar a civilidade daquelas paragens ao projeto de modernização que o país adotara. Fonte: Fundação Elias Mansur. Rio Branco – Acre. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

You cannot build up a society out of elements that lie outside of the individual's life-processes. You have to presuppose some sort of co-operation within which the individuals are themselves actively involved as the only possible basis for this participation in communication. (MEAD,1992, p.257)¹⁰

¹⁰ Não se pode construir uma sociedade a partir de elementos que se encontram fora do processo de vida do indivíduo. É preciso pressupor algum tipo de cooperação, dentro da qual os próprios indivíduos estejam ativamente envolvidos, como a única base possível para essa participação na comunicação.



Foto 5- Primeiras assistentes sociais de Rio Branco. 1940. Fonte: Fundação Elias Mansur. Rio Branco – Acre. Acervo: Plano de Saneamento da Amazônia. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

It is the unity of the whole social process that is the unity of the individual, and social control over the individual lies in this common process which is going on, a process which differentiates the individual in his particular function while at the same time controlling his reaction. [...] he does take the attitude of those concerned, and does control his own conduct in terms of common attitudes.(MEAD,1992, p.270)¹¹

¹¹ É a unidade de todo processo social que é a unidade do indivíduo; e o controle social sobre o indivíduo encontra-se nesse processo comum que está ocorrendo, um processo que diferencia o indivíduo em sua função particular ao mesmo tempo em que controla sua reação. [...] ele toma a atitude daqueles envolvidos e controla sua própria conduta em termos de atitudes comuns.



Foto 6- Rádio Difusora Acreana “A Voz das Selvas” (1944). Responsável pela comunicação entre a selva e a capital, assim como a veiculação dos discursos varguistas na região. Fonte: Fundação Elias Mausur, Rio Branco – Acre. Acervo: Museu da Borracha. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

There are conditions under which the gesture of one form serves to place the other forms in the proper attitude toward external conditions. [...] We get illustrations of that in the influence of a great speaker. One is influenced by the attitudes of those about him, which are reflected back into the different members of the audience so that they come to respond as a whole. [...] There is then communication in a real sense, that is, one form communicates to the other an attitude which the other assumes toward a certain part of the environment that is of importance to them both. (MEAD, 1992, p.253)¹²

¹² Há condições sob as quais o gesto de uma forma serve para posicionar outras formas na atitude apropriada em relação a condições externas. [...] Conseguimos ilustração disso [...] sob a influência de um falante exímio. Alguém é influenciado pelas atitudes de outros em relação a si, que são refletidas de volta nos diferentes membros do público, de forma tal que eles chegam a responder como um todo. [...] Há, então, a comunicação no seu sentido real, ou seja, uma forma comunica a outra uma atitude que a outra adota em relação à certa parte do ambiente que seja de importância para ambos.



Foto 7- Casa comercial N. Maia & Cia. no Seringal Empresa. Uma das primeiras ações do governo Vargas na região amazônica foi dotá-la de uma (mínima) estrutura que atendesse à nova racionalização do capital, da produção da borracha e demais produtos da região. s/d. Fonte: Álbum Cidade de Rio Branco. Fundação Elias Mansur. Rio Branco- Acre. Acervo: Museu da Borracha. Proibida a reprodução. Reservado os direitos autorais.

The relations between social reconstruction and self or personality reconstruction are reciprocal and internal or organic; social reconstruction by the individual members of any organized human society entails self or personality reconstruction in some degree or other by each of these individuals, and vice versa¹³, for, since selves or personalities are constituted by their organized social relations to one another, they cannot reconstruct those selves or personalities without also reconstructing, to some extent, the given social order, which is, of course, likewise constituted by their organized social relations to one another. (MEAD, 1992, p.309).

¹³ As relações entre reconstrução social e reconstrução do *self* ou da personalidade são recíprocas e internas ou orgânicas; a reconstrução social, por parte de membros individuais de qualquer sociedade humana organizada acarreta na reconstrução do *self* ou da personalidade em algum grau ou outro por cada um desses indivíduos e vice-versa, porque uma vez que seus *selves* ou personalidades são constituídos pelas suas relações sociais organizadas um com o outro, eles podem reconstruir outros *selves* ou personalidades sem reconstruírem, também, até certo ponto, dada ordem social, que é, evidentemente, similarmente constituída pelas suas relações sociais organizadas uns com os outros.

A política comercial implementada desde 1935 concomitantemente com a Alemanha e os Estados Unidos no entanto, começava a exigir mais cautela em sua trajetória. Com as contingências da guerra não se vislumbrava grandes modificações no quadro apresentado. Todavia, não devemos esquecer, conforme apontado em linhas anteriores, que o Brasil se comprometera nas Conferências de Saúde da OPAS em implementar medidas concernentes às doenças tropicais na região, resultando na assinatura de protocolos de ações entre os países membros para a execução das resoluções tomadas nas Conferências da OPAS. O que significa tomada de atitudes políticas para a execução das medidas decididas nas referidas Conferências.

Significando, ainda que, mesmo os Estados Unidos se dizendo “preocupados” quanto às questões das doenças tropicais na América Latina, seu verdadeiro interesse na Amazônia é geopolítico e como produtor de matéria prima que crescia na pauta de valorização de mercadoria nos mercados internacionais: a borracha. A presença, portanto, dos Estados Unidos na política brasileira, com grande expressividade na área da saúde e comprador de nosso café, começava a exigir da política de Estado brasileiro posicionamento preciso diante do quadro de disputas comerciais entre Alemanha e Estados Unidos.

Todavia, mesmo com a eclosão da guerra em 1939, o Brasil continuava suas negociações comerciais entre os países que caminhavam para o litígio – no caso específico, a entrada dos Estados Unidos na guerra que só aconteceria em 1941. Condição que lhe possibilitava contabilizar dividendos para sua política interna negociando com os dois países em questão mesmo signatário do Pan-americanismo, segue uma política de equidistância frente à guerra o que lhe autoriza a fazer a seguinte declaração:

Os conflitos internacionais, restritos e localizados desde 1918, assumem, hoje, proporções de suma gravidade, envolvendo os grandes povos criadores da civilização ocidental. De nossa parte, como americanos e como brasileiros, só temos de os lamentar. Politicamente, nada nos prende aos beligerantes. Não existem, nesta ou naquela parcialidade, laços profundos de linguagem ou de costumes que nos arrastem e empolguem irremediavelmente. Equidistantes de ambos os grupos pelo pensamento político, não temos, para intervir na luta, sequer, a justificativa dos interesses econômicos, que constituem, geralmente, nos dissídios entre os povos, o núcleo gerador dos choques armados. São esses, ainda agora, os motivos determinantes do conflito europeu, que perde, a cada novo episódio, o caráter de luta entre ideologias antagônicas. As alianças formam-se ou desaparecem, não por efeito das afinidades ideológicas, mas pelo cálculo e ajustamento dos interesses em equação, que reduzem ou acomodam, facilmente (*sic*), as chamadas divergências de ordem doutrinária. A realidade dos fatos está a nos oferecer-nos, assim, preciosa lição, que convém lembrar toda vez que se pretenda formular conclusões apressadas

ou tendenciosas sobre a repercussão dos acontecimentos internacionais nos negócios internos de qualquer país (VARGAS, 1939, v.7, p.24).

No discurso, Vargas afirma a “independência” brasileira perante a guerra. Em política, bem o sabemos, não há neutralidade. E os acordos comerciais para venda de borracha concomitantemente para os dois países que caminhavam para um confronto na guerra que se iniciava? E os acordos na área da saúde entre Brasil e Estados Unidos assinados nas Conferências da Organização Pan-Americana de Saúde que proporcionavam intercâmbio de bolsas aos sanitaristas e médicos brasileiros nos Estados Unidos? Sendo signatário do Pan-americanismo, que “independência” era essa?

Mas Vargas parece estar muito seguro do poder de sua fala. E está. Sabedor da correlação de forças que se formava tanto na conjuntura de alianças como na disputa entre os dois países (Estados Unidos e Alemanha) por fontes produtoras de matérias-primas, assim como de consumidores de seus produtos industrializados e do quadro geopolítico que se desenhava, logo, logo, o Brasil desempenharia papel relevante no conflito.

Em 1939, são criadas as Colônias Militares de Fronteira e as Colônias Agrícolas. Apresentando uma série de vantagens para os militares e seus familiares transferidos ou a pedido destes para a região, não só em termos de gratificações sobre os soldos militares bem como com a distribuição de terras. As Colônias Agrícolas obedeciam a mesma legislação normativa-disciplinar aplicada aos militares e às famílias que acorrem para a região. Dada a burocracia que teriam de enfrentar em caso de desistência, inexistência de aparato administrativo estatal efetiva e as distâncias quilométricas, ficavam submetidas aos autoritarismos do administrador e comandante das respectivas colônias.

Vargas advertia aos seus adversários políticos e ao mundo que os chamados “espaços vazios” da Amazônia não estavam tão vazios como pensavam. A Legislação das colônias militares e de fronteira que lhes apresentamos não encontra-se na sua íntegra, mas sim os artigos, parágrafos e alíneas mais significativas, portanto, as mais disciplinares e punitivas. Uma clara demonstração de que o projeto de ocupação da Amazônia não capitularia diante de obstáculos para sua efetivação. O Artigo nº180 da Constituição de 1937 decretava: *Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União*. Dessa forma o Decreto-Lei nº 1351 de 16 de junho de 1939 criava as colônias militares de fronteira através do Art. 165 da Constituição de 1937:

Art. 1- São criadas as colônias militares de fronteira em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o art. 165 da Constituição Federal, e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.

Parágrafo Único. Visam elas: a) nacionalizar as fronteiras do país, particularmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais; b) criar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras situadas defronte das zonas ou localidades prósperas de país vizinho, bem como nos daquelas onde haja vias ou facilidades de comunicação (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território brasileiro; c) promover o desenvolvimento da população nacional nas zonas ou localidades das fronteiras onde haja exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola em mãos de estrangeiros do país limítrofe.

Art. 2º- A escolha dos locais para as colônias far-se-á mediante prévio estudo das respectivas regiões. § 1º- Serão preferidos os locais que, além de serem reconhecidamente salubres e capazes de atender aos objetivos apontados no parágrafo único do artigo anterior, possuam os seguintes requisitos: a) altitude conveniente e terras adaptáveis à policultura e à pecuária; b) situação à margem ou nas proximidades de estradas de rodagem em tráfego ou em construção, ou de vias fluviais navegáveis; c) existência de matas no local ou nas proximidades, e de águas correntes, perenes e potáveis, que abasteçam os ocupantes das colônias e sirvam aos trabalhos agrícolas e industriais. [...]

Art. 3º- Cada colônia organizar-se-á de modo que tenha:

I – Um chefe militar. II – Um contingente militar, constituído por tropa federal e encarregado da vigilância da fronteira e policiamento da colônia. III – Serviço de colonização, encarregado do controle e distribuição de terras, do abastecimento de água e dos esgotos. IV – Serviço sanitário, compreendendo: 1) hospital, inclusive as secções de maternidade, de doenças endêmicas e de profilaxia das moléstias venéreas; 2) farmácia. V- Usina para fornecimento de luz e força. VI – serviço provedor, compreendendo: 1) armazém de gêneros alimentícios; 2) armazém de ferragens e materiais de construção; 3) armazéns de fazendas e confecções. VII – Uma ou mais escolas primárias. VIII- Escolas para o ensino de agricultura, pecuária e mineração. IX- Oficinas para trabalho do ferro e da madeira. X- Correio e telégrafo. XI- Campo de pouso para aviões e local para pouso de hidroaviões.

Art. 4º- Ao chefe militar da colônia, que será sempre um oficial superior do Exército, incumbe a direção geral de todos os serviços da respectiva colônia, ficando-lhe subordinados, para todos os efeitos, inclusive para o da ação disciplinar, todos os militares, funcionários civis e pessoal extranumerário em serviço na colônia, qualquer que seja o Ministério a que pertençam. § 1º- Somente por intermédio do mesmo chefe serão os assuntos encaminhados às autoridades competentes e dessas à colônia. [...]

Art. 5º- Poderão ser aceitos, como colonos, a juízo do chefe militar de colônia:

a) Reservistas do Exército, da Armada, dos Corpos de Polícia e de Bombeiros. b) Trabalhadores nacionais. c) Flagelados. d) Índios. e) 10% de estrangeiros possuidores de ofício, calculados sobre o efetivo total da população brasileira da colônia.

Art. 6º - Todos os colonos ficarão sujeitos ao regime da colônia. Parágrafo único. Nenhum colono poderá ausentar-se dela sem prévia comunicação ao chefe militar. [...]

Art. 8º- Toda pessoa estranha à colônia e que tiver permissão para nela demorar, ficará sujeita à autoridade do chefe militar e ao regime de colônia. [...]

Art. 19- É permitido o estabelecimento de casas comerciais na colônia

Parágrafo único. Gozando elas de isenção de impostos durante os cinco primeiros anos, a partir da data da instalação da colônia em que forem estabelecidas, ficando, porém, sujeitas a tabelamento de preços das mercadorias, os quais não poderão exceder à dos artigos iguais vendidos nos armazéns do serviço provedor. [...]

Art. 21- Serão criadas, nas colônias militares, Formação de Trabalhadores.

§ 1º- Terão elas os seguintes objetivos:

a) desenvolver as condições físicas dos trabalhadores.

b) familiarizá-los praticamente com os serviços coloniais, adaptando-os às atividades que escolherem ou lhes forem destinadas.

c) orientar e selecionar, para serviços especiais da colônia, os que mostrarem acentuada vocação para essas espécies de atividade.

§ 2º- Nas Formações serão incorporados, de preferência, os colonos que precisarem ser submetidos a regime profissional e disciplinar.

§ 3º- As Formações serão empregadas nos trabalhos públicos das colônias e nos estabelecimentos agrícolas que a administração colonial julgar conveniente organizar. [...]

Na estrutura organizacional e administrativa acima apresentada são claros os aplicativos de um arsenal disciplinar normativo e punitivo militar. Mesmo com toda essa legislação *disciplinar* necessária, segundo o governo, para ordenar as vivências entre brancos e índios na região e entre civis e militares, suas vantagens, no entanto, eram interpretadas por militares que para a região eram transferidos sem as devidas qualificações para o desempenho das funções, o que demonstra que o objetivo do governo estadonovista para a região era, de qualquer maneira, povoar, ocupar, mesmo sem os conhecimentos técnicos balizados sobre a região que trabalharia.

Situação já denunciada por nossos sanitaristas quando de suas viagens pela região no início do século XX e por Carlos Chagas, Leônidas Deane e outros no Plano de Saneamento da Amazônia encomendado por Vargas.

A presença de militares em fortificações de nossas fronteiras assim como medidas impositivas para o povoamento da Amazônia, no entanto, remonta à colônia ao ser utilizada como degredo (AMADO, 2000)¹⁴. No pós-1930, ela é intensificada com a transferência de militares para a região; assim como castigo para os próprios militares ou por insurgências ou oposição ao governo. Mesmo os transferidos para desempenhos por tempo determinado denunciam as condições de trabalho. As dificuldades em realizar as tarefas nos são apresentadas através do relatório de um militar que trabalhou na região:

Melhor do que qualquer descrição desses fatos comprovados, será a transcrição de um texto do antigo oficial do exército Paulo Bastone, designado para servir no

¹⁴ Nesse trabalho a autora apresenta que a Amazônia não ficou ‘esquecida’ pela colonização portuguesa. Em pesquisa realizada pela autora em arquivos e bibliotecas portuguesas sobre a questão do degredo para o Brasil, particularmente para a Amazônia, no período que abrange 1737 a 1800, Amado nos explicita que motivos militares e/ou políticos, e pessoas comuns consideradas ofensivos e perigosos não somente em Portugal, mas em todas as colônias do império português eram condenados na metrópole e enviados para o Brasil, Amazônia, mais especificamente, para lutar como soldados contra as constantes investidas de estrangeiros na região. Mulheres também eram degredadas para a Amazônia. Talvez a resposta para compreendermos o tipo peculiar dos modos de vida amazônico esteja nessa rede de etnias, raças, culturas, costumes e religiões diversificadas; não esqueçamos que essa ‘interação’ aconteceu em meio à uma imensa floresta, que, até a atualidade continua desafiando o ‘chamado processo civilizador’. In AMADO, Janaína (2000) *Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 813-832. Rio de Janeiro, RJ.

Guaporé, em 1936, onde lhe foi entregue o comando do núcleo agrícola Antenor Navarro, com 30 praças em serviço. No referido artigo sobre o Guaporé, assim escreveu este oficial com toda a honestidade: Recebendo o comando, fiquei confuso, confesso, pois não entendia nada de agricultura e muito menos de florestas, pois o núcleo estava situado a 11 quilômetros de Pôrto Velho, na rodovia de penetração Amazonas-Mato Grosso. Mesmo com boa vontade, dei início a vastas plantações e derrubadas, conseguindo, em apenas oito meses, fornecer Pôrto Velho de açúcar, cachaça e álcool. E como o oficial Paulo Bastone, existem muitos, porém, sem a suficiente coragem de atestar publicamente (*sic*) que estão trabalhando em setores cujas técnicas lhe são inteiramente estranhas. (GUERRA, 1953, p. 243)

Se as condições de trabalho e falta de qualificação do plantel militar e instrumentos de trabalhos específicos apresentadas pelo próprio encarregado eram essas, imaginem, para aqueles que se aventuraram, antes destes, ou melhor explicando, os primeiros nordestinos que chegaram na região na segunda metade do século XIX para trabalharem nos seringais da Amazônia da *Belle Époque*. Através do depoimento, fica clara a falta de planejamento que o governo afirmava haver nos discursos oficiais.

A nova política quanto à Amazônia no pós-1930; e com toda ênfase no pós-1937, recomendava o estudo metuculoso da região quanto às suas possibilidades para a colonização efetiva, fixa. Conhecedor dos discursos externos sobre os espaços vazios no Brasil travados na Europa e ciente dos estudos geopolíticos sobre a região, assim como do crescente significado da Amazônia no jogo de interesses entre os Aliados e os países do Eixo na guerra que se iniciava afirma:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, semeada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto [...]. Vim para ver e observar de perto as condições de realização de plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. (VARGAS, 1940, v.VIII, p.78-9)

A visita que Getúlio realiza a Manaus em 1940, tinha como objetivo averiguar o plano de colonização que já vinha sendo realizado pelas colônias militares de fronteira e agrícolas iniciado na região no ano anterior; porém, essas colônias não conseguiam fixar o colono à terra porque não foram implementadas obedecendo a um plano estratégico de efetiva ocupação com um aparato estatal eficaz e capaz de assegurar a presença na região como gerenciador das relações; mesmo com a legislação e benefícios que ‘assegurava’.

Na Amazônia, no entanto, a Comissão encarregada de executar o Plano de Saneamento da Amazônia indicada por Vargas bem antes da guerra, 1936, mais exatamente,

com a criação dos IPEN (*op cit*) e do IAN (*op cit*) para as finalidades visadas, encontrou sérias dificuldades para realizar as determinações de Vargas para a região, dentre os quais os de maior envergadura: o combate à malária, à febre amarela e a *leishmaniose*. Eram tantos os problemas e doenças encontradas que somente o combate à malária não resolveria os problemas encontrados na região.

Fazia-se necessárias outras medidas que, em conjunto, poderiam ‘resolver’ os problemas mais graves imediatos. Assim, a comissão envia relatório ao Departamento de Saúde Pública no Rio de Janeiro no qual expunha a necessidade de outras atividades de saneamento concomitantemente ao combate da malária: *1- medidas visando o beneficiamento do meio, e atinentes em especial a serviços de abastecimento de água e remoção de dejetos (tarefa de saneamento propriamente dito) e 2- medidas de proteção de vida e da saúde a serem empreendidas por organizações sanitárias e de assistência médica (higiene, medicina preventiva, cuidado com doentes.* (Andrade et Hochman,2007)

Mesmo com os problemas apresentados quanto à impossibilidade da erradicação da malária sem as diretrizes que deveriam ser realizadas para os problemas apontados no relatório enviado pelos sanitaristas ao governo central, Vargas incentivava a migração, principalmente a nordestina, para os seringais amazônicos. E por que a nordestina, particularmente a cearense? Não interessava para a política de formação da identidade nacional a partir da Amazônia a presença de indivíduos considerados nocivos à sociedade, que apresentassem patologias e, portanto, desviantes ou resistentes à normatização e à disciplinarização a qual seriam submetidos. Por isso a política populacional empreendida na Amazônia teria que ser bem definida.

Mas como fixar os seringueiros à terra já pertencentes aos seringalistas e as demais eram tão distantes, inóspitas e sem qualquer tipo de comunicação, exceto a existência de barcos artesanais, que levavam horas e/ou dias para qualquer outro lugar ou assistência mais próxima? E as questões com os índios? Como passaram a ser tratados pelo governo Vargas? E suas terras? No “novo” estado brasileiro que se gestava o índio foi considerado elemento de brasilidade.

E quanto às autoridades, a quem recorrer nos litígios de brigas corriqueiras com assassinatos por dívidas e disputas por mulheres casadas e suas filhas; prostitutas na sua grande maioria levadas ao seringal pelo próprio dono deste para ‘acalmar’ os ‘ânimos’ pela falta de “muié” no seringal; ou se entregar a práticas orgiásticas nos cabarés espalhados pelas periferias das cidades, os elevados números de estupros e raptos de índias, assassinatos de seus

maridos e invasão de suas terras que já ocorriam desde o final do século XIX? Afinal, onde estava a proteção jurídica prometida?

Era, então, imperioso, dotar a região de uma estrutura estatal que não comprometesse os objetivos em questão, dessa forma foram criados os territórios federais que já vinham sendo recomendados por geopolíticos e ideólogos do Estado Novo que se dedicavam aos estudos da posição estratégica da região e, portanto, do Brasil no contexto sul-americano. Os territórios federais tinham uma legislação específica e sua administração era encarregada de homens de inteira confiança do Presidente da República:

[...] O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. [...] A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar. Eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais. A História dos povos está ligada à sua geografia. [...] E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestações desse destino (VARGAS, 1944, v.9, p.270-1).

Sanear, educar e povoar eram as finalidades, segundo o governo, para a Amazônia. Não mais no sentido itinerante, esporádico, mas inserindo-a ‘definitivamente’ como consumidora no contexto industrial nacional do qual as regiões de então, leste e sul, eram detentoras, adequando-a à racionalidade do capital industrial, ‘anulando’ o complexo de relações sociais que a região apresentava. O saber do Estado como formador da sociedade que se gesta, qual seja, como mentor da civilidade que chega ao interior. Povoar com o pioneiro, fixo, sem a rotatividade de uma permanência efêmera, mas no pioneiro que fica e cria vínculos com a terra e a desenvolve. A ação do estado na Amazônia, portanto, é vista por seus ideólogos e administradores como obra civilizadora. Marcondes Filho, Ministro da Justiça e do Interior do governo de Getúlio ao se referir à criação dos territórios federais assim declara:

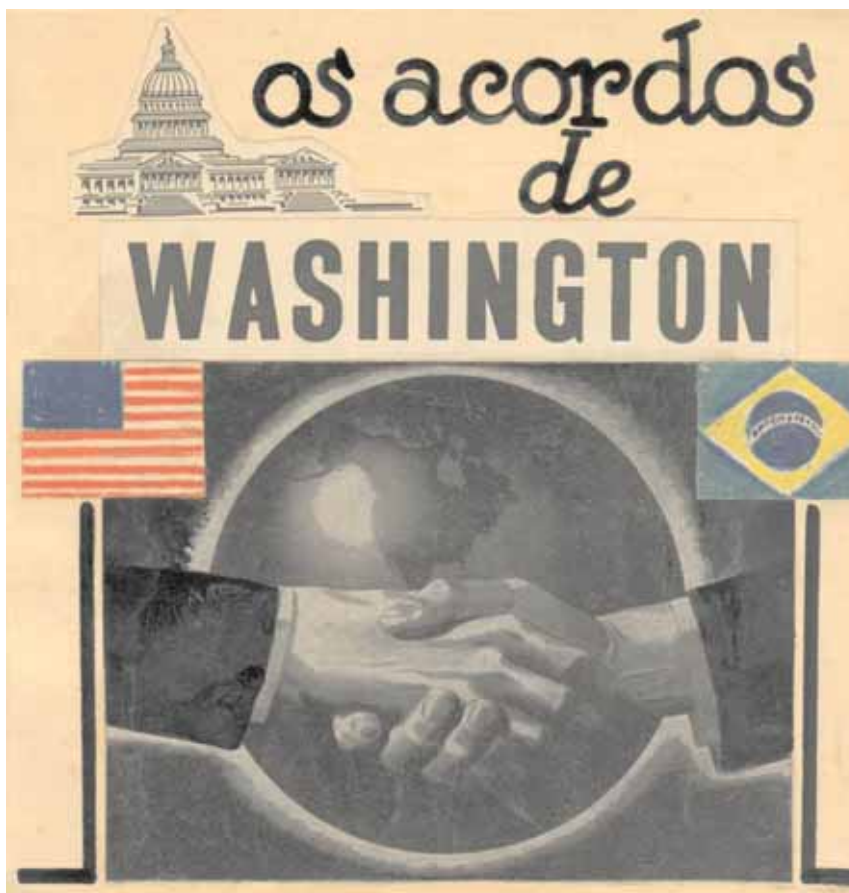
A criação dos novos Territórios Federais junto às nossas fronteiras, vem dar realce ao exato sentido do brado de **Marcha para o Oeste**; com o Sr Presidente da República despertou a atenção dos brasileiros para a nossa realidade. A Marcha para o Oeste não é uma simples indicação de rumo sem limite, sem desígnio. Esta formosa orientação do Sr. Presidente, traçada na zona litorânea, busca o coração do Brasil. Quer levar vida e movimento à sociedade das florestas virgens que demoram no centro do abençoado solo nacional. Não é outro o pensamento que presidiu à criação de novos territórios, não é outro o objetivo que lhes é conferido. Criando

novos núcleos de povoamento, de civilização e de riqueza nos limites distantes do litoral atlântico, o Sr. Presidente da República deseja que, de todos os lados do Brasil, a marcha se organize para o âmago da terra brasileira; a fim de que umas regiões não progridam à custa do sacrifício ou do esquecimento de outras, por falta de presença do Estado Nacional (MENEZES, 1989, p.31).

O ataque japonês a *Pearl Harbour*, base americana no Havaí, em 07/12/1941 com a conseqüente invasão das colônias inglesas produtoras de borracha na Malásia, interrompem o fornecimento do produto para os países aliados. Na produção de borracha mundial, com a supremacia dos seringais malaaios, porém impedidos de negociações com o ataque do Japão à região, somente o Brasil apresentava a mesma qualidade da borracha produzida na Malásia.

A guerra interviria diretamente no Plano de Saneamento da Amazônia tornando o Brasil o único produtor capaz de suprir os aliados para a indústria da guerra na qual a borracha figurava como matéria-prima privilegiada para o esforço da guerra na confecção de botas, pneus, capacetes, cintos, capas de chuva, etc. A Amazônia é objeto de interesse comercial, nacional e internacional; confirmando assim, as teorias dos ideólogos e geopolíticos brasileiros que já realizavam trabalhos nessa área desde a década de 1920 sendo alguns deles abordados ao longo da exposição desta pesquisa. Dessa forma novos planos são, então, reelaborados e inseridos no *Plano de Saneamento da Amazônia* (1940).

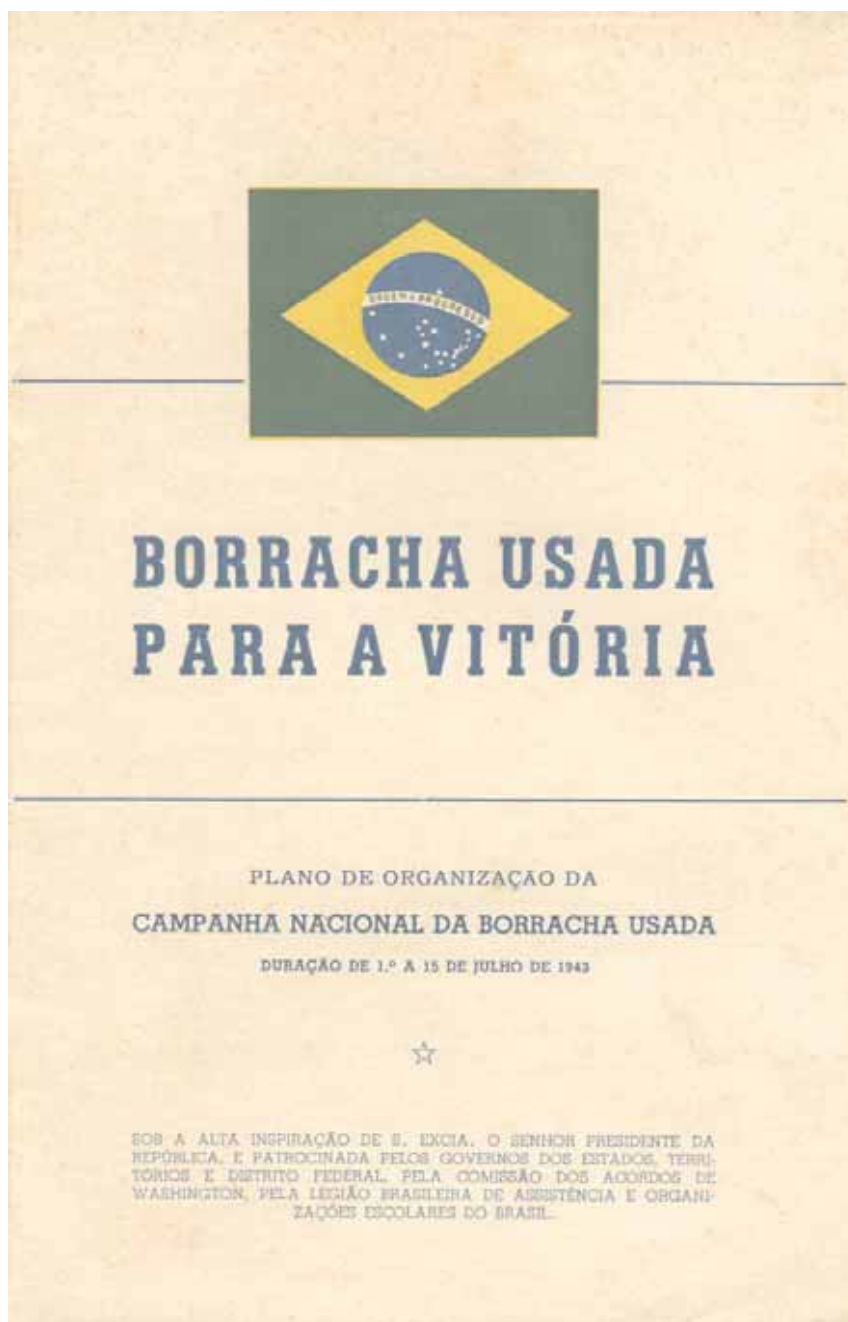
Com a adesão do Brasil à causa aliada com a assinatura dos Acordos de Washington em 1942 uma série de medidas são tomadas no sentido de incrementar a produção da borracha brasileira para os Estados Unidos (cartazes nº 01, 02 e 03). No plano da saúde a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), organismo americano criado no Brasil como um dos desdobramentos dos Acordos de Washington e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde atuaria na profilaxia das doenças a nível nacional.



Cartaz n. 01 - Assinatura dos Acordos de Washington entre Brasil e Estados Unidos em 1942. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The conscious or significant conversation of gestures is a much more adequate and effective mechanism of mutual adjustment within the social act – involving, as it does, the taking, by each of the individuals carrying it on, of the attitudes of the others toward himself – than is the unconscious or non-significant conversation of gestures. (MEAD, 1992, p. 46)¹⁵

¹⁵ A consciência ou a conversação significativa de gestos é um mecanismo de mútuo ajuste no ato social muito mais adequado e efetivo – envolvendo, como faz, a tomada, por cada um dos indivíduos envolvidos no ato, das atitudes dos outros em direção a ele mesmo – que a inconsciência ou a conversação de gestos não significantes.



Cartaz n. 02 Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais

In this way every gesture comes within a given social group or community to stand for a particular act or response, namely, the act or response which it calls forth explicitly in the individual to whom it is addressed, and implicitly in the individual who makes it; and this particular act or response for which it stands is its meaning as a significant symbol. (MEAD, 1992, p.47).¹⁶

¹⁶ Todo gesto surge dentro de um determinado grupo social ou comunidade para significar um ato particular ou uma resposta, especificamente, o ato ou a resposta que anuncia, explicitamente, no indivíduo ao qual ele é destinado, e, implicitamente, no indivíduo que o destinou; e esse ato particular ou essa resposta para o qual ele significa é sentido como um símbolo significante.



Cartaz n. 03 - Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

A criação e atuação do SESP no Brasil, no entanto, não aconteceu sem embates e protestos entre a comunidade médica brasileira e o governo centralizado varguista sobre a ‘intromissão’ de técnicos estrangeiros em assuntos de doenças no âmbito interno, como se no Brasil não existissem pesquisadores de nível de conhecimento e pesquisas bem balizadas em questões referentes à malária. Sobre o assunto encontramos a seguinte manifestação de repúdio no jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro em 1942:

O telégrafo nos anuncia a vinda de homens para planejar e dirigir. Que quer isso dizer senão que os nossos conhecedores do problema sanitário da Amazônia terão que se eclipsar, reduzidos talvez a colaboradores desses dirigentes. Ora, quem conhece o valor de nossos técnicos e sabe que eles, no vasto cenário nacional, já tem dado sobejas provas de sua competência, fica realmente apreensivo quanto ao papel de subordinação que lhes ficaria reservado. (Andrade *et* Hochman, 2007)

Quanto à questão da independência de ação do SESP diante de outros organismos de saúde do governo em território brasileiro encontramos em Bastos (1995) a trajetória de ação desse órgão na área de saúde no Brasil. Trajetória que atuará diretamente na seleção e arregimentação de trabalhadores nordestinos para os seringais amazônicos no período compreendido entre 1942-1945 em ação conjunta entre o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia) e a CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia).

Utilizando uma metodologia de trabalho nos moldes militares, o trabalho do SESP na triagem realizada, submete o corpo do trabalhador a um completo diagnóstico para as finalidades objetivadas: mão-de-obra saudável e produtiva para os seringais amazônicos. Para os teóricos do Estado Novo, particularmente os defensores da eugenia, essa triagem, no entanto, tinha ainda outra finalidade de vital importância para a nação que se criava: a formação do novo brasileiro. A população que povoaria e reproduziria na região amazônica, já estaria isenta de males físicos e mentais; portanto, aptos para o nascimento de um novo brasileiro que teria na Amazônia ambiente favorável (natureza e índios) para o desenvolvimento das habilidades já demonstradas quando de sua arregimentação para a Amazônia: força, determinação e coragem, elementos fundamentais para a construção da identidade nacional no pensamento estadonovista.

As informações apresentadas por Bastos (*op cit*) são valiosas não somente por fornecer informações para compreendermos a ação do Estado Novo na Amazônia, mas como os organismos criados para sua atuação realizaram a difícil tarefa no trato das questões que a Batalha da Borracha exigia. Locais de trabalho, falta de mão de obra qualificada, instrumentos de trabalhos, medicamentos, tudo estava por fazer. O alto número de doenças contraídas na viagem, acrescidas à malária que lhes acometia logo entrassem no território dominado pelo *aedes aegypti*, a desobediência nas normas de conduta obrigava a aplicação de dispositivos claramente impressos nos manuais normativos disciplinares das instituições criadas. As longas citações abaixo colhidas do trabalho do autor têm como objetivo principal fornecer ao

leitor o maior número possível de informações sobre como o governo estadonovista com a incorporação do SESP, redimensionou o Plano de Saneamento para a Amazônia:

O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA, como seu próprio nome definia, não fazia parte da estrutura normal do Ministério da Educação e Saúde. Era um órgão especial, de emergência, subordinado diretamente ao Ministro da referida pasta, com total autonomia derivada da autoridade conferida ao Superintendente, para determinar o processo administrativo a ser seguido pela Instituição. Assim, no próprio contrato básico, foi dada ao Superintendente a autoridade exclusiva de escolher, nomear, demitir os servidores, estabelecer os salários, determinar transferências e condições de emprego dentro da Organização. O Serviço tinha orçamento próprio para o qual contribuíam o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América e sempre dispôs de grande flexibilidade administrativa, o que lhe facilitava ajustar-se facilmente às variedades de tarefas surgidas durante a operação. Sua organização administrativa permitia operações sistemáticas livres de burocracia e de rotina administrativa supérflua. As atividades do Serviço, em nível central, logo cedo eram de tal natureza que houve necessidade de um local que servisse para estocar material, equipamentos, suprimentos, medicamentos que eram recebidos dos Estados Unidos ou adquiridos no Brasil e posteriormente enviados aos pontos de Operação [...] A falta de infra-estrutura nas comunidades do interior era evidente. Não havia sequer casas para residência do pessoal técnico e administrativo deslocado para as comunidades. Em muitas municipalidades os Postos de Higiene tiveram de ser instalados precariamente em casas particulares. Por não haver edifício público disponível. Assim o SESP teve de iniciar a construção de prédios para instalar suas unidades de saúde e para residências, construções simples, geralmente de madeira, devido a (*sic*) falta de tijolos e outros materiais de construção na região. [...] Nas cidades do interior não eram encontrados móveis prontos para atender as necessidades surgidas nem havia condições de fabricá-los. Mesmo aquelas oficinas que se dispunham atender as solicitações feitas pelo Serviço solicitavam preços exorbitantes de cancelamento ou datas de entregas incertas. A extensão da área de trabalho e a complexidade dos seus problemas apresentavam-se como séria (*sic*) ameaça para o desenvolvimento rápido das atividades programadas. Este fato levou a administração do Programa a dividir a área em três Setores - Pará, Amazonas e Acre - logo reduzida aos dois primeiros; tendo o Setor Pará com sede em Belém ficado (*sic*) constituído pelo Estado do Pará e Território Federal do Amapá. O Setor Amazonas com sede em Manaus ficou constituído pelo Estado do Amazonas e o Território Federal do Acre, posteriormente pelos Territórios Federais de Guaporé e Rio Branco. (BASTOS, 1991, p. 44-5)

No Nordeste, região que mais enviou trabalhadores para os seringais amazônicos, o governo instalou escritórios especialmente para essa finalidade (foto nº 08), cabendo ao SESP criar, organizar e executar o processo de arregimentação, juntamente com o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) e a CAETA (Comissão de Administração de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia) que deveriam realizar nos postos (hospedarias e pousos) o instrumental normativo, disciplinar e desodorizador da população arregimentada antes de embarcarem para os seringais amazônicos:

1)- proceder exame médico de todos os trabalhadores e pessoas de suas famílias que desejassem ingressar nas hospedarias administradas pelo DNI (Departamento Nacional da Imigração – grifo nosso) a fim de se selecionar os indivíduos fisicamente capazes de empreender a viagem à Amazônia e executar trabalhos agrícolas peculiares àquela região; 2)- proceder exame médico dos trabalhadores alojados nas hospedarias para confecção das listas de embarque, deliberando sobre aqueles que estão ou não em condições de empreender viagem; 3) - providenciar a assistência médica aos trabalhadores migrantes, desde o momento em que entrarem para os postos de estágio até o momento em que forem distribuídos aos alojamentos mantidos pelo DNI na Amazônia para trabalhos agrícolas; 4)- inspecionar e fiscalizar nas hospedarias: a) a qualidade e o preparo dos alimentos; b) o serviço de água e esgotos; c) a higiene e a limpeza das habitações destinadas ao alojamento dos trabalhadores, fornecendo material e pessoal quando julgar conveniente; 5)- executar as obras urgentes que julgar indispensáveis para melhorar as condições sanitárias das hospedarias, quando elas não puderem ser custeadas por verbas do DNI, dando ciência a este Departamento e à Autoridade que o representar no local; 6)- incumbir-se de mandar proceder, por seu pessoal, o serviço de higiene das instalações sanitárias; 7)- no trabalho do SESP e do DNI no recinto das hospedarias, as medidas sobre disciplina caberão respectivamente às autoridades competentes de cada repartição, recomendando-se a máxima cooperação e harmonia entre os funcionários que trabalham muitas vezes juntos e subordinados a autoridades distintas.

a) A Assistência Médica aos trabalhadores da borracha seria igual àquela prestada pelo SESP às populações civis; b) A Assistência Médica consistirá de: imunizações contra a varíola, febre tifóide e paratífóide A e B e tétano; assistência médica geral; assistência cirúrgica somente nos casos de emergência que ocorrerem nos acampamentos ou durante o transporte, quando em viagem entre Fortaleza e Manaus. Nenhum tratamento cirúrgico seletivo ou especializado será dado pelo SESP - assistência dentária, limitada a extrações e pequenos tratamentos, será dada em Fortaleza, Sobral, Teresina, Belém e Manaus; c) O saneamento dos acampamentos, a vigilância sanitária para as sentinas e hospitais e a fiscalização da alimentação dos trabalhadores ficarão sob as responsabilidades do SESP. A vigilância para os acampamentos em geral será a expensas da CAETA; d) Os acampamentos devem estar dentro dos padrões determinados pelos engenheiros sanitários do SESP que poderão ser modificados a qualquer tempo, se necessário, para evitar causas de insalubridade; e) Todos os trabalhadores serão submetidos a um exame médico completo, dentro de 24 ou 48 horas da entrada no acampamento determinado; os julgados fisicamente aptos serão imunizados contra as doenças referidas anteriormente; f) Os trabalhadores migrantes que precisem de mais de 30 dias de hospitalização serão considerados desqualificados e esta medida deverá ser aceita pela CAETA, cessando automaticamente toda responsabilidade do SESP com relação ao trabalhador; g) Nenhum trabalhador poderá sair do acampamento sem o "passe de viagem" fornecido pelo SESP, sob pena de ser desclassificado imediata e definitivamente; h) Nenhum doente portador de doença venérea poderá deixar a hospedaria sem estar curado, exceto no caso de sífilis, em que somente a cicatrização completa da lesão primária permitirá ao trabalhador deixar a hospedaria; i) Cada hospedaria ou pouso deverá ter: uma enfermaria para casos de medicina geral, com uma capacidade de 2% da hospedaria ou pouso; uma enfermaria de isolamento, com uma capacidade de 5% cada hospedaria ou pouso; uma enfermaria de isolamento, com capacidade de 5% da hospedaria ou pouso, para casos de internação de doenças venéreas; um ambulatório; j) os grupos de 200 homens, no mínimo, quando transportados por terra serão acompanhados por um guarda medicador do SESP, assim como os grupos de 300 homens, no mínimo, quando transportados por mar l) Cada enfermaria deverá ter uma cozinha construída e aparelhada pela CAETA, cabendo ao SESP fornecer gêneros e pessoal para seu funcionamento; m) Ao SESP cabe ainda a responsabilidade de organizar em Belém, uma escola de guardas medicadores, cujos candidatos serão escolhidos dentre os trabalhadores da borracha. O curso terá a duração de 90 dias e durante sua promoção os participantes terão direito a alojamento, alimentação, roupa por conta da CAETA e assistência médica dada pelo SESP(BASTOS,1991, p.85-88)

O SESP executou em todo o Nordeste brasileiro esse arsenal normativo, disciplinar e desodorizador dos corpos e das práticas para regulação das relações entre as condutas da população arregimentada. Para isso recrutava médicos sanitaristas nas capitais nordestinas; particularmente o Ceará, mais especificamente Fortaleza, cidade-piloto do projeto do SEMTA (foto nº 09). Um desses profissionais foi o médico Haroldo Gondim Juaçaba. Segundo o médico-pesquisador e biógrafo oficial do Dr. Juaçaba, Marcelo Gurgel Carlos da Silva em entrevista ao Jornal O Povo, em 14/06/09 afirma:

À época da II Guerra (*sic*), aceitou o desafio de trabalhar em plena selva amazônica, mediante contrato com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para prestar assistência médica aos “soldados da borracha”(sic), recrutados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), criado pelo Estado Novo a fim de suprir as tropas aliadas da borracha nativa, um produto vital à máquina bélica. Da convivência com médicos norte-americanos, quando trabalhou na Amazônia, surgiu o convite para treinamento nos EUA, resultando disso, a residência médica no Riverside Hospital, em Paducah, Kentucky (SILVA: 2009).

A prática médica do Dr. Haroldo Gondim Juaçaba, inscreve-se na metodologia mertoniana no desempenho das funções médicas aliada a uma disciplina que não qualifique somente para o desempenho médico *per si*, mas a uma educação médica e sanitária. Sua trajetória como médico e professor do Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará e arguto lutador pela instrumentalização e qualificação do corpo médico e funcional da rede médico-hospitalar do Ceará foi pautada na condução dos trabalhos que obedeciam a uma ética médico-sanitária que fosse, realmente, centrada na recuperação, portanto, na cura do paciente. Como um dos fundadores do Instituto do Câncer no Ceará

Em sua trajetória na Amazônia como médico contratado pelo SESP, 1943 a 1945, desempenhou excelente trabalho; seus relatórios semanais de atividades apresentam de forma estatística minuciosa todas os procedimentos realizados, números de consultas, exames, internações, vacinações, pequenas cirurgias, assim como averiguação das condições de higiene e condutas dos guardas sanitários no trato de suas funções para a operacionalização das finalidades previstas.

Os documentos a seguir apresentam a minuciosidade do Dr. Haroldo Juaçaba na prestação de contas dos serviços e materiais utilizados em seu ofício de médico em Manaus no Pouso Paredão em 1943. O primeiro apresenta as atividades realizadas na semana referente

aos dias 11 a 17 de julho de 1943; e o segundo, escrito à mão, referente ao Relatório Mensal nº 03, em que detalha os procedimentos médico-sanitários realizados nos Soldados da Borracha.

1945

11.7.1945 - Domingo

11.7.1945 - Domingo

12.7.1945 - 2a. feira

13.7.1945 - 3a. feira

14.7.1945 - 4a. feira

15.7.1945 - 5a. feira

16.7.1945 - 6a. feira

17.7.1945 - Domingo

18.7.1945 - Segunda

19.7.1945 - Terça

20.7.1945 - Quarta

21.7.1945 - Quinta

22.7.1945 - Sexta

23.7.1945 - Sábado

24.7.1945 - Domingo

25.7.1945 - Segunda

26.7.1945 - Terça

27.7.1945 - Quarta

28.7.1945 - Quinta

29.7.1945 - Sexta

30.7.1945 - Sábado

31.7.1945 - Domingo

1.8.1945 - Segunda

2.8.1945 - Terça

3.8.1945 - Quarta

4.8.1945 - Quinta

5.8.1945 - Sexta

6.8.1945 - Sábado

7.8.1945 - Domingo

8.8.1945 - Segunda

9.8.1945 - Terça

10.8.1945 - Quarta

11.8.1945 - Quinta

12.8.1945 - Sexta

13.8.1945 - Sábado

14.8.1945 - Domingo

15.8.1945 - Segunda

16.8.1945 - Terça

17.8.1945 - Quarta

18.8.1945 - Quinta

19.8.1945 - Sexta

20.8.1945 - Sábado

21.8.1945 - Domingo

22.8.1945 - Segunda

23.8.1945 - Terça

24.8.1945 - Quarta

25.8.1945 - Quinta

26.8.1945 - Sexta

27.8.1945 - Sábado

28.8.1945 - Domingo

29.8.1945 - Segunda

30.8.1945 - Terça

31.8.1945 - Quarta

1.9.1945 - Quinta

2.9.1945 - Sexta

3.9.1945 - Sábado

4.9.1945 - Domingo

5.9.1945 - Segunda

6.9.1945 - Terça

7.9.1945 - Quarta

8.9.1945 - Quinta

9.9.1945 - Sexta

10.9.1945 - Sábado

11.9.1945 - Domingo

12.9.1945 - Segunda

13.9.1945 - Terça

14.9.1945 - Quarta

15.9.1945 - Quinta

16.9.1945 - Sexta

17.9.1945 - Sábado

18.9.1945 - Domingo

19.9.1945 - Segunda

20.9.1945 - Terça

21.9.1945 - Quarta

22.9.1945 - Quinta

23.9.1945 - Sexta

24.9.1945 - Sábado

25.9.1945 - Domingo

26.9.1945 - Segunda

27.9.1945 - Terça

28.9.1945 - Quarta

29.9.1945 - Quinta

30.9.1945 - Sexta

1.10.1945 - Sábado

2.10.1945 - Domingo

3.10.1945 - Segunda

4.10.1945 - Terça

5.10.1945 - Quarta

6.10.1945 - Quinta

7.10.1945 - Sexta

8.10.1945 - Sábado

9.10.1945 - Domingo

10.10.1945 - Segunda

11.10.1945 - Terça

12.10.1945 - Quarta

13.10.1945 - Quinta

14.10.1945 - Sexta

15.10.1945 - Sábado

16.10.1945 - Domingo

17.10.1945 - Segunda

18.10.1945 - Terça

19.10.1945 - Quarta

20.10.1945 - Quinta

21.10.1945 - Sexta

22.10.1945 - Sábado

23.10.1945 - Domingo

24.10.1945 - Segunda

25.10.1945 - Terça

26.10.1945 - Quarta

27.10.1945 - Quinta

28.10.1945 - Sexta

29.10.1945 - Sábado

30.10.1945 - Domingo

31.10.1945 - Segunda

1.11.1945 - Terça

2.11.1945 - Quarta

3.11.1945 - Quinta

4.11.1945 - Sexta

5.11.1945 - Sábado

6.11.1945 - Domingo

7.11.1945 - Segunda

8.11.1945 - Terça

9.11.1945 - Quarta

10.11.1945 - Quinta

11.11.1945 - Sexta

12.11.1945 - Sábado

13.11.1945 - Domingo

14.11.1945 - Segunda

15.11.1945 - Terça

16.11.1945 - Quarta

17.11.1945 - Quinta

18.11.1945 - Sexta

19.11.1945 - Sábado

20.11.1945 - Domingo

21.11.1945 - Segunda

22.11.1945 - Terça

23.11.1945 - Quarta

24.11.1945 - Quinta

25.11.1945 - Sexta

26.11.1945 - Sábado

27.11.1945 - Domingo

28.11.1945 - Segunda

29.11.1945 - Terça

30.11.1945 - Quarta

1.12.1945 - Quinta

2.12.1945 - Sexta

3.12.1945 - Sábado

4.12.1945 - Domingo

5.12.1945 - Segunda

6.12.1945 - Terça

7.12.1945 - Quarta

8.12.1945 - Quinta

9.12.1945 - Sexta

10.12.1945 - Sábado

11.12.1945 - Domingo

12.12.1945 - Segunda

13.12.1945 - Terça

14.12.1945 - Quarta

15.12.1945 - Quinta

16.12.1945 - Sexta

17.12.1945 - Sábado

18.12.1945 - Domingo

19.12.1945 - Segunda

20.12.1945 - Terça

21.12.1945 - Quarta

22.12.1945 - Quinta

23.12.1945 - Sexta

24.12.1945 - Sábado

25.12.1945 - Domingo

26.12.1945 - Segunda

27.12.1945 - Terça

28.12.1945 - Quarta

29.12.1945 - Quinta

30.12.1945 - Sexta

31.12.1945 - Sábado

34

13 - Às 15 horas reiniciei o expediente atendendo o consultório com grande número de consultantes.

14 - Abri uma adenite supurada da região inguinal e um abscesso da axila, ambos com anestesia local.

15 - Organizei uma ambulância para seguir com 200 trabalhadores para o Acre, dando instruções ao guarda medicador.

16 - Fizemos colher o sangue de 4 doentes suspeitos de paludismo e enviei os exames a Banco Pública.

17 - Recebi o resultado de 6 exames, sendo um positivo e os demais negativos.

18 - Corri o campo com os colegas e o Dr. Freedman, pedindo para ver a planta da nova enfermaria; fui ao encarregado da construção da necessidade imperiosa de fôrro no isolamento.

19 - Às 18,10 fui com o Dr. Rosado e o Dr. Burges, a bordo do "Distrito Federal", encontrando 157 unidades da barraca, em trânsito.

20 - Fui encarregado pelo Dr. Rosado de passar revista aos doentes, marcando para as 7 horas do dia seguinte o exame médico.

21 - Fui em seguida ao escritório do Dr. Barreamento, onde o Dr. Rosado, o Dr. Burges e eu, conversamos com o Dr. Rosado sobre as modificações a serem introduzidas no Plano de Barreamento, terminando nossa palestra às 17,30.

22 - À noite estive trabalhando, para conhecimento dos guardas medicadores, as instruções para o uso do aparelho de queimão para colheita de culturas.

15.7.1943 - 3a. feira:

Manhã

23 - Às 7 horas fui à bordo do Distrito Federal, onde examinei 20 doentes, muitos dos quais embarcados de Belém já doentes.

24 - Dava as seguintes anotações: 1 com fístula da uretra prostática, 1 com escama dos testículos, 1 com diarreia, 1 com escabiose, sendo que 2 generalizada e infectada; 1 com blastomielose; 1 com orquite; 3 com parotidite; 1 com reumatismo (síndromes subfebris); 1 com febre intermitente; 2 com abscesso da face já abertos e os demais regressando; 1 com adenite supurada e cancro venéreo; 1 com gripe; 1 com abscesso da região axilar direita. Nenhum dos examinados se encontrava com o estado geral afetado gravemente. Mediquei todos os doentes e dei instruções ao guarda medicador acompanhante.

25 - Examinei a ambulância de bordo, tomando nota do material em falta.

26 - Entreguei ao Dr. Rosado lista dos doentes descrevendo o estado sanitário em que se encontravam. Indiquei o Dr. Rosado para em Manaus, para tratamento 2 portadores de escabiose generalizada, e deixar seguir os outros, passíveis de cura durante a viagem.

27 - Dirigi-me em seguida ao Hospital da Beneficência Portuguesa onde mediquei o paciente ali internado, encontrando-o já bem melhorado.

28 - Cheguei ao Porto às 8,30.

29 - Fizemos a visita na Enfermaria, medicando todos os

17.7.43

35

doentes. Encontrai um paciente portador de Alastria.

30 - Fui a pedido do Dr. Rosado, varias fotografias campo, dos barracões e da Enfermaria.

31 - Recobi 60 caixas de lençol para a Enfermaria enviada pelo SAVA.

32 - Almocei no Pouso juntamente com os colegas.

33 - Às 12,30 fiz uma lista do material necessario à ambulancia do navio Distrito Federal em transito no porto de Manaus.

34 - Às 13 horas procedi a limpeza de saida de 200 soldados da borracha.

35 - Atendi o consultorio.

36 - Retirei-me às 16,30, indo à bordo do Distrito Federal onde abri um volumoso abcesso da axilla de um trabalhador.

37 - Entreguei ao guarda medidor Francisco Assunção, os medicamentos para sua ambulancia.

38 - Retirei-me às 17,30.

14.7.1943 - 4a. Feira:

Manaus

39 - Fui pela manhã ao consultorio no SAVA onde o Dr. Bargas entregou a lista dos trabalhadores que deveriam receber em Manaus para tratamento.

40 - Dirigi-me em seguida ao Pouso, em companhia dos Drs. Rosado e Bargas.

41 - Fui a visita na Enfermaria, encontrando internado um paciente acidentado na vespere. Ao exame constatei uma fratura completa do braco esquerdo, ao nivel do terço medio.

42 - Consegui da carpintaria da embarcação fabricação de um aparelho de extensão continua, tipo Bouliquet, a qual coloquei no acidentado.

43 - Abri duas adenites de um doente da Enfermaria.

44 - Almocei no Pouso em companhia dos colegas.

45 - À tarde inspecionei varios trabalhadores chegado pelo Pedro II.

46 - Abri abcessos de 2 doentes no ambulatorio.

47 - Atendi varias consultas.

48 - Retirei-me às 16,45.

15.7.1943 - 5a. Feira:

Manaus

49 - Cheguei ao Pouso às 8,15.

50 - Fui a visita na Enfermaria meditando todos os doentes.

51 - Atendi o ambulatorio.

52 - Almocei no Pouso, batendo após fotografias da Enfermaria e de alguns barracões ainda não fotografados.

53 - Às 13 horas inspecionei 100 homens para embarque.

54 - Atendi o consultorio.

55 - Mandei fazer a limpeza geral na Enfermaria e nos doentes afim de arrumar as novas camas.

a) Doentes hospitalizados no convalescente em 1942	42
b) Doentes admitidos durante o mês	238
c) Doentes que foram tratados em enfermarias	228
d) Mortes	0
e) Doentes que permaneceram em enfermarias no fim do mês	46
f) Causas de admissão em enfermarias:	
Escarlatina gástrica	5
Varicela	40
Gripe	38
Bronquite	13
Pneumonia	9
Atenuação de ag. respiratória	1
Atenuação de pt	5
Hemorragia	1
Parotidite	26
Malária 1ª	47
Malária 2ª	19
Orquite	6
Erisipelas	1
Estrume	1
Erysipelas cutâneo	1
Contusão de tornoz	1
Entorse de tornoz	1
Entorse de tornoz - torção	1
Poliomielite	5
Contusões generalizadas	1
Concussão cerebral	1
Polio mielite aguda	1
Atenuação de ag. respiratória	1
Ferida aberta de pé	1
Úlcera de perna	2
Difteria	1

VIII - Idrijci

d) Unterwasserbohrer - von Tiefenbohrern

8. Apr 1900 - 1900

SES. *Steno-rhynchus* ——— 21

(Aurocarpol) ~~Aurocarpol~~ ————— 50

Bronchitis 629 10/10/10 11

Brouderick _____ May 9 A

Capital _____ 2004/17

Cardigan ————— at 2.30

Coramius _____ 39

~~Enactives~~ — ~~enactives~~ — 21

esperando 2.10T 5.9

Sapporina - extricula — 4
No. 20125

Yükö-leptek _____ 25.

Gonorracine _____ 11

Molitor Franco - x 25 93 15

Monroe
New York

Meo - Vityay ————— 100

Obs comprado — : 28-12.

Ref: 1010

Profectum _____ 20/12/20

Phosphinjetel A —————

11 B _____ 26

Quinolol as 2.9

Sarcocapnia _____ 46 NY

Pro anti-colt ———

folia anti-tubercula 300

Cow *lizard* _____ 500

Cora el cofado Quinto 00909

Chabrol ———— 4428

Pharmine det 15

Витамин К _____ 2

10

by Intoxicantes: adram - IX

glicose 1-diluido 200 ml

Calcio 500ml 200ml III

glicose 200ml

Formina 100ml 200ml VII

Glicose 100ml 200ml

100ml 200ml

31 100ml 200ml

31 100ml 200ml

100ml 200ml

IX Medicamentos utilizados no tratamento

1 100ml 200ml

1 100ml 200ml

X Exames 100ml 200ml

1 100ml 200ml

1 100ml 200ml

1 100ml 200ml

Cataplasma

Ventosas 100ml 200ml VII

Total 100ml 200ml

XI Pessoas imunizadas

Anti-malaria:

1ª semana	992	homens com	3992	comp.	(4 comp.)
2ª semana	1068	"	4272	"	(4 comp.)
3ª semana	847	"	3388	"	(4 comp.)
4ª semana	894	"	5364	"	(6 comp.)
dia 30.1.1	521	"	2084	"	(4 comp.)

Total 4328 homens com 19.100 comp. injeções

Anti-tífoide (primeira dose) 0

Anti-tífoide (segunda dose) 0

Anti-tífoide (terceira dose) 0

Anti-tétano 0

Anti-varíola 0

XII - Mortos:

Nao houve nenhuma morte

XIII - Serviço dentário

Nao houve

XIV - Recursos humanos:

a) Quarentena

- i. Casos vindos de meios anteriores ... 4 (?)
- ii. Casos novos ... 15
- iii. Curados ... 16

b) Casos de Nicolas Torre:

- i. Casos vindos de meios anteriores ... 11
- ii. Casos novos ... 3
- iii. Curados ... 5

c) Casos venenos:

- i. Casos vindos de meios anteriores ... 2
- ii. Casos novos ... 7
- iii. Curados ... 7

XV - Exames de laboratório:

a) Sangue:

- Positivo para Plasmodium falciparum - 2
- Positivo para Plasmodium malarium - 1
- Negativos - 8

Total sangues ... 11

Mauaus - 1-1 Setembro de 1943

Toda a estrutura física e administrativa do SEMTA obedecia ao pensamento normativo/disciplinar de uma guerra. Os serviços de rotina eram rigorosamente executados de forma hierárquica e profilática. Os Postos de Saúde, Hospedarias e Pousos (fotos nº 10, 11 e 12), locais de parada ao longo do trajeto via terrestre até o Maranhão, executavam o serviço de triagem, higienização e vacinação dos arregimentados:

a)- HOSPITAL e POSTO MÉDICO na HOSPEDARIA DE ALAGADIÇO - Hospedaria Getúlio Vargas.

A Hospedaria de Alagadiço, situada em Alagadiço, distrito de Fortaleza, foi a primeira a ser instalada pelo DNI, em dezembro de 1942 e tinha capacidade para 1.200 homens. Funcionava em situação muito precária, dispondo de uma casa muito pequena, em cuja área externa os migrantes armavam suas redes. Foi improvisada uma enfermaria com um posto médico em uma residência particular alugada para esta finalidade, que prestava os primeiros atendimentos. Esta situação, porém, foi de curta duração, pois o DNI através do SESP, construiu uma nova hospedaria, onde o SESP instalou um Hospital e um Posto Médico, para os quais foram transferidas as antigas instalações, em maio de 1943. [...] Os serviços de rotina consistiam de: consultas médicas no ambulatório, inspeção médica dos migrantes na hospedaria; visitas às enfermarias e visitas diárias à hospedaria, feitas pelas auxiliares hospitalares em busca de doentes, principalmente crianças que algumas vezes eram ocultadas pelos pais para evitar o internamento no Hospital. A assistência dentária era provida conforme as necessidades. Durante certa época a hospedaria acolheu um grupo de crianças que pertencia ao Núcleo Corocoide, fundado pelo SEMTA para abrigar mulheres e crianças, cujos pais haviam embarcado para a Amazônia. Fechado o Núcleo, mulheres e crianças foram removidas para a Hospedaria, exigindo grande atenção do pessoal do Hospital devido ao precário estado de saúde que apresentavam. Em 1945, em decorrência do encerramento do Programa da Migração, as atividades de assistência médica e sanitária passaram para a responsabilidade do Programa da Amazônia

b) -ENFERMARIA e POSTO MÉDICO na HOSPEDARIA do PRADO

A Hospedaria do Prado, também instalada em Fortaleza, com capacidade para 1.200 homens, começou a funcionar em março de 1943, sendo fechada em 15 de setembro e reaberta a 21 do mesmo mês e ano, após Acordo com a CAETA. [...]. A Enfermaria e o Posto Médico funcionaram até 31 de dezembro de 1944 como parte do Programa da Migração e de 01 de janeiro a 15 de março de 1945, sob a responsabilidade do Programa da Amazônia, quando foram fechados

c) -ENFERMARIA e POSTO MÉDICO no POUSO de SOBRAL

O Pouso de Sobral com capacidade para 300 homens era situado na rota terrestre para a Amazônia, distante de Fortaleza cerca de 300 quilômetros. Servia geralmente para pousada durante a noite, de trabalhadores em viagem e também como ponto de alistamento dos trabalhadores da redondeza. Foi aberto em fevereiro de 1943 e fechado a 23 de setembro do mesmo ano. Tinha grande movimento por ser pouso de passagem na rota.

d) -ENFERMARIA e POSTO MÉDICO no POUSO de TIANGUA

A razão para a instalação deste Posto, como os de Coroatá, Teresina e São Luiz, resultou da necessidade de transportar os migrantes por terra, de Fortaleza para São Luiz, devido ao extremo perigo do transporte marítimo, provocado pelos submarinos alemães que estavam operando no Oceano Atlântico. O Pouso foi instalado a 20 de março de 1943 e era situado no topo da Serra de Ibiapaba, cerca da metade do caminho entre Fortaleza e Teresina e tinha capacidade para 400 homens, com

possibilidade para 600. Era usado como uma parada obrigatória, de pernoite, para os grupos que eram transportados por caminhões de Fortaleza para Teresina. Num edifício alugado pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, foram instalados uma pequena Enfermaria e um Posto Médico. Além da inspeção médica dos migrantes em trânsito, o Posto Médico fazia fiscalização da alimentação e das condições sanitárias do Pouso que funcionava com 01 médico, 02 guardas medicadores e 10 guardas sanitários. Com a decisão da CAETA A de transportar os migrantes por água, a continuação do Pouso tomou-se desnecessária, sendo suas atividades desativadas em 20 de setembro de 1943

e) -ENFERMARIA e POSTO MÉDICO no POUSO de IGUATÚ

A instalação do Pouso foi determinada pela necessidade de se prestar assistência aos migrantes mobilizados na rota: Ceará/Paraíba/Pernambuco/Alagoas/Sergipe e Bahia. Funcionou de 22 de março a 20 de dezembro de 1944. Era situado na junção das estradas do sul do Ceará e dos outros estados nordestinos. Foram instalados no Pouso uma Enfermaria e um Posto Médico. Todos os trabalhadores mobilizados naquela rota pela CAETA eram examinados, sendo retirados para tratamento os que apresentassem qualquer anormalidade no estado de saúde. Servia como uma espécie de filtro para os incapazes e recuperáveis. Os trabalhadores que fossem admitidos no local, eram submetidos a severo exame clínico, sendo dispensados os que fossem portadores de doenças ainda não existentes no Vale Amazônico, como tracoma e esquistossomose. Alguns eram submetidos a exame de Raio X e os considerados aptos eram imunizados contra as febres tifóide e paratífóide, tétano, varíola e febre amarela, antes de serem admitidos. O Posto Médico era responsável pelo controle de mosquitos, controle da água e inspeção dos alimentos (BASTOS:1991; p. 89-97).

Porém, mesmo com os reclames da comunidade médico-científica sanitária e parasitológica brasileira contra o poder de intervenção de um organismo americano nos assuntos de saúde (e da política) do país, não impediram a criação e atuação do SESP no Brasil. A legislação acima apresentada demonstra o grau da alianças de interesses recíprocos entre o Brasil e os Estados Unidos.

As imagens a seguir apresentam a ‘logística’ elaborada pelo SESP e o governo estadonovista para o trabalho de arregimentação e dos *Pousos* - para descanso, novas triagens e novas arregimentações, assim como dispensas para aqueles que se rebelavam contra o sistema disciplinar imposto pelo SESP - que foram construídos de forma rudimentar em alguns Estados na trajetória da viagem aos seringais da Amazônia.

O escritório Central ficava localizado em Fortaleza, Ceará (foto 08), assim como o Hospital do Alagadiço (fotos 10 e 11). Pela estrutura rudimentar que apresentam (exceto o escritório central que, conforme nos ‘apresenta’ a foto era dotado de estrutura limpa e piso de porte para os padrões da época), são construções e logística para uma operação de urgência e de pouca durabilidade, porém, obedecendo à disciplinarização militar ao estilo dos Estados Unidos.



Foto nº 08- Escritório Central do Programa da Imigração em Fortaleza, em 1942. Localizado no então Bairro do Prado, atual Bairro da Gentilândia. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC- Acervo: SESP/ Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Foto nº 09 - Médicos do SESP em Fortaleza- Ceará, 1942. Com destaque para o médico cearense Dr. Haroldo Gondim Juaçaba, o quarto da esquerda para a direita de óculos e sorrindo. Como tantos outros sob o financiamento do SESP, o Dr Haroldo Juaçaba também foi para os Estados Unidos realizar sua especialização em ginecologia e infectologia. Fonte: MAUC/UFC. Acervo SESP/Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Foto nº 10- Hospital no Bairro de Alagadiço em Fortaleza- Ce. Fonte: MAUC/UFC. Acervo: SESP/Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Foto nº 11- Enfermaria de Pediatria do Hospital de Alagadiço em Fortaleza-Ceará. As esposas e filhos dos Soldados da Borracha que haviam embarcado para a Amazônia ficavam nas Hospedarias construídas pelo governo para o treinamento que estes haviam recebido nestas mesmas Hospedarias . Todos eram submetidos ao controle disciplinar e epidemiológico. Fonte: MAUC/UFC. Acervo: SESP/Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Respeitados os direitos autorais.

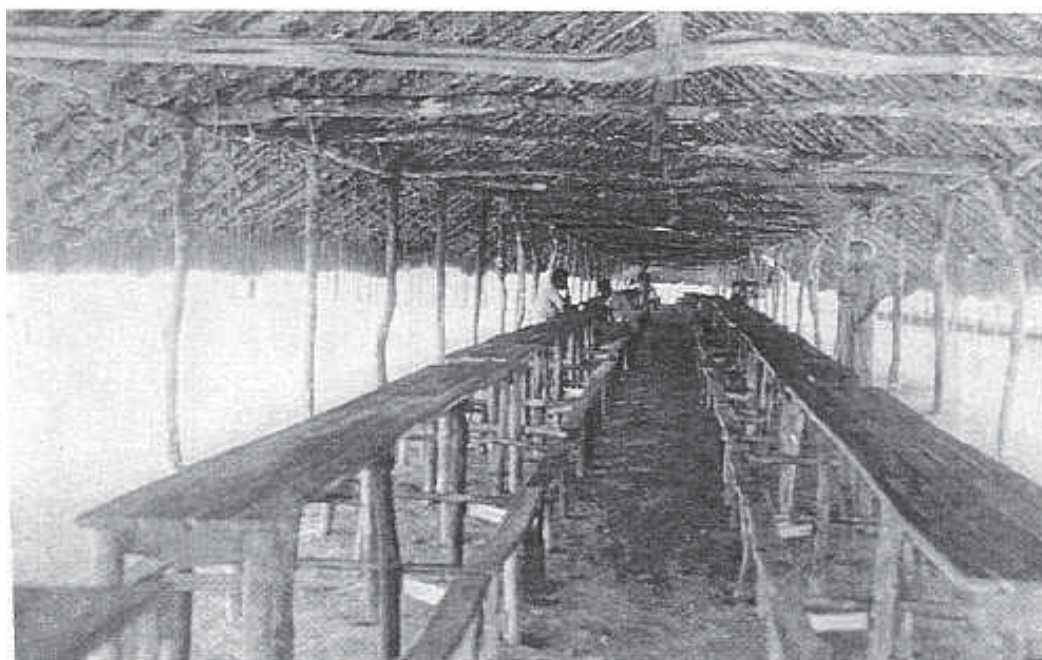


Foto nº 12- Refeitório de pouso na cidade de Sobral, interior do Ceará. Observem a precariedade das instalações do “Refeitório”. O que demonstra obra de uma verdadeira “operação de guerra”. Fonte: MAUC/UFC. Acervo: SESP/Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Cartaz nº. 04 - Mapa do Brasil mostrando o litoral guarnecido por soldados em alerta contra o (agora) inimigo, a Alemanha. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

Meaning arises and lies within the field of the relation between the gesture of a given human and the subsequent behavior of this organism as indicated to another human organism by that gesture. If that gesture does so indicated to another organism the subsequent (or resultant) behavior of the given organism, then it has meaning. (MEAD, 1992, p.75-6).¹⁷

As observações de Euclides da Cunha em *Os Sertões* sobre a capacidade de sobrevivência dos nordestinos diante da caatinga e das condições a que sempre estiveram submetidos pelos castigos das secas e dos latifundiários da região, constituíram elementos de grande importância no governo Vargas para a escolha dessa população como elemento para a realização do trabalho de titãs que seria realizado na Amazônia.¹⁸ E mais, o nordestino não era um elemento novo na região; já estava “familiarizado” com a Amazônia desde o primeiro

¹⁷ O sentido advém e consiste-se dentro do campo da relação entre o gesto de um determinado organismo humano e o comportamento subsequente desse organismo, como indicado a outro organismo humano por aquele gesto. Se aquele gesto realmente indica a outro organismo o comportamento subsequente (ou resultante) do dado organismo, então, ele apresenta sentido.

¹⁸ Veja: Ventura(1996); Rezende(2001); Oliveira(2002); Silva(2006); Murari(2007); Almeida & Cunha(2009).

boom da borracha no final do século XIX. Sobre os nordestinos Euclides da Cunha escreve n’*Os Sertões*:

O abandono a que sempre jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para aberrações e vícios dos meios adiantados. A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização. Esse fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. [...] É um retrógrado, não é um degenerado. Por isso mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia. A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. [...] Ao invés da inversão extravagante que se observa nas cidades do litoral, [...] - nos sertões a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de envolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior. [...] O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. [...] É o homem permanentemente fatigado. [...] Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréi canhestros reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. (CUNHA, 2007, p. 144-7)

Em *À Margem da História*, livro que registra suas representações da viagem realizada a Amazônia em 1904, região que segundo Euclides da Cunha “*tudo estava por fazer*”, referindo-se às condições de expatriação de brasileiros dentro de seu próprio território dada a situação de completo abandono, isolamento e embrutecimento a que foram condenados a desaparecerem na selva, observa que a situação é caótica. Aqueles miseráveis, antes considerados fortes pelo próprio Euclides da Cunha na resistência a Canudos, na Amazônia continuavam expatriados e considerados párias em seu ‘próprio’ território. Em *Um clima caluniado*, parte I do livro acima citado afirma:

Quando as grandes sêcas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-

se, às carreiras, os vapôres, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia - vastíssima, despovoada, quase ignota - o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem. E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chôfre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico. A sua capital - uma cidade de dez anos sôbre uma tapera de dois séculos - transformou-se na metrópole da maior navegação fluvial da América do Sul. E naquele extremo sudoeste amazônico, quase misterioso, onde um homem admirável, William Chandless, penetrara 3.200 quilômetros sem lhe encontrar o fim - cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heróico: dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado.

O Nordeste, particularmente o Ceará, foi uma das primeiras regiões a abolir a escravidão (1883), além de não dispor de grande quantidade de escravos, a cultura do gado não necessitava de grande quantidade de mão-de-obra escrava, era onerosa e tornou-se difícil de sustentar face às constantes secas que assolavam a região. A venda de escravos para outras regiões do país, passa a constituir, mais um elemento para que a miscigenação ocorresse em escala bem inferior à registrada nos grandes centros do país de então.

Mas, o Nordeste apresentava outros problemas não só para as elites da região, como para o governo central: saques, revoltas, messianismo, migração do sertão e do interior nordestinos para as capitais de seus estados e elevado índice de banditismo tendo na pistolagem sua mais alta expressão. A promessa do eldorado na Amazônia faz essa população sentir-se pertencida ao projeto nacional e adere à promessa do paraíso na Amazônia. Vargas ‘resolvia’, assim, o problema de ocupação da Amazônia, ao mesmo tempo que realizava uma ‘limpeza’ nos centros das capitais nordestinas com a retirada dessa população indesejada para o norte brasileiro. Portanto, refugiados das secas e marginalizados das áreas urbanas nordestinas e os trabalhadores da própria região amazônica foram os responsáveis pela ocupação da região.

Essa política de recrutamento ficou conhecida como a “Batalha da Borracha” e tinha como estratégia, além de formar mão-de-obra disponível para as empresas seringalistas na Amazônia, a ocupação permanente do Norte (Amazônia) e Oeste (Brasil Central). Utilizando um aparato propagandístico - cartazes e fotografias - o governo Vargas fabricava, assim, o eldorado amazônico para a população migrante nordestina. O projeto imagético da Batalha da

Borracha foi elaborado na articulação entre Estado, política e mídia, tendo sua construção utilizado a persuasão e, portanto, a arregimentação, como mecanismos de identificação da realidade projetada. A legitimação do Estado político varguista na região da Amazônia brasileira foi pautada, ainda, na promessa de desenvolvimento para o interior do país, finalmente a ‘civilidade do litoral chegaria ao interior atrasado’. E todos estariam irmanados na brasilidade, a identidade nacional, estaria, enfim, construída.

Toda uma estrutura discursiva é elaborada para a criação de ‘pertencimento’ da região na população brasileira enaltecendo suas riquezas¹⁹ A presença efetiva do Estado nacional através das colônias de fronteiras e agrícolas e dos territórios federais tornava, assim, a Amazônia como integrada ao espaço nacional brasileiro, dotá-la de uma estrutura humana foi o passo seguinte. Centenas de famílias foram atraídas pela propaganda do Estado e por empresários do setor gumífero prometendo a descoberta de um “Eldorado” capaz de solucionar todos os problemas de sobrevivência dessa parcela da população nacional. Recorrendo a diversos meios de convencimento - rádio, jornais, cartazes, fotografia - o governo varguista utilizou amplamente esses veículos de comunicação como estratégia persuasiva para os objetivos em questão. Inicia-se, assim, a Batalha da Borracha. Os ‘espaços vazios’ finalmente estavam incorporados ao capitalismo nacional; e, agora, ao internacional.

A contratação do artista plástico suíço Jean Pierre Chabloz²⁰ para a criação da campanha publicitária visual da Campanha da Borracha fecha o corolário da proposta

¹⁹ Mais documentários são realizados para as finalidades elaboradas: De Eugenio Felix *Região do Amazonas* (1939); de Aristides Junqueira *Visita do Presidente da República a Amazônia* (1940); de Libero Luxardo *Aniversário do Presidente Vargas no Amazonas* (1941); de Aristides Junqueira *Riquezas da Fauna da Amazônia* (1941); de Libero Luxardo *Navegação da Amazônia* (1941); de Alexandre Wulfes *Amazônia- Marco de uma nova Era e Visões da Amazônia* (ambos de 1943). Marcel Gautherot (1910-1996) fotógrafo francês radicado no Brasil realizou uma série de fotografias para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) na década de 1940, registrando em suas lentes a diversidade cultural do povo brasileiro. Como não seria diferente dos demais estrangeiros, também viajou para a Amazônia e realizou registros da vida amazônica. Seu acervo fotográfico encontra-se sob tutela do Instituto Moreira Salles (www.ims.com.br) que realizou Exposições Fotográficas do acervo do fotógrafo e lançou o livro: **Marcel Gautherot – O Norte**, apresentando a rica experiência de Gautherot na Amazônia.

²⁰ Jean-Pierre Chabloz (Lausanne, Suíça 1910 - Fortaleza CE 1984). Pintor, desenhista, crítico de arte, músico, professor e publicitário. Entre 1929 e 1932, estuda na Escola de Belas Artes de Genebra, Suíça. Forma-se em 1938 pela Accademia Belle Arti di Brera, Milão. Em 1940, por causa da guerra, transfere-se para o Rio de Janeiro com a família. Freqüenta o núcleo artístico da Pensão Mauá, localizada em frente à casa de seus sogros. Expõe no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1943, é convidado a trabalhar em Fortaleza, na campanha da borracha, parte do esforço de guerra. Expõe no 1º Salão de Abril e, em seguida, organiza uma mostra individual. Participa da Associação Cultural Franco-Brasileira do Ceará e da Sociedade Cearense de Artes Plásticas - SCAP. Incentiva os artistas locais e publica uma coluna cultural no jornal cearense O Estado. Faz recitais de violino e dá aulas de música. Em 1945, volta ao Rio de Janeiro e expõe na galeria Askanasy com artistas cearenses, inclusive Chico da Silva (1910 - 1985), pintor que Chabloz descobre e divulga. Em 1948, novamente em Fortaleza, expõe no 4º Salão de Abril. Depois parte para a Europa e só retorna a Fortaleza em 1960. Vive em Niterói a partir de 1970. Morre em Fortaleza, durante uma estada na cidade. Seu acervo é doado

varguista. O material publicitário por ele criado - geralmente cartazes-, eram trabalhados de modo a não permitir dúvidas no público-alvo quanto ao paraíso amazônico, produzindo assim, adesão à causa da Batalha da Borracha. Centenas desses cartazes foram amplamente espalhados por todo Brasil; em especial no Nordeste e particularmente no Ceará. Era primordial que as mensagens chegassem aos mais distantes lugares do país. Os cartazes do SEMTA (Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) foram trabalhados de modo a fixar uma imagem permanente da Amazônia como um paraíso a ser explorado economicamente e terra promissora de uma nova vida. Inspirado no projeto de propaganda política nazi-facista, particularmente o alemão, que tinha como objetivo envolver emotivamente as massas ao projeto eugênico e imperialista alemão; Vargas utilizou esse mesmo imaginário no projeto do Estado Novo e na Marcha para o Oeste.

ao Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará - MAUC e à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Em 2003, a Galeria Multiarte, Fortaleza, expõe pinturas e desenhos seus. Chabloz pinta e desenha principalmente paisagens e retratos, com preferência pelos últimos. Os temas são aqueles do seu ambiente: no Ceará, a natureza ou as cidades e os tipos considerado locais. Em um artigo sobre Chabloz publicado por ocasião da exposição individual do pintor na Galeria Casa e Jardim, São Paulo, em 1942, o crítico, historiador e um dos fundadores da Revista *Clima*, Lourival Gomes Machado afirma que a característica primordial de Chabloz é ser um pintor que pensa, sugerindo provavelmente que ele foi mais intelectual do que pintor. E, de fato, sua trajetória no Brasil não poderia se resumir apenas à sua produção artística. Chabloz, em seus escritos e palestras, se mostra duro crítico do academicismo e dos estilos que o Brasil importa. Em artigo que publica na revista *Clima* ('periódico' que publicava artigos, ensaios, crítica de arte e literária entre 1941-1944) ele expõe as causas do que identifica como um problema na pintura brasileira. Uma dessas causas, além dos fatores naturais e psicológicos, é a adoção do neoclassicismo da Missão Artística Francesa, que ele explica em parte por uma falta de confiança dos artistas em si mesmos. Mas o racionalismo é apenas parte da atividade extra-artística de Chabloz. Sua principal contribuição é de ordem mais prática. Em primeiro lugar, produz cartazes publicitários, nos quais alia um desenho que tende ao art déco a um preenchimento de cor claramente não industrial, seja lápis, pastel ou pintura. O fato de não expor esse trabalho, separando-o de sua produção artística, mostra um apego à hierarquização acadêmica dos gêneros, minimizando seu antiacademicismo. Em segundo lugar e mais fundamentalmente, Chabloz incentiva o encontro entre artistas, promove exposições, palestras e recitais, desenvolvendo a vida cultural, principalmente de Fortaleza. Nessa cidade, conhece Mário Barata (1915 - 1983), Aldemir Martins (1922 - 2006), Antônio Bandeira (1922 - 1967), Raimundo Cella (1890 - 1954) e outros artistas que participam da Sociedade Cearense de Artes Plásticas - SCAP e dos Salões de Abril. É um dos expositores, junto com Inimá de Paula (1918 - 1999), Raimundo Feitosa e Antônio Bandeira, na galeria Askanasy do Rio de Janeiro, em 1945, onde apresenta os primeiros guaches de Chico da Silva (1910 - 1985), pintor que ele em seguida divulga pela Europa. **Exposições Individuais:** 1934 - Florença (Itália); 1936/1939 - Lausanne (Suíça) ; 1940/1942 - Rio de Janeiro RJ; 1942 - São Paulo SP; 1945 - Rio de Janeiro RJ; 1946 - Genebra (Suíça); 1951 - Lisboa (Portugal) ; 1952 - Berna (Suíça); 1956 - Suíça; 1968 - Campina Grande PB. **Exposições Coletivas:** 1942 - Rio de Janeiro RJ; 1943 - Fortaleza -CE; 1945 - Rio de Janeiro RJ ; 1946 - Genebra (Suíça); 1951 - Lisboa (Portugal) ; 1967 - Fortaleza CE ; 1969 - Fortaleza CE; 1970 - Rio de Janeiro RJ - menção honrosa; 1986 - Rio de Janeiro RJ; 1991 - Fortaleza CE. **Exposições Póstumas:** 1986 - Rio de Janeiro RJ; 1991 - Fortaleza CE. in Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais. Disponível em < www.itaucultural.org.br/.../enciclopedia_IC/Enc.../artistas_imp.cfm?>. Acesso em: 17 dez. de 2008

1.1 O Projeto de brasilidade a partir do Interior.

O projeto de brasilidade deveria atingir todo o território nacional; e todos os brasileiros deveriam estar irmanados no projeto de estado que impulsionava a modernidade em ação; a estratégia de ação implantada pelo estado varguista na Amazônia não apresentou variantes da implantada às demais regiões do país e que podem ser reunidas sob três linhas mestras:

1-a **médica:** concernente à situação de epidemias na região, principalmente a febre amarela e a malária, comissões de sanitaristas, instalação de “postos médicos” e de Institutos de Pesquisas como o IPEN e o IAN sem as devidas instrumentalizações não conseguiram os objetivos a que foram criados; quadro que não apresentou mudanças substanciais até o presente momento; exceção feita apenas quanto à febre amarela, posto já existir vacina específica.

2- a **educação:** o civismo como elemento basilar para a solidificação da Ordem e do Progresso e da preparação do trabalhador como elemento construtor do novo estado que se criava. Entretanto, a educação cívica, tão incisivamente articulada nas escolas citadinas dos grandes centros de então, eram inexistentes nos rincões do interior da Amazônia e do Brasil Central. Belém e Manaus constituem as duas capitais que podemos encontrar os dispositivos cívicos sendo empregados em suas populações, mas sem a pompa simbólica e emblemática aplicada na capital do país. Não esqueçamos que essa ‘ausência’ de ufanismo preocupava os ideólogos estadonovistas, o distanciamento geográfico aliado à inexistência de canais de comunicações efetivos e eficientes e ainda, a falta de um corpo docente preparado e em sintonia com o projeto de brasilidade através do interior constituíam, exatamente, os instrumentos que precisavam ser instalados na região para os objetivos em questão. Nos distantes seringais e nas comunidades ribeirinhas a inexistência de um aparato estatal educacional, sanitário, normativo e disciplinar constituíam elementos que dificultavam a instalação da “modernidade” capitalista objetivada.

3- a **engenharia:** a criação das colônias militares de fronteira em 1939, já modifica o espaço amazônico na medida em que realiza a presença militar e de colonos na faixa de fronteira que ali passaram a residir imprimindo modificações no sistema ecológico, do solo e do desmatamento. A construção de prédios estatais – quartéis, correios, rádios, postos médicos, ruas e avenidas - confere modificações substanciais imprimindo a “marca” do progresso na região. O comércio é um dos setores mais favorecidos na

engenharia estadonovista na Amazônia: bancos, associações comerciais, postos coletores, constituem aspectos que reordenam a questão espacial, territorial e populacional na região. A criação dos Territórios Federais, em 1942, é resultado das necessidades (também geopolíticas) que se apresentavam na região. (Herschmann & Pereira, 1994, p. 13)

No Brasil dos grandes centros urbanos na década de 1920 - São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente - já havia sido diagnosticada pelos sanitaristas e higienistas a gravidade das endemias, epidemias e falta de saneamento. A situação toma a magnitude em diagnosticar todo o país como um verdadeiro hospital após percorrerem seus sertões e seu interior e, posteriormente a Amazônia, diagnosticando a grave situação de patologias existentes na população- doença de chagas, verminoses, malária e febre amarela.

A situação do elevado número de patologias na Amazônia apresentava grau de calamidade e descaso públicos que mesmo uma medida emergencial como recomendava Vargas tornava-se impossível realizar dada a magnitude dos problemas apontados. Mesmo ciente da gravidade da situação patológica e o estado de abandono em que se encontravam as populações nativas - índios e ribeirinhos da região amazônica - esse diagnóstico não constitui elemento impeditivo para os objetivos econômicos e geopolíticos que o governo imprimiria à região.

Assim, foram enviados mais técnicos e médicos sanitaristas, topógrafos e engenheiros para estudar as condições da Amazônia para a efetivação da política varguista para a região norte do Brasil com claros objetivos de trabalho: **a)** dotá-la de estrutura (mesmo que mínima, como foi) para receber seus novos ocupantes - picadas na mata, terraplanagem para construção de casas, laboratório para exames parasitológicos, pequenos hospitais para enfermos mais graves-; **b)** estudar com maior detalhamento a posição estratégica do Brasil tanto em relação à América Latina como em relação à Europa²¹; **c)** observar as condições da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para o transporte de nordestinos para os seringais aos quais se destinavam²². Civilizar é o mote do estado varguista empreendedor e gerenciador do interior (agora) pertencido; não mais como lugar do inculto, mas como inserido na modernidade gestada.

²¹ Os estudos dos geopolíticos brasileiros foram muito importantes para o governo varguista no projeto de ocupação dos espaços vazios da Amazônia brasileira.

²² Boletim Informativo da SAVA, Jornal Alto Madeira, 22 abril, 1943. Porto Velho, Rondônia.

Ao escolher um tema que problematiza as ações do Estado, seu pesquisador, necessariamente, realizará leituras sobre *a* ou *qual* política *foi* ou *está* sendo empreendida no objeto estudado. Portanto, a política está presente em todas as ações dos indivíduos quer seja em grau maior ou menor; quanto ao Estado, essa é a esfera por excelência na qual a política encontra seu *locus*. Sendo o detentor legítimo e, portanto racional- legal do uso da força e da violência (Weber, 1982) dos diversos aspectos que regem a vida cotidiana o Estado cria diversificados mecanismos que não só lhe fornecem justificativa, mas elaboram toda uma ordenação de práticas cerimoniais e normativas as quais revestem o governante do poder sobre o povo, o território e as instituições.

Mas, por que a política, quando presenciamos uma notória e crescente literatura pelos estudos de gênero, identidade, sexualidade, pertencimento, reconhecimento, religiosidade? (Honneth; *op cit*) Porque a política está presente em todos esses campos de estudos.

A Nova História de Marc Bloch e Lucien Febvre²³ ao proclamar o convite aos historiadores para estudar o homem em toda sua atitude relacional e atitudinal alertava para que as ações e relações em sociedade contemplassem variadas práticas, maneiras de ser e juízos de valor; enfim, Bloch e Febvre conclamavam para uma história que problematizasse não somente as ações políticas e econômicas de um povo, Estado ou Nação, mas que a estas fossem incorporadas os ‘os sentires’ dessas práticas no povo: de como as práticas do Estado eram interpretadas pela sociedade. Dessa forma Bloch e Febvre convidavam os pesquisadores para o universo de estudos que as emoções, as mediações e interações apresentavam como campo de informações sobre a vida em sociedade.

Bloch e Febvre defendiam uma história que busca “*os verdadeiros motivos, há motivos geográficos; há motivos econômicos, sociais também, e intelectuais, religiosos e psicológicos*”. (Le Goff; 1990, p.31). Portanto, os dois historiadores defendiam uma história na qual o fato histórico, suas problematizações e documentação, fossem investigados sob a totalidade a qual estavam remetidos. Uma prática articulada à historicidade.

²³ Para outras leituras sobre a Nova História dentre a imensa variedade de sua bibliografia indicamos: MALERBA, Jurandir (org.) (2006) *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto; REIS, José Carlos. (2005) *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV; DOMINGUES, José Maurício (2002) *Interpretando a Modernidade: imaginário e instituições*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. BURKE, Peter (1992) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP; FERRO, Marc (1989). *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes. GADAMER, H. G et all (1988). *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva; CARR, Edward Hallet (1982) *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed

Portanto, o pensamento dos *Annales* encontra consonância com o trabalho do psicólogo social George Herbert Mead na sua teoria interacionista sobre a vida em sociedade; referencial teórico sobre o qual exploramos a ação imagética do Estado Novo na Amazônia.

Para Mead, a ciência, a política e a democracia constituem os pilares sobre os quais todo governante assentou (e assim continua até a atualidade) suas bases de poder para sua justificação. Para essa justificação existe uma camada de pensantes altamente alfabetizados (nos dias atuais os adjetivamos de qualificados) no conhecimento do Direito e da Ciência médica e social que elaboram o instrumental normativo e disciplinar que regem a vida em sociedade. Gramsci, um dos maiores pensadores que problematizou o papel dos intelectuais em sua representatividade no poder, nos explicita como são elevados à categoria de pensantes e gestores na fabricação de interesses e significados para a sociedade:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político; 2) Cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão de desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 1968, p.3-5).

Gramsci nos apresenta duas definições para explicitar o nascimento do intelectual orgânico no grupo ou sociedade político-econômica que lhe cria. Investindo-o do poder de elaborar e criar mecanismos para as subordinações no universo de interesses que compõem a estratificação social, define-os como aqueles dotados da mais alta capacidade para alternar ou modificar situações ou ordem estabelecidas que não mais correspondam aos novos significados de situações e agentes que, na correlação de forças pela hegemonia, travam embates no interior de seu próprio grupo e fora dele, pelo estabelecimento de uma outra força que “administará” as ações e relações sociais a partir do novo discurso fundador. Outra hegemonia, porém, não significa necessariamente afirmar que as forças anteriores deixam de existir; pelo contrário, o sistema de alianças, caracterizado como “continuidade na ruptura” é explicativo de como e sob quais aspectos a “nova” hegemonia imprimirá as modificações que defende necessárias.

É essa engenharia que os ideólogos do Estado Novo utilizam para a modernidade brasileira e a construção da identidade nacional sob o signo da Marcha para o Oeste. Coube a

essa camada de pensantes articular a civilidade para a modernidade gestada. Uma civilidade na qual o interior arcaico, ignorante e com práticas ‘medicinais’ ‘indiferentes’ aos padrões científicos, portanto, resistentes ao moderno, deveria ser dotado das formas civilistas e de civilidade que o “novo” Estado determinava para o Brasil.

Dotado de extrema habilidade de convencimento e oratória, Vargas justifica aos demais saberes-poderes a necessidade imperiosa de ‘integrar’ o Oeste ao projeto modernizante em marcha. À igreja católica caberia uma grande contribuição: pacificar os espíritos quanto ao novo significado da palavra “moderno” no Brasil, no sentido de abolir as práticas místicas existentes no país, com particular atuação na região amazônica. A pajelança, as rezadeiras e a ‘medicina popular’ sofreriam, assim, seu primeiro golpe oficial, confirmando a superioridade advertida por Ratzel quanto ao poder do Estado perante o mais fraco, poder significado na ciência como a única fonte de saber reconhecida pelo Estado.

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e as Revistas *Cultura Política*, *Ciência Política* (1938-1945), *Diretrizes* (1938-1944), *A Manhã* (1941) e *Revista do Brasil* (1938-1943)²⁴ e a *Agência Nacional* tinham o objetivo e poder de elaborar a retórica-persuasiva/imagética de Vargas para o povo brasileiro, assim como cassar os direitos de imprensa no impedimento da divulgação de notícias ou imagens referente a qualquer atividade ou atitude do presidente sem antes ter passado por sua chancela.

Enquanto as revistas citadas eram explicitamente ideológicas e todas, em sua maioria, o foram, havia as opositoras ao regime cujos direitos de expressão foram cassados ou cerceados: *Jornal O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*²⁵. Para os assuntos ou temas exclusivamente científicos ou técnicos, havia as Revistas, Periódicos e Boletins específicos para cada categoria trabalhista ou científica. Assim, cada setor do governo (assim como do privado) tinha suas respectivas publicações.

A criação do Conselho Nacional de Geografia criada 1937 foi uma delas. Publicando o primeiro volume de sua revista em 1942, seus escritores pertenciam, praticamente, a todas instituições do governo varguista. Dessa forma, militares, médicos, biólogos, dentre outros,

²⁴ Para leituras mais específicas veja: DE LUCA, Tânia Regina (1999) *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Ed. UNESP; VELLOSO, Mônica Pimenta (1988) *A Literatura como Espelho da Nação*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2. ----- (1993). *A Brasilidade Verde-Amarela*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11.

²⁵ Histórica- Revista ‘On Line’ do Arquivo do Estado de São Paulo, edição nº 30, abril/2008.

publicavam suas pesquisas e opiniões sobre os variados aspectos da vida brasileira em suas áreas de saber. Como o momento histórico exigia, tratava-se de apresentar as potencialidades da fauna, flora, hidrografia, recursos naturais e minerais e da necessária ocupação dos “espaços vazios”.

A necessária ocupação dos “espaços vazios” no Brasil, no entanto, já era requerida pelos geopolíticos brasileiros bem antes de Vargas que, partidários do pensamento ratzeliano de “espaço vital” defendiam a ocupação imediata e centralizada do Oeste e Extremo Norte brasileiros: Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade, constituem os mais proeminentes (Miyamoto, 1995, p. 45). Teríamos, assim, um pensamento geopolítico no Brasil? Para a resposta apresentamos como dois intelectuais do presente posicionam-se sobre a questão:

Aqui, ao contrário, os estudos geopolíticos desde logo tiveram a hegemonia do pensamento militar e das suas instituições. Por isso, pode-se afirmar que não há no Brasil um pensamento geopolítico que possa ser referido, e muito menos geográfico-político que possa ser referido como produto de um ambiente de reflexão acadêmico especialmente universitário [...] em geral, trata-se adaptações, freqüentemente diretos e por vezes grosseiras, do que já fora produzido e exaustivamente discutido em outros centros (COSTA, 1992, p.186).

O segundo intelectual apresenta pensamento contrário ao de Costa; defendendo que o Brasil desenvolveu, sim, um pensamento geopolítico:

No Brasil também se produziram estudos, embora em menor escala, em que a geopolítica mereceu destaque, principalmente no seio das Forças Armadas e de entidades direta ou indiretamente vinculadas a órgãos de planejamento e das que tratam da geografia nacional. O Brasil foi inclusive um dos primeiros países a produzir estudos sobre a geopolítica *stricto sensu*. Enquanto nos Estados Unidos os estudos foram feitos para refutar a geopolítica, no Brasil as teorias foram imediatamente absorvidas pelos autores nacionais. [...] A influência de Ratzel é visível em todos eles, mas nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor são interpretadas à mesma luz pelos estudiosos nacionais (MIYAMOTO, 1995, p.43-46).

Everardo Backheuser (1879-1951) consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia foi um dos maiores estudiosos sobre geopolítica no Brasil e defensor da importância da aplicação dos princípios geopolíticos nas ações do estado brasileiro no/sobre seu espaço, solo e território. Publicou vários artigos para a Revista Brasileira de Geografia²⁶;

²⁶ Sabemos da existência da riqueza do acervo documental sobre o tema em várias instituições de ensino superior no país: os Cursos de Geografia da UNESP de Rio Claro e Presidente Prudente, da USP e da UNICAMP/SP, nesta última há o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) e o Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea (CEIPC) que conta com um dos melhores estudiosos da geopolítica no momento

Revista Brasileira de Estatística e no Boletim Geográfico; todos, vinculados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que contém e disponibiliza na internet seu rico acervo. Leitor de K. Haushofer, Rudolf Kjellen e Ratzel - teóricos da geopolítica mundial – posicionando-se sobre a Divisão Territorial Brasileira e a Marcha para Oeste desenvolvida por Vargas, afirma que trata-se de uma obra geopolítica que o governante realizava no e para o Brasil.

Em *Geopolítica e Geografia Política*, escrito em plena Segunda Guerra Mundial e ano da entrada do Brasil no conflito (1942), Backheuser apresenta todo um histórico da nova ciência e critica a *confusão* e o *desconhecimento* (palavras do autor) que tem percebido sobre o que é a geopolítica; seus princípios e importância não somente para os governantes, mas para todos aqueles que se dedicam a estudar e, realmente, conhecer a política de interesses para a estratégia de domínio como irmãs siamesas.

Dessa forma, apresenta como e por que a questão do espaço é *basilar* (palavra do autor) para a geopolítica e convida aos estudiosos e governantes brasileiros a estudarem como as potências mundiais conduzem suas políticas de gestão e de estratégia:

Os povos fortes traçam suas diretrizes de governo visando, ou defender o espaço vital que anteriormente conquistaram, ou dilatar o espaço em que se debatem pela compressão externa. Estudai a história de todos os tempos, meditai a história dos três últimos séculos, depois da conquista dos mares ibéricos, e verificareis que ela não difere da dos nossos dias: mudaram apenas as personagens, mas a “conquista de espaço”, foi, é e será o propulsor, egoístico e imperialista, de todos os objetivos fundamentais dos Estados” (p. 34-5). *A divisão territorial do Brasil* é, sem dúvida, basicamente um problema de geografia política. Minuciosa descrição das linhas de fronteiras internas, dos acidentes físicos, da condensação da população, da distribuição das riquezas, encheria a narrativa da paisagem geográfica. Assenhoreado que se esteja dessas condições de vida da nação absolutamente da esfera da geografia política, pode-se, então, reexaminar a nossa divisão territorial à luz da conveniência geral do Estado, por ex., (grafia original do autor) da unidade nacional, do equilíbrio das forças (grafia original) vivas, da equipotência (grafia original) das unidades federadas. Tal estudo, ainda que apoiado em condições geográficas, tem nítidos objetivos políticos; é, pois, problema essencialmente de geopolítica.(p.33) [...] Seguramente quando Getúlio Vargas fixa como uma das finalidades da vida nacional brasileira “a marcha para o oeste”(grafia original) está esquematizando programa geopolítico, mas quando se

brasileiro: Shiguenoli Miyamoto. A UFRJ e a UERJ, no Rio de Janeiro; a UFRGS no Rio Grande do Sul; e a UFMG em Minas Gerais, todas dispõem de grupos que estudam a geopolítica. Não precisamos citar publicações militares sobre o tema dada sua obviedade e abundância. Também em grupos e instituições que estudam a arte da estratégia geopolítica. Um dos mais recentes é o CENEGRI – Grupo de Estudos em geopolítica e relações internacionais no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cenegri.org.br/portalgert/>>. Acesso em: 14 nov. 2010. Todas as instituições citadas dispõem de um excelente arsenal documentário sobre o tema. A escolha, porém, da pesquisa quanto ao autor que se segue na Biblioteca do *Campus* de Presidente Prudente, deve-se que, no período de cumprimento de créditos no Mestrado em História no *Campus* de Assis/ SP cursar disciplina naquela instituição.

propõe a consolidar a “unidade nacional” traça um problema de cratopolítica” (BACKHEUSER, 1942, p. 35).

O segundo artigo de Backheuser, intitulado *Novos Fatos Geográficos e sua Repercussão no Brasil*, escrito em 1944, portanto, no período de maior recrudescimento da guerra em que as forças Aliadas atacam o Eixo utilizando o avião como arma, escreve sobre as mudanças que esse meio de transporte efetuará em muito pouco tempo na geografia, no comércio e nas relações entre países. Comparando o poder de transformação da aviação com a operada pela bússola, afirma:

As metamorfoses geográficas que a aviação vai trazer serão profundas. [...] Utilizada inicialmente com diminutíssima fisionomia geográfica, a aviação vai abalar a geografia em seus fundamentos. [...] Com os poderosos aeroplanos de após-guerra, a navegação, dos oceanos, passa para os ares. [...] Os congressos não discutirão mais sobre a “liberdade dos mares”, mas sobre a “liberdade dos ares”, a “quinta liberdade”, em torno de cujo controle já se iniciam os debates entre as nações poderosas. [...] Não é conveniente ao Brasil manterem-se em estagnação os diversos planos de aviação, organizados por especialistas de cada um dos ramos sem contato e entendimento recíproco, como que tendo cada grupo de técnicos a preocupação de sobrepor o outro. Não se pode imaginar sistemas de aviação-terrestre, marítima, fluvial e aérea- como se fossem independente um dos outros. Urge coordená-los em perfeita sintonização, todos eles em um todo harmônico. Ferrovias, rodovias, trânsito fluvial, navegação de cabotagem e de longo curso, aviação, tudo trabalha para um mesmo e único objetivo, que é afinal a grandeza do Brasil (BACKHEUSER, 1944, p.1294-5).

Na fala de Backheuser encontramos consonância com a política empreendida pelo governo Vargas na condução de ocupação dos “espaços vazios” com a Marcha para o Oeste. Para o autor, uma clara determinação geopolítica. Da mesma forma quanto à questão da divisão territorial empreendida pelo governo.

Backheuser nos fala em “espaço vital”, “espaço”, “geografia política”, “território”; mas, o que é espaço? O que ele contém ou está contido? E como e por que essa categoria tomou a magnitude de seu significado? Essa é uma seara bem espinhosa. A dificuldade em compreender o que é o espaço na geografia equivale a compreender o termo mentalidades na História. Não é fácil. E lá vem a história do ‘depende do ângulo’ ou da ‘perspectiva’; o que, também, é verdadeiro! Os conceitos de espaço e mentalidades são polissêmicos, portanto, dependem muito sob qual perspectiva você faz uso da designação.

Para os propósitos desse trabalho o *espaço* é entendido enquanto categoria de lugar, do vivido. Assim, é necessário que compreendamos também, o que é *território*, que nos convida a empreender leituras sobre o que é *região*; que nos convida, finalmente, a realizar

leituras sobre o que é *litoral*, *interior* e *sertão*. Não possuímos a qualificação acadêmica pertinente em Geografia para definir tais categorias, sua utilização conceitual, no entanto, deve-se à necessidade em aplicá-las na exposição da tese que desenvolvemos. O que não significa afirmar que não os possamos tentar problematizá-los.

Para a categoria “espaço”²⁷ utilizamos a conceituação de Henry Lefebvre, que não é geógrafo, mas filósofo e sociólogo, por apresentar uma das conceituações mais bem elaboradas para a categoria em questão:

O espaço não é um objeto científico abstrato da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É produto literalmente repleto de ideologias (LEFEBVRE *apud* SOJA, 1993, p.102).

Lefebvre compreende o espaço sob três perspectivas que se interrelacionam: a) a ideológica - sistema valorativo dos saberes-poderes em ação; b) a política - arena de embates e alianças; c) a histórica - os acontecimentos e suas interações/mediações para seu acontecer. Ao afirmar ser o espaço sempre político e estratégico, Lefebvre desnuda a ‘neutralidade’ atribuída ao espaço para sua construção. Os discursos que o fundam legitimam sua ação sobre uma aparente universalidade na qual os diferentes segmentos que a compõem sintam-se (o que é bem diferente de perceberem-se) nele ‘pertencentes’. É estratégico por constituir mecanismos de interesses não só regional, mas nacional, daí suas elites barganharem seu uso com interesses bem delimitados em forma de concessões financeiras que vão além do imediato ou do presente presentificado, ainda de um porvir próximo, porém, de um porvir bem pensado no tempo e no espaço.

Milton Santos, de formação acadêmica em Direito, porém, reconhecidamente pela grande maioria da comunidade de geógrafos como um dos melhores pesquisadores na área, em sua concepção de “espaço” defende que sua conceituação deve ser trabalhada

²⁷ A dificuldade na compreensão da categoria espaço na geografia corresponde, na História, à dificuldade da compreensão da categoria de tempo histórico. Há uma vasta bibliografia que trata sobre a problemática; porém, muito poucos conseguiram apresentar um referencial teórico claro e eficaz. Dentre estes destacamos Gottfried Leibniz (1646-1716) filósofo e matemático; Martin Heidegger (1889-1976) filósofo; e Alain Lipietz (1947-economista francês).

epistemologicamente, na qual lugar e mundo não constituem categorias em separado, mas dialéticas:

A palavra *espaço* é uma dessas que abrigam uma multiplicidade de sentidos [...] devemos nos precaver de pensar o lugar sem o mundo. [...] O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá as categorias.(SANTOS, 1994, p.89-90).

Santos nos fala da polissemia que a palavra “espaço” comporta justificando-a na sua afirmativa de que “*é a história de cada atualidade que nos fornece os conceitos e as categorias para compreendê-la*”. Concordamos com o autor. Todavia, a questão não é tão simples assim quanto o autor quer apresentar. Afirma, ainda, que “*o mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana*”. Continuamos concordando com o autor, assim como reiteramos a não simplicidade no uso das palavras que o autor utiliza particularmente quanto à História. Dessa forma, Santos coletiviza a História, e a História é feita de agentes sócio-históricos diversificados, de culturas e sociabilidades plurais, de saberes-poderes que elaboram dispositivos normativos/disciplinares para as categorias sociais “consequirem” viver em sociedade no cumprimento do pacto social da civilidade. Santos não explicita, mas o poder é seletivo e concentrador: a variância reside no tipo de poder que exerce, assim como a definição do lugar que cada indivíduo ou categorias sociais ocupam na sociedade, de como são realizadas as escolhas e as interações que vão sendo estabelecidas. O capitalismo soube como nenhum outro sistema utilizar essa máxima.

Os saberes-poderes que lhe criou utilizaram (e assim o é na atualidade) exatamente essa diversidade para a unicidade de seu poder. A sociabilidade envolve uma multiplicidade de práticas, lugares e saberes compartilhados, mas também a diversidade étnica, religiosa e de gênero. Viver na multiplicidade com a diversidade tem sido, pois, o grande desafio para a verdadeira Democracia.

Analisar o “território” significa entendê-lo como um produto da História da sociedade, e dessa forma, em constante modificação. Primeiro ele é um espaço físico delimitado; segundo, é o ‘resultado’ de um processo de apropriação de um grupo ou categoria social e do quadro de funcionamento da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dos agentes que o construíram. Ao afirmarmos que o território é um “constante modificar-se” referimo-nos às práticas de embates, alianças e consensos realizados

por seus agentes em sua espacialidade para a instauração e confirmação das práticas de poder naquele local delimitado. Como nos diz Ratzel:

É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência (sic) natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra.(RATZEL: 1990; p. 73)

A conceituação de “região” é aparentemente menos problemática que a de espaço e território. Entretanto, essa delimitação envolve fatores além da questão física. Sua conceituação deve contemplar as relações de multiplicidade, da mesma forma a especificidade e, ainda, com as particularidades que possua. Compreendemo-la, pois, como o lugar no qual estão impressas as marcas de seus construtores; portanto planejada e construída segundo os interesses de seus agentes.

Ao conceito físico de região – clima, solo, vegetação, geologia – foram sendo incorporados os elementos culturais dessa dada espacialidade para defini-la de forma que congregue o maior número possível de suas variáveis. Mas não é tão simples quanto parece. Assim como nas categorias espaço e território, devemos observar como acontece em seu interior a teia de relações estabelecidas na/para a designação desse lugar como a região que se apresenta.

A proximidade e o distanciamento - configuradas no tipo de alianças e especificidades físicas e culturais que possui e quais elementos ou categorias são alijadas no campo de interesses - elementos fundamentais para sua conceituação, devem ser explicitados de forma que os elementos em questão sejam igualmente contemplados na análise realizada pelo pesquisador sob pena de sobrepor algum aspecto em detrimento de outro, não apresentando assim, uma definição a mais esclarecedora possível.

De certo, dependendo do sistema valorativo do pesquisador, assim como de sua responsabilidade, engajamento acadêmico e social no trato das pesquisas que empreende suas análises expressará seu sistema interpretativo sobre o objeto investigado; porém, tratando-se de ciência não esqueçamos a ‘fórmula’ de Weber da necessária racionalidade e distanciamento, *o mais possível*, das subjetividades do pesquisador para resultados mais positivos embasados em experimentos que considere a parte sem desconsiderar o todo que a fabrica. Entretanto, a autora que se segue apresenta uma leitura sobre a região que “deixa” a cargo de seu pesquisador as conclusões que achar convenientes sobre o objeto que pesquisa.

A qual tipo de pesquisador a autora se refere? O próprio Weber nos diz que a questão valorativa é relativa a interesses e fins; e os significados, no pensamento meadiano, constituem elementos que balizam os objetivos a serem alcançados. Dessa forma, as leituras não estariam isentas dos pontos de vista do pesquisador, mesmo recomendado por Weber sobre a objetividade da racionalidade necessária para as pesquisas empreendidas:

O objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. O ponto de vista é o de que a região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais. Interação e síntese passaram a se constituir na nova motivação do pensamento geográfico. Integração de vários elementos, tanto naturais como sociais, e síntese dos aspectos da natureza com os elementos socioculturais de uma dada superfície terrestre construíram o novo arcabouço do conhecimento geográfico. Posto assim, a Geografia passou a ter como referência maior a região (LENCIONI, 1999, p.100).

Três aspectos merecem destaque na fala de Lencioni: espaço particularizado, construção de identidades regionais e o pesquisador como árbitro para a compreensão das especificidades existentes na região. Por espaço particularizado a própria autora elege a ação do homem na paisagem natural e construída como elemento definidor daquele. Por identidades regionais entendemos as construções ambientais, tipos de sociabilidades, valores, costumes e linguajar que singularizam um povo em um dado ambiente, qual seja: viveres e práticas próprias daquela sociedade da qual é produto.

Entretanto, dado o caráter concentrador do sistema de alianças políticas no interior da própria região e ainda com outras elites regionais mais poderosas ou iguais na preservação de seus interesses em detrimento da ‘regionalidade’, o conceito tem enfrentado fortes embates entre historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos e economistas.

Lencioni deixa a cargo do pesquisador a distinção das homogeneidades e individualidades regionais. Ora, cremos, em conformidade ao pensamento de Gramsci sobre os intelectuais, que não existe a imparcialidade. Todo discurso, seja escrito, imagético ou sonoro, expressa o sistema valorativo de quem o elabora. Dessa forma não existe o pesquisador, mas pesquisadores, pertencentes a quadros institucionais públicos ou privados que interpretarão seus objetos de estudos de acordo com o sistema ao/do qual presta seus serviços.

Aziz Ab'Saber é geógrafo e profundo conhecedor das realidades, *in loco*, das regiões Norte e Nordeste do Brasil e nos convida a realizar trabalhos sobre as duas regiões de modo que a particularidade seja compreendida no todo que a contém. Que investiguemos com bastante atenção os projetos e as estatísticas apresentadas sobre as duas regiões. Assim procedendo, adverte-nos Ab' Saber, perceberemos que alguns resultados apresentam clara discrepância com a realidade vivida por milhões de pessoas dessas regiões.

Somente quem percorre e vê as condições da população que vive na Caatinga do Sertão nordestino, nos igarapés e ao longo dos rios da Amazônia aprende (ou é forçado a perceber diante da tamanha falta do absolutamente básico e necessário) o significado de um simples raminho de cheiro-verde para tempero de seu alimento (para os que vivem na Caatinga) e de um simples quilograma de carne para os distantes ribeirinhos na Amazônia. Questionando os critérios das pesquisas realizadas na Amazônia, que, segundo Ab'Saber, não tem apresentado os resultados que a região merece, nos diz:

Os princípios de um verdadeiro zoneamento ecológico (e econômico) não tem condições de serem aplicados a todo e qualquer tipo de região geográfica e social. Por sua vez, quando aplicável a uma determinada área ou espaço, requer uma multiplicidade plena, pelo fato de pretender identificar as potencialidades específicas ou preferenciais de cada um dos subespaços ou subáreas do território em estudo. [...] O que se cometeu de pseudo planejamento, feito à distância, na fase que fundamentou a abertura da rodovia Transamazônica, não tem paralelo em qualquer parte do mundo, em termos de ausência de noção de escala, responsabilidade civil por propostas predatórias, e falta de conhecimentos efetivos da realidade física, ecológica e social da Amazônia Brasileira. Os pequenos mapas, elaborados para sintetizar os planos de polarização de atividades, núcleos de colonização e faixas de influência de estradas de rodagem constituem-se, na maior parte das vezes, em exemplos de deformações cartográficas, estimuladores de predação e convallescência de devastações. (AZIZ AB'SABER, 1989, p.4-8)

Conhecer a realidade dos sertões nordestinos é outro exercício que Ab' Saber nos convida a realizar para realmente conhecer como são construídas as disparidades regionais muito além de suas características geográficas. Refletir sobre a condição de alojamento sócio-político que a região do Sertão nordestino continua, mesmo com os “programas sociais” que o governo na atualidade tem afirmado realizar na região, a mesma continua a padecer duplamente: na totalidade das ações descompromissadas das elites locais e na totalidade das políticas federais sob a mão protetora da intervenção do Estado, como diz o autor:

Existem na América do Sul três grandes áreas semi-áridas: a região Guajira, na Venezuela e na Colômbia; a diagonal seca do Cone Sul, que envolve muitas nuances de aridez ao longo de Argentina, Chile e Equador; e, por fim, o Nordeste seco do Brasil, província fitogeográfica das caatingas, onde dominam temperaturas médias anuais muito elevadas e constantes. Os atributos que dão

similitude às regiões semi-áridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones. [...] A ronda da fome incide exatamente sobre a digna parcela constituída por todos os tipos de trabalhadores sem terra. Esta frágil posição do principal segmento da força de trabalho dos sertões – identificado como a maior reserva de mão-de-obra braçal das Américas – cria uma aura de sobreviventes para todos os componentes de uma sociedade constituída de vaqueiros e camponeses. O Nordeste seco segue tendo muito mais gente do que as relações de produção ali imperantes podem suportar. As secas espasmódicas que assolam a região criam descontinuidades forçadas na produção rural e conduzem a um desemprego maciço dos que não têm acesso à terra, relegando-os à condição potencial de retirantes. Sem emprego e pão ninguém pode viver com as vicissitudes de uma natureza rústica. Do ritmo irregular e imprevisível dos anos secos dependeu a desgraça de dezenas a centenas de milhares de sertanejos, no imenso espaço das caatingas, verdadeira *periferia* pobre da zona da mata, onde se localizam os principais centros urbanos, pólos de desenvolvimento e de controle político-administrativo. Alta fertilidade humana, forte seleção biológica e ausência de oportunidades de emprego para os sem-terra teriam que ocasionar o apelo à migração, numa desesperada luta pela sobrevivência. Assim, a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecer mão-de-obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego. Nordestinos de todos os recantos mobilizaram-se nas mais variadas direções, seguindo a vaga de cada época. Para a Amazônia, nos fins do século passado e inícios do atual. Para São Paulo desde a década de 1930 (AB'SABER, 1999, p.7-26).

.

Antes, porém, de Ab'Saber, Euclides da Cunha já apresentara ao Brasil o Sertão nordestino em seu *Os Sertões*:

Realmente, entre os agentes determinantes da seca se intercalam, de modo apreciável, a estrutura e a conformação do solo. Qualquer que seja a intensidade das causas complexas e mais remotas que anteriormente esboçamos, a influencia daquelas é manifesta desde que se considere que a capacidade absorvente e emissiva dos terrenos expostos, a inclinação dos extratos, que os retalham, e a rudeza dos relevos topográficos, agravam, do mesmo passo, a crestadura dos estios e a degradação intensiva das torrentes. De sorte que, saindo das insolações demoradas para as inundações subitâneas, a terra, mal protegida por uma vegetação decídua, que as requeimam e as segundas erradicam-se, se deixa, a pouco e pouco, invadir pelo regime francamente desértico. As fortes tempestades que apagam o incêndio surdo das secas, em que pese à revivescência que acarretam, preparam de algum modo a região para maiores vicissitudes. Desnudam-na rudemente, expondo-a cada vez mais desabrigada aos verões seguintes; sulcam-na numa molduragem de contornos ásperos; golpeiam-na e esterilizam-na; e ao desaparecerem, deixam-na ainda mais desnuda ante a adustão dos sóis. O regime decorre num intermitir deplorável, que lembra um círculo vicioso de catástrofes (CUNHA, 2007, p.95).

Em nossa estadia na região Norte, particularmente em Porto Velho, Rondônia, mas também em outras localidades da região: igarapés e comunidades ribeirinhas, favelas e

prostíbulos, igrejas e ‘Daime’ (Seita existente nas distantes matas e florestas da Amazônia. Segundo seus adeptos, são devotos de Nossa Senhora, e se reúnem para orar e cantar sob o efeito de uma bebida chamada Ayahuasca, popularmente chamada bebida do Daime. Homens, mulheres e crianças bebem o chá do Daime enquanto entoam hinos de louvor), encontramos situações tais de sofrimentos, que se torna difícil, para o pesquisador, presenciar aquelas situações e manter a “objetividade” que a análise empreendida exige. Da mesma forma no Sertão nordestino, mais particularmente no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba²⁸.

Sertão e Interior, duas categorias importantíssimas para compreendermos o Brasil. Porém, tem havido algumas distorções no uso dos dois termos: ora Sertão é tido como interior, ora interior é tido como Sertão; embora sejam categorias diferentes. Podem apresentar, porém, pontos convergentes como arcaísmo, a resistência ao novo, ao moderno, as relações de atrelamento e dependências, mas apresentarão formas de vidas específicas e, portanto, que as distingue. Primeira observação: todo sertão fica no interior, porém, nem todo interior é sertão. Segunda observação: a Amazônia está localizada no interior, e não no Sertão do Brasil.

Sertão e Interior apresentam variações e diversificações de clima, vegetação, relevo, hidrografia, fauna, flora, tipos sociais humanos com seus modos de ver, fazer e sentir o cotidiano em sua cultura, mentalidades e religião de forma específica a cada qual. Sertão e interior, portanto, não são categorias homônimas, também não podem ser consideradas dicotômicas posto estarem em constante interação, há modos diferentes de ver um e outro. Então, a questão é *quem, o que, como, o lugar da fala e para quem fala e escreve*, sobre o Sertão e o Interior:

As idéias, apreendidas por meio da circulação das palavras que as designam, situadas nos seus enraizamentos sociais, pensadas na sua carga afectiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual, tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma dessas <<forças colectivas pelas quais os homens vivem o seu tempo >> e, portanto, uma das componentes da <<psique colectiva>> de uma civilização. (Chartier, 1990, p. 43) (copiado *ipsis litteris* do autor).

²⁸ Um “retrato” da situação nos é apresentada por MARTINS, José de Sousa (1998). *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: NOVAES et SCHWARCZ (1998). *História da vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (1998). São Paulo – Companhia das Letras; p. 659 – 734. MARTINS, José de Sousa (2009) *Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano*, 2ª edição, rev. e atualizada, Contexto

A denúncia sociológica de Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1905) sobre os males sociais gravíssimos que encontrou nos *sertões da Bahia* é uma das mais pungente e verdadeira escrita sobre a situação de abandono, sob todos os aspectos, pelo poder às terras nordestinas. Cunha apresenta o Sertão tanto sob a ótica geográfica, geomorfológica, social, cultural e messiânica, como sob a ótica da guerra e além dela, da paisagem árida, da pobreza e miséria que assolava ‘aquele’ lugar do Sertão da Bahia; o vale do Rio Vaza Barris.

É longa e variada a literatura que trata sobre a diversidade da vida no Sertão e no Interior. Cada autor escreve sobre um ou vários aspectos que compõem a vida nessas duas categorias. Mas não as conceituam; caracterizam-nas, o que é bem diferente de conceituar. Dentre esses escolhemos três autoras com uma rica produção acadêmica em suas trajetórias intelectuais e que buscam explicitar as categorias em questão.

A primeira é Oliveira (1998), que tomando como marco de leitura o pensamento euclidiano sobre o Sertão (palavras da própria autora) apresenta os vários significados que a palavra “Sertão” foi adquirindo na escrita historiográfica recente; homogeneizando as duas categorias para explicitar toda a ação ocorrida no “Brasil de dentro”. A segunda é Amado (1995), a qual se propõe a explicitar três categorias: Região, Sertão e Nação, embora não realize, detendo-se mais em explicitar a questão do sertão, e não o conceito de Sertão, as categorias região e nação são inexistentes. Incorre na mesma incongruência de Oliveira, ou seja, para as duas autoras Sertão e Interior constituem a mesma categoria.

A terceira autora que apresenta a categoria Sertão é Walnice Nogueira Galvão, porém, sua ênfase recai sobre a concepção de Sertão em Guimarães Rosa, não apresentando, dessa forma, proximidade com a concepção de Sertão de Euclides da Cunha. Em *No Calor da Hora* (Galvão, 1994), nos apresenta um brilhante trabalho de pesquisa sobre a Guerra de Canudos (1896-1897) em jornais nas cidades do Rio de Janeiro (Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Jornal do comércio e A Notícia e O País); São Paulo (O Comércio de São Paulo); Bahia (Diário de Notícias e Jornal de Notícias). Nesse trabalho, Galvão apresenta *ipsis litteris* as notícias veiculadas pelos jornais aqui citados e demonstra o tipo de tratamento por estes à questão Canudos.

É um trabalho memorável de pesquisa em jornais e cartas que tratam sobre a campanha e a guerra em Canudos. Em *As Formas do Falso*, Galvão (1986) nos apresenta uma brilhante análise sobre *Grande Sertão: Veredas* em um único monólogo, a vida no sertão

através da fala de um único narrador e principal personagem do livro: Riobaldo. Ao longo de sua obra, Galvão deixa claro que sua concepção de Sertão não se diferencia da de Guimarães Rosa; categoria que discordamos para a caracterização geográfica do romance: o Interior

Uma das poucas obras que apresenta o Sertão de forma ampla e diversificada é *De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados* (Almeida, Zilly et Lima (orgs), 2001), coletânea composta por dezenove capítulos que tratam a questão do Sertão sob as mais variadas perspectivas; é, na verdade, um verdadeiro tributo à obra euclidiana. Um desses capítulos, porém, se destaca dos demais: *A noção de interior em Caio Prado Junior* (p.35). Para seu autor, Raimundo Santos, Caio Prado foi também, *um geógrafo de ciências sociais que tão bem se exercita, ao longo de um grande número de páginas de Formação do Brasil Contemporâneo* (1987), *mas sem substituir o historiador* (p.40).

Utilizamos, então, a própria fonte de Caio Prado Junior citada por Santos. Caio Prado, um dos maiores historiadores do Brasil utiliza linguagem simples; porém, de uma singeleza e elegância ímpar. É como se conversasse diretamente com seu leitor, convidando-o a cada vez mais lê-lo no sentido de findar a narrativa que trata nosso historiador; obviamente não no sentido enfadonho da terminologia. Ao longo de sua narrativa Caio Prado é muito cuidadoso no uso das categorias Sertão e Interior. Explicitando a questão da ocupação do território brasileiro, Prado (*op cit*) dividiu seu trabalho em três perspectivas: 1- povoamento; 2- vida material; 3- vida social. Para nossos propósitos, interessa a questão do povoamento posto ser nessa parte de sua obra que explicita suas concepções de sertão e interior ao afirmar:

[...] comecemos pelo Nordeste, que neste capítulo do povoamento é o que mais interessa. Em todo o **interior** do Nordeste, o **sertão**, compreendendo a vasta região que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites do Piauí e do Maranhão, aparecem com grande uniformidade condições geográficas muito particulares. [...] Tudo isto, que se pode considerar sertão baiano porque é dali, em última instância, que partem os povoadores e suas fazendas de gado e se estabelecem as comunicações, constitui o que Capistrano denominou com muita propriedade o “**sertão interior**”, para distingui-lo do outro, o pernambucano, que seria o “externo” [...] Compreende, sobretudo, a ocupação do extenso litoral, desde o Amazonas (1616) até o Rio da Prata – onde a Colônia do Sacramento é fundada em 1680; para o **interior**, a penetrações dos **sertões** do Nordeste pelas fazendas de gado [...] (PRADO JUNIOR, 1987, p.61 *passim*).

Caio Prado utiliza a palavra *sertão* para designar [...] *boa parte do sertão baiano, do mineiro e até de Goiás* (p. 64). Todavia, essa última afirmativa de Caio Prado deve ser compreendida na questão geomorfológica mineira; na qual predomina o cerrado e em pouquíssimas áreas em que faz fronteira com a Bahia apresenta vestígios de Sertão, dada a

tenuidade geomorfológica entre o chamado Sertão (Cerrado) mineiro e o Sertão nordestino com clara e nítida presença da Caatinga, elemento definidor deste local. Assim, vejamos como Prado apresenta a questão do interior:

Concorrem em seguida, para a expansão do **interior**, dois fatores essenciais: o bandeirantismo predador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso). No Extremo-Norte (grafia do autor), na bacia amazônica, intervém outro fator, de caráter local: são as missões católicas catequizadoras do gentio, sobretudo os padres da *Companhia de Jesus*; seguidas de perto pela colonização leiga, provocada a animada pela política da metrópole, tão ativa neste setor, e sustentada pela exploração dos produtos naturais da floresta amazônica: o cacau, a salsaparrilha e outros. [...] Para os efeitos da colonização, o grande rio e seus afluentes se apresentaram como um verdadeiro prolongamento do litoral; e um prolongamento sem os percalços da navegação marítima. [...] Mas é só a margem imediata dos cursos d'água que é assim acessível: logo adiante, para o interior da terra firme, a mata espessa barra o avanço. [...] Politicamente, as fronteiras serão fixadas por praças fortificadas* e guarnições que assinalam o limite extremo da colonização portuguesa no vale (PRADO JÚNIOR, 1987, p.37-69).

O Sertão como paraíso, inferno e/ou purgatório²⁹ tem constituído matéria de interesse crescente para outras áreas das chamadas Ciências Humanas além da área da Literatura, mais particularmente na Sociologia e na História. A riqueza das problemáticas que apresenta (quer sejam chamadas ficcionais ou não, e defendemos que não o são) despertou a curiosidade acadêmica dessas duas áreas do conhecimento no trato das ações e das relações sociais, em elucidar até que ponto uma obra literária é, ou não uma obra de ficção, ou se utiliza desse artifício para revelar, criticar, desmistificar as realidades que trata, ou se a História, fato real acontecido, é escrita utilizando-se de artifícios da ficcionalidade, posto seu escritor prescindir de fontes documentais que “proven” a existência sobre o que escreve.

No Brasil da Marcha para o Oeste, a literatura foi amplamente utilizada por Vargas como um meio não só de legitimidade para o projeto que realizava no interior brasileiro, mas como um mecanismo propagador do ufanismo, do nacionalismo e da construção da identidade nacional. Portanto, um elemento de mediação, princípio articulador para a persuasão amplamente utilizada pelos saberes-poderes para a política estadonovista na região amazônica.

* Sobre essa problemática nos reportamos ao estudo de Amado(2000) em nota de rodapé na página 13 desse capítulo.

²⁹ Vide *Dossiê Canudos*, in Revista USP, nº 20, dez./jan./fev.;1993-94.

Nosso trabalho não trata da literatura elaborada para a legitimação em questão, porém, em alguns momentos nos reportamos a alguns de seus aspectos para a explicitação a que nos propomos: a análise da imagética estadonovista na Amazônia utilizando como referencial teórico o Interacionismo Simbólico Meadiano. Buscamos explicitar como o projeto retórico/discursivo imagético de Vargas para a brasilidade construída a partir do interior (Amazônia) utilizou a mediação persuasiva para a significação imagética da construção do Eldorado na Amazônia.

Persuasão que utiliza elementos da Análise do Discurso pecheutiano - a produção, os meios e os efeitos de sentidos para a ocupação e viabilidade econômica da Amazônia. Como foram produzidos, quais artifícios e meios utilizaram para a persuasão objetivada é o que trataremos no capítulo seguinte utilizando como marco definidor a Análise do Discurso de Pêcheux, a Sociologia interpretativa de Max Weber e os princípios do Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead.

CAPÍTULO 2

A IMAGETICA DA BRASILDADE VARGUISTA PELO INTERIOR: produção e efeitos de sentidos.

A sociologia do visual tem realizado grandes contribuições para a compreensão das ações, relações e embates dos agentes históricos que problematiza; porém, tal qual a História Oral³⁰ em seu início, tem enfrentado, ainda, algumas resistências como fonte portadora de significação e significado. Há os que questionam a legitimidade do referente emissor na mensagem que apresenta e os que a questionam como documento histórico posto sua polissemia. Inegável, porém, os que a defendem justamente pela riqueza que sua referencialidade apresenta.

Quer seja polissêmica ou não, a fotografia expressa sempre um real segundo interesses de quem a elaborou. A questão não é reconhecer ou negar a fotografia como fonte documental, trata-se, cremos, da dificuldade em compreendê-la nos sentidos e significados que lhes imprimem seus agentes criadores. É isso. A grande dificuldade é no entendimento da questão do significado de sentido que a fotografia convida a ser estudada; o referente está e sempre continuará ali, preso, imóvel, ao mesmo tempo em constante resignificar.

Defendemos que reside, justamente na compreensão da referencialidade imagética, a fonte de respostas para muitos questionamentos que a “naturalidade” da fotografia apresenta. Esse tipo de questionamento não deveria mais constituir dificuldades para a pesquisa acadêmica, já dispomos de referenciais teóricos consistentes que explicitam a questão do referente.

Nenhuma forma de escrita, e, portanto, discursiva, quer seja artística, estética, médica, política, religiosa ou cultural, encontra-se desvinculadas do processo sócio-histórico que lhe forja. Assim, toda forma de discurso³¹ deve ser compreendido, antes, através das condições que propiciam sua produção, do quadro referente, do enunciado e do enunciador;

³⁰ A História Oral, no entanto, tem se mostrado como uma importante ferramenta teórico-metodológica de trabalho ao descortinar, à luz de variados sujeitos da escala social informações valiosas que, dificilmente constam nos documentos escritos. O CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas) é um exemplo concreto da oralidade como fonte histórica.

³¹ Veja: Barros(2001); Amossy(org. 2005).

do tempo e do espaço do discurso na instância a que se remete. Para sua legitimidade como discurso deve não apresentar dúvidas quanto à autoridade da instância do saber-poder que o elabora e articula sua veiculação na legibilidade da sociedade a qual pertence e lhe reconhece no quadro valorativo vigente.

As imagens são representações dos discursos e projetam em nossas mentes as idéias de seus agentes; idéias, no entanto, que não podem estar desvinculadas do universo desejante cognitivo social do público - alvo a que se dirige. Utilizando técnicas persuasivas poderosas, os agentes publicitários, em conformidade à “encomenda” realizada pelos poderes, nos ‘levam’ a aderi-las da forma mais “natural” possível. Para o público bem informado o conhecimento de que trata-se de uma representação, fabricação, manipulação. Para o senso comum o desconhecimento das ardilosas tramas do/pelo poder.

Todo discurso, portanto, encontra-se reconhecido, primeiramente, no campo ou instância que o concebe. Dessa forma, diante da diversificada classificação em classes e categorias que compõem a sociedade, a cada discurso, equivale a um outro que lhe contesta ou legitima-o mais ainda. Deve, pois, contemplar o maior leque possível de variáveis da comunidade ou público a que se destina. Nunca é neutro, por mais que possa parecê-lo. O discurso é, dessa forma, um constante resignificar-se.

Com o discurso fotográfico não é diferente. Dotado de significação pelos agentes que lhe produz expressará, dependendo do lugar que o agente fomentador e da realidade que representa, seja momento político, econômico, cultural, religioso ou social nas variantes da escala social, sua visão de mundo sobre o que ‘retrata’.

Uma observação valiosa para quem trabalha com a fotografia como fonte de pesquisa é defini-las em sua criação: se trabalha com fotografias temáticas e realizadas sob encomendas de seu proponente que pode ser estatal ou de instituições privadas; ou se trabalha com acervo privado, portanto, de particulares. Tratando-se de acervo estatal, toda a documentação que o pesquisador precisa deveria estar nos bancos de dados ou acervos que constituem os Museus, Bibliotecas e Arquivos Municipais, Estaduais e Centros de Documentação.

Infelizmente as políticas de preservação e de conservação de acervos documentais e patrimoniais no Brasil não têm recebido o devido tratamento por parte dos governos federal, estaduais e municipais. As questões e embates sobre o que é memória, conservação e

preservação presentes em Congressos têm dificultado a união de forças por uma política efetiva para a memória nacional. Mesmo assim, os centros de acervos existentes nas instituições públicas de ensino e administrativas superior e poucas instituições e Institutos privados no Brasil foram instalados depois de muita luta de seus criadores por recursos financeiros, instrumentos tecnológicos de preservação de acervos e mão de obra qualificada que o manejo com acervo documental exige. A grande maioria já disponibiliza grande parte de seu acervo ao público pesquisador.³² Não disponibilizam todo o acervo porque a documentação antes de ser disponibilizada para o público precisa receber tratamento técnico específico; significando aquisição de material e equipamentos tecnológicos que lhe protegem e garantam sua integridade documental. Outrossim, a não disponibilização de qualquer outro acervo documental ou documentos específicos pode estar sujeita ao tipo de exigências do doador para seu acesso.

A grande verdade, porém, é a falta de uma verdadeira consciência patrimonial por parte das instituições governamentais quanto a importância da memória de seu povo, sua cultura, seu legado.

Nosso estudo situa-se na análise imagética de acervo estatal, portanto, acervo oficial, o que significa afirmar que trata-se de material temático sob encomenda direta do Estado; o que já interfere no tipo de tomada que o fotógrafo realizaria se tivesse a liberdade quanto ao referente. Se a fotografia dita ‘descompromissada’ (festas cotidianas e lazeres) já apresenta as dificuldades para seu ‘desnudamento’, justamente pelo excesso de referencialidade que apresenta, as dificuldades para com as fotografias temáticas reside em decifrar o que ela não mostra.

A fotografia temática exige muito mais do fotógrafo e do seu analista. O fotógrafo tem que ser suficientemente competente para imprimir a referencialidade representativa dos significados para os quais foi contratado. O analista da imagem temática deve estudá-la, inicialmente, na memória que lhe origina; ou seja, no seu contexto de produção, veiculação e recepção. Somente após realizar essa trajetória poderá utilizá-la na pesquisa que empreende.

³² Várias instituições de ensino superior (estatais e privadas), laboratórios e institutos de pesquisas disponibilizam seus acervos imagéticos para o público pesquisador através de seus endereços eletrônicos desde que respeitada a legislação e normas. Há, porém, alguns acervos não disponibilizados via ‘internet’ cuja consulta é permitida somente *in loco*; seja por não ter recebido o tratamento catalográfico pertinente, seja por exigência do doador (a) ou da família doadora.

Sendo a *História filha de seu tempo* como nos afirma Schaff (1987), a análise imagética realizada deve, ainda, suscitar respostas para o presente de seu analista.

Até aqui nenhuma novidade sobre o que já sabemos sobre o poder da fotografia: admiração, beleza, fascínio, encanto. É tudo isso e ao mesmo tempo não é. A fotografia deve **seduzir**. Ela deve de tal forma tocar, mexer com os sentidos do público ao qual é destinada de modo que esse público se identifique com o referente apresentado de forma a não conseguir resistir diante do enunciado que evoca e persuade. Ao mesmo tempo ‘oculta’ a produção de sentido nela realizada pelo efeito de beleza ou horror que imprime.

A fotografia, portanto, realiza a produção e os efeitos de sentido para o contexto de sua produção, produção que permite ao expectador produzir identidades (identificações e significações) através da “realidade” que nela se apresenta. Identidades que a fotografia, ao apresentar elementos do campo sensorial do expectador, permite a produção e efeitos de sentidos e, assim, a sedução para a persuasão objetivados por seus idealizadores. Como a produção e os efeitos de sentidos são social e historicamente elaborados pelos saberes-poderes que geram as práticas sociais, os discursos que deles emanam, necessariamente, refletem o ‘ordenamento’ da vida social.

Os discursos, porém, percorrem variados campos e níveis de compreensão; como a sociedade é composta pela pluralidade de sujeitos e situações com objetivos e significados também diversificados, o discurso para se tornar eficiente e persuasivo deve contemplar o maior número possível de referenciais comuns do público no objetivo de neutralizar ou impedir possíveis interpretações contrárias ao planejado.

O expectador, pensando que dispõe de liberdade do livre interpretar, o fará partindo de regras e condutas estabelecidas, internalizadas ou não, para o convívio com o grupo ou comunidade que pertence: seja institucional, religiosa, artística ou estética. Os opositores no objetivo de modificar, fundar ou reordenar o “mostrado” e instaurar um outro sentido ou sistema de representação, também o realizará a partir de seus critérios de interpretação que necessitam de legibilidade e do sistema de alianças para a superação do então “mostrado” e a instauração de outro sentido e significados perante a realidade social. Necessitará de mediadores habilitados para a “transição” necessária. E mesmo dispondo de uma grande margem de legitimidade para o “novo” significado que deseja instaurar somente a conseguirá

se, e na medida em que, o sistema de significados até então vigentes não mais esteja respondendo aos interesses das elites que lhes geram.

A análise imagética comporta, pois, duas formas de estudo: a) uma análise sobre a imagem em si mesma, elaboração e tipo de material técnico e tratamento empregado para sua realização; e b) uma análise através da imagem. Que significa situar, contextualmente no tempo e espaço o referente que apresenta, portanto, o tema ou assunto que o pesquisador empreende. Referente que, dependendo das finalidades de seu pesquisador, pode ser constantemente resignificado em um outro *poder-ser* ou *vir-a-ser*. O que possibilita, no entanto, esse outro poder-ser ou vir-a-ser, é o conhecimento, por parte do pesquisador de outros referenciais que proporcionem de forma objetiva e científica a nova possibilidade de análise da fotografia ou outro material imagético. Nosso trabalho situa-se na segunda perspectiva.

A imagem é o resultado entre arte, técnica e ciência; dessa forma, no próprio ato de sua realização já opera através da interação realizada entre esses três elementos. Se no próprio ato de fotografar a interação já está presente, o objeto, evento ou pessoa fotografada são significados em referente, portanto, fabricação.

Afirmar, porém, que a fotografia é uma fabricação não constitui nenhuma novidade; toda fotografia é fabricada. O emblemático na análise imagética é exatamente seu sentido de incompletude, conforme afirmado, um outro poder-ser ou vir-a-ser:

O Historiador que procura alguma coisa numa imagem vai encontrar o que procura, mas não vai ver o que talvez exista nela. Para que isso aconteça, é preciso basicamente esquecer de procurar aquilo que já se conhece. É preciso deixar a imagem falar, é preciso ter confiança, entender que ela tem algo a nos dizer, sobre o qual não temos a menor idéia, mas é preciso ao mesmo tempo desconfiar da imagem, porque ela é um artifício, é objeto de manipulação, foi construída, organizada; jamais se pode tomá-la por transparente. Mas essa dupla atitude, de confiar e de desconfiar, me parece essencial. (DUBOIS, 2004, p.155)³³

Dubois adverte ao pesquisador sobre a necessidade da desconfiança sobre a naturalidade do referente que a imagem apresenta inicialmente; ao mesmo tempo aconselha-o que a deixe “falar” a que veio. Se ela “fala” de um passado ainda com referencias ao presente,

³³ Entrevista com Philippe Dubois, concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Almeida Kornis. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004.

possivelmente esta mesma imagem será estudada no futuro sob olhares renovados em sua conceituação teórico-metodológica.

Mas, o que dizer sobre o público que “recebe” essas imagens como reais? É capaz ou não de ler uma imagem sem recurso a legendas explicativas? Primeiro temos que perceber para qual tipo de público a imagem é dirigida; segundo, como a imagem é apresentada em seus elementos composicionais ao público-alvo.

Mesmo com as características citadas ainda é restrito o público que compreende a imagem nas subjetividades que apresenta. Como nos afirmam Moles (1974) e Reboul (1975) ainda somos, e permaneceremos, por um bom tempo na sociedade da escrita. Significando que ainda não alcançamos competências e habilidades suficientes para a compreensão de leituras sobre a sociedade e suas complexidades somente através da imagem. Particularmente em sociedades como a nossa, em que o índice de analfabetismo em suas variantes, o ‘letrado’ e o funcional é elevado, o cartaz com *slogan* continuará tendo vida longa ainda por um bom tempo.

O cartaz desprovido do sistema de escrita não existe em uma sociedade na qual a leitura constitui elemento definidor da universalidade defendida. Diante da imensa massa de analfabetos no Brasil de 1930, Vargas recorre amplamente a esse tipo de propaganda. Por ser um veículo de fácil assimilação - figura e texto precisos e diretos - cuja finalidade primordial é motivar o interesse, um desejo sobre o apresentado pelo emissor no receptor utilizando o efeito da repetição para motivar e criar o desejo da persuasão planejada (Moles, 1974, p.44), o governo estadonovista explorou de forma exaustiva uma retórica discursiva de construção de um Eldorado – Amazônia- que poderia ser alcançado. Bastava alistar-se no exército do SEMTA e ir para a Amazônia não só como soldado da borracha; mas como o construtor da verdadeira brasilidade que se construía no Brasil.

Para a persuasão através do cartaz há um conjunto de estudos técnicos e cognitivos presentes tanto no emissor quanto no receptor, mesmo que vivam em universos sócio-culturais diferentes, mas que os tornam próximos que é o universo da realização de sonhos e ideais. Assim, o emissor elabora sua produção através dos significados captados na realidade do receptor e elabora a correspondência da imagem apresentada com a correspondência de desejo do receptor (MOLES, *op cit*; p.72).

Outro elemento que o emissor deve considerar como importante é o tipo de cultura da qual faz parte o destinatário, da mesma forma o nível de conhecimento do consumidor ao qual destina seu produto. Quanto ao tipo do consumidor, Moles (*op cit.* p.111) adjetiva-o como consumidor-tipo caracterizado pelo autor como o indivíduo mítico, que possui por características o conjunto de valores-tipos que, em cada dimensão o definem em suas ‘escolhas’. Novamente reiteramos o cuidado que o emissor deve possuir no repertório de ‘saberes’ e ‘assimilações’, elementos fundamentais que o emissor deve conhecer de seu público para definir a persuasão adequada. Nesse sentido nos diz:

Posse no repertório da memória de um certo número de associações propostas muitas vezes pela cultura no sentido de um mínimo de bagagem cultural: esta é fornecida, entre outras coisas, pelo conhecimento da linguagem corrente e pela linguagem da literatura ou do modo de vida da sociedade apresentada. São eles, com efeito, que darão origem às associações de idéias, traduzidas por probabilidades de associação à cultura e ao meio do qual fazem parte (MOLES, 1974, p.111).

O emissor/destinatário deve, pois, conhecer um conjunto de significados que faça parte do universo desejante do público - alvo o qual deseja imprimir sua persuasão; mais ainda, que sejam socialmente reconhecidas pelo conjunto desse público. Todavia, sabedor do tipo de sociabilidades, do meio cultural e dos interesses do público alvo ao qual destina seu produto, utilizará esses elementos para a fabricação e efeitos de sentidos para aquele momento devido.

Outro elemento fundamental do cartaz é o *Slogan*; é nele que está seu fundamento. É nele que o destinador apresenta seu produto ou mensagem para o destinatário. O referente, produto, mensagem ou frase significada no *slogan* que apresenta é codificado e persuadido a comprar ou aderir à idéia apresentada no slogan associado aos elementos que lhe confirmam ou justificam no cartaz para esse fim realizado. O *slogan*, tal qual o cartaz, tem suas funções bem delimitadas no universo da publicidade; principalmente quando se trata de propaganda ou campanha publicitária política:

Um verdadeiro *slogan* é o que deixa o adversário sem réplica, que exclui quaisquer respostas, que não deixa outra escolha senão calar ou repeti-lo [...] Chamo de *slogan* a fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e freqüentemente anônima, destinada a fazer agir as amassas tanto pelo seu estilo quanto pelo elemento de autojustificação, passional ou racional que ela comporta; como o poder de incitação do slogan excede sempre seu sentido explícito, o termo é mais ou menos pejorativo (REBOUL, 1975, p. 22 e 39).

Por mais emblemática que se apresente e com a leitura visual que nos convida a realizar, a compreensão da linguagem imagética ainda é para muito poucos; pode até não conter *slogan*, mas, necessariamente, apresentará dispositivos que demonstre a singularidade do produto que anuncia. Veja as propagandas das grandes marcas ou perfumes, vinhos especiais, joalherias, casas, condomínios ou apartamentos de alto luxo; em sua grande maioria não precisam de *slogans*; a propaganda do produto é feita de tal forma que o produto ou a mulher, homem, criança, ou a paisagem, constituem o próprio elemento da ação persuasiva.

Sejam *outdoors*, painéis, fotografia ou gravuras, suas compreensões remetem aos objetivos da ação de seus emissores. De modo que seja legível e inteligível o produto ou ação empreendida para a persuasão planejada:

[...] tornar inteligível para nós o desenrolar da ação por eles motivada, a partir de seus pontos de orientação interpretados intelectualmente na medida do possível, ou intuitivamente revividos na maior aproximação possível. [...] Todo artefato, uma máquina por exemplo, “somente pode ser interpretado e compreendido a partir do sentido que a ação humana (com finalidades possivelmente muito diversas) proporcionou (ou pretendeu proporcionar) à sua produção e utilização; sem recurso a esse sentido permanecerá inteiramente incompreensível. O compreensível nele é, portanto, sua referência à ação humana, seja como “meio” seja como “fim” concebido pelo agente ou pelos agentes e que orienta suas ações (WEBER, 1999, p.4-5).

Sendo toda ação e relação social dotada de valores, objetivos e relativos a fins, a propaganda ou qualquer outro tipo de imagem expressará o universo valorativo e desejante de seus agentes sociais. Dessa forma, Weber nos convida a compreender o mundo das “coisas” que são significadas para o desejo, vontade, realizações, o fazer, desfazer, de acordo, ou dependendo das condicionantes da ação planejada. Compreender esses percursos significa que somos capazes de desenvolver esclarecimentos acerca da realidade social sob as interações/mediações que proporcionam o “fazer as coisas”. Dotar um objeto, artefato, ação e relação social de significação implica estabelecermos relações causais sobre e para as finalidades a que se destinam; do mesmo modo o significado para os interesses que orientam suas ações.

Portanto, mesmo dispondo de referenciais bem instrumentalizados para a análise imagética, ainda encontramos dificuldades em trabalhar com a fotografia sem o recurso a outros instrumentais que proporcionem ao seu pesquisador luzes para melhor compreender sua mensagem, dada sua característica polissêmica. O Interacionismo Simbólico de George

Herbert Mead, ao trabalhar a questão da significação - e aqui já uma das primeiras características positivas dessa teoria, que é a interdisciplinaridade - permite o diálogo com a Análise do Discurso pêcheutiana e a Sociologia Histórica de Weber para nosso caminhar na busca da compreensão objetivada.

Dessa forma, este capítulo não se propõe a realizar uma sintaxe da imagem em si, isto é, no seu nível morfológico e descritivo, mas de estudá-la em sua dimensão interacional contextual e enunciativa. Entre sua produção, circulação e persuasão objetivadas todo um percurso *interativo* é realizado. Todo um conjunto de elementos ideológicos são trabalhados de forma a transmitir através da imagem a referencialidade situacional e discursiva do pensamento de seus saberes/poderes do momento para as finalidades a que se destinam.

Para a realização da empreitada vejamos como três intelectuais do estudo da ação, da relação e da interação social compreendem a vida em sociedade em graus aparentemente diferenciados, ao mesmo tempo que apresentam possibilidades dialógicas para a compreensão da linguagem imagética. Dos três pesquisadores, dois deles são bem conhecidos no meio acadêmico, particularmente pelas Ciências Humanas: Max Weber e Michel Pêcheux; quanto ao terceiro, George Herbert Mead, mesmo conhecido nestas ciências, mais especificamente na Psicologia, tendo desenvolvido seus trabalhos teóricos sobre a significação na década de 1920 em seu clássico *Self, Mind & Society* (livro póstumo); ainda é pouco explorado. Mesmo encontrando na Sociologia pesquisadores que reconheçam a contribuição teórico-metodológica do Interacionismo Simbólico como referencial teórico que possibilita respostas às questões da sociedade, ainda encontramos resistências à teoria interacionista meadiana; quadro que começa a modificar-se com o crescimento dos estudos sobre as mediações. Nosso trabalho inscreve-se nessa modalidade.

A conversa, porém, não constitui tarefa fácil. Cada qual apresenta fôlego suficiente para o embate teórico em qualquer esfera do saber nas ciências humanas e quiçá, em outras áreas além dessas. Entretanto, não é nossa pretensão explorarmos em extensão o cabedal teórico dos autores citados, mas apresentarmos alguns de seus referenciais que contribuam para a compreensão do objeto de nossa análise: uma interpretação imagética da ação do Estado Novo na Amazônia.

Max Weber e George Herbert Mead trabalham com a questão do **sentido** e do **significado**. Os dois autores trabalham a conduta no grupo social em sua atitude correlacional

na sociedade ou grupo social que pertence; portanto, dotada de instrumental valorativo comuns o mais possível. Enquanto Mead trabalha a questão do sentido e do significado para a **interação** e, portanto, para a ocorrência da ação e da relação social socialmente reconhecida; Weber trabalha a questão do sentido e do significado na teia dos **interesses** que significam as ações e as relações sociais. Weber, assim como Mead, trabalha a questão da socialização não como um ato natural por si, mas através de instrumentais condicionadores ao mesmo tempo condicionantes para o constante resignificar das ações na dinâmica da vida em sociedade.

2.1 A Sociologia Histórica de Max Weber: algumas incursões.

Weber defende o estudo da sociedade sob a perspectiva sócio-histórica, qual seja, uma sociologia histórica em que sociedade, política e ciência são intercambiáveis nas lutas pelo pertencimento e reconhecimento tendo como árbitro a administração do Estado racional legal. Racionalidade, é bom lembrar, trabalhada observando-se as condições, valores, crenças e costumes da sociedade analisada. Daí sua máxima na questão do objetivo subjetivamente visado.

Não teceremos observações sobre a magnitude da sociologia de Max Weber para a compreensão da sociedade em todos os seus aspectos. Explicitando a sociedade sob a tríade *valores, interesses e fins*, Weber consegue “unir” as variadas esferas que compõem a vida em sociedade para explicar como a dominação, o carisma e o sistema valorativo são utilizados em sua justificação para a racionalidade legal, portanto, legítima e voluntária da dominação. Legitimação que monopoliza as emoções e as utiliza segundo os valores, os interesses e os fins que os saberes-poderes objetiva.

O que nos permite afirmar ser Weber, um exímio representante, se não um dos precursores, da Sociologia Histórica. Suas análises sobre a burocracia, as instituições, a racionalidade e a ética, os interesses e as alianças permanecem atuais na medida em que explicita a historicidade de seu tempo social e ‘comuns’ aos membros de uma dada sociedade. Inscrevem-se em sua teoria acima citada a memória, os eventos e sua pluralidade ‘aparentemente’ isolados e, no entanto, constituem e apresentam, elementos para

compreendermos uma totalidade que se nos apresenta como diversificada e plural, quando na verdade é conservadora e autoritária.

Ao tratar os homens como objetos da História, Weber proporciona ao historiador o transitar pelos diversos tipos de sociabilidades, poderes, costumes, religiões, economia, cultura. Enfim, as práticas em sociedade.

Ao explicitar a dominação legal através dos tipos ideais Weber também proporciona elementos que possibilitam a análise imagética, seja fotográfica ou qualquer outro artefato iconográfico. Como um dos artefatos do poder a fotografia contém as “marcas” (interesses) de sua elaboração e circulação, assim sendo, expressará o discurso que lhe origina e deseja ser o dominante:

Chamamos “dominação” a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer “poder” ou “influência” sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação (“autoridade”) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes afins. Certo mínimo de *vontade* de obedecer, isto é, de *interesse* (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação. (p. 139). [...] Denominamos “*carisma*” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [...] e em virtude da qual se atribuem uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extra cotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “*líder*” (p.158-9). [...] Por representação entendemos *primordialmente* a situação já exposta na qual as ações de determinados membros da associação (representantes) são imputadas aos demais ou devem ser consideradas por estes como vigentes de modo “legítimo” e “vinculante”, como de fato ocorre. (WEBER, 1999, p. 193).

A representação para Weber é um elemento definidor legítimo de lugares, portanto, de posições de dominações – ditadores, líderes políticos e chefes religiosos - que utilizam o carisma como forma de arregimentação. Os interesses em questão, todavia, respondem pelas alianças significadas em um constante refazer-se, dependendo de quem, em quais circunstâncias, como, quais objetivos são visados e em relação a quê. Esses, poderíamos afirmar, constituem a Sociologia Histórica weberiana. Uma sociologia que possibilita ao pesquisador compreender a urdidura da trama da vida sob todas as perspectivas.

Weber tem sido considerado por uns como um autor que ao instituir a objetividade racional como diretriz no estudo da sociedade relegou as subjetividades como portadoras de significados pouco relevantes na dinâmica da vida societal. Nada mais equivocado. Sua

sociologia é histórica justamente por contemplar todos os aspectos da vida. Sua conceituação de representação e sentido contemplam de forma harmoniosa exatamente os valores, interesses, religião, status e lutas pela dominação. Em todos esses aspectos da vida estão presentes as subjetividades, os quereres, os ideais, os desejos, as frustrações:

Weber trabalha de modo holístico a questão das subjetividades. Em sua conceituação de sentido encontramos a resposta para a “pura” racionalidade, erroneamente atribuída ao autor:

Mas, seja qual for a *intensidade* relativa com que costumam se manifestar as diversas referências ao sentido envolvidas na “luta dos motivos” *igualmente* compreensíveis para nós, é algo que, em regra e segundo toda experiência, não se pode avaliar seguramente e, em grande número de casos, nem aproximadamente. Somente o resultado efetivo da luta dos motivos nos esclarece a esse respeito. Como em toda hipótese, é imprescindível, portanto, o controle da interpretação compreensiva do sentido, pelo resultado no curso efetivo da ação. Esse controle só pode ser alcançado, com precisão relativa, nos casos especialmente adequados a esse fim e infelizmente raros de experiências psicológicas. (WEBER, 1999, p.7)

2.2 Michel Pêcheux: o discurso do saber-poder - algumas incursões.

Ao trabalhar as categorias *sujeito*, *sentido* e *História* como elementos formadores do processo de significação no interior de uma dada realidade social, o discurso, Michel Pêcheux proporciona diálogo fecundo com o Interacionismo Simbólico meadiano e a Sociologia Histórica weberiana.

Sendo a linguagem a intermediação entre o homem e a realidade social, a conduta social organizada, está permeada por símbolos, crenças e valores, portanto, de produção e efeitos de sentidos. E sendo a História uma narrativa de pluralidades no embate constante pela hegemonia, a produção e efeitos de sentidos dependerão da correlação de forças em embate pelo poder. Embates nunca sem mediações e interações no processo de luta pela hegemonia.

Sentidos que, dependendo da posição que o sujeito ocupa nas relações de forças no contexto sócio-histórico em que vive serão determinados por estes; sentido que no seu percurso gerativo vai ‘integrando’, ‘interagindo’, reordenando as várias possibilidades que o *sentir* proporciona para o sentido visado, objetivos e interesses do campo majoritário no qual

interesses aparentemente heterogêneos ‘aliam- se’ para a produção de novos significados e, dessa forma, de novos sentidos para a realidade social.

Para Pêcheux a compreensão da posição que o indivíduo ocupa nas *variações de dominância* é que determina o fundamento do significado para a produção da conduta relacional, interativa e, assim, persuasiva. Ao afirmar que “*o objeto de uma sociologia do discurso seria, pois, o de verificar as relações de força e as relações de sentido que se manifestam nessa situação, colocando sistematicamente em evidencia as variações de dominância*” (Pêcheux *apud* GADET et HAK: 1990; p.87), Pêcheux convida o pesquisador a realizar a compreensão das mediações que as correlações de forças exigem para sua dominância como discurso fundador do campo que o evoca: **a)** saber-poder que fala; **b)** condições de produção, contexto situacional que permite a criação do discurso; **c)** relações de forças entre os saberes-poderes em competição na luta pela ‘hegemonia’; **d)** percurso gerativo interativo, interrelacional na geração de sentido/significado; relações de sentido, o significado da resposta no público alvo e em outro que deseja persuadir; **e)** finalmente a questão das variações de dominância que significa compreender que um mesmo discurso pode ser resignificado considerando o universo de significações existentes. Ou seja, perceber a ordenação por meio da qual se processa a materialização do discurso propriamente dito; observando o ‘não dito’ e o periférico, elementos importantíssimos para a compreensão de como a produção do significado é realizada.

2.3 George Herbert Mead: o significado para o discurso interacional.

George Herbert Mead, psicólogo social e pragmatista americano, desenvolveu seus estudos sobre a sociedade no objetivo de compreender os significados que os indivíduos vão estabelecendo na interação com as coisas e fatos sociais para sua realidade na vida social. Para Mead, o ator social não é passivo, mas um indivíduo que realiza um percurso interior entre o “eu” social e o “eu” interior para as escolhas significadas e compartilhadas (*self*). A ação para Mead, é dotada de sentido na medida em que o indivíduo, sentindo seu mundo de objetivos e ideais pertencentes aos significados dos outros membros da comunidade da qual faz parte, se percebe nela pertencente.

O que singulariza o Interacionismo Simbólico meadiano dos demais campos teóricos do saber são os elementos que Mead utiliza para explicar a interação social: o mundo das mediações. Nenhuma relação existe sem mediações. Os nazi-facismos necessitaram de ideólogos que significassem suas ideologias; necessitaram justificá-los de forma eficaz e persuasiva de modo que os alemães significassem a ideologia Hitlerista como a única capaz de salvar a Alemanha do estado de alijamento e miséria que se encontrava. Mead nos fala em um mundo no qual as ações só têm significados se inseridas na cooperação social entre os interesses pessoais e os da comunidade. Como somos indivíduos socialmente produzidos, nossas condutas e interesses, não necessariamente iguais, porém, coetâneos em momentos de alianças, são permeados pelo sistema de referências dessa comunidade.

O Interacionismo Simbólico Meadiano ao afirmar que as coisas têm significado para o indivíduo na medida em que estas respondem às suas expectativas, não refere-se ao indivíduo isolado, mas ao indivíduo social. Indivíduo que apreende seus significados na dinâmica da estrutura social valorativa vigente. Seu sistema valorativo, portanto, não encontra-se dissonante do processo sócio-histórico da comunidade que lhe origina. A ação para o Interacionismo Simbólico é mediada pelos significados compartilhados que o indivíduo pode retirar/satisfazer para suas expectativas de vida.

O sentido é o significado do alcance de objetivos presentes no universo da comunidade dada; o sentido é o significado de satisfação alcançado através das interrelações estabelecidas para o objetivo visado. O sentido é o encontro interativo entre o “eu” interior com o “me” social no processo social: primeiro, através do impulso potencial da idéia; segundo, através da percepção da ordenação da idéia – interação - para a ação; terceiro, atribuição de valor à idéia organizada, realizada e satisfatória, a significação foi realizada.

Aqui entendemos o que Mead chama de “outro generalizado”, cujo significado é a capacidade de conviver com o outro, compreender suas necessidades e objetivos; colocar-se, enfim, na situação do outro de forma cooperada. A grande questão do “outro generalizado” é a grande dificuldade em como realizar o pertencimento com reconhecimento, como nos diz Honneth (2003). A análise científica sobre o universo das sociabilidades, de como compreendemos e compartilhamos as questões do amor, do direito, da ciência e da solidariedade na democracia participativa têm constituído objeto de estudo de praticamente toda a ciência que se dedica ao estudo dos indivíduos na sociedade.

Entretanto, cada um de nós possui uma multiplicidade de “sentires” e “saberes”, pertencemos a grupos, instituições e sociedades estratificadas pelo mundo segregador do capitalismo e do status social; mais ainda, impressos de nossas socializações primária e secundária, que podem ser solidária ou repressora, a vida em sociedade exige a “repressão” do *ser* ao *dever ser*. Mead não nega o *dever ser*. Pelo contrário, é um defensor da conduta social organizada. O que ele nos convida a pensar é sobre o outro como indivíduo que também pensa, tem ideais, interesses e significados.

O Interacionismo Simbólico meadiano defende que como indivíduo social organizado, o próprio indivíduo, a partir das modificações que esse social vai estabelecendo advindas das mediações e interações que vai realizando e à medida que vai interagindo com os outros e o ambiente modifica também sua conduta. Assim terá alcançado o *self* do processo social do qual faz parte, que é a conduta social da comunidade internalizada no indivíduo. Os significados, então, são todos elaborados através do “me” social: internalização, socialização, mediação, interação social, e cooperação, constituem, pois, os elementos que possibilitam a formação do *self* para a vida cooperada e significada.

Todo o arcabouço teórico de Mead está ancorado no estudo da ação e da relação social sobre três dimensões: a ciência, a psicologia social, e a democracia participativa. Dessa forma as instituições, como formas organizadas da sociedade, constituem para Mead, formas de ‘ordenar’ as condutas compartilhadas não se distanciando do pensamento de Weber e Pêcheux sobre as instituições:

Thus the institutions of society are organized forms of group or social activity-forms so organized that the individual members of society can act adequately and socially by taking the attitudes of others toward these activities. [...] In any case, without social institutions of some sort, without the organized social attitudes and activities by which social institutions are constituted, there could be no fully mature individual selves or personalities at all; [...]. Social institutions, like individual selves, are developments within, or particular and formalized manifestations of, the social life-process at its human evolutionary level (MEAD, *op cit*, p. 261-2).³⁴

“União” e “instituição” são ambas associadas com ordens *racionalmente* estatuídas (seguindo um plano). Ou, mais corretamente: uma associação, *na medida em que tenha ordens* racionalmente estatuídas, chama-se, em nossa terminologia, “união” ou

³⁴ As instituições da sociedade são formas organizadas da atividade social ou coletiva- formas tão organizadas que os membros individuais da sociedade podem agir adequada e socialmente assumindo a atitude dos outros em relação a essas atividades. [...] sem instituições sociais de algum tipo, sem atitudes e atividades sociais organizadas pelas quais as instituições são constituídas não poderia haver selves individuais ou personalidades completamente maduras de forma alguma [...] As instituições sociais como os selves individuais são desenvolvimentos dentro do processo de vida social no seu nível evolucionário humano ou são manifestações particulares e formalizadas do mesmo.

“instituição”. Uma “instituição” é sobretudo o próprio Estado junto com todas suas associações heterocéfelas e – desde que suas ordens estejam racionalmente estatuídas – a igreja. As ordens de uma “instituição” pretendem vigência para toda pessoa à qual *se aplicam* determinadas características (nascimento, domicílio, utilização de determinados serviços), sendo indiferente se pessoalmente se associou – como no caso da união – ou não e, menos ainda, se participou ou não na elaboração dos estatutos. São, portanto, ordens *impostas*, no sentido específico da palavra. A instituição *pode* ser especialmente uma associação *territorial* (WEBER, 1999, p.33).

É, pois, porque já existe um discurso *institucionalmente* garantido sobre o objeto que o analista pode racionalizar o sistema de traços semânticos que caracterizam este objeto: o sistema de análise terá, portanto, a idade teórica (o nível de desenvolvimento) da instituição que é sua norma, e permitirá definir a posição de um conteúdo particular em relação a esta norma (PÊCHEUX *apud* GADET & HAK (org):1990, p.69).

Para Mead, a sociedade é compreendida na atitude interativa que os indivíduos empreendem na ação social dentro ou conforme o sistema valorativo da sociedade organizada. Dessa forma, não se distancia de Pêcheux para o qual é a sociedade saber-poder que fornece as relações de força e as condições de produção, veiculação, persuasão e arregimentação para a atividade social. Nessa teia relacional, a linguagem desempenha papel fundamental.

A linguagem constitui elemento fundamental no processo de socialização, interação e mediação. É na linguagem que os indivíduos trocam experiências; seja verbal, visual, gestual ou simbólica, a linguagem, sendo sujeita às condições dos atores sociais apresenta variações no espaço, na hierarquia social, é heterogênea e sujeita aos contextos de uso.

Mead, assim como Weber, também trabalha com a esfera de valores e fins na sociedade. O que singulariza a percepção de sentido em Mead em relação a Weber é a questão do uso da simbologia e gestos como elementos para a interação social. Dessa forma, Weber compreende a sociedade como uma construção histórico-social na qual a cultura, elemento mediador e mediada entre a ciência, política, economia, religião, costumes e valores, maneiras de compreensão e organização da vida social com maior demonstração de como essa ciência, política e economia são expressas na religião, nos costumes e valores na apreensão do “real” dessa dada realidade.

Em Weber, é a ação e relação social dotada de valores e fins que determina o processo da atividade da interiorização dos padrões vigentes em uma dada sociedade cuja dominação apresenta-se sob variadas esferas nas quais o carisma e os diversos tipos de

interesses desempenham papel fundante na política, na econômica, na religião, na vida afetiva.

Outra singularidade de Mead, quanto a Weber, reside na questão do tipo e formas de socialização. Na primeira socialização, que é a família, recebemos nossas primeiras valorações sobre religião, conduta e cultura; na segunda socialização, recebemos os padrões e regras de conduta na diversidade da sociedade e das instituições que fazemos parte.

Os sentidos, interesses e significados vão sendo construídos nesse mundo de interfaces: o sistema normativo/disciplinar da família, da instituição, da ciência e da religião.

Sentidos produzidos como nos afirma Mead para uma ação socialmente delimitada e realizável. Quando Weber nos fala do “*controle da interpretação compreensiva do sentido, pelo resultado no curso efetivo da ação*”, encontra consonância no pensamento de Mead quando afirma:

Meaning arises and lies within the field of the relation between the gesture of a given human organism and the subsequent behavior of this organism as indicated to another human organism by that gesture. If that gesture does so indicate to another organism the subsequent (or resultant) behavior of the given organism, then it is has meaning. In other words, the relationship between a given stimulus- as a gesture- and the later phases of the social act of which it is an early (if not the initial) phase constitutes the field within which meaning originates and exists. Meaning is thus a development of something objectively there as a relation between certain phases of the social act. (MEAD, *op cit*, p.75-6).³⁵

Mead também empreendeu uma leitura sobre as imagens e as compreende como construções de referenciais identitários reais que podem ser utilizados para o comportamento social nos ambientes de interação social. A imagem, para Mead, sempre contém elementos desejantes pelo receptor, portanto, já presentes em seu sistema sensorial. Dessa forma, a interação do receptor com a imagem apresenta-se como um mundo de possibilidades já internalizadas em sua mente que são ativadas possibilitando-lhe a tomada de atitudes no nível

³⁵ O sentido advém e consiste-se dentro do campo da relação entre o gesto de um determinado organismo humano e o comportamento subsequente desse organismo, como indicado a outro organismo humano por aquele gesto. Se aquele gesto realmente indica a outro organismo o comportamento subsequente (ou resultante) do dado organismo, então, ele apresenta sentido. Em outras palavras, a relação entre um dado estímulo – como o gesto – e as fases subsequentes do ato social do qual ele é inicialmente uma fase constitui o campo dentro do qual o sentido se origina e existe. O sentido é, portanto, o desenvolvimento de algo objetivamente existente como uma relação entre certas fases do ato social.

situacional - contexto sócio-político - e discursivo, mensagens veiculadas pela ideologia dominante.

Na análise da imagem sob a perspectiva interacionista simbólica interessa observar como o emissor apresenta o referente ao receptor, isto é, como o universo do público alvo é apresentado para a significação que a imagem deseja imprimir; como é despertada a relação de sentido para a persuasão objetivada na imagem em questão.

Portanto, o Interacionismo Simbólico meadiano ao trabalhar o mundo das mediações nas categorias interesse/sentido e do significado/persuasão, oferece cabedal teórico para a propositura da tese que apresentamos, que é a compreensão da representatividade apresentada pela referencialidade persuasiva da imagem nos níveis situacional (momento sócio-histórico) e discursivo (conceituações logicamente encadeadas). A imagem, portanto, como elemento de atribuição de significados e significação inscreve-se na necessidade de que sua referencialidade deve ser compreendida, portanto, no campo do sentido que lhe origina.

A referencialidade, portanto, constitui elemento capital para nosso empreendimento de pesquisa; pois, se a fotografia apresenta a polissemia como uma de suas características, uma coisa ninguém duvida: a existência real de um referente. Ele estará sempre na fotografia. Alguma pessoa, objeto, paisagem, acontecimento, etc., foram fotografados e permanecerão impressos até sua destruição.

Em Pêcheux, a imagem é sempre portadora da ideologia que a produz, das condições e efeitos de sentido que deseja imprimir. Na análise da imagem sob a perspectiva da análise do discurso pecheutiano é necessário que conheçamos o campo das relações de forças que a produziram; qual memória desejam imprimir no expectador. Pêcheux proporciona a compreensão da cadeia relacional para a produção de sentido objetivada, sempre no mundo da ideologia. Um mundo que sublima as diferenças de classe, etnia e religião sob o falso signo da tolerância da diversidade em nome da universalidade da igualdade e da liberdade. Em nossa concepção esta é a forma mais perversa e perigosa da ideologia, a que se apresenta como um conjunto de direitos universais quando na realidade as particularidades estão muito bem preservadas.

A conversa, pois, entre Mead e Pêcheux não só é possível, como apresenta elementos revigorantes para a compreensão da tríade interesses-sentidos e significados no interior da atitude relacional assim como proporciona conhecer como indivíduo, ambiente e sociedade

são cotidianamente justificados da importância da interação para a conduta na vida organizada em sociedade.

Especificamente quanto à análise imagética, o diálogo entre os dois autores toma relevância na medida em que, tanto Mead, ao defender a questão do significado e do sentido que as coisas têm para as pessoas, os referencia na conduta social organizada na qual instituições, valores e crenças não podem ser alijados do estudo posto serem elementos da própria conduta social; quanto Pêcheux, ao explicitar os elementos/mecanismos que definem a linguagem como discurso, apresentam possibilidades de melhor compreender as mediações como elemento importantíssimo para a fabricação de significados e interesses em questão. É, pois, no sentido do discurso que as interações acontecem.

Michel Pêcheux, assim como Mead, compreende o sentido como produção de significados na estrutura social. Assim como Mead, Pêcheux nos fala em sujeitos da ação, relação e da interação na condução da comunidade; sua singularidade reside, no entanto, em situar sua ênfase nas estruturas de relação de poder. Assim como Mead, Pêcheux compreende que as ações e relações encontram-se permeadas pelo sistema valorativo da comunidade. Mead e Pêcheux, percebem o sentido que é elaborado pelos saberes-poderes no plano do discurso. Trata-se de compreender o sentido como uma cadeia de significados dentro da estrutura social que, para Pêcheux encontra-se imbricada em uma estrutura discursiva de ação, de assujeitamentos dos sujeitos sociais ao discurso dominante da comunidade.

Para Pêcheux, tal qual Mead, os elementos que fornecem as bases para esse assujeitamento encontram-se nas formas em como as relações sociais são ou vão sendo estabelecidas segundo objetivos comuns que se ‘aliam’ no objetivo de elaborar um discurso valorativo e normatizador das condutas sociais segundo o sistema referencial dos saberes-poderes dessa comunidade ou sociedade. São as relações de força no embate com a idéia-motivo e de sentido, que também encontramos em Mead nos termos dos embates entre o “eu” individual e o “me” coletivo para com o sistema valorativo da comunidade, deles entre si, assim como com as instituições, constituem o cerne da luta pelo campo da instalação de um discurso homogeneizante e, portanto, portador de um sistema valorativo e normativo nos moldes da ideologia no poder dessa dada sociedade.

Max Weber, assim como Pêcheux não elaborou uma teoria sobre a imagem, mas sobre a representação como “meio e fim” (Weber: *op cit*; p. 5) com sentido objetivo e

subjetivamente visado “precisos”. A imagem, na perspectiva weberiana, pode ser interpretada através da prática dos tipos ideais que Weber tão bem nos apresentou quanto aos gestores da sociedade. Não é preciso tecer comentários sobre o vasto mundo da persuasão carismática realizada por líderes e partidos políticos, chefes religiosos ou por qualquer outra entidade representativa. Todos utilizam a legitimidade da representatividade com mecanismo de dominação na qual a representatividade do cargo lhes confere a autoridade presumida.

Toda forma de discurso evidencia-se como uma verdade. Seja impresso em jornais e revistas; sonoro, através do rádio, telejornais, internet; e imagético, fotografias e documentários, apresenta-se enquanto detentor de uma legitimidade dos agentes que o elabora. O que determina, porém, sua validade como documento³⁶ histórico depende do agente e propósito de sua criação, uso, fato que trata, contexto de sua elaboração, significado e significação. Pode ainda ser um constante resignificar na medida em que esse documento responde às questões que se lhes fazem no presente e ótica do pesquisador que busca nele encontrar “respostas” para a pesquisa que empreende. Ao utilizar aspas na palavra *respostas* queremos chamar a atenção do pesquisador quanto às perguntas que deve realizar frente ao documento que apresenta-se como detentor de uma verdade. Não se trata de negar ou afirmar a veracidade do documento, mas sim em realizar uma crítica pertinente quanto à exatidão que o documento afirma existir no fato que apresenta.

Nos três autores encontra-se presente a questão do interesse e do sentido, do significado e da persuasão no texto verbal, escrito, imagético e iconográfico. Mesmo apresentando-se aparentemente perceptível, a matriz teórica de cada autor não constitui tarefa tão fácil quanto possa parecer, posto não ser fácil identificar em cada qual somente um elemento em detrimento do outro que o identifique ‘pertencer’ à linha ideológica que apresenta. Entretanto, cada um deles apresenta palavras-chaves que os singularizam; o que é bem diferente afirmar *diferencia-os*: enquanto Weber utiliza a categoria do *carisma* como mecanismo persuasivo, Mead utiliza a questão do *significado* para a ação persuasiva; como cientista e teórico da Análise do Discurso Pêcheux trabalha com a categoria *interesse e sentido*.

Nossa análise sobre a ação imagética do Estado Novo (1937-1945) na Amazônia centra-se em realizá-la, conforme anunciado em páginas anteriores, na perspectiva do Intera-

³⁶ LE GOFF. (1990)

cionismo Meadiano. Já o explicitamos de forma abreviada nas páginas anteriores. A partir de agora o aplicaremos nas análises das imagens no objetivo acima delineado.

Nenhuma outra década, antes da fotografia existir como representante de um “real”, foi tão emblemática no uso da fotografia quanto o período de 1930 a 1945 do século XX. A ascensão de Hitler ao poder em 1933 e o uso político que passa a realizar da fotografia como mecanismo de persuasão e manipulação, explorando o sistema sensorial dos alemães sob o máximo de suas capacidades para a sedução radical; e o desenvolvimento das técnicas da fotografia com o incremento do fotoclubismo e do fotojornalismo³⁷ tornam essas décadas ímpares no uso da imagem como *marketing* político.

No Brasil o reinado da fotografia coube ao governo Vargas (1930-1945) (1951-1954). Juscelino Kubitschek (1955-1960) bem que tentou, mas não conseguiu ‘retirar’ o título de Vargas. Nosso trabalho, porém, não trata sobre uma análise imagética **do** governo Vargas, para tal há uma longa e variada bibliografia sobre o tema. Nesse sentido veja: Pardini (2009); Nahes (2007); Chaves (2006); Schvarzman (2004); mas de **um** aspecto desse governo, mais particularmente a análise imagética da ação do Estado Novo na Amazônia no período compreendido entre 1940-1945, por ser neste recorte temporal que a Amazônia é elevada à categoria de eldorado e brasilidade, pertencida econômica e geopoliticamente à Marcha para o Norte e Oeste empreendida pelo governo Vargas.

Toda uma estrutura de pertencimento da Amazônia em relação ao projeto nacional é elaborada para integrá-la economicamente ao capitalismo nacional, ao mesmo tempo que reordena a ocupação do espaço amazônico com o povoamento planejado: refugiados das secas, particularmente o cearense; e desempregados dos grandes centros de então.

A Segunda Guerra Mundial interviria diretamente nos planos do governo estadonovista para com a região amazônica. O ataque japonês aos países produtores de borracha na Malásia pelos países do Eixo reordena as fontes produtoras dessa matéria-prima e essencial ao esforço de guerra pelos produtos dela fabricados. O Brasil constitui a única porta como solução para o embargo imposto. Em 1940, Vargas viaja a Amazônia (Manaus e Belém) e pronuncia aquele que ficaria marcado como o “Discurso do Rio Amazonas”:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar

³⁷ Vide FABRIS. 1998.

a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. [...] Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E, não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio (*sic*), virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que, legitimamente, pertence ao caboclo brasileiro. [...] O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da Terra (*sic*), e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. (VARGAS, 1940 v. VIII p. 78-80).

Esse discurso foi pronunciado em 1940, um ano após a deflagração da Segunda Guerra Mundial e dois anos antes da assinatura dos Acordos de Washington com os Estados Unidos. Os Estados Unidos ingressara na guerra em 1941. O discurso foi pronunciado em solo amazônico representando o significado que a região já apresentava em termos nacionais e os que passaria a desempenhar no desenrolar do conflito.

Conhecedor dos rumos que a guerra tomava, até então os ataques realizados pelas forças do Eixo caracterizavam-se como relâmpagos, dada sua rapidez na ação, porém, já contando com grande margem de intervenção política e de mortes nos países bombardeados. Vargas tinha, além dele próprio, ideólogos estrategistas e profundos conhecedores da geopolítica como campo estratégico de ação no território brasileiro.

Em seu discurso, Vargas afirma que não só empresários brasileiros estão interessados no Norte, assim como homens de negócios de outros países. Devemos entender nas palavras de Vargas o conhecimento do potencial produtivo e lucrativo que a região já começava a apresentar no quadro econômico do capitalismo interno e externo. Potencial que Getúlio, pessoalmente, em sua viagem à região, tomou conhecimento mais apurado face às informações que recebeu das elites locais (governantes, produtores e empresários).

Outro ponto importante é a posição de neutralidade ou equidistante assumida pelo governante no período 1939-1941 perante os países beligerantes, Alemanha, Itália e Japão; lembrando que os Estados Unidos só entrariam na guerra em 1941. Política de equidistância, posto o Brasil, até aquele momento (1940) manter acordos comerciais assinados tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos desde 1935. Internamente, o Brasil passava por dificuldades na questão da modernização do seu parque industrial e bélico; Alemanha e

Estados Unidos apontavam para financiamentos nessa questão, mas não concretizavam suas promessas de modo efetivo. A construção de uma usina hidrelétrica, outro objetivo varguista para o Brasil, teria que esperar um pouco mais.

O discurso de Vargas deve ser entendido, ainda, nas conjecturas que ele sabia, logo, logo, se delineariam: tanto Alemanha quanto Estados Unidos disputavam fontes e mercados consumidores; além, é claro, do domínio geopolítico do mundo. O acirramento da guerra, porém, reordena, não só a correlação de forças, como exige posicionamentos precisos e atuantes para o combate ‘final’ frente ao inimigo. Por posicionamentos precisos e atuantes devemos entender, no caso brasileiro, o fim da posição de equidistância até então assumida perante a guerra.

O ataque japonês a *Pearl Harboul* em 1941, importante base militar e comercial americana no Pacífico, impediu que os seringais da Malásia continuassem abastecendo os Estados Unidos com a borracha que comercializavam, o que abala seriamente a posição dos Estados Unidos no conflito quanto à aquisição desse produto para suas indústrias e agora, para a fabricação de capas de chuva, pneus, cintos, necessários ao esforço da guerra, passa a cobrar do Brasil posição *definitiva* frente à guerra.

É nesse momento que compreendemos a posição do Brasil pró-Aliados pressionado pelos americanos através do lema ‘América para os americanos’, além de acordos e convenções, particularmente na OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde - (LIMA, 2002) Vargas capitaliza o apoio aos Aliados com a segurança da construção da Usina de Volta Redonda. Essa negociação denominada Acordos de Washington, foi assinada em 1942, entre Brasil e Estados Unidos e tinha como um dos objetivos, o Brasil passar a produzir e exportar com exclusividade a borracha brasileira para o esforço de guerra aliada, além da permissão do Brasil de instalações de duas bases americanas no Nordeste brasileiro, em Natal e Fortaleza. As de Natal, Rama e Parnamirim e, as de Fortaleza, Pici e Cocorote³⁸; finalmente, a compra de produtos brasileiros por preços compensatórios, assim como do Brasil para com aquele país.

O SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), órgão americano criado como desdobramento dos Acordos de Washington em 1942, já inicia seus trabalhos nesse mesmo ano. Trouxe médicos e técnicos sanitaristas para atuarem nas áreas mais endêmicas em

³⁸ Vide OLIVEIRA, et LAVÔR, Ivonildo (2008).

doenças tropicais - malária e febre amarela. Antes do SESP, porém, a Fundação Rockefeller (*op cit*) já atuava no Brasil desde 1916 e mantinha convênios e acordos de intercâmbio de envio de médicos brasileiros para os Estados Unidos para realizarem especializações, assim como recebia médicos e técnicos americanos para estudos no Brasil.

Tanto a Fundação Rockefeller, quanto o SESP foram motivo de queixas de médicos sanitaristas e pesquisadores brasileiros das doenças tropicais no Brasil, os quais sentiram-se agredidos com a vinda e a estrutura de poder que o SESP dispunha no país, tema já explorado no capítulo 1, de nosso trabalho.

Dessa forma, o Brasil reordena o projeto estadonovista para a região amazônica, o que não significa afirmar mudanças substanciais no plano varguista para o povoamento e exploração econômica já delineados para a região. Com a necessidade do Brasil como produtor de borracha, aliado político, ao mesmo tempo campo estratégico geopolítico não só internamente no cenário latinoamericano com fronteiras na maioria de seus países, assim como externo. A localização estratégica do Brasil no Atlântico e, portanto, em contato direto com Europa e África o Brasil passa a desempenhar papel de grande relevância no cenário delineado. Falando ao povo sobre a declaração de apoio aos países Aliados, Vargas afirma:

A nossa declaração de solidariedade ao povo norte-americano, a quem nos liga secular amizade, e o conseqüente rompimento de relações diplomáticas com os países que o arrastaram à guerra, era um imperativo de obrigações solenemente assumidas em tratados e convênios e da aplicação de princípios de unidade política continental, sempre afirmados e intransigentemente defendidos pelo Brasil. Ao definirmos, porém, essa atitude, timbrámos (*sic*) em exprimir o decidido propósito de continuar em paz com todo o mundo, ressalvada a hipótese de sermos agredidos.[...] É nosso dever levar a toda América o auxílio necessário e trazer para os portos do Brasil quanto reclamem a marcha regular das indústrias e o aperfeiçoamento dos meios de defesa. [...] Não nos enganemos. O mundo já não reconhece o direito de viver aos fracos, aos inermes, aos desamparados. Principalmente se possuem riquezas fáceis de mobilizar e matérias primas (*sic*) indispensáveis à paz e à guerra. É preciso, pois, para preservar a América da cobiça dos conquistadores, torná-la autônoma, cercando-a de inexpugnável muralha de resistência econômica; e só o trabalho conjugado dos seus povos o conseguirá. Cumpre-nos, assim, executar com fé e coragem a parte que nos toca nesse programa gigantesco (VARGAS, 1942. v. IX. p 216-8).

Os acordos haviam sido assinados, o Brasil produziria a borracha necessária para os aliados, teria sua usina - Volta Redonda (1941). Faltava o elemento - chave para a empresa

extrativa, aquele que realmente executaria a mão-de-obra necessária e que já havia sido escolhido pelo governo varguista para a empreitada e já referidos quando da instalação das colônias militares de fronteira e agrícolas: o nordestino, particularmente o flagelado das secas. Flagelado que tinha apresentado sua capacidade de resistência na guerra contra Canudos, flagelado que recebe de Euclides da Cunha a afirmação de que “o nordestino é antes de tudo um forte”, flagelados que haviam demonstrado a Euclides da Cunha, homem de ciência, formado na escola positivista Comteana a capacidade de resistência contra o latifúndio e a violência a que sempre estiveram submetidos.

Tal política de recrutamento ficou conhecida como a Batalha da Borracha e tinha como estratégia, além de ‘formar’ mão-de-obra disponível para as empresas seringalistas na Amazônia, a ocupação permanente do Brasil Central. Utilizando um aparato propagandístico retórico/persuasivo - cartazes, fotografias, jornais, rádio, discursos oficiais e arregimentadores espalhados pelas capitais, interior e sertões nordestinos - o governo Vargas fabricava, assim, o eldorado amazônico. Portanto, esse capítulo trata sobre a análise imagética desse material propagandístico sob os referenciais acima delineados.

A contratação do artista plástico suíço Jean Pierre Chabloz (sobre o qual nos reportaremos mais detalhadamente nas páginas seguintes) pelo SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) representa o corolário da campanha publicitária da Batalha da Borracha como elemento de brasilidade. Os cartazes criados pelo artista eram trabalhados de modo a não permitir dúvidas no público alvo quanto ao paraíso amazônico apresentado, produzindo, assim, a adesão à causa da Batalha da Borracha.

Centenas desses cartazes foram amplamente espalhados por todo o Brasil, em particular no Nordeste brasileiro. Era primordial que a mensagem varguista de promessa do eldorado na Amazônia chegasse aos mais distantes lugares dos sertões e interiores nordestinos. Para esses objetivos governantes, prefeitos, padres, imprensa, mães, estudantes e demais segmentos da sociedade civil foram incumbidos a realizarem sua parte na brasilidade que se formava. Em circular de 29 de maio de 1943 endereçada aos prefeitos, Vargas os ‘convida’(entenda-se convoca, cumpra-se) para suas responsabilidades na condução dos trabalhos para com a campanha da Batalha da Borracha:

Convido-vos a contribuir praticamente para o completo êxito do mês nacional da borracha, a que se dedicará todo o mês de junho próximo. Junto a esta segue o plano

que orientará a referida campanha através da cuja leitura vos convencereis da importância da vossa colaboração [...] A vossa operosidade saberá acrescentar outras de valor, tendentes à consecução deste único fim: MAIS BORRACHA! Crede que ao trabalhades juntamente com vossos munícipes, estareis não só acelerando a marcha de nossa vitória, mas realizando obra civilizadora de fixação do homem brasileiro ao seu solo. (Vargas, *op cit*, v. X; p.74).

Nas igrejas católicas hinos e benditos expressavam a situação vivida. Um dos cânticos nos fala dos pedidos de proteção dos fiéis aos soldados brasileiros no ‘front’:

Nossa Senhora, mãe de Jesus, dai-nos a graça de tua luz, Virgem Maria mimosa flor, dai-nos a esmola do teu amor. Miraculosa rainha do céu sobre o teu manto vestido de luz, fazei que a guerra se acabe na terra e ajeite os homens na paz de Jesus. Pelas crianças flor em botão, pelos velhinhos sem lar nem pão, pelos soldados que à guerra vão, senhora aceite nossa oração.³⁹

2.4 - Jean Pierre Chabloz: Biometria, Eugenia e Persuasão.

Além das Revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* produzidas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tratarem o tema através de seus intelectuais ideólogos, dentre estes Cassiano Ricardo (1895-1974)⁴⁰ a campanha de ocupação dos “espaços vazios” foi amplamente justificada através de jornais, emissoras de rádio, comícios públicos; quer fossem em situações de eventos oficiais com a presença de Vargas, quer fossem nos demais círculos que compunham os órgãos e instituições do governo, as

³⁹ Bendito cantado em várias igrejas do Estado do Ceará durante a Segunda Guerra Mundial e recitado em nossa presença pela senhora Francisca Mourão de Freitas, 92 anos, que participava de modo disciplinar das atividades da igreja de sua cidade natal Pereiro(Ce); a senhora Francisca também nos afirma que o mesmo bendito era cantado nas cidades de Pau-dos-Ferros(RN), São Miguel(RN), Jaguaribe(Ce), Iracema(Ce), Alto Santo(Ce), Ema(Ce), Acarape(Ce), Redenção(Ce), Barreira(Ce), Choró(Ce), uma vez que residiu em todos esses lugares durante o período em questão. Apresentando um nível de lucidez e memória invejável para muitos de nós, dona Francisca é um exemplo de um verdadeiro agente da história, participando ativamente das atividades da igreja de seu tempo.

⁴⁰ Jornalista e escritor, fundou em 1937, juntamente com Menotti del Picchia, outro escritor modernista, o movimento político intitulado Bandeira, cujo lema era: *Por uma democracia social brasileira, contra as ideologias dissolventes e exóticas* em oposição ao Integralismo de Plínio Salgado. Sua obra *Martim Cererê* (1928) constitui um dos marcos dos questionamentos sobre a dicotomia litoral/sertão ao defender a interiorização como brasilidade. Em 1940 escreve sua obra mais emblemática *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil* tornando-se um dos mais ardorosos defensores da Campanha da Macha para o Oeste empreendida pelo governo Vargas. In: Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Disponível em: <<http://www.fccr.org.br/>>. Acesso em 22/maio/2010. VELLOSO, Mônica Pimenta. A BRASILIDADE VERDE-AMARELA: nacionalismo e regionalismo paulista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

repartições públicas através do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) criado em 1933, e da sociedade civil, escolas, hospitais, igrejas como demonstrado no hino cantado nas missas por nossa depoente. Para Ággio *et al* (2002) os organismos que foram sendo criados no governo estadonovista o foram no lema “*livres como nunca, ainda que desiguais como sempre, porém mais fraternos*”.

Além destas, o governo utilizou mais duas estratégias de campanha de efeito e produção de sentidos altamente eficazes para seus objetivos na Amazônia: a fotografia e o cartaz. A Batalha da Borracha constituiu um dos mecanismos necessários para a efetivação da Marcha para Oeste. Necessário porque Vargas, antes dos Acordos de Washington em 1942, já possuía um plano de ocupação para a Amazônia como explicitamos no capítulo 1; necessário mais ainda após a assinatura desse acordo, pela necessidade de mão-de-obra para os seringais amazônicos para a produção da borracha estatuída nos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos.

O material publicitário da campanha da Batalha da Borracha elaborado por Chabloz (*op cit*), para o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) representa os novos propósitos da nação elaborados pelo grupo varguista no poder. Mesmo sendo contratado pelo governo estadonovista para o desempenho dessa função devemos compreender como Chabloz chegou ao posto de desenhista ‘oficial’ (mesmo temporariamente) da campanha da borracha no Brasil. Ao chegar ao Brasil residiu, inicialmente, no Rio de Janeiro, cidade na qual passou a manter contatos com intelectuais, chegando inclusive, a escrever em umas das revistas mais importantes do meio literário e artístico chamada *Clima*. Seu ingresso no SEMTA deu-se através de sua amizade com Georges Rabinovith, assistente trabalhista da Rubber Development Corporation (RDC), empresa americana que gerenciava a questão da borracha no Brasil e com quem já trabalhara na Suíça. (Moralis; 2002; p.191).

Lourival Gomes Machado, crítico e historiador paulista, posicionando-se sobre a arte de Chabloz quando da exposição deste em São Paulo em 1942, afirma este ser um artista que apresenta em suas obras um trabalho mais intelectual do que artístico.⁴¹ A outra perspectiva de resposta é que para Chabloz aceitar a contenda significa afirmar que se encontrava em sintonia com os ideais, com os propósitos varguistas quanto à criação de uma identidade

⁴¹ Disponível em: <www.itaucultural.org.br/.../enciclopedia_IC/Enc.../artistas_imp.cfm?>. Acesso em 01 de nov. 2009.

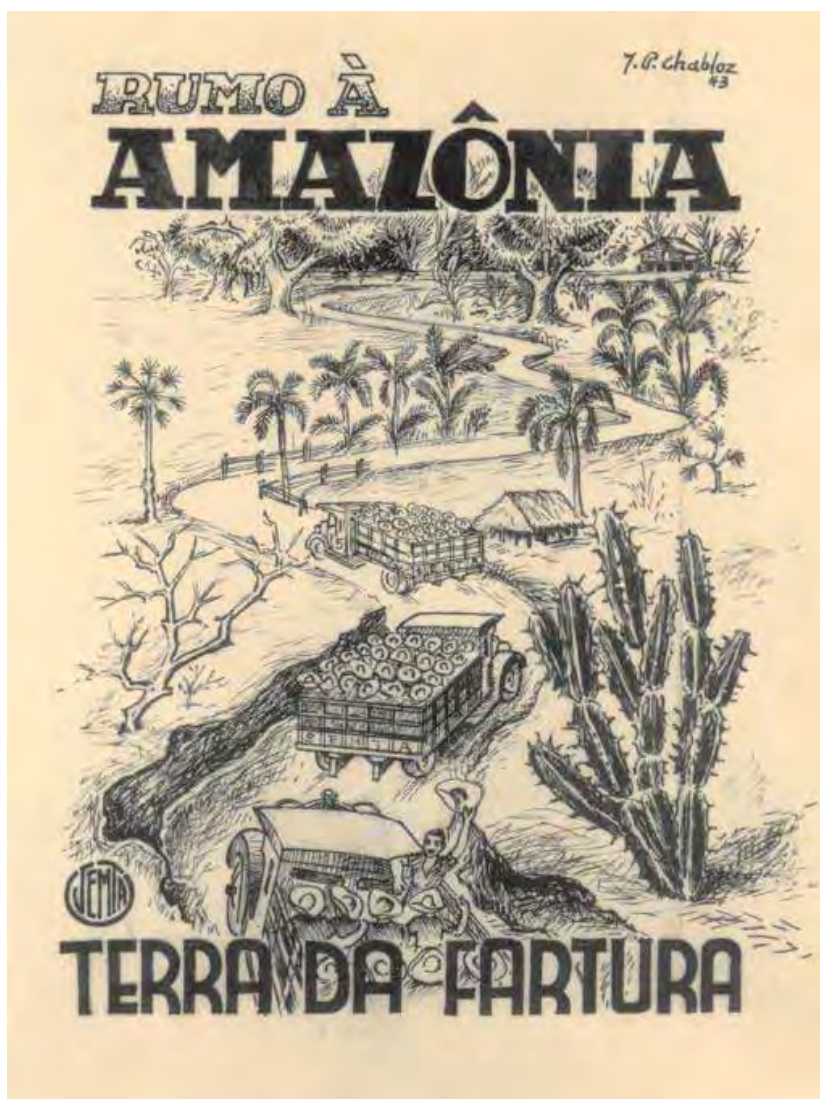
nacional, de uma arte que representasse os novos propósitos da nação elaboradas pelo grupo varguista no poder. Em artigo publicado na Revista *Clima*, nº 8 de 1942, intitulado *O Brasil e o problema pictural*⁴², Chablosz afirma:

Digamos desde logo que a criação artística, e mais particularmente a produção do fenômeno pictural, é extremamente [*ipsis literis*] difícil no Brasil, especialmente no Rio. Esta dificuldade se explica por causas que eu creio poder classificar em três grupos: naturais, psicológicas e históricas [...] Com efeito, se lançamos uma vista sinótica sobre a arte brasileira, veremos que esta arte não deixou de ser um produto de importação, direta ou indireta. Barroco português, neo-classicismo, academicismo, realismo e impressionismo franceses; surrealismo europeu e norte-americano – todas essas influências estrangeiras se precipitaram e se entrecruzaram neste solo que, por isso mesmo, não pôde até aqui tomar consciência dele mesmo. Na maioria dos setores da vida local, deve, com efeito, ser possível reconhecer esses enxertos prematuros, essa cultura de estufa, estas incontáveis injeções cujo efeito imediato é embriagador, porém, enganoso, e que sabotam as elaborações autônomas profundas, as sedimentações naturais que elas apenas poderiam assegurar a este país um centro de gravidade autêntico e, conseqüentemente uma fisionomia que pertença senão a ele. Por isso, apesar de estrangeiro há pouco chegado, tomo a liberdade de propor alguns conselhos, esboçar algumas diretrizes – que serão a conclusão do presente estudo: Se [*ipsis literis*] não houve até aqui “pintura brasileira”(e nós vimos sobejamente porque) não há aparentemente razão para que um dia (amanhã...) não haja uma. Mas para que essa possibilidade se torne realidade, é indispensável, no meu modo de ver, mudar a atitude de espírito que domina geralmente no Brasil. É preciso libertar o navio, encalhado nas águas barrentas do academicismo, da arte literária e anedótica, da “fabricação pictural e turística, vulgarmente decorativa ou publicitária. É preciso lançar o navio no alto mar, e, por meio de uma manobra heróica (*sic*) de timão, imprimir-lhe um rumo clarividente, no sentido mesmo do gênio profundo da terra brasileira. A pintura brasileira autêntica, que eu imagino, será uma pintura sóbria, máscula, mais estática do que dinâmica; uma pintura arquitetônica, densa, animada por um sopro profundo e largo; uma pintura arcaica”.⁴³

⁴² Arte Pictural- Durante o século XV, os artistas renascentistas desenvolveram técnicas artísticas e matemáticas que possibilitaram a criar imagens perspectivadas, que produziam a ilusão de possuírem profundidade de campo, ou seja, simulavam uma terceira dimensão em algo que originalmente possuía duas dimensões. O desenvolvimento dessas técnicas marcou o olhar ocidental. Ao mesmo tempo que a perspectiva monocular passou a ser utilizada, novas técnicas de pintura (como a pintura a óleo) propiciaram um desenvolvimento realístico do conteúdo pictural, pois facilitava a recriação de detalhes, de superfícies mais lisas e brilhantes, que pareciam vivas. Essas técnicas de pintura favoreceram o desenvolvimento do caráter analógico da pintura, que apresentava representações verossímeis, ou seja, próximas do real representado. in: ROSSINI, Míriam de Souza. Imagens digitais: a verossimilhança impossível. Disponível em:

<www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1734-1.pdf>. Acesso em 29 de out. de 2009.

⁴³ Disponível em: < www.mauc.ufc.br/acervp/chicodasilva/descobridor/index1.html>. Acesso em: 04 nov. 2009.



Cartaz nº 05. Rumor à Amazônia – Terra da Fartura. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The socialized human animal takes the attitude of the other toward himself and toward any given social situation in which he and other individuals may happen to be placed or implicated; and he thus identifies himself with the other in that given situation, responding implicitly as the other does or would respond explicitly, and governing his own explicit reaction accordingly. (MEAD. *op cit. ib id.* p.235)⁴⁴

⁴⁴ O animal humano socializado recebe atitude de outro em relação a si e à determinada situação social na qual ele e outros indivíduos aconteçam de estar localizados ou implicados; e ele, portanto, se identifica com o outro nessa dada situação, respondendo implicitamente enquanto o outro responde, ou responderia, explicitamente e governando sua própria reação explícita em concordância.

E Chabloz elabora cartazes que constituem uma verdadeira obra de arte. São nítidos seu posicionamento quanto à expressão da arte à serviço da percepção e, portanto da compreensão da mensagem pelo público alvo. Na campanha publicitária da Batalha da Borracha são nítidos os conhecimentos de Chabloz sobre a Gestalt nos cartazes persuasivos que elabora para a arregimentação de mão-de-obra nordestina para os seringais amazônicos. São cartazes que utilizam com maestria a retórica persuasiva, com claros ‘apelos’ para a construção de um novo Brasil; um Brasil que se propõe para os brasileiros; um Brasil que proporciona o Eldorado ao seu povo dentro dele próprio; um Brasil que, finalmente, ‘reconhece’ a ‘força’ do povo nordestino já afirmada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Apresentando uma região paradisíaca, Chabloz apresenta consonância ao projeto varguista para a Amazônia.

O discurso varguista veiculado nos cartazes desenhados por Chabloz apresentam completa simetria entre a estrutura e a forma dos elementos constitutivos do que seria, ou deveria ser o eldorado amazônico para a persuasão e arregimentação objetivada. Na teoria da *Gestalt*, os elementos perceptivos devem ser estimulados de forma à compreensão total da mensagem veiculada; a interação entre o todo e a parte, figura e fundo, forma e cor, campo e posição dos elementos, devem estar de tal forma organizados que levem o receptor a receber, processar o raciocínio, compreender, interagir se reconhecendo na mensagem veiculada e, assim, ser persuadido pela mensagem que veicula seus objetivos de uma vida digna e ‘livre’ da teia de submissões e violências do coronel, dono das terras e da lei.

A Amazônia como terra de fartura (cartaz nº 05), um contrato com garantias de passagem, alimentação, amparo à família de assistência médica e religiosa (cartaz nº 06 e figura nº 01), para os que migrassem para a região; e mais: uma série de vantagens para quem mais extraísse o látex e o transformasse em borracha (figura nº 02 e cartaz nº 07).



Cartaz nº 06 - Nordeste, alista-te SEMTA. Cartazes dos mais emblemáticos para a campanha da Batalha da Borracha. Não contém nenhuma figura. É direto, utiliza frases simples e do universo linguajero e desejante do trabalhador para a persuasão objetivada. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará - MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

As taught in economics, money is nothing but a token, a symbol for a certain amount of wealth. It is a symbol for something that is wanted by individuals who are in the attitude of willingness to exchange; and the forms of exchange are then the methods of conversation, and the media of exchange become gestures which enable us to carry out at vast distances this process of passing over something one does not want, to get something he does, by means of bringing himself into the attitude of the other person. (MEAD, *op cit. ib id*, p.292).⁴⁵

⁴⁵ Como ensinado na economia, o dinheiro não é nada além de um sinal, um símbolo para uma certa quantidade de riqueza. É um símbolo de algo que é necessitado pelos indivíduos que tenham a atitude de querer trocar; e as formas de troca são, então, métodos de conversação, enquanto os meios de troca se tornam gestos que nos tornam capazes de realizar, a enormes distâncias, esse processo de repassar algo que alguém não precise para obter algo que ele precise por meio da condução de si próprio na atitude de outra pessoa.

Figura nº 01 *fac simile* do Contrato de Alistamento, elaborado de SEMTA. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Figura nº 02. *fac simile*. Panfleto elaborado pelo SEMTA distribuído à população apresentando as vantagens do alistamento. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

For effective cooperation one has to have the symbols means of which the responses can be carried out, so that getting a significant language is of first importance. Language implies organized responses; and the value, the implication of these responses, is to be found in the community from which this organization of responses is taken over into the nature of the individual himself. (MEAD, *op cit. ib id.* p.268)

46

⁴⁶ Para uma cooperação efetiva, alguém tem que ter os símbolos por meio dos quais a resposta possa ser feita, de forma tal que uma linguagem significativa é de primeira importância. A linguagem implica em respostas organizadas; e o valor, a implicação dessas respostas, deve ser encontrado na comunidade a partir da qual essa organização de respostas seja dominada na natureza do próprio indivíduo.



Cartaz nº 07. Riqueza e fartura na Amazônia. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Cartaz nº.08 - Vai também para a Amazônia Protegido pelo SEMTA. 1943. Elaborado para persuadir aqueles que ainda relutavam em alistar-se no SEMTA, por apresentar a mudança de vida que alcançariam no paraíso verde. Os que permanecessem no Nordeste continuariam retrógrados, atrasados, maltrapilhos e doentes; além de continuarem à mercê da exploração das oligarquias locais. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The gesture stands for a certain resultant of the social act, a resultant to which there is a definite response on the part of the individuals involved therein; so that meaning is given or stated in terms of response. Meaning is implicit – if not always explicit – in the relationship among the various phases of the social act to which it refers, and out of which it develops. And its development takes place in terms of symbolization at the human evolutionary level. (MEAD, *op cit. ib id.* p. 76)⁴⁷

⁴⁷ O gesto significa uma determinada resultante do ato social, uma resultante para a qual existe uma resposta definida por parte dos indivíduos envolvidos; assim, o sentido é dado ou apresentado em termos de resposta. O sentido é implícito – se não sempre explícito – na relação entre as várias fases do ato social ao qual ele se refere e fora do qual ele se desenvolve. E seu desenvolvimento ocorre em termos de simbolização no nível da evolução humana.



Cartaz nº.09 - Mais Borracha para a Vitória. 1943. Todos irmanados no sentimento de construção da brasilidade representado no V da vitória que jorra do látex da seringueira. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The sense of national prestige is an expression of that self-respective which we tend to preserve in the maintenance of superiority over other people. [...] The superiority which the person now has is not a superiority over the other, but is grounded in that which he can do in relation to the functions and capacity of others.[...] He does not realize himself in his simple superiority to someone else, but in the function which he can carry out. (MEAD, *op cit. ib id.* p. 285)⁴⁸

⁴⁸ O sentido de prestígio nacional é uma expressão que tendemos a preservar na manutenção da superioridade em relação a outras pessoas [...] A superioridade que a pessoa agora tem não é uma superioridade ao outro, mas está baseada naquilo que pode fazer com relação às funções e à capacidade dos outros [...] Ele não se percebe em sua simples superioridade a um outro alguém, mas na função que ele pode desempenhar.

Outro aspecto da análise do trabalho de Chabloz para o SEMTA reside no conhecimento que apresenta quanto à Biometria e à Eugenia; duas “linhas mestras” do governo varguista para a construção do “novo homem” brasileiro. Chabloz elabora cartazes nos quais classifica a população nordestina em biotipos claramente definidos na Escola de Biotipologia Italiana, particularmente a classificação de Jacinto Viola (1870-1943) e Nicola Pende (1880-1970), que definiram as características positivas e negativas em cada biotipo apresentado (SOUZA: s/d).

Percebe-se que Chabloz tinha leitura sobre trabalhos de outros biotipologistas criminais como o italiano Cezare Lombroso (1835-1909); mas também dos biotipologistas eugenistas Francis Galton (1824-1911), Paul Broca (1824-1880) e George Mendel (1822-1884) (GOULD: 1999)⁴⁹. No Brasil, passa a conhecer os trabalhos de Nina Rodrigues (1862-1906) e Afrânio Peixoto (1876-1947).

Portanto, Chabloz apresenta em seus cartazes para o SEMTA a classificação biotipológica que deveria ser seguida para a arregimentação obedecendo o critério claramente eugênico do governo Vargas, porém mascarado pelo discurso de construção de um “novo” homem brasileiro (cartazes nº 10 a 17). O primeiro biotipo é o *Disgenopata*; apresentando todas dismorfias possíveis é considerado inapto para os objetivos varguistas da criação do homem novo brasileiro: viril, másculo, robusto e apto para os desafios que encontraria na floresta amazônica. O *Disgenopata* é, portanto, excluído como elemento produtivo e produtor e para os objetivos estodonovistas na região. O segundo biotipo apresentado é o *Brevilíneo*, subdividido em duas categorias: **a)** o *astênico* que predomina o temperamento fleumático; e **b)** o *estênico*, que predomina o temperamento sanguíneo. O terceiro biotipo é o *Longilíneo*, também subdividido nas categorias **a)** *astênico*, no qual predomina a melancolia; e **b)** no *estênico* predomina o temperamento colérico. O quarto biotipo é o *Mixotipo*, que apresenta características mais próximas do quinto tipo ou ‘tipo ideal’: o *normolíneo* (SOUZA: 1984; p.114).

O mixotipo constitui, assim, o único de todos os biotipos apresentados com características que, mesmo não atendendo no todo as prerrogativas estipuladas como o homem “ideal” exigidas pelo governo varguista, apresentava, segundo os estudos da Biotipologia realizada nos centros arregimentadores, o elemento mais ‘apto’ à procriação de

⁴⁹ Em *A falsa medida do homem*, Gould apresenta, mesmo que de forma breve, porém, consistente, um histórico de todas as teorias de cientistas eugênicos que inspiraram várias medidas governistas em, praticamente todo o mundo e de formas variadas, a busca pela perfeição da raça.

filhos normais, mão-de-obra produtiva e assaz na disposição das dificuldades que enfrentaria nos seringais amazônicos. Segundo os estudos biométricos realizados nas hospedarias e na falta do tipo ideal, o normolíneo, o mixotipo era o elemento que menos apresentava ‘degenerescên-cias’ incorrigíveis.

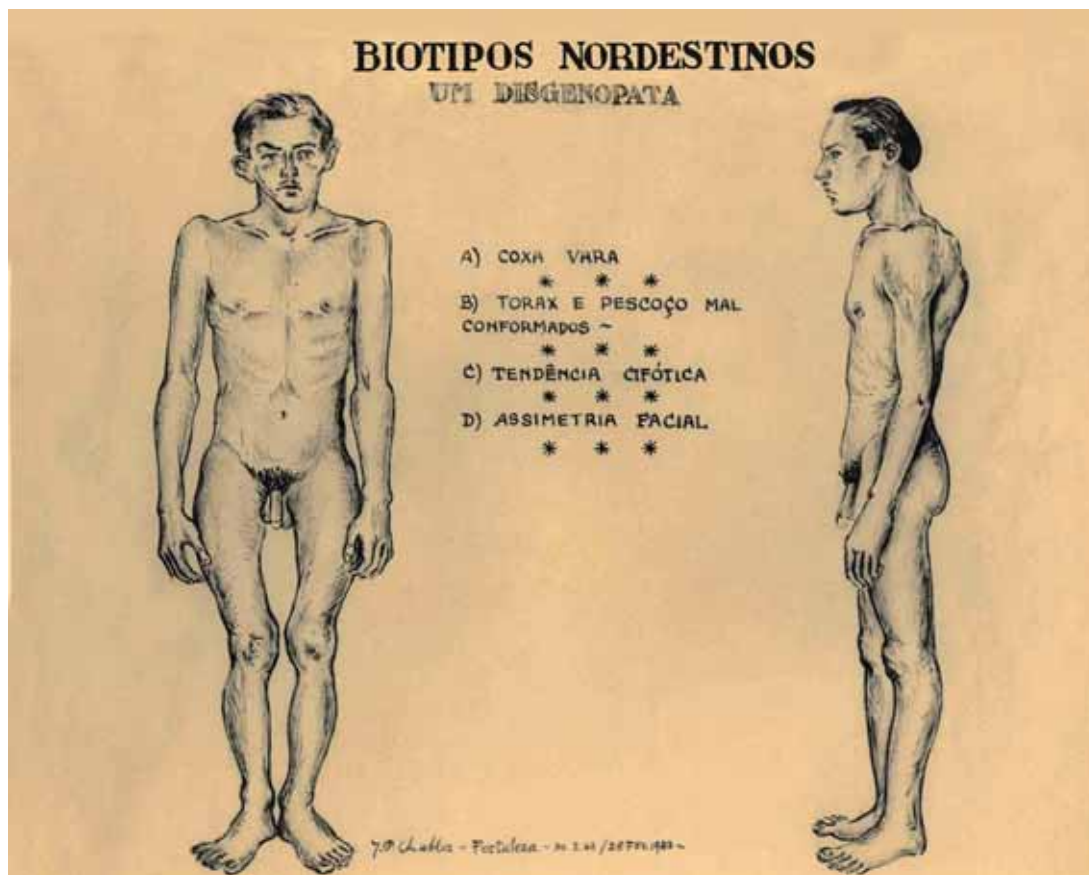
Enquadrava-se, portanto, na estatística dos corrigíveis, recebendo o instrumental disciplinar correto, estaria apto a uma socialização nos princípios éticos, morais e sanitários do contrato social que rege a sociedade normativa/disciplinar e, dessa forma o contrato com o SEMTA. O quinto e último biotipo apresentado por Chabloz é o normolíneo e considerado o tipo ideal para os objetivos da ação do Estado Novo na Amazônia, sendo um deles a criação do tipo ideal brasileiro. Todas as suas medidas encontram-se em conformidade às exigidas pela antropobiometria e da eugenia: altivo, robusto, olhar determinado, altivez na postura e no olhar demonstrando destemor e objetivo determinado na decisão tomada. Todavia, caso a exigência do tipo ideal fosse radicalizada no normolíneo, dificilmente a Batalha da Borracha teria alcançado seus objetivos.



Cartaz nº.10 - Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chabolz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

Ultimately and fundamentally societies develop in complexity of organization only by means of the progressive achievement of greater and greater degrees of functional, behavioristic differentiation among the individuals who constitute them; these functional, behavioristic differentiations among the individual members implying or presupposing initial oppositions among them of individual needs and ends, oppositions which in terms of social organization, however, are or have been transformed into these differentiations, or into mere specializations of socially functional individual behavior. (MEAD, *op cit. ib id.* p.301).⁵⁰

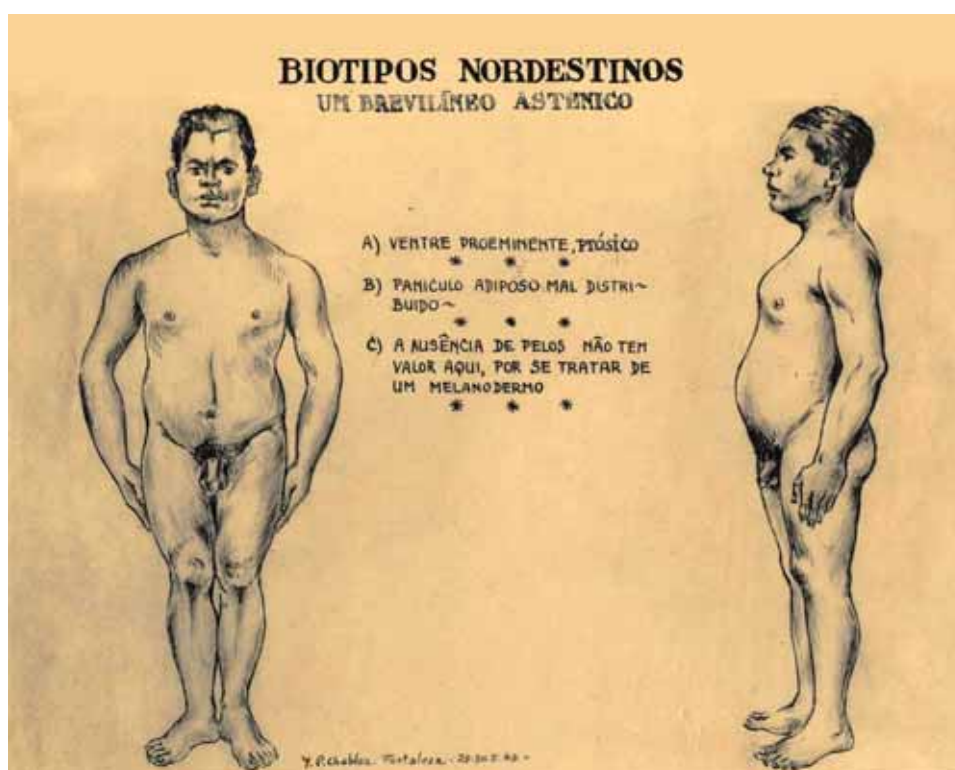
⁵⁰ Definitiva e fundamentalmente as sociedades se desenvolvem na complexidade da organização somente por meio do alcance progressista de graus cada vez mais elevados de diferenciação funcional e comportamentalista entre os indivíduos que as constituem; essas diferenciações funcionais e comportamentalistas entre os membros individuais, implicando ou pressupondo oposições iniciais entre aqueles de necessidades e fins individuais, oposições que, em termos de organização social, no entanto, estão ou tem se transformado nessas diferenciações ou nas meras especializações do comportamento individual socialmente funcional.



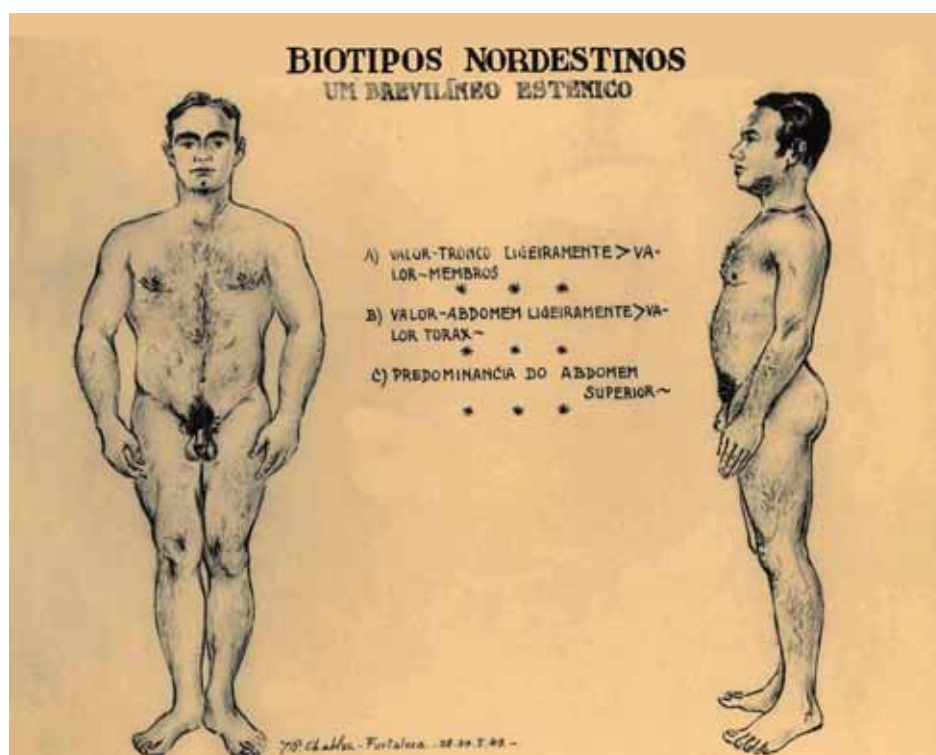
Cartaz nº.11- Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

Intelligence is essentially the ability to solve the problems of present behavior in terms of its possible future consequences as implicated on the basis of past experience – the ability, that is, to solve the problems behavior in the light of, or by reference to, both the past and the future; it involves both memory and foresight. And the process of exercising intelligence is the process of delaying, organizing, and selecting a response or reaction to the stimuli of the given environmental situation. (MEAD, *op cit. ib id.* p.100)⁵¹

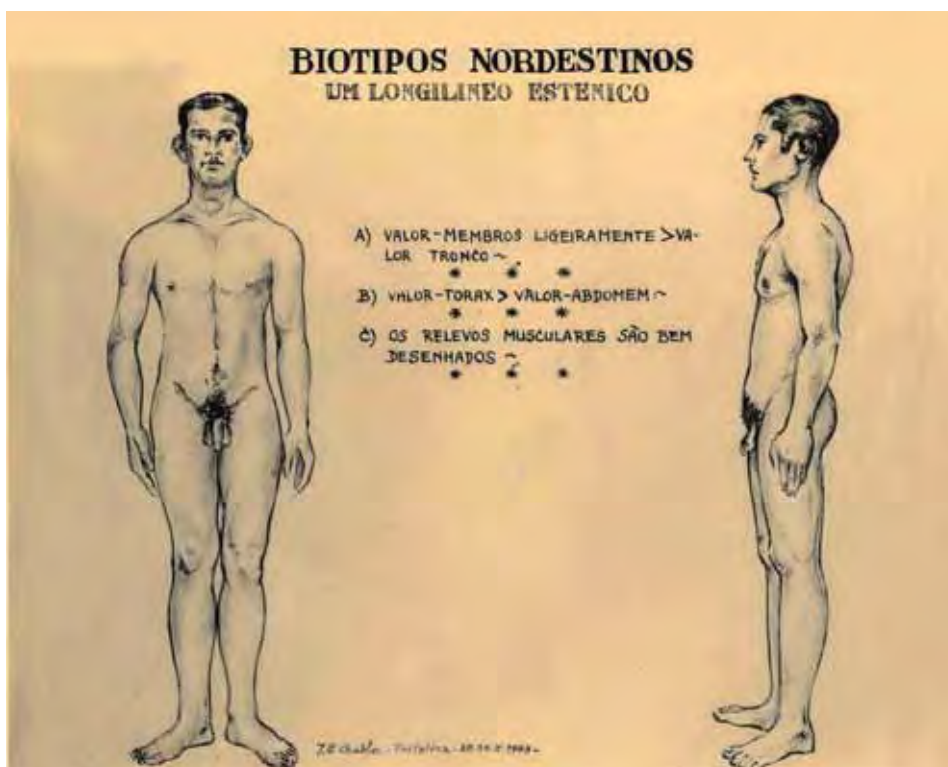
⁵¹ A inteligência é essencialmente a habilidade de resolver os problemas de comportamento presentes em termos de suas conseqüências futuras possíveis como implicadas na base da experiência passada – a habilidade, ou seja, solucionar os problemas do comportamento presentes à luz do, ou pela referencia ao, passado ou futuro; isso envolve tanto memória quanto precisão. E o processo de exercitar a inteligência é o processo de atraso, organizando e selecionando a resposta ou reação para os estímulos da determinada situação ambiental.



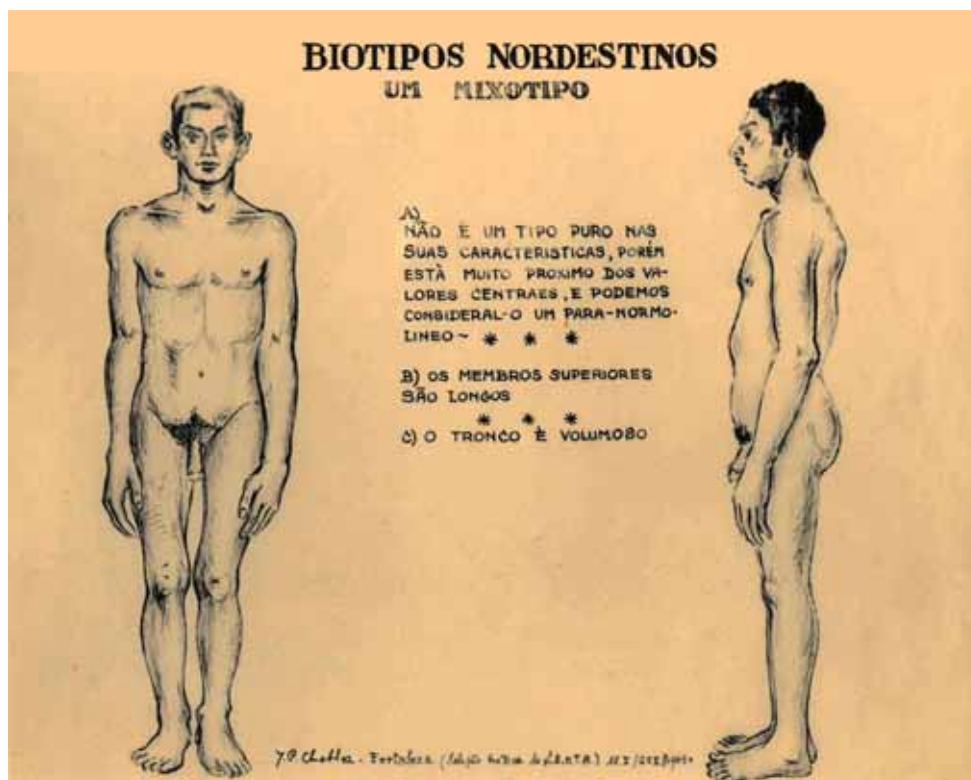
Cartaz nº.12 - Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



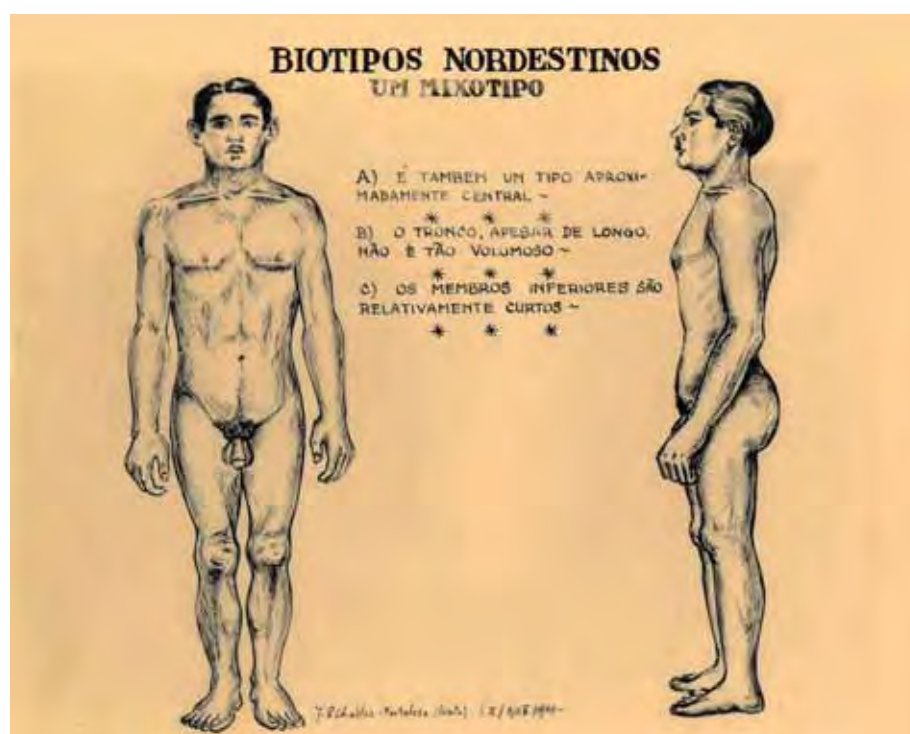
Cartaz nº.13 - Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Cartaz nº.14 - Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Cartaz nº.15 - Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Cartaz nº16 - Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.



Cartaz nº 17- Princípios da Biotipologia e da Eugenia aplicados por Chaboz para a construção do tipo ideal brasileiro. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chaboz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

No Nordeste, o Ceará foi o primeiro Estado da Federação a decretar o fim do tráfico de escravos em 1881 realizando a abolição destes em 1884, fruto da luta de abolicionistas cearenses com destaque para Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar. É importante alguns esclarecimentos quanto a essa questão para melhor compreendermos por que o Ceará foi o Estado mais particularizado na Batalha da Borracha. A economia açucareira brasileira começou no Nordeste, e mesmo tendo sido responsável por um bom tempo pela pauta de lucros advindos dessa economia, perdeu a supremacia para São Paulo que passou a exportá-lo para a Europa. A partir do final do século XVII, a economia açucareira brasileira entrou em crise com o domínio comercial holandês do açúcar na Europa. Com a crise na economia açucareira a mineração passa a constituir a principal atividade de exportação do Brasil colônia.

Com a crise da economia açucareira e a corrida para a região mineradora em Minas Gerais, ficou muito oneroso para os senhores de engenhos nordestinos manterem o efetivo de escravos que possuíam; uma das soluções encontradas por estes foi a venda de escravos para as usinas de açúcar em São Paulo e para as minas de ouro nas ‘Gerais’, permanecendo no Nordeste uma quantidade de escravos suficiente para os trabalhos no campo e domésticos. Essas observações são importantes para compreendermos por que a miscigenação no Ceará não ocorreu com a mesma intensidade dos demais Estados da região, com exceção da Bahia.

Reconhecemos a existência de comunidades quilombolas no Ceará, entretanto, com a significativa redução de escravos no Estado diante dos fatos acima relatados defendemos que a miscigenação nesse Estado foi mais intensa entre brancos e índios, dando origem aos mamelucos; e entre índios e negros, dando origem ao cafuzo. A população de Canudos - mesmo contando com número expressivo de ex – escravos, era composta por biotipos mais próximos ao misto de brancos e índios do que brancos e negros.

N’Os *Sertões*, Euclides da Cunha não nega a existência de negros em Canudos e nos relata a prisão de um deles, “*um dos raros negros puros que ali havia*” (Cunha: 2007; p.559) demonstrando força e altivez mesmo que combalido pela luta e seu destino fosse a degola. Em sua narrativa, Cunha não reporta mais à questão negra em Canudos, mas à coragem dos moribundos, **mestiços**. O que queremos demonstrar é que Euclides da Cunha, com a formação positivista, homem de seu tempo e, portanto, fiel aos princípios eugênicos da ciência como o meio de ‘salvação’ da humanidade não teria feito a afirmação quanto à

tenacidade do sertanejo nordestino - mesmo desqualificando-os e ao mesmo tempo os comparando a titãs em sua resistência – se não reconhecesse que tratava-se de uma população que apresentava, não somente uma resistência singular no quadro caótico da situação sócio-histórica da região e do Brasil, mas de uma população que apresentava-se como ‘verdadeiros’ expoentes do espírito de resistência que o país precisava.

Vargas não teria “investido” na população nordestina, particularmente a cearense, como o “tipo ideal” para a Batalha da Borracha com os objetivos econômicos e eugênicos que tinha para a região se não tivesse informações balizadas sobre essa população, sendo um exemplo, as apresentadas por Euclides da Cunha quanto à capacidade adaptativa e de resistência do nordestino em situações de extremas dificuldades.

A campanha da Marcha para o Oeste dirigia-se para todos os brasileiros que “desejassem” uma vida farta e rica nas “oportunidades” que o governo estadonovista afirmava oferecer ao povo brasileiro. Sua ênfase, no entanto, é para com o nordestino, mais particularmente, o cearense. Em linhas anteriores já explicitamos porque o nordeste apresentava “perigos” ao projeto modernizador do Estado varguista.

O mixotipo, constituía, pois, uma população nada desprezível para os objetivos traçados para a Amazônia. Juntamente com o normolíneo, biotipo ideal, porém, bem menos encontrado na região, os dois biotipos são os escolhidos pelo SEMTA para a arregimentação objetivada.

Logo após o alistamento e assinado o contrato de arregimentação, os trabalhadores eram encaminhados para as hospedarias construídas exatamente para essa finalidade. Nas hospedarias, o SESP se encarregava de ‘apresentar’ aos arregimentados os princípios normativos e disciplinares que passariam a ser submetidos dali até os seringais amazônicos. Todo o instrumental normativo e disciplinar ao qual, funcionários no desempenho de qualquer função nos diversos setores do SESP e arregimentados estavam submetidos é caracterizado pela militarização das práticas: dos princípios do tipo de arregimentação, fardamento e linguagem com palavras de ordens. Tudo com nítido ‘clamor’ pelo patriotismo e civismo à pátria, tendo no corpo o princípio da necessidade de homens sadios e fortes para o desempenho do corpo dotado de todas as prerrogativas sadias para sua expressão: o dever, defesa e amor à pátria.

Nas hospedarias, o sistema normativo disciplinar e punitivo funcionava como verdadeiros “campos de concentração”, lugares que foram ‘construídos’ para isolar a mendicância da grande seca de 1932 no Ceará (Rios; 2006) e que no governo estadonovista da Marcha para o Oeste, tendo na Batalha da Borracha sua mais alta expressão, voltam a serem reutilizados como “quartel” para locação, triagem e treinamento dos arregimentados e de suas famílias.

A desodorização do corpo (Senneth: 1997) começava pela triagem de cada trabalhador. Nas fichas individuais de cada arregimentado, os técnicos anotavam todas as informações da ‘consulta’ realizada pelos médicos brasileiros contratados pelo SEMTA/SESP. Dessa forma, a rígida disciplina começava bem cedo com uma sessão de ginástica sueca, assim denominada por ter sido criada por um sueco chamado *Pehr Henrick Ling*, que propunha um método de ginástica impregnado de nacionalismo e destinado a regenerar o povo, formar, enfim, homens de bom aspecto que pudessem preservar a paz na Suécia (Soares; 2007; p.57); escolhida como a mais rápida e eficaz para os objetivos estabelecidos por Vargas para a construção do ‘novo’ brasileiro. Desenvolvimento da força física, postura corporal e estética (esta última no primado da higiene corporal), obediência aos princípios morais e religiosos, a ginástica sueca apresentava quatro modalidades que poderiam ser trabalhadas concomitantemente ou, dependendo do objetivo a ser alcançado, utilizar o método específico para tal.

A ginástica sueca tinha quatro modalidades e sua aplicação nas Hospedarias e Pousos começava bem cedo (foto nº 13): a primeira modalidade, *pedagógica ou educativa*, visava trabalhar os princípios contra todos os vícios e a correção postural; a segunda modalidade, a *militar*, era composta por exercícios específicos militares para a preparação física: resistência, força muscular, precisão, coragem e frieza diante das adversidades que encontraria na Amazônia; a terceira modalidade, a *médica e ortopédica*, trabalhava os problemas de verminoses, dentários e vacinação necessária para a viagem; a quarta modalidade, a *estética*, visava o desenvolvimento harmonioso do corpo, cabelos, barba e vestimentas nos moldes militares (Soares, *op cit*, p, 58):

[...] o “método de Ling” é pautado essencialmente na anatomia e na fisiologia. Através dessa “ginástica pedagógica e higiênica” se poderia “assegurar a saúde [pois ela é] essencialmente respiratória”, assim como a “beleza, por seus efeitos corretivos e ortopédicos”. Além, é claro, do seu papel na formação do caráter, por ser “enérgica e viril”, empregando economicamente as forças do indivíduo. E, finalmente, essa panaceia universal chamada ginástica é também profundamente

“social e patriótica [por contribuir para uma] educação disciplinada da célula humana a serviço da sociedade. Por meios simples ela assegura resultados certos. (MARINHO *apud* SOARES, 2007, p.59).

Os princípios da ginástica sueca apresentavam consonância com os objetivos para o Brasil já esboçados na Semana de Arte Moderna de 1922 pelo grupo do qual fazia parte o poeta Cassiano Ricardo; mais especificamente, em sua obra *Martin Cererê* de 1929. Nela, Cassiano Ricardo apresenta um Brasil aguerrido, no qual cada cidadão brasileiro é um soldado a serviço da Pátria bem aos moldes eugênicos da época. Para todos, a educação física modificaria vícios e hábitos considerados nocivos à saúde do corpo e da alma.



Foto nº13 - Fotomontagem do SEMTA apresentando os princípios normativos, disciplinares e desodorizadores aplicados aos arregimentados. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The process out of which the self arises is a social process which implies interaction of individuals in the group, implies the pre-existence of the group. It implies also certain co-operative activities in which the different members of the group are involved. (MEAD. *op cit. ib id.* p. 164)⁵²

⁵² O processo do qual o self emerge é um processo social que implica interações de indivíduos no grupo, implica a pré-existência do grupo. Isso também implica certas atividades cooperativas nas quais os diferentes membros do grupo serão envolvidos.



Foto nº 14 - Alistamento no SEMTA. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The relative values of the “me” and the “I” depend very much on the situation. If one is maintaining his property in the community, it is of primary importance that he is a member of that community, for it is his taking of the attitude of the others that guarantees to him the recognition of his own right. To be a “me” under those circumstances is the important thing. It gives him his position, gives him the dignity of being a member in the community, it is the source of his emotional response to the values that belong to him as member of the community. It is the basis for his entering into the experience of others. (MEAD. *op cit. ib id.* p.199).⁵³

⁵³ Os valores relativos do “me” e do “eu” realmente dependem da situação. Se alguém está mantendo sua propriedade na comunidade, é de importância primária que ele seja um membro dessa comunidade, pois é sua tomada de atitude dos outros que garante a ele o reconhecimento dos seus próprios direitos. Ser um “me” sob essas circunstâncias é o que é importante. Isso o dá sua posição, o dá dignidade de ser um membro da comunidade, é a fonte da sua resposta emocional aos valores que pertencem a ele como um membro da comunidade. Essa é a base da sua entrada na experiência de outros.



Foto nº15- Pouso do Prado, Bairro de Fortaleza-Ceará. Fonte: Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará – MAUC. Acervo: Pierre Chabolz. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The process of communication is, the, is one sense more universal than these different co-operative processes. It is the medium through which these co-operative activities can be carried on in the self-conscious society. But one must recognize that it is a medium for co-operative activities; there is not any field of thought as such which can simply go on by itself. Thinking is not a field or realm which can be taken outside of possible social uses. There has to be some such field as religion or economics in which there is something to communicate, in which there is a co-operative process, in which what is communicated can be socially utilized. One must assume that sort of a co-operative situation in order to reach what is called the “universe of discourse” (MEAD. *op cit. ib id.* p.259).⁵⁴

⁵⁴ O processo de comunicação é, portanto, mais universal, num sentido, que esses processos cooperativos. É o meio através do qual essas atividades cooperativas podem ser conduzidas na sociedade autoconsciente. Mas alguém deve reconhecer que é um meio para atividades cooperativas; não há nenhuma área do pensamento como aquela que simplesmente funciona sozinha. Pensar não é um campo ou um reino que pode ser levado para fora de possíveis usos sociais. Deve haver algum campo como a religião ou a economia no qual haja para comunicar, no qual haja um processo cooperativo, no qual o que é comunicado possa ser socialmente utilizado. É preciso pressupor esse tipo de situação cooperativa a fim de alcançar o que é chamado de “universo do discurso”.

Os cartazes que Chabloz elabora apresentando a classificação biotipológica humana apontam para afirmativas convincentes que o pintor apresenta conhecimentos sobre os debates concernentes à criação do “novo” brasileiro. Discussões sobre a qual higienistas, sanitaristas e eugenistas “aliam-se” no começo do século XX no sentido de modificar a caracterização do Brasil até então considerado um “verdadeiro hospital” dada a alarmante estatística de endemias e composto por uma população na qual a mestiçagem era acusada, principalmente pelos estrangeiros, pelo crescimento das degenerações através de casamentos consanguíneos, da prostituição, e, principalmente, do alto número de sífilis na população brasileira.

Diagnóstico, conforme já explicitamos anteriormente, realizado desde o começo do século XX, mais precisamente no período compreendido entre 1910-1920, quando expedições científicas chefiadas por Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belizário Pena, Arthur Neiva percorreram os centros urbanos, o interior e os sertões brasileiros no sentido de estudar a questão sanitária no país. (LIMA: 1996; 1998; 1999; 2002; 2007; 2008, 2009)⁵⁵. Malária, febre amarela, verminoses, glaucoma, tracoma e a leishmaniose, constituem os maiores e mais graves problemas de saúde que o Brasil apresenta.

É sob esse cenário que devemos compreender a ‘aliança’ entre higienistas e eugênicos brasileiros, posto ser o Brasil um país de miscigenados somente através de uma corrida ‘civilista’ para a saúde no objetivo da erradicação dos males de saúde que afligiam o país, justificava-se higienistas e eugênicos⁵⁶ sentarem à mesma mesa para discutirem estratégias de combate ao quadro caótico em se encontrava o Brasil (STEPAN: 2004)⁵⁷

Com Vargas no poder (1930-1945), a campanha sanitarista e eugênica tornou-se mais enfática, não somente pelos objetivos em modificar as estatísticas quanto às endemias e epidemias, assim como pelos interesses do governo em incorporar, “de fato”, a Amazônia ao projeto nacional. Dessa forma, as doenças tropicais receberiam mais atenção do governo central. A Biometria Tipológica como demonstramos, foi um dos mecanismos utilizados pelo governo estado-novista no sentido de obter um quadro estatístico detalhado sobre a situação das doenças e, conseqüentemente, do estado físico, biológico e dos tipos de

⁵⁵ A autora constitui referência no trato da problemática exposta. Diante da abrangência de sua produção não constitui pertinência colocá-la em nota de rodapé; dessa forma vide referências bibliográficas.

⁵⁶ Veja: Souza(1984); Reis(1994); Castañeda(2003); Palmer(2004); Stepan(2004); D’Ávila(2006); Soares(2007).

⁵⁷ Stepan historia de forma inovadora os interesses que objetivam a “aliança” entre higienistas e eugênicos na busca de soluções para os males (de saúde) do Brasil.

relações sociais em todas as esferas da vida cotidiana no Brasil. Todas as escolas e repartições públicas, como hospitais, passaram a realizar obrigatoriamente o exame biométrico para detectar as condições físicas dos brasileiros: medidas referentes à altura, peso, medidas de estatura e membros, cor e resistência física constituem o principal arsenal utilizado pelo governo no sentido de ‘limpar’ a sujeira degenerativa a que se encontrava ‘condenado’ o Brasil.

Quanto aos princípios eugênicos, uma série de medidas foram tomadas no sentido de ‘erradicar’ os males provenientes das relações consanguíneas, das relações sociais e conjugais entre ‘brancos’ e negros. A criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940, foi uma dessas medidas. Anuários, Manuais e Almanques, Jornais e Folhetins, passaram a veicular o certo e o errado na vida diária no objetivo de realizarem a ‘cruzada contra a degenerescência e a falta de educação’ na população brasileira, guias para noivas e mães, concursos de robustez infantil e vacinações, cursos de artes do lar, clubes de mães.

Nessa cruzada, o papel da Legião Brasileira de Assistência, conduzida pela senhora Alzira Vargas, desempenhou com esmero essas finalidades (SIMILI, 2008).⁵⁸ O mesmo objetivo de trabalho desempenhou a Fundação Rockefeller⁵⁹ e o SESP⁶⁰ (Serviço Especial de Saúde Pública), instalado no Brasil como um dos desdobramentos dos Acordos de Washington em 1942 e que desempenharia um papel - não sem muitas críticas - de cientistas brasileiros que se posicionavam contrários à autoridade concedida ao SESP pelo governo brasileiro.

Para esses objetivos, governantes, prefeitos, padres, imprensa, mães, estudantes e demais segmentos da sociedade civil foram incumbidos de realizarem sua parte na brasilidade que se formava. Em circular de 29 de maio de 1943, endereçada aos prefeitos, Vargas afirma a importância destes na condução dos trabalhos de arregimentação:

Convindo-vos a contribuir praticamente para o completo êxito do mês nacional da borracha, a que se dedicará todo o mês de junho próximo. Junto a esta segue o plano que orientará a referida campanha a através da cuja leitura vos convencereis da importância da vossa colaboração [...] A vossa operosidade saberá acrescentar outras de valor, tendentes à consecução deste único fim: MAIS BORRACHA! Crede que

⁵⁸ A autora apresenta o trabalho realizado pela primeira-dama Darcy Vargas como presidente da LBA, destacando as idéias e ações empreendidas por Alzira no objetivo irmanado ao de Vargas da ‘construção’ de um novo Brasil; no qual a mulher como esposa, mãe, educadora, enfermeira, é preparada para o novo papel cívico que passa a desempenhar no governo Vargas.

⁵⁹ Para maiores leituras veja PALMER, (2004)

⁶⁰ Veja FINKELMAN, (2002); CAMPOS, (2006); BASTOS, (1996).

ao trabalhades juntamente com vossos munícipes, estareis não só acelerando a marcha de nossa vitória, mas realizando obra civilizadora de fixação do homem brasileiro ao seu solo. (Vargas; *op cit*; v. X; p. 74).

Todos passavam pela disciplina médico-sanitária; porém, aqueles cujos problemas maiores eram provenientes da fome, foram submetidos a um rigor maior de exigências. E não se rebelavam? Não. Primeiro porque estavam persuadidos da certeza da promessa do Eldorado feita pelo governo varguista; segundo, haviam assinado um contrato com o **Presidente da República** que lhes garantia cumprir fielmente suas cláusulas; terceiro; estavam ali, também, como soldados para servir sua Pátria dentro de seu próprio país irmanados no sentimento de lutar pela “Vitória do Brasil” na guerra. Mead também posicionou-se sobre esta questão:

The fundamental sócio-physiological impulses or behavior tendencies which are common to all human individuals, which lead those individuals collectively to enter or form themselves into organized societies or social communities, and which constitute the ultimate basis of those societies or social communities, fall, from the social point of view, into two main classes: those which lead to social co-operation, and those which lead to social antagonism among individuals; those which give rise to friendly attitudes and relations, and those which rise to hostile attitudes and relations, among the human individuals implicated in the social situations.(MEAD, *op cit*. p.303-4)⁶¹

Human individuals realize or become aware of themselves as such, almost more easily and readily in terms of the social attitudes connected or associated with these two “hostile” impulses (or in terms of these two impulses as expressed in these attitudes) than they do in terms of any other social attitudes or behavior tendencies as expressed by those attitudes. Within the social organization of a state or nation the “anti-social” effects of these two impulses are curbed and kept under control by the legal system which is one aspect of that organization; these two impulses are made to constitute the fundamental principles in terms of which the economic system, which is another aspect of that organization, operates; as combined and fused with, and organized by means of the “friendly” human impulses – the impulses leading to social co-operation among the individuals involved in that organization – they are prevented from giving rise to the friction and enmity among those individuals which would otherwise be their natural consequence, and which would be fatally detrimental to the existence and well-being of that organization; and having thus been made to enter as integral elements into the foundations of that organization, they are utilized by that organization as fundamental impulsive forces

⁶¹ As tendências de impulsos ou comportamentos fundamentalmente sócio-fisiológicos que são comuns a todos os indivíduos humanos e que levam esses indivíduos a ingressarem em, ou formarem, coletivamente sociedades organizadas ou comunidades sociais podem ser reunidas, do ponto de vista social, em duas classes principais: as tendências que levam à cooperação social e as que levam a um antagonismo social entre indivíduos; aqueles que dão origem às atitudes e relações cordiais e aquelas que geram atitudes e relações hostis entre os indivíduos humanos envolvidos em situações sociais (p.303)

in its own further development, or they serve as a basis for social progress within its relational framework (MEAD, *op cit. ib id.* p.304-5)⁶²

In any special circumstances in which state or nation is, as a whole, confronted by some danger common to all its individual members, they become fused with the “friendly” human impulses in those individuals, in such a way as to strengthen and intensify in those individuals the sense of organizes social union and co-operative social interrelationship among them in terms of the state; in such circumstances, so far from constituting forces of disintegration or destruction within the social organization of the state or nation, they become, indirectly, the principles of increased social unity, coherence, and co-ordination within that organization. In time of war, for example, the self-protective impulse in all the individual members of the state is unitedly directed against their common enemy and ceases, for the time being, to be directed among themselves; the attitudes of rivalry and competition which that impulse ordinarily generates between the different smaller, socially functional groups of those individuals within the state are temporarily broken down; the usual social barriers between these groups are likewise removed; and the state presents a united front to the given common danger, or is fused into a single unity in terms of the common end shared by, or reflected in, the respective consciousnesses of all its individual members. It is upon these war-time expressions of the self-protective impulse in all the individual members of the state or nation that the general efficacy of national appeals to patriotism is chiefly based (MEAD, *op cit. ib id.* p.306)⁶³

⁶² Os indivíduos humanos percebem ou se tornam conscientes de si próprios como tais quase tão facilmente e tão prontamente em termos das atitudes sociais conectadas ou associadas a esses dois impulsos hostis (ou em termos desses dois impulsos expressados nessas atitudes) do que o fazem em termos de quaisquer outras tendências de comportamento ou atitudes sociais, tal como expressas por tais atitudes. Dentro da organização social de um Estado ou de uma nação, os efeitos “antissociais” desses dois impulsos são controlados e mantidos sob o controle do sistema legal que é um aspecto dessa organização; esses dois impulsos são feitos para constituírem os princípios fundamentais em torno dos quais o sistema econômico, que é um aspecto dessa organização opera; quando combinadas e fundidas com, e organizadas por meio dos impulsos humanos “cordiais” – os impulsos que levam a uma cooperação social entre os indivíduos envolvidos nessa organização são impedidos de proporcionar a fricção e inimizade entre esses indivíduos que, do contrário, seriam sua consequência natural e que seriam fatalmente prejudiciais para a existência e ao bem-estar dessa organização; e, tendo sido feitas para ingressar como elementos integrais nas fundações dessa organização, eles são utilizados por essa organização como forças impulsivas fundamentais no seu próprio desenvolvimento subsequente, ou servem como base para o progresso social dentro de seu plano relacional(p.304)

⁶³ Além disso, em qualquer circunstância especial na qual o Estado ou a nação seja, como um todo, confrontada por algum perigo comum a todos os seus membros individuais, eles se fundem com os impulsos humanos “cordiais” nesses indivíduos, de forma tal que fortalece e intensifica, nesses indivíduos, o senso de união social organizado e a inter-relação social cooperativa entre eles, em termos do Estado; em tais circunstâncias, longe de constituírem forças de desintegração ou destruição dentro da organização social do Estado ou da nação, indiretamente, os princípios da unidade social ampliada, a coerência e a coordenação dentro dessa organização. Em tempo de **guerra**, por exemplo, o impulso de autoproteção em todos os membros individuais do Estado é unicamente direcionado contra seu inimigo comum e cessa, durante esse período, de ser direcionado entre eles próprio; as atitudes de rivalidades e competição são [...] temporariamente, interrompidos; as barreiras sociais comuns entre esses grupos são igualmente removidas; e o Estado apresenta um fronte unido em termos da finalidade comum compartilhada pelas, ou refletidas nas, respectivas consciências de todos os seus membros individuais. É nessas expressões, em tempo de guerra, do impulso de autoproteção em todos os membros

A guerra, segundo Mead, é um momento no qual todas as distensões sociais, étnicas, religiosas e regionais dentro de um país ofendido em sua honra, território e integridade nacional, cessam momentaneamente no “esforço de guerra” para a vitória contra o inimigo comum. Concordamos com Mead, porém, cabe, aqui algumas considerações: primeiro, é necessário uma justificativa muito bem elaborada e convincente dos motivos que levaram o país a decretar ou ser aliado a uma guerra; da mesma forma é necessário que a população **sinta** seu país agredido; segundo, a guerra impõe toda a população (com exceção apenas a idosos e crianças pequenas) a um sentido de prontidão (estado de alerta), o que significa afirmar que todos podem ser convocados a qualquer momento; terceiro, os reservistas são todos convocados; quarto, os racionamentos, os alistamentos forçados impostos à população por motivo de guerra, tanto do país ‘causador’ quanto do aliado faz com que essas populações desenvolvam em seus países ações de solidariedade mútua na tentativa de ‘amenizar’ os sofrimentos a que todos estão submetidos, assim como no objetivo comum da vitória de seu país na guerra.

Não esqueçamos que para o Brasil ‘entrar’ na Segunda Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos foi preciso um motivo: o torpedeamento de navios brasileiros pelo “inimigo”, a Alemanha. Vargas soube conduzir com maestria o ataque alemão aos navios brasileiros capitalizando para o Brasil, em troca do apoio aliado aos Estados Unidos, a construção da usina siderúrgica que tanto precisava. Internamente consegue que nacionalistas, integralistas e setores oposicionistas do governo apoiem a posição tomada por Vargas diante da guerra. Quanto à população em geral, o DIP e a Rádio Nacional, em particular a *Hora do Brasil*, programa de rádio em que o presidente falava ao povo brasileiro, era reiteradas vezes explicada a necessidade da entrada do Brasil na guerra: a integridade do Brasil fora atingida pelos alemães.

Sabedor do significado que a aliança com os Estados Unidos representava, a construção da usina siderúrgica no Brasil há tanto reivindicada pelo parque industrial do país e incremento de acordos na área da saúde, mais especificamente com a OPAS (*op cit*). Ao romper com a Alemanha, cada vez mais poderosa na luta pela sua hegemonia na Europa, Vargas começa a ‘preparar’ a população brasileira para as possíveis retaliações por parte da Alemanha para com o Brasil. Em discursos diretos ao público e veiculados através da

individuais do Estado ou da nação que a eficácia geral dos apelos nacionais ao patriotismo é principalmente baseada. (p.306)

imprensa escrita e radiofônica, o presidente utiliza a retórica da necessidade do patriotismo e civismo como elementos basilares para suportar as vicissitudes que viriam tais como:

I

Não tenhamos, portanto, ilusões otimistas, e preparemo-nos para enfrentar as piores eventualidades. É preciso manter alertados os espíritos; é preciso que o patriotismo exalte os nossos sentimentos e a disciplina das nossas atividades se torne cada vez mais estreita e mais firme. Só assim estaremos em condições de mobilizar, a qualquer momento, os nossos recursos materiais e valores morais a serviço da própria defesa ou em função dos nossos compromissos na obra de cooperação pan-americana. (VARGAS, 1941. v. IX. p. 116)

II

A nossa posição em face dos problemas internos em relação aos acontecimentos mundiais está claramente definida. Somos uma democracia estruturada sobre (*sic*) novas bases, aberta à evolução das forças (*sic*) econômicas, conciliadora dos princípios de autoridade e liberdade, inspirada nas tradições históricas e nos postulados de um nacionalismo construtivo (VARGAS, 1941. v. IX; p. 134)

III

Se soubermos conservar uma unidade monolítica, se soubermos sobrepor aos dissídios aparentes e divisões internas que propiciam a entrada de fermentos de desagregação, uma frente unida de patriotismo vigilante e combativo não teremos o que temer. (VARGAS, 1941; v. IX; p. 156)

IV

Se um pedido posso fazer, neste momento, à Imprensa do meu país, ei-lo aqui: que não permita se lance a desconfiança entre os brasileiros; que não consinta se estabeleça, por um instante sequer, a dúvida de que seja algum deles capaz de faltar ao cumprimento do dever patriótico. (*palmas*) (*sic*) Todos em conjunto e cada um por sua vez devem manter-se, nas esferas de sua atividade, em permanente vigilância, pensando na Pátria. Devemos estar unidos. Uma vez que o Brasil afirmou a sua norma de conduta não pode haver divergências entre brasileiros. (*Palmas*) (*sic*). (VARGAS, 1942. v. IX p. 204)

Nos três primeiros discursos, Vargas dirige-se ao povo brasileiro de uma maneira geral e ‘pede’ o consenso entre as diversas categorias sociais e políticas da sociedade para o esforço da guerra. Todos deveriam ‘preparar-se’ para os efeitos que ele sabia viriam mais à frente da guerra no Brasil.⁶⁴ Falando como um ‘pai’ a seus filhos ‘avisa’ sobre as necessidades

⁶⁴ Um depoimento nesse sentido encontramos no historiador Boris Fausto: “A adesão do Brasil aos aliados teve, em minha casa, uma conseqüência inesperada. Meu pai era judeu de origem, nascido no antigo Império austro-húngaro. Em sua carteira de identidade, modelo 19, figurava a nacionalidade austríaca. Sem muito entusiasmo pela origem, agnóstico, considerava-se mais brasileiro do que a patriótica segunda geração. [...] Após a ruptura

e castigos que como *pai dos pobres*, e governante, poderia aplicar em caso de desobediência; que nos discursos estão representados nas expressões a) “*preparemo-nos para enfrentar as piores eventualidades*”(discurso I); b) *somos uma democracia [...] conciliadora dos princípios da autoridade [...]*’(discurso II).

Referindo-se quanto à necessária unidade do todo social –sublimação – das diferenças para a ação patriótica e cívica que todo brasileiro deveria desempenhar em defender a integridade nacional no contexto da guerra justificando-a em nome da integração acima das diferenças e de dissídios regionais que só tinham o objetivo de instaurar a discórdia nacional afirma que os brasileiros “*não terão o que temer*” (discurso III).

Enquanto os discursos I, II e III, são dirigidos ao povo brasileiro de uma maneira geral entre os períodos 1940 – 1941, o IV discurso é dirigido especificamente à imprensa brasileira em 1942. Garantido do poder de repressão do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em todos os meios de comunicação do país, Vargas utiliza a palavra **pedido** ao dirigir-se aos intelectuais da imprensa - donos de jornais e jornalistas famosos. Sabedor de que seu discurso não estaria sendo ouvido somente pelos homens da imprensa brasileira mesmo que se dirija especificamente a estes, mas também por outros ouvintes, posto suas palavras ser veiculadas em cadeia nacional e tendo como objetivo a persuasão de todos quanto à escolha do alinhamento do Brasil aos Aliados, Vargas escolhe muito bem as palavras quanto à retórica persuasiva.

A teoria interacionista meadiana explica, assim, como a guerra pode ser utilizada como elemento catalisador das tensões internas de um país. Como um governante pode utilizar as subjetividades das questões valorativas individuais e coletivas não apenas no ideário de esforço de guerra na restauração da honra e integridades nacionais atingidas; mas, principalmente, a retórica persuasiva da ação e da relação social interativa em qualquer circunstância que objetiva atingir.

de relações com os países do Eixo, meu pai se converteu em súdito de nação inimiga. Para suas freqüentes viagens de negócios ao interior de São Paulo e ao Rio era obrigado a obter um salvo-conduto que devia ser continuamente renovado. Muitas vezes, cansado de pedir o documento, saltava do trem em estações próximas a São Paulo, evitando descer na estação da Luz ou do Norte onde teria de enfrentar um interrogatório policial.[...] era proibido falar idiomas do Eixo em público. Um dos meus tios estava sempre atento para que a ordem fosse cumprida. Um belo dia, chegou em casa orgulhoso de uma pequena derrota infligida às forças do Eixo: interrompera um cidadão que, em um boteco, conversava em italiano, ordenando sem meias palavras: só língua portuguesa. [...] A vida cotidiana da população foi afetada pelo racionamento e pelo blecaute. [...] Fazia-se fila, muito cedo, nas padarias, para entregar os cartões de racionamento e obter, em troca, a parcela correspondente de pão e de açúcar mascavo”. FAUSTO, Boris (1995). Lembranças da guerra na periferia. in: Revista USP: *Dossiê 50 anos de Final da Segunda Guerra*. São Paulo; nº 26.

CAPÍTULO 3

A IMAGÉTICA DA BRASILIDADE NO INTERIOR SOB A PERSPECTIVA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO.

Ao trabalhar a conduta pautada nos significados que as coisas e os acontecimentos têm para os indivíduos na vida em sociedade e sendo as imagens um dos artifícios de significação, o Interacionismo Simbólico meadiano também elaborou referencial teórico para a compreensão de como essa significação é realizada. A imagem é um artefato socialmente produzido, ‘expressa’ um tempo e um espaço definidos, uma produção simbólica e uma dimensão ideológica; assim, devemos ‘interpretá-la’ como documento. Particularmente ao historiador e ao sociólogo, posto os estudos que utilizam a imagem como fonte estarem em franca expansão, interessa sua dimensão correlacional à sociedade de seu tempo e em que medida contribui para a história do tempo presente de seu pesquisador; mais ainda: o que pode proporcionar como possibilidades de questões não contempladas em outras fontes escritas sobre o tema.

É sobre a questão da imagem como documento persuasivo na perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano que se inscreve a análise imagética empreendida, especificamente, a ação imagética do Estado Novo na Amazônia no período compreendido entre 1940-1945. Utilizada em uma referencialidade construída sobre uma retórica persuasiva que buscava apresentá-la como representação de um ‘real’ construído sobre uma “brasilidade” – a ocupação dos “espaços vazios” da Amazônia e do Brasil Central - fundamentada em um discurso de formação da identidade nacional tendo na conquista do interior sua mais alta expressão de brasilidade, os intelectuais varguistas realizaram uma verdadeira batalha de imagens quanto à inserção do interior (Amazônia) ao projeto capitalista do Estado construtor, arregimentador e gerenciador dos problemas e da unidade nacional varguista até então considerada inexistente pelos ideólogos estadonovistas.

Todavia, como imagem/documento deve ser problematizada nos dois aspectos citados: como **imagem** deve ser compreendida no contexto de interesses sócio-político de sua realização; como **documento** deve ser compreendida na representatividade de sua escrita, nos

agentes que os formularam para o sentido inscrito na referencialidade apresentada. No universo que proporcionou sua produção persuasiva, ou seja, elementos que expressam o imaginário de seus receptores que, seduzidos por estas, sucumbem ao seu valor persuasivo.

Interpretar uma fotografia⁶⁵ na sua concepção de imagem/documento, no entanto, não constitui tarefa fácil. Mesmo apresentando um aspecto da ‘realidade retratada’, seu caráter polissêmico, remete a várias leituras. Seu pesquisador deve atentar que trabalha com material relacional a uma contextualização específica e que deve ser problematizada na sua teia correlacional enunciativa. Em assim não procedendo, incorre no erro de não conseguir alcançar a teia de seu feitiço e não apresentará as informações que dela pode extrair de forma a contemplar o maior número possível de variáveis. A fotografia, pois, não pode ser separada de seu ato enunciativo, das condições de sua produção, agentes e usos; dessa forma a perspectiva política da imagem abrange um universo de finalidades muito bem utilizadas, em particular pelos saberes-poderes na tessitura para sua hegemonia.

Dependendo de sua finalidade, a fotografia pode ser estudada em sua *perspectiva social*, que podem ser atividades corriqueiras como festividades de casamentos, aniversários,

⁶⁵ Para maiores leituras veja, FREITAS, Artur (2004). História e Imagem Artística: por uma abordagem tríplice. *in* Estudos Históricos, 34. Rio de Janeiro: FGV. p.3-21. jul/dez.; FERREIRA, Marieta Moraes et KORNIS, Mônica Almeida (2004). Entrevista com Phillippe Dubois. *in* Estudos Históricos, 34, Rio de Janeiro: FGV. p.139-156. jul/dez.; CALABRE, Lia. (2003). Políticas Públicas Culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. *in*: Estudos Históricos, 31. Rio de Janeiro: FGV. p.161-181.; CODATO, Adriano Nervo et GUANDALINI Jr., Walter (2003). Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *in*: Estudos Históricos, 32 Rio de Janeiro: FGV. p.145-164.; GARCIA, Sheila do Nascimento (2005). Revista Careta: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945). UNESP: Assis. (dissertação de mestrado em história social).; CAVENAGHI, Airton José (2008). Niépce: “a invenção que fez”. *in*: Revista Domínios da Imagem, 3. Londrina: UEL. ano II. nov. p.7-18.; BUENO, João Batista Gonçalves (2008) Propostas de leitura de imagens em livros didáticos de História. *in*: Revista Domínios da Imagem, 3. Londrina: UEL. ano II. nov. p.79-94.; ALVES, Paulo (2008) Brissac e suas reflexões sobre a teoria “das passagens” nas artes visuais contemporâneas. *in*: Revista Domínios da Imagem, 3. Londrina: UEL. ano II. nov. p. 111-117.; MASSIA, Rodrigo (2008) O lugar da fotografia na cultura visual: a atuação da Associação dos Fotógrafos Profissionais no Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 a 1950. *in*: Revista Domínios da Imagem, 3. Londrina: UEL. ano II. nov. p. 119-132. DALLAGO, Saulo Germano Sales (2008) Experiência e Memória: a fotografia na obra “Em busca do tempo perdido”, de Marcel Proust. *in*: Revista Domínios da Imagem, 3. Londrina: UEL. ano II. nov. p. 133-140.; MOLINA, Ana Heloísa (2007) Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. *in*: Revista Domínios da Imagem, 1. Londrina: UEL. ano I. nov. p.15-29.; FABRIS, Annateresa (2007). Discutindo a imagem fotográfica. *in*: Revista Domínios da Imagem, 1. Londrina: UEL. ano I. nov. p. 31-41.; MAUAD, Ana Maria (1998). Através da Imagem: fotografia e história - Interfaces. *in*: Revista Tempo, 2. Rio de Janeiro, UFF. v.1. p.73-98.; CAMARGO, Isaac Antonio (2007). Um recorte semiótico na produção de sentido: imagem em mídia impressa. *in*: Revista Domínios da Imagem, 1. Londrina: UEL. Ano 1. nov. p.111- 118.; MARCONI, Neldson (2008). Caminhos Paralelos: Hercule Florence um dos inventores da fotografia. *in* Pesquisa Fapesp, 150. São Paulo. agosto. p.8-11.; HAAG, Carlos. (2009). A Pastoral Americana: Henry Ford, ... borracha e utopias na Amazônia. *in* Pesquisa Fapesp, 158. São Paulo. abril. p.17-21.; HAAG, Carlos. (2009). As Sementes da Discórdia. *in* Pesquisa Fapesp, 158. São Paulo. abril. p. 23-5.; MARTINS, José de Souza. (2008). Instantâneos do Conhecimento. *in* Pesquisa Fapesp, 153. São Paulo. novembro. p. 106-9. (entrevista); GONÇALO JUNIOR. (2009). O Voo de Patativa do Assaré. *in* Pesquisa Fapesp, 158. São Paulo. abril. p.91-3.

atividades no trabalho, uma bela paisagem, um rosto enrugado, uma favela; na *perspectiva política* encontram-se os fatos governamentais oficiais, de instituições públicas e privadas, assim como qualquer acontecimento – seja religioso, econômico, cultural e social - que apresente a singularidade que a caracterize enquanto tal. Os mesmos fatos citados para a fotografia social podem ser analisados sob a perspectiva política, desde que sejam devidamente explicitados em suas finalidades: a foto do casamento, do batizado, do aniversário, do trabalho, da paisagem, do rosto enrugado e da favela constituem referenciais dotados de significância política na medida em que os agentes que delas se utilizam para plataformas de campanhas eleitorais, de denúncia contra o candidato opositor em suas falhas e omissões diante da situação denunciada pela fotografia. A fotografia de casamento, seja em que classe social for, é importante na medida em que proporciona informações valiosas da aliança entre Estado e Igreja, consumo e comportamento social.

As fotografias de Estado, seus monumentos, o governante em sua mesa de trabalho, inaugurando ou visitando obras, em pronunciamentos oficiais dentro e fora do país, recebendo e visitando chefes políticos e religiosos, abraçando o trabalhador, da mesma forma em seu lar ou em seus momentos de lazer, etc.; todas são fotografias fabricadas pelo Estado. Todas estão sob o signo da oficialidade da imagem.

Na *perspectiva da religiosidade* a fotografia encontra campo fértil, seja em festas de padroeiros, nas festas em homenagem a Iemanjá (rainha do mar) e outras entidades realizadas pelas religiões Afro – descendentes, a Umbanda e o Candomblé, romarias, celebrações eucarísticas – batizados, casamentos, crismas - seja nos movimentos messiânicos e seitas em praticamente todos os lugares do mundo. No Brasil, a questão dos ex-votos, a visitação a Juazeiro do Norte e a Canindé no interior do Ceará, ao Santuário de Aparecida no interior de São Paulo, ao Círio de Nazaré no Pará, ao Daime na região Norte do Brasil, nos terreiros de umbanda e candomblé na Bahia, a Festa do Divino em Minas Gerais e Goiás, constituem ricos referenciais para a fotografia que se dedica a estudar suas práticas.⁶⁶

Na *perspectiva cultural*, outra fonte fértil de análise, interessa estudar como as categorias sociais, classes sociais e saberes-poderes interpretam a realidade sócio-política em que vivem, através de suas manifestações culturais e folclóricas; esta última, segundo Gramsci uma concepção deturpada e espalhafatosa (pastiche) da cultura ‘hegemônica’, daí

⁶⁶ Nesse sentido veja: MARTINS (2008a; 2008b. 2008c) ; (1997)

sua concepção de senso comum. São fotografias que apresentam a diversidade das festas populares, lendas e tradições, crendices e superstições, costumes e a riqueza das indumentárias, simbologias, carros alegóricos, manifestos em rituais ‘religiosos’ e da colheita agrícola realizada.

Perceber o lugar, as formas de sua ocupação, a disposição dos elementos constitutivos da festividade, os tipos de expressão, o que denunciam, celebram ou reivindicam, todas essas atividades constituem tarefas que o estudioso da fotografia deve estar inteirado para realizar sua análise imagética sobre o objeto estudado. Daí, necessariamente, o dever em conhecer as estratégias de produção, usos e canais de difusão e reprodução que são utilizados para suas finalidades.

A linguagem imagética também possui níveis de interpretação: contextual – momento histórico a que se reporta a imagem; morfológica – composição da imagem; compositiva – perspectiva, articulação entre espaço e tempo; enunciativa – ideologia que transmite. Para cada uma delas correspondem diretrizes bem definidas, o que não significa afirmar que uma mesma fotografia não possa ser analisada utilizando-se duas ou mais metodologias citadas; dependendo da capacidade teórica de seu pesquisador uma mesma fotografia pode sim ser analisada sob a ótica de uma ou duas metodologias que apresentam possibilidades objetivas do diálogo esperado⁶⁷

Para nossos objetivos, a análise imagética sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano possibilita a compreensão da referencialidade persuasiva da fotografia nos níveis situacional e discursivo – elementos da análise do discurso – por proporcionar elementos que nos possibilitam compreender os mecanismos cognitivos e sociais ativados para a retórica-persuasiva dos agentes do poder, as relações de interações e mediações estabelecidas, assim como de ‘indiferença’ do público com as imagens veiculadas em lugares estratégicos conforme a persuasão objetivada. O que não significa afirmar que não recorramos a referenciais que proporcionem elementos didáticos para a análise em questão, como os apresentados por uma das maiores pesquisadoras sobre a imagem fotográfica:

- 1) Espaço fotográfico- informa a quem este espaço está vinculado- fotógrafo amador ou profissional- bem como os recursos [...] no plano da expressão- tamanho, nitidez, enquadramento e produtor- que consubstanciam a forma da expressão fotografada;
- 2) espaço geográfico- compreende o espaço físico representado na fotografia, caracterizados pelos lugares fotografados e a trajetória de mudanças ao longo do

⁶⁷ Disponível em: < www.analisisfotografia.uji.es>. Acesso em: 13/outubro/2009.

período que a série cobre. Tal espaço não é homogêneo, mas marcado por oposições campo/cidade, fundo artificial/natural, espaço interno/externo, público/privado [...] ano, local retratado, atributos da paisagem, objetos, tamanho, enquadramento, nitidez e produtor; 3) espaço do objeto- Analisa-se nessa categoria, a lógica existente na representação dos objetos, sua relação com a experiência vivida e com o espaço construído [...] e ainda: atributos das pessoas, atributos da paisagem, tamanho e enquadramento; 4) espaço da figuração- compreende a natureza das pessoas e do espaço: feminino/masculino, infantil/adulto, a hierarquia das figuras e seus atributos, incluindo-se aí o gesto. [...] também devem ser observadas tamanho, enquadramento e nitidez; 5) espaço da vivência- capta um momento não programado. (MAUAD, 1987. p.95-6)

Os cinco aspectos apresentados por Mauad possibilitam a análise imagética contemplando os postulados da análise do discurso pechêutiano, da sociologia compreensiva weberiana e do Interacionismo Simbólico meadiano, perspectiva privilegiada em nosso trabalho. De Pêcheux, Mauad utiliza a categoria das condições de produção da imagem fotográfica; ao convidar seu pesquisador a desnudar as circunstâncias sócio/histórica/ideológico que a elabora. Do Interacionismo Simbólico Meadiano, Mauad utiliza a relação da lógica da interatividade entre objeto representado e o espaço construído, qual seja, o aspecto correlacional entre referente e significante. Da Sociologia Histórica de Weber, Mauad nos convida a problematizar o contexto, o discurso, o sentido, enfim, a historicidade da produção das imagens nas circunstâncias dadas.

3.1 A imagem interacionista.

O Interacionismo Simbólico meadiano trabalha a questão dos significados que as coisas têm para nossas vidas, significados do agir no presente com o objetivo de mudar seu passado com as possibilidades objetivas que se apresentam no presente. Interação que também ocorre em seu interior. Na medida em que significa as coisas realiza uma introspecção entre o “ser” interior e o dever-ser social. A realidade social para Mead é o “resultado” de nossas interações, de como as escolhemos ou somos deixados ‘levar’ pela interpretação da situação desejante que nos é apresentada através da imagem que induz a atitude que devemos tomar sobre o que esta ‘retratado’ na imagem. Porém, o ator social de Mead não é um ator passivo, antes, expressa seus desejos e significados; os encontrando nas imagens e discursos veiculados, logicamente será seduzido pela autoridade da mensagem publicitária que lhe explora os sentidos.

A imagem, portanto, para Mead deve, necessariamente, apresentar objetos do universo desejante do receptor e deve de tal forma ser persuasiva a ponto de seduzi-lo para a tomada de atitudes que esta remete. Como psicólogo social e, portanto, conhecedor do processo cognitivo que ocorre na mente do indivíduo, Mead afirma:

I

It is most frequently the image which enables the individual to pick out the appropriate stimulus for the impulse which is seeking expression. This imagery is dependent on past experience. It can be studied only in man, since the image as a stimulus or a part of the stimulus can only be identified by the individual, or through his account of it given in social conduct. But in this experience of the individual or of a group of individuals, the object to which the image refers, in the same sense in which a sensory process refers to an object, can be identified, either as existing beyond the immediate range of sensory experience or as having existed in what is called the "past". In other words, the image is never without such reference to an object. (MEAD, 1992, p.338).⁶⁸

II

Thus contents which refer to objects not present in the field of stimulation and which do not enter into the object, i. e. images of distant objects in time and space which are not integral parts of the physical surroundings as they extend beyond the range of immediate perception, nor of the memory Field which constitutes the background of the self in its social structure, are psychical (MEAD, *op cit. ib id.* p.338-9)⁶⁹

III

From this standpoint the image in so far as it has objective reference, is not private or psychical. Thus the extended landscape reaching beyond our visual horizon. [...] As the perceptual sensuous experience is an expression of the adjustment of the organism to the stimulation of objects temporally and spatially present, so the images are adjustments of the organism to objects which have been present but are now spatially and temporally absent. These may merge into immediate perceptions, giving the organism the benefit of past experience in filling out the object of perception; or they may serve to extend the Field of experience beyond the range of immediate perception, in space or time or both; or they may appear without such

⁶⁸ É mais freqüentemente a imagem que permite ao indivíduo selecionar o estímulo apropriado para o impulso que procura exprimir-se. Essa imaginação depende de experiências anteriores e pode ser estudada apenas em homens, visto que a imagem como um estímulo ou como parte de um estímulo só pode ser identificada pelo indivíduo ou através da sua importância na conduta social. No entanto, nessa experiência do indivíduo ou de um grupo de indivíduos, o objeto ao qual a imagem se refere, da mesma forma que um processo sensorial refere-se a um objeto ao qual a imagem se refere, da mesma forma que um processo sensorial refere-se a um objeto, pode ser identificado como existente além da escala imediata de experiência sensorial ou ter existido no que é chamado "passado". Em outras palavras, a imagem não existe sem referência a um objeto. (p.338)

⁶⁹ Portanto, conteúdos que se referem a objetos que não estão presentes no campo da estimulação e que não adentram ao objeto são psíquicos; isto é, imagens de objetos distantes no tempo e no espaço que não são partes integrais dos arredores psíquicos, por estarem além do campo da percepção imediata e não estarem presentes no campo da memória que constitui o passado do indivíduo em sua estrutura social (p.339)

reference, although they always imply a possible reference, we hold that they could always be referred to the experiences out of which they arose if their whole context could be developed.(MEAD, *op cit. ib id.* p. 340)⁷⁰

Nas três citações de Mead as palavras percepção e estímulo constituem elementos nucleares para que ocorra a interação imagética entre emissor e receptor, mensagem e significado, sentido e significado. Entre a imagem que significa e os estímulos para a significação persuasiva um longo caminho é percorrido.

Os grandes estrategistas de campanhas publicitárias vitoriosas o foram não por que exploraram o objeto que se pretendia persuasivo em si utilizando palavras de ordem grosseiras, impositivas e ameaçadoras⁷¹; seu sucesso advém do conhecimento de técnicas de persuasão que exploram o campo sensorial do indivíduo de forma a levá-lo a empreender um ‘raciocínio’ além do eminentemente exposto como objeto persuasivo. Aqui, merecem alguns esclarecimentos: quando afirmamos que o consumidor ou público - alvo é levado a empreender um ‘raciocínio’ além do objeto persuasivo afirmamos que esse ‘raciocínio’ de maneira nenhuma ultrapassa o limite da utilidade de uso do objeto.

Nenhuma campanha publicitária consegue êxito ou sucesso objetivado “impondo” o produto ao público-alvo, seja em que segmento for. A propaganda impositiva ou convocatória só emerge quando um acontecimento, dada a magnitude de interesses e urgência na sua resolução está no seu acontecer, no seu percurso de um momento em que as emoções estão de fato tão afloradas que as palavras de ordem passam a constituir o estratagema para uma operacionalização mais impositiva ou responsiva no sentido de despertar mais o ânimo para o embate. O Nazi-Facismo utilizou de forma estratégica a propaganda convocatória e impositiva.

⁷⁰ Desse modo, a imagem, apresentando referência objetiva, não é restrita ou psíquica. É, portanto, o alcance da paisagem expandida além do nosso alcance visual. Como a experiência de percepção sensorial é uma expressão de ajuste do organismo à estimulação de objetos temporal e espacialmente presentes, então, as imagens são ajustes dos organismos a objetos que estiveram presentes, mas que estão, agora, temporal e espacialmente ausentes. As imagens podem incorporar-se a percepções imediatas, dando ao organismo o benefício de experiências passadas, preenchendo o objeto de percepção; ou podem servir para estender o campo de experiência além do limite da percepção imediata em tempo e/ou espaço; ou podem aparecer sem tal referência, embora sempre impliquem numa referência possível, ou seja, acreditamos que as imagens sempre podem referir-se a experiências que estão além das quais foram originadas, caso o contexto possa ser desenvolvido(p.340).

⁷¹ Um exemplo do fracasso publicitário nesse sentido percebemos no acompanhamento de algumas campanhas governamentais, particularmente quanto à epidemia de dengue; quanto mais “medo” a campanha impunha sobre os males da doença causada pelo mosquito, menos percebíamos a diminuição nos índices da epidemia; o contrário passou a acontecer quando o governo modificou a estratégia da campanha convidando o povo a tornar-se, ele mesmo, um agente responsável pela modificação do quadro da epidemia instalada.

Para o Interacionismo Simbólico meadiano, a percepção só acontece se a imagem apresentar elementos já presentes no campo sensorial do indivíduo mas que, até então, não haviam sido despertados. Elementos que permitem ao indivíduo identificar semelhanças entre o que o seu *self* deseja e o que está presente na imagem projetada. Após identificar elementos semelhantes ou convergentes a esse “eu” (*self*), o indivíduo entra na fase de atribuição de significados para sua mente, o que lhe proporcionará os impulsos necessários para a motivação da tomada de decisões que a imagem evoca como resposta. As respostas serão fornecidas depois de realizadas as mediações e interações após ouvidos os julgamentos, opiniões e conversas com membros do grupo ou comunidade social a que pertence.

The central nervous system provides not only necessary physiological mechanism for this process, but also the necessary physiological condition of delayed reaction which this process presupposes. Intelligence is essentially the ability to solve the problems of present behavior in terms of its possible future consequences as implicated on the basis of past experience – the ability, that is, to solve the problems of present behavior in the light of, or by reference to, both the past and the future; it involves both memory and foresight. And the process of exercising intelligence is the process of delaying, organizing, and selecting a response or reaction to the stimuli of the given environmental situation. The process is made possible by the mechanism of the central nervous system, which permits the individual's taking of the attitude of the other toward himself, and thus becoming an object to himself. This is the most effective means of adjustment to the social environment, and indeed to the environment in general, that the individual has at his disposal. (MEAD, 1992, p. 99-100)⁷²

A tomada de atitudes organizadas envolve como os receptores compreendem ou lhes são explicitados os necessários ajustes, resultantes em atitudes, para ação necessária. Somente quando o indivíduo realiza o processo mental de forma em termos de ‘resultados’ eficientes para os problemas do seu presente imediato ou um futuro incerto sem as perspectivas que esse presente lhe apresenta realizará a tomada de decisões inteligentes que a ação exige. Mas somente, repetimos, da tomada inteligente da significação em termos de respostas sociais.

⁷² O sistema nervoso central fornece não apenas o mecanismo fisiológico necessário para esse processo, mas também a condição fisiológica necessária de reação atrasada que esse processo pressupõe. A inteligência é essencialmente a habilidade de resolver os problemas de comportamento presentes em termos de suas conseqüências futuras possíveis como implicadas na base da experiência passada – a habilidade, ou seja, solucionar os problemas do comportamento presentes à luz do, ou pela referência ao passado ou futuro; isso envolve tanto memória quanto precisão. E o processo de exercitar a inteligência é processo de atraso, organizando e selecionando a resposta ou reação para os estímulos da determinada situação ambiental. O processo torna-se possível pelo mecanismo do sistema nervoso central, que permite ao indivíduo tomar a atitude do outro em direção a si próprio tomada, e se tornando, com isso, um objeto para si. Este é o meio mais efetivo de ajuste ao ambiente social, e, de fato, ao ambiente em geral, que o indivíduo tem à sua disposição.

Mas o que é, como funciona e qual a finalidade do sistema nervoso sensorial? Acharmos importante alguns esclarecimentos neste sentido uma vez que trabalhamos com um referencial teórico que utiliza uma grande carga de compreensão do significado de **sentido** e **percepção**. Recorremos, então, à medicina para nos explicitar o assunto. A citação é longa, porém, bastante esclarecedora para nossos propósitos.

O Sistema nervoso sensorial é a parte do sistema nervoso responsável pela análise dos estímulos oriundos dos meios ambientes externo e interno ao organismo. As informações sensoriais são usadas para atender quatro grandes funções: percepção e interpretação, controle do movimento, regulação de funções de órgãos internos e a manutenção de consciência. Ao analisar o ambiente, o sistema nervoso sensorial o faz detectando determinados aspectos do ambiente por meio de órgãos sensoriais específicos cujas informações são então processadas por vias neurais rotuladas. Assim experimentamos modalidades distintas (visão, audição, gustação, etc.) e suas sub - modalidades (intensidade, duração e localização, etc.) [...] Assim, do órgão receptor periférico (somático ou visceral) até o cérebro existe uma cadeia de neurônios relacionados com aquela modalidade sensorial e do mesmo modo, existem vias motoras específicas que inervam um determinado órgão efetuator. [...] Quando as informações sensoriais chegam ao SNS, podem ser imediatamente processados no local, resultando na elaboração de comandos motores reflexos, bem como, serem retransmitidos para estações sinápticas mais cefálicas através de neurônios de projeção. [...] Percepção é a capacidade de veicular os sentidos a outros aspectos da existência como comportamento e o pensamento [...] A percepção é processada em um nível de complexidade neural muito maior que a simples sensação [...] No entanto a qualidade perceptiva depende do nível de atenção do indivíduo [...] Mas é no cérebro que a percepção consciente das informações ocorre assim como a sua interpretação. As diferentes modalidades sensoriais enviam as respectivas informações sensoriais para áreas específicas do córtex sensorial e ocorre a constituição completa do meio ambiente. [...] A variação na intensidade do estímulo resulta na percepção quantitativa da impressão sensorial. [...] Além de qualidade e quantidade dos estímulos, a percepção sensorial resulta também em uma definição temporal do estímulo como, por exemplo, a duração e taxa de variação de um determinado estímulo. Finalmente, outro aspecto importante é que o sistema sensorial é capaz de detectar a origem dos estímulos sensoriais (localização) e informar-nos sobre a nossa posição no espaço e nos fornecer informações sobre o nosso mapa corporal. (NISHIDA, 2007, p. 54 *passim*)⁷³

A definição de Nishida sobre o sistema nervoso sensorial não difere em grau de complexidade da apresentada por Mead, mesmo os dois autores pertencerem a áreas aparentemente ‘diferentes’ do conhecimento. Os dois, cada qual no seu campo de saber, nos explicitam como ocorrem os julgamentos, conversas, troca de informações, comparações, estímulos, percepção, interação, consciência. Mas, possuir um sistema sensorial fisiológica-

⁷³ NISHIDA, 2007

mente perfeito não significa que o nível de entendimento ocorra sem a necessidade de outros instrumentos que proporcionam o objetivo visado.

Em *A Arte da Retórica*, Aristóteles nos apresenta os elementos essenciais para a arte do bem dizer que utilizados por um líder que apresente credibilidade e carisma torna-se praticamente impossível neutralizá-lo ou impedir sua ascensão.

Há três coisas que inspiram confiança no orador, porque há três razões que nos levam à convicção, independentemente das demonstrações. São o bom senso, a prudência, a sabedoria prática (*phrónesis*), a virtude (*aretê*) e benevolência (*eúnoia*). Os oradores podem afastar-se da verdade por todas essas razões ou por uma dentre elas. Por causa da falta de bom senso, podem não exprimir uma opinião correta; por causa de sua malvadeza podem, mesmo pensando bem, não expressar aquilo que pensam; mesmo sendo prudentes e honestos, não podem ser benevolentes. Por essas razões, os oradores podem, mesmo conhecendo a melhor solução, não aconselhá-la. Não há nenhum outro caso (II, 1378a)

O carisma e a credibilidade do orador, condições essenciais para a legitimidade de uma retórica persuasiva sempre foi amplamente utilizada como instrumento arregimentador. O carisma pode levar multidões ao delírio a aderir à estratégia do orador. Todavia, o carisma em si mesmo, sem significação, isto é, sem uma simbologia que lhe signifique pode não apresentar os resultados esperados. A arte da oratória, da sedução através da palavra e da imagem deve apresentar de modo claro e preciso a que veio, e não pode ser ou estar tão destoante de uma verdade, mesmo que ela seja apresentada de forma maquiada. Não há carisma que prescindia de uma base legitimadora do discurso que apresenta ou funda. Não basta ter carisma, o orador deve convencer por justificação. Como nos diz Aristóteles (*op cit*), o orador deve imprimir *convicção* sobre o que fala ao (seu) ouvinte.

Como bem nos diz Weber (1982; p. 105): “uma coisa é viver “para” a política, outra bem diferente é viver “da” política”. O jogo é bem complicado, no qual uma gama de interesses e alianças, em sua maioria não explicadas à comunidade, faz o movimento de bairro e da política em geral não obter a confiança legitimadora que deveria possuir. A realidade nos mostra a cooptação desses líderes a cargos ou tornam-se assessores de políticos para obter a influência persuasiva na/daquela comunidade para a política partidária desse ou daquele partido.

No interior e sertões nordestinos na década de 1940 esses líderes desempenharam papel muito importante na retórica/persuasiva de Vargas para a Batalha da Borracha.

Chamados de arregimentadores, poderiam ser o padre, o prefeito, o trabalhador sedento por mudança de situação, o sertanejo, o matuto (beradeiro na Amazônia) além, é óbvio, de funcionários e agentes arregimentadores pertencentes ao quadro de pessoal do governo Vargas. Quanto mais dotados da autoridade conferida pelo governo central, e, portanto, da missão que lhes cabiam desempenhar mais confiança imprimiam ao público alvo, e, assim, mais persuasão arregimentativa conseguiam.

Todavia, como nos diz Aristóteles (*op cit*), uma pessoa pode não possuir alguma das características citadas e ser um excelente orador, convencer pela aparência da palavra; os intelectuais orgânicos, excelentemente trabalhados por Gramsci, constituem um exemplo.

Nas três citações de Mead sobre a imagem, percebemos o conhecimento do autor sobre as Leis da Gestalt,⁷⁴ teoria desenvolvida por psicólogos alemães que trabalha as questões relativas à percepção; dessa forma proporciona elementos que respondem muitas questões quanto à compreensão das mensagens emitidas pelas imagens. Um dos maiores estudiosos da percepção visual afirma que “*os princípios de meu pensamento psicológico e muitos dos experimentos que citarei em seguida provém da teoria da Gestalt*” (Arnheim; 2008).

A Interação, como vimos explicitando, é um conjunto de atitudes na qual os significados vão sendo elaborados e estabelecidos ao longo dos atos da linguagem; seja gestual, escrita ou visual. Parafraseando Heidegger ‘ser-no-mundo’ só existe na probabilidade; ou seja, na possibilidade de ‘ser com os outros’. Dessa forma, é somente na vida em sociedade que se encontram os princípios valorativos e perceptíveis da conduta em sociedade. Portanto, nossa percepção visual está impregnada do sistema valorativo ao qual pertencemos e, dependendo de como esse sistema valorativo é internalizado pelo agente social, poderá desejar um outro lugar em que possa realizar um outro *ser* da conduta até então desejada, reprimida ou negada. Da teoria gestaltina apresentamos quatro de suas leis mais utilizadas nos estudos sobre a percepção e úteis aos propósitos de nosso trabalho:

similaridade- é a semelhança de certos elementos no conjunto, favorecendo a compreensão do todo pela lógica e clareza que oferecem; 2) *proximidade*- exige rigorosa escolha do componente principal da mensagem, a eliminação do que é supérfluo e a adição de estímulos simples e iguais ao componente principal, tanto no

⁷⁴ Teoria da Percepção criada pelos alemães Max Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler no final do século XIX. A *Gestalt* trabalha como a percepção é realizada pelo cérebro humano que para sua realização, a mensagem veiculada deve ser clara, simples, objetiva, ser compreendida e, portanto, apresentar o (s) resultados (s) / objetivo (s) esperado (s).

conteúdo com na forma, que são apresentados em blocos unidos [...] tudo o que é desconexo, ilógico, retira a proximidade dos elementos essenciais. Próximo do sujeito está o que ele leu, viu e aprendeu ontem, o que já sabia anteriormente, nunca aquilo que está fora das fronteiras de seu conhecimento, cultura ou interesse; 3) *continuidade*- a similaridade e a proximidade, necessariamente, levam à continuidade; 4) *fechamento*- é a compreensão da totalidade; para tanto, as frase devem ser curtas e completas, de forma que o sujeito não tenha que se perguntar. (TISKI-FRANCKOWIAK, 1997 p. 88-90)

Ou seja, tanto para o Interacionismo Simbólico meadiano quanto para a Gestalt, os elementos de identificação, projeção e a compensação, constituem-se primordiais para a persuasão da mensagem veiculada. Elementos também presentes nas três citações de Mead sobre a imagem, que a apresenta portadora dos significados do universo sensorial e, portanto, desejante do receptor. A imagem interacionista desperta e produz no receptor, pois, os estímulos necessários para a tomada das decisões necessárias para o presente. Diante da forte similaridade que seus elementos apresentam com o universo desejante do receptor, convida seu receptor a interagir, discutir, conversar, trocar informações sobre o veiculado na imagem para a ação persuasiva que foi cuidadosamente elaborada.

Os cartazes persuasivos de Chabloz para a Batalha da Borracha bem demonstram o poder que uma imagem desperta no receptor quando apresenta os elementos desejantes do destinatário até então considerados impossíveis de alcançar, mas diante da possibilidade “real” em concretizar esse ideal, a persuasão acontece e o receptor adere ao chamado para a ação que a imagem convoca a ser realizada.

Outra importante contribuição do Interacionismo Simbólico para o estudo, leitura, interpretação ou análise das imagens, sejam fotografias, documentários, gravuras – xilogravura, pintura e desenhos, é quanto à questão da **interação/mediação** entre fotógrafo e objeto para os objetivos visados no público alvo. Uma imagem por mais que expresse a finalidade prevista apresentará também, as condições, meios e as **mediações** realizadas para sua produção: agente produtor, financiador, publicitário e, claro, o público - alvo para o qual dirige a imagem com a mensagem veiculada. A finalidade é, sempre, convencer, persuadir e arregimentar tal público para a mensagem ou discurso apresentados⁷⁵.

⁷⁵ Veja: Domenach(1963); Brown(1971); Burke(2004); Freitas (2004); Charandeanu(2006a, 2006b); Camargo(2007); Alves(2008); Kossoy(1989; 2002; 2004; 2005; 2009); Martins(2008c); Massia(2008); Pesavento(2002).

Quanto ao referente, várias inferências podem ser feitas: o emissor é o agente responsável por sua realização; é também o produtor financiador e apresenta seus objetivos para a campanha publicitária que encomenda. Todavia, são os agentes realizadores, designers, fotógrafos, cenógrafos, coreógrafos, que executarão a encomenda para os objetivos de seu cliente. É aqui que reside o sucesso que, dependendo da qualificação dos profissionais envolvidos alcançarão os objetivos planejados de uma campanha publicitária, seja no campo da política, da moda, da beleza, ou qualquer outro tema. A utensilagem utilizada interferirá de forma decisiva para a arregimentação persuasiva planejada: tipo e posição do referente, ambiente interno, se é dentro de casa, apartamento, solenidades públicas realizadas no interior da própria instituição; ambiente externo, paisagem com ou sem mar, rios, cachoeiras; tipo de luz, ao sol, à noite, dia chuvoso ou nublado; ângulo do ambiente escolhido, disposição dos personagens e objetos da cena mostrada; técnica utilizada pelo profissional; constituem apenas alguns requisitos essenciais não só para a realização da fotografia assim como de qualquer outro tipo de publicidade.

Todos esses elementos devem ser levados em consideração para a realização de análise de qualquer fonte que se apresenta como documento para o pesquisador da imagem. Mesmo nas chamadas fotografias ‘ocasionais’ ou que representam ‘espontaneidade’ de seus referentes, algo chamou à atenção do fotógrafo que a registrou. O sorriso, a lágrima, a dor e o sofrimento que cada ruga apresenta, o olhar triste e distante, expressivo, de alegria, assim como do êxtase e do terror; tudo é programado pelo fotógrafo para o objetivo visado.

É no referente e objeto de interesse privilegiado de nossos propósitos, que o ato enunciativo evoca e concentra-se o objetivo retórico/persuasivo que o emissor objetiva exprimir. A significação de uma fotografia, no entanto, principalmente a de uso publicitário, seja política, econômica, religiosa ou cultural, é um conjunto de elementos que se intercalam, convergem e tornam verossímil o retratado. Por conjunto de elementos compreendemos os mecanismos utilizados pelo emissor para a produção de sentidos que objetiva alcançar.

É sobre como se *fabrica* a produção de sentidos, percepção, persuasão e arregimentação na perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano que trabalhamos a análise imagética da ação do Estado Novo na Amazônia na defesa da seguinte **tese**: o Interacionismo Simbólico, ao trabalhar a conduta organizada do grupo social na base dos significados que as coisas têm para sua realidade social oferece cabedal teórico que proporciona a compreensão da representatividade apresentada pela referencialidade

persuasiva da imagem nos níveis situacional, momento sócio-histórico e discursivo, formulações conceituais logicamente encadeadas para a persuasão objetivada.

Para o Interacionismo Simbólico meadiano, o símbolo significante, o referente, constitui condição *sine qua non* para a identificação e, portanto, um dos meios mais poderosos para a interação persuasiva. Deve apresentar significados adequados e envolventes ao ponto de que, nele, o símbolo, esteja expresso a necessária tomada de atitudes do grupo social ou comunidade que tenha como objetivo persuadir. Sendo a parte explicada em termos do todo, o símbolo significante expresso na imagem deve ser suficientemente forte que desperte a tomada de atitudes em termos compartilhados, isto é, na medida em que o símbolo significante expressa elementos do universo do destinatário, a atitude de um, na maioria das vezes o ‘mais letrado’ do grupo ou da comunidade social, passa a inferir nas atitudes dos outros. A adesão, todavia, não ocorre imediatamente; é preciso que o gesto apresente os elementos para a tomada de posição diante do grupo ou comunidade social:

The function of the gesture is to make adjustment possible among the individuals implicated in any given social act with reference to the object or objects with which that act is concerned; and the significant gesture or significant symbol affords far greater facilities for such adjustment and readjustment than does the non-significant gesture, because it calls out in the individual making it the same attitude toward it (or toward its meaning) that it calls out in the other individuals participating with him in the given social act, and thus makes him conscious of their attitude toward it (as a component of his behavior) and enables him to adjust his subsequent behavior to theirs in the light of that attitude. (MEAD, *op cit.*; p. 46).⁷⁶

O envolvimento, representado na adesão a atitude do outro, como afirmado anteriormente, deve ser de tal forma que as respostas esperadas sejam pautadas na ordem desejante consciente ou, ainda, até então inconsciente do indivíduo: um desejo ou ideia da realidade social pretendida pelos indivíduos daquele grupo social ou comunidade. E deve de tal forma despertar o interesse interior e particular desde que não discordantes com o contrato social estabelecido e que consiga persuadir na base das respostas que as coisas, objeto desejante, vão sendo apresentadas como possíveis de alcançar:

⁷⁶ A função do gesto é de fazer possível o ajuste entre os indivíduos em um determinado ato social com referência ao objeto ou aos objetos com os quais o ato está relacionado; e o gesto significante ou o símbolo significante promove mais facilidades para tal ajuste e reajuste que gestos não significantes, pois ele evoca no indivíduo, causando a mesma atitude em relação a tal gesto (ou em direção ao seu sentido) que este evoca nos outros indivíduos que participam com ele de um determinado ato social e, portanto, torna-o consciente de sua atitude em direção ao gesto (como um componente do seu comportamento) e torna-o capaz de ajustar seu comportamento subsequente ao deles à luz daquela atitude. (p.46).

The central factor in such adjustment is “meaning”. Meaning arises and lies within the field of the relation between the gesture of a given human organism and the subsequent behavior of this organism as indicated to another human organism by that gesture. If that gesture does so indicate to another organism, then it has meaning. In other words, the relationship between a given stimulus – as a gesture – and the later phases constitutes the field within which meaning originates and exists. Meaning is thus a development of something objectively there as a relation between certain phases of the social act. (MEAD, *op. cit.*; p.76).⁷⁷

A resposta em termos persuasivos, por sua vez, não ocorre de forma homogênea ou igualitária; ela vai sendo construída na base de troca da linguagem - gestual, conversas informais e compartilhamento de fotografias sobre o objeto a ser significado. Um indivíduo percebe significados no referente que constituem desejos, interesses, objetivos e mais pessoas do grupo ou comunidade vão discutindo o símbolo significante e encontrando aliados à idéia cuja retórica/discursiva veiculada pelos saberes-poderes que são de vital importância; e dependendo do reconhecimento da autoridade do discurso pelo público - alvo sobre o que expõe, a interação persuasiva ocorre da maneira objetivada:

The “me” and the “I” lie in the process of thinking and they indicate the give-and-take which characterizes it. There would not be an “I” in the sense in which we use that term if there were not a “me”; there would not be a “me” without a response in the form of the “I”. These two, as they appear in our experience, constitute the personality. We are individuals born into a certain nationality, located at a certain spot geographically, with such and such family relations, and such and such political relations. All of these represent a certain situation which constitutes the “me”; but this necessarily involves a continued action of the organism toward the “me” in the process within which that lies. The self is not something that exists first and then enters into relationship with others, but it is, so to speak, an eddy in the social current and so still a part of the current. It is a process in which the individual is continually adjusting himself in advance to the situation to which he belongs, and reacting back on it. So that the “I” and “me”, this thinking, this conscious adjustment, becomes them a part of the whole social process and makes a much more highly organized society possible. (MEAD, *op cit.*; p.182)⁷⁸.

⁷⁷ O fator central em tal ajuste é o sentido. O sentido advém e consiste-se dentro do campo da relação entre o gesto de um determinado organismo humano e o comportamento subsequente desse organismo, como indicado a outro organismo humano por aquele gesto. Se aquele gesto realmente indica a outro organismo o comportamento subsequente (ou resultante) do dado organismo, então, ele apresenta sentido. Em outras palavras, a relação entre um dado estímulo – como um gesto- e as fases subsequentes do ato social do qual ele é inicialmente uma fase constitui o campo dentro do qual o sentido se origina e existe. O sentido é, portanto, o desenvolvimento de algo objetivamente existente como uma relação entre certas fases do ato social. (75-6).

⁷⁸ O “me” e o “eu” encontram-se no processo do pensamento e indicam a cooperação que caracteriza o processo. Não haveria um “eu”, no sentido no qual usamos esse termo, se não existisse um “me”, não haveria um “me” sem a resposta do “eu”. Esses dois, como aparecem em nossa experiência, constituem a personalidade. Nós somos indivíduos nascidos numa certa nacionalidade, localizados geograficamente em um determinado local, com tais e tais relações familiares, e tais e tais relações políticas. Tudo isso representa uma certa situação que constitui o “me” no processo dentro do qual ele se encontra. O self não é algo que existe primeiro e, então entra

O sentido para tornar-se significado e ato responsivo deve despertar os estímulos específicos para a finalidade planejada. Estímulos que desenvolvam a resposta em que, ambiente e idéia-motivo, indivíduo e pertencimento, sejam trabalhados na mente do indivíduo de forma a apresentar-se como interdependentes um do outro. A situação social conflitiva, impeditiva, alijadora que constitui a experiência do indivíduo encontra consonância de solução com a representatividade na referencialidade apresentada pela imagem, elementos que constituem o universo da realidade social do indivíduo com claras possibilidades de mudanças.

O significado, resposta à situação até então vivida, opera como chave central para a arregimentação retórico/persuasiva operada pelos saberes-poderes. Sendo o significado compartilhado socialmente, respondendo, portanto, aos desejos visíveis em concretizarem-se, então o “eu” interior, em conformidade ao “eu” social, forma, então, o *self*, que é o nós coletivo; dessa forma, a persuasão logo acontecerá. É o que Mead chama de outro generalizado, isto é, quando várias pessoas passam a adotar a atitude socialmente reconhecida:

We have seen that mental processes have to do with the meanings of things, and that these meanings can be stated in terms of highly organized attitudes of the individual. These attitudes involve not only situations in which the elements are simultaneous, but also ones which involve other temporal relationships, e, the adjustment of the present response to later responses which are in some sense already initiated. Such an organization of attitudes with reference to what we term objects is what constitutes for us the meanings of things. These meanings in logical terminology are considered as universals, and this universality, we have seen, attaches in a certain sense to a habitual response. The universality is reflected in behavior – istic terms in the identity of the response, although the stimuli that call out this response are all different. We can throw this statement into a logical form and say that response is universal while the stimuli are particulars which are brought under such a universal.(MEAD, *op cit*, p.125)⁷⁹.

a relação com outros, mas é, por assim dizer, um turbilhão na corrente social e, portanto, uma parte da corrente. É um processo no qual o indivíduo está, continuamente, ajustando-se antes da situação a qual ele pertence e reage a ela. Portanto, o “eu” e o “me”, esse pensamento, esse ajuste contínuo, tornam-se, então, uma parte do todo do processo social e tornam possível uma sociedade muito mais organizada. (p. 182).

⁷⁹ Temos visto que processos mentais têm relações com os significados das coisas, e que esses significados podem ser afirmados em termos de atitudes extremamente organizadas do indivíduo. Essas atitudes envolvem não apenas situações nas quais os elementos são simultâneos, mas também situações que envolvem outras relações temporais, ou seja, o ajuste da resposta presente a respostas subsequentes que estão, de certo modo, já iniciadas. Tal organização de atitudes com referência ao que nomeamos objetos é o que constitui, para nós, o sentido das coisas. Esses sentidos, na terminologia lógica, são considerados universais e essa universalidade, temos visto, se anexa, de um certo modo, à uma resposta habitual em contraste aos estímulos particulares que eliciam essa resposta. A universalidade é refletida em termos comportamentais na identidade da resposta, embora os estímulos que evocam essa resposta sejam todos diferentes. Podemos lançar essa

Não devemos esquecer, porém que todo esse processo ocorre na ação social e na relação social referente a meios e fins do grupo social ou comunidade em referência ao sistema valorativo/normativo da sociedade, o Estado que o proporciona ou reprime conforme os objetivos visados como bem nos mostra Weber. Para a interação acontecer de fato há, ainda, dois aspectos importantíssimos que movem de forma elementar toda a base da interação humana em qualquer circunstância: trata-se da questão do “eu” e do “me”. O “eu”, indivíduo externo e social; e o “me” indivíduo compartilhado, devem estar conscientes para a interação necessária.

Somente quando o indivíduo consegue encontrar o “eu” com o “me” a uma resposta dentro do grupo social ou comunidade, ocorre a identificação na forma de significados compartilhados com decisões do grupo social ou comunidades sem sofrimentos. O “eu” e o “me”, enfim, ‘harmônicos’ dentro do indivíduo proporciona a percepção em termos da conduta organizada e consegue a interação desejada, o que não significa afirmar que o indivíduo tenha ‘resolvido’ essa questão de forma equilibrada, ponderada, sem sofrimentos e receptiva. Os embates que trava dentro de si não são pequenos, posto as exigências para a conduta organizada nem sempre adequar-se ao “desejado” pelo indivíduo; outrossim, a conduta em termos sociais exige a ‘adequação’ ao estabelecido socialmente, valores e normas que adéqua-o aos dispositivos civilizados para a conduta social e, portanto, necessários para sua aceitação na ‘interação’ dentro do grupo ou comunidade social da qual fará parte:

The experience and behavior of the individual organism are always components of a larger social whole or process of experience and behavior in which the fundamental physiological impulses and needs which motivate and are expressed in its experience and behavior – is necessary implicated, even at the lowest evolutionary levels. There is no living organism of any kind whose nature or constitution is such that it could exist or maintain itself in complete isolation from all other living organisms, or such that certain relations to other living organisms (whether of its own or of other species) – relations which in the strict sense are social – do not play a necessary and indispensable part in its life. All living organisms are bound up in a general social environment or situation, in a complex of social interrelations and interactions upon which their continued existence depends. (MEAD, *op cit*, p.228)⁸⁰

declaração numa forma lógica e dizer que a resposta é universal enquanto os estímulos são particulares, trazidos para o universal (p.125).

⁸⁰ A experiência e o comportamento do organismo individual são sempre componentes de um todo social maior ou processo de experiência e comportamento no qual o organismo individual – em virtude do caráter social dos impulsos fisiológicos fundamentais e das necessidades que motivam e são expressas em sua experiência e comportamento – esteja necessariamente envolvido, mesmo nos níveis mais baixos de evolução. Não há ser vivo de nenhum tipo cuja natureza ou constituição seja tal que não pudesse existir ou se manter em completa

Mead defendia uma sociedade na qual a ciência e a política deveriam estar efetivamente irmanadas na busca do bem comum e não na dominação de uns sobre a grande maioria. Uma sociedade em que seus saberes-poderes gerissem a vida de tal forma que corpo, mente e espírito dos indivíduos caminhassem juntos na busca da efetiva Democracia; só assim teríamos uma sociedade menos injusta, com indivíduos plenos em seus direitos e deveres para com o Estado.

Como cientista da vida em sociedade, detinha conhecimento claro e preciso sobre o poder da política como campo de embates, suas colocações acerca da linguagem, do discurso, dos significados pautados na conduta social do grupo ou comunidade são demonstrações claras de como Mead percebia a política como disputas pela dominação, mas também de ‘soluções’, desde que seus gestores assim objetivassem.

Esse pensamento fica claro em suas premissas sobre o ‘sentido da unidade necessária’ que os gestores apresentavam ao povo diante da situação de guerra. Defendendo a soberania nacional agredida pelo inimigo, afirmava que para consegui-la somente o sentimento comum da agressão sofrida seria capaz de impulsionar a ‘anulação’, mesmo que momentânea, dos diversos conflitos internos de classe, etnia, religiosos e culturais, no objetivo de defesa ou ‘restauração’ da honra nacional aviltada:

One nation cannot be taken simply itself, but only in its relationship to the other groups which belong to the larger. The universe of discourse which deals simply with the highest abstractions opens the door for the interrelationship of the different groups in their different characters. The universe of discourse which people can express themselves makes possible the bringing-together of those organized attitudes which represent the life of these different communities into such relationship that they can lead to a higher organization. The very universality of the processes which belong to human society, whether looked at from the point of view of religion or trading or logical thinking, at least opens the door to a universal society; and, in fact, these tendencies all express themselves where the social development has gone far enough to make it possible.(MEAD, *op cit*, p.283-4)⁸¹

isolação de outros organismos vivos, ou tal que certas relações com outros seres vivos (seja da sua própria ou de outras espécies) – relação que, no sentido estrito, são sociais – não atuem um papel necessário ou indispensável na sua vida. Todos os seres vivos estão vinculados num ambiente ou numa situação social geral, num complexo de inter-relações e interações sociais da qual depende sua existência contínua.

⁸¹ Uma nação não pode ser tomada, simplesmente, por si só, mas, tão somente, na relação com outros grupos que pertençam ao todo maior. O universo do discurso que lida, simplesmente, com as abstrações mais altas, abre a porta para a interrelação dos diferentes grupos em seus caracteres distintos. O universo do discurso dentro do qual as pessoas podem se expressar torna possível a união dessas atitudes organizadas que representam a vida dessas comunidades distintas numa relação tal que elas possam levar a uma organização maior. A própria universalidade dos processos que pertencem à sociedade humana, seja observado do ponto de vista da religião,

Na promessa do Eldorado na Amazônia e da construção da brasilidade a partir do interior, Vargas mobiliza os ideais da nacionalidade pretendida. Uma nacionalidade na qual não mais existiria a dicotomia litoral desenvolvido sobre o arcaísmo do Sertão e do Interior. Na civilidade da modernidade varguista, os índios, até então considerados selvagens são incorporados como elementos da nacionalidade. Estiveram, até então, submetidos ao esquecimento e considerados ‘párias’ em sua própria casa. Portanto, sua ‘pacificação’ e ‘civilidade’ se faziam necessárias ao projeto modernizador empreendido. Conhecedores dos rios, da floresta e da geografia da região, sua ‘contribuição’ viria em forma de reconhecimento como elemento dinamizador da obra civilizadora, patriótica e necessária que se realizava na Amazônia e no Brasil Central. Uma nacionalidade, lembremos, sem que a estrutura da exploração na propriedade rural fosse alterada. Portanto, índios, sertanejos, caboclos, mamelucos, cafuzos e matutos, ‘participariam’ da modernidade gestada como elementos dinamizadores da nova ordem social que se instaurava, agora tida como mestiçagem positiva, mas não como elementos integradores e reconhecidos em suas manifestações culturais e religiosas.

Não esqueçamos que a ciência, essa sim, no governo Vargas, é que é o elemento dinamizador, integrador, civilizador e propulsora de uma nova racionalidade nas relações entre Estado e sociedade e sociedade e cultura.

Uma nacionalidade que instaura o ideal de pertencimento com a luta bandeirante na incorporação dos chamados “espaços vazios” ao projeto de brasilidade nacional sob o signo do domínio da ciência sobre a inospicidade do clima, da floresta, da potencialidade de suas águas e da incivilidade de sua população. Na Amazônia e no Brasil Central encontravam-se as potencialidades que exigiam força e determinação de titãs para, finalmente, fundar a verdadeira identidade nacional. Ali, no ‘encontro’ do índio com a cultura civilizada (leia-se brancos), lembremos o trabalho eugênico de tipo ideal para Amazônia realizado por Chabloz (*op cit*) sob encomenda do SEMTA, “nasceria” o tipo ideal brasileiro: resultado da seleção ‘natural’ dos mais fortes sobre as condições e adversidades que a Amazônia impunha.

Uma nacionalidade reclamada por Euclides da Cunha, que de forma eloquente já vinha denunciando em sua produção literária. *Os Sertões* (1902) constitui sua primeira e oficial denúncia contra a situação de expatriação do Estado brasileiro contra seu próprio

do comércio ou do pensamento lógico, abre, pelo menos, a porta para uma sociedade universal; e, de fato, essas tendências todas se expressam onde o desenvolvimento social foi longe o bastante para torná-la possível.

povo; em *Contrastes e Confrontos* (1907), *À Margem da História* (1909) e em *Um Paraíso Perdido*, coletânea de textos sobre a Amazônia, livro que não chegou a publicar dada sua morte prematura, sendo realizado em 1976 sob a coordenação do escritor Hildon Rocha⁸², Euclides da Cunha expõe o alijamento da população amazônica das políticas governamentais até então “desenvolvidas” no Brasil.

A viagem que o engenheiro escritor Euclides da Cunha empreende na Amazônia em 1905, no entanto, indica, além das finalidades oficiais, outro interesse do escritor sobre os problemas brasileiros: a questão do Acre apresentava-se como uma urgente necessidade da presença do Estado brasileiro na demarcação de suas fronteiras com o Peru⁸³. Seria uma preocupação geopolítica que Cunha já apresentava quanto à região? As impressões que Euclides da Cunha tem da Amazônia e de sua gente são de extremo pessimismo, mas também de espanto de como aquela gente consegue viver naquele lugar “incivilizado”:

Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária ao homem. No perpétuo banho de vapor, de que nos fala Bartes, compreende-se sem dúvida a vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito na dinâmica das idéias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se lhe alheiem dos impulsos meramente egoísticos. Não exagero. Um médico italiano de belíssimo talento o Dr. Luigi Buscalione, que por ali andou há pouco tempo, caracterizou as duas primeiras fases da influência climática sobre o forasteiro a princípio sob a forma de uma super excitação das funções psíquicas e sensuais acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres. (CUNHA, 1909, p.11)

Sobre a vida escrava da população nordestina na Amazônia, escreve:

Não há leis. Cada um traz o código penal no rifle que sobraça, e exercita a seu alvedrio, sem o que chamem a contas. [...] A imagem material de uma campanha, ali, será o labirinto inextricável dos igarapés. [...] Iludem-se os que imaginam que só o aparecimento de alguns corpos de tropas regulares no desmarcado trato de terras que demoram entre o Juruá e o Acre baste a policiá-las, e a garantir os povoadores, e a impedir a violação de uma fronteira indeterminada. Os batalhões maciços, presos a uns tantos preceitos e ao retilíneo das formaturas, serão tanto mais inúteis quanto mais disciplinados e feitos à solidariedade de movimentos. O

⁸² Crítico literário, autor de *Entre lógicos e místicos* (1968), Rio de Janeiro, Ed. São José; e de *Memória indiscreta* (1981) Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves.

⁸³ A viagem realizada pelo repórter Daniel Piza e pelo fotógrafo Tiago Queiroz ao longo do rio Purus reconstituiu a expedição chefiada em 1905 pelo escritor e engenheiro Euclides da Cunha, morto em 1909. Com direção de Felipe Machado, o documentário ‘Um Paraíso Perdido’ revela que a Amazônia visitada por Euclides da Cunha continua muito parecida como paisagem e enigma, apesar das transformações advindas da empresa seringueira e exploração da comunidade local. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/felipe-machado/documentario-um-paraíso-perdido-sobre-eu/>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

melhor de sua organização militar impecável culminará no péssimo da mais completa inaptidão a se ajustarem ao teatro das operações, e a enfrentarem o torvelino dos encontros súbitos ou a se subtraírem aos perigos das tocais. [...] Além disso, as forças para repelir a invasão já ali se acham, destros e aclimatadas, nas tropas irregulares do Acre, constituídas pelos destemerosos sertanejos dos Estados do Norte (*sic*), que há vinte anos, como o desejam, como o proclamam altamente, dentro dos círculos militares da Europa, os luminares da guerra precitados – não já para o caso especial das guerrilhas, mas para todas as formas das campanhas, quer estas se desenrolem nos campos clássicos da Bélgica, quer na topografia revessa do Transvaal (*sic*). E confinados naqueles minúsculos titãs de envergadura de aço enrijada na têmpera das soalheiras calcinantes, a um tempo bravos e joviais, afeitos às deliberações rápidas e decisivas de uma tática estonteadora, que improvisam nos combates com a mesma espontaneidade com que lhes saltam das bocas as rimas ressoantes dos folguedos – poderemos permanecer tranquilos (CUNHA, 1976, p.145;180-181)

Teríamos, enfim, o “novo homem brasileiro” que pretendia Vargas? Pela campanha da Marcha para Oeste, promovida pelo governo varguista para a Amazônia parece que sim. Vargas, finalmente, estaria ‘atendendo’ às denúncias de abandono e da ‘incivilidade’ que reinava na região? Ao escolher o nordestino como o tipo ideal para ocupar, produzir e reproduzir na Amazônia, não estaria corroborando a escolha de um povo que em outro período da história da região, o período áureo da borracha (1877-1920), já tivera como mão de obra a nordestina, portanto, já eram conhecedores das agruras da região?

Quanto aos princípios eugênicos de Vargas, a ‘união’ do índio com o nordestino (não esqueçamos o trabalho de triagem realizado pelo SEMTA nos postos de arregimentação no Nordeste) na Amazônia não estaria ‘garantindo’ a limpeza’ contra a concepção de indivíduos indesejáveis para a brasilidade que se criava? Ao mesmo tempo, que tem como objetivo “corrigir” a denúncia de Cunha quanto ao completo esquecimento dos poderes nacionais sobre o sertão e interior brasileiros, Vargas tinha a Amazônia também como projeto geopolítico conforme já explicitado em páginas anteriores.

A engenharia política estadonovista ‘aproveita’ os choques de interesses entre integralistas e comunistas que, segundo afirmavam seus ideólogos, ameaçavam o projeto centralizador de Vargas culminando em suas ilegalidades após a instalação do Estado Novo. A justificativa seria a existência do Plano Cohen, um plano comunista para a tomada do poder. Quanto aos integralistas, a ideologia fascista seria a justificativa do governo para sua ilegalidade. Utilizando os meios de comunicação que dispunha, DIP, folhetins, almanaques,

rádio, jornais e revistas, Vargas “demonstrava” à população os perigos do comunismo e do integralismo.

A produção de conhecimento sobre ao Brasil apresentada pelos comunistas incomodava ao regime na medida em que descortinava as desigualdades sociais, políticas, e econômicas a que estava submetida a população brasileira. Nessa perspectiva Raquel de Queiroz com *O Quinze* (1930); Jorge Amado com *O País do Carnaval* (1930), *Jubiabá* (1935), *Capitães da Areia* (1937); Graciliano Ramos com *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Vidas Secas* (1938); José Lins do Rêgo com *Menino de Engenho* (1932) e *Usina* (1936).

Quanto à produção integralista sobre o Brasil as mais significativas são as de Plínio Salgado⁸⁴. Em *O Estrangeiro* (1926), *O Cavaleiro de Itararé* (1933), *A Voz do Oeste* (1934), *Psicologia da Revolução* (1934), *Geografia Sentimental* (1937) – livros produzidos no calor dos acontecimentos em questão - Plínio Salgado apresenta seu pensamento de condução quanto aos problemas e soluções do Brasil.

A mesma engenharia retórico e imagética persuasiva, foi utilizada quanto à necessária ocupação dos chamados espaços vazios do Brasil, particularmente, a Amazônia. Imprimindo o sentido bandeirante como elemento de brasilidade ao apresentá-la como Eldorado, ao mesmo tempo vulnerável e geopoliticamente estratégica na disputa de suas riquezas naturais e seu território pelo capital e domínio geopolítico internacional, Vargas “consegue” a “legibilidade” da opinião pública brasileira para a ação estadonovista na Amazônia.

A contribuição do Interacionismo Simbólico meadiano quanto à questão são promissoras no sentido de fornecer elementos revigorantes quanto às *necessárias mediações* realizadas para a operacionalização de qualquer ato ou atitude; quer sejam políticas, sociais, econômicas, religiosas, culturais. Sem mediação, isto é, sem interlocutores ou conciliadores hábeis, que utilizam os mais variados recursos para a realização do projeto objetivado a significação não ocorrerá.

O projeto, ou um simples convite para uma sessão de cinema de determinado filme, só se concretizará se os interesses apresentados produzirem significados nas pessoas

⁸⁴ O CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP contém a guarda do Arquivo Plínio Salgado.

ou grupos envolvidos. Para isso toda uma rede de ações e relações são executadas no objetivo de tornar significativo o discurso apresentado.

Com a imagem persuasiva ocorre o mesmo processo. O referente deve apresentar a simbologia desejante no universo sensorial do público - alvo que deseja imprimir a retórica persuasiva. O referente deve proporcionar a “junção” do “eu” social com o “eu” interior de modo que o *self* esteja em sintonia com a universalidade que a ação estatal, do grupo ou comunidade convida a ser realizada.

No projeto imagético estadonovista para a Amazônia sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano, percebemos como Vargas soube conduzir os ideais do público - alvo para os seringais da Amazônia utilizando uma linguagem vocal ufanista e populista, mas, principalmente, utilizando o aparato da significação significativa que ia de encontro aos verdadeiros desejos de mudança da situação de miséria a que sempre estiveram submetidos. A promessa de moradia, comida farta, salário e ganho de dinheiro fácil, além de protagonistas da nova brasilidade que se construía realiza a constituição do self, do outro generalizado, no dizer de Habermas. Da construção de um novo Brasil. Um Brasil que “redime” os sofridos, os esquecidos e alijados. Um Brasil que, finalmente, reconhece as palavras de Euclides da Cunha quando de sua viagem à Amazônia:

Realmente, o que ali se realizou, e está realizando-se, é a seleção natural dos fortes. Para esse investir com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas; requerem-se, sobretudo, uma vontade, uma pertinácia, um destemor estóico e até uma constituição física privilegiada. Aqueles lugares são hoje, no meio dos nossos desfalecimentos, o palco agitadíssimo de um episódio da concorrência vital entre os povos. Alfredo Marc encontrou, nas margens do Juruá, alguns parisienses, autênticos parisienses, trocando os encantos dos *boulevards* pela exploração trabalhosa de um seringal fartíssimo; e acredita-se que o viajante não exagerou. Lá estão todos os destemerosos convergentes de todos os quadrantes. Mas, sobrepujando-os pelo numero, pela robustez, pelo melhor equilíbrio orgânico da aclimação, e pelo garbo no se afoitarem como os perigos, os admiráveis caboclos do Norte que os absorverão, que lhes poderão impor a nossa língua, os nossos usos e, ao cabo, os nossos destinos, estabelecendo naquela dispersão de forças a componente dominante da nossa nacionalidade (CUNHA, 1976, p.185-póstumo)

Porém, ao mesmo tempo que, regoziza a fortaleza do nordestino nas condições climáticas e geológicas da região, escreve sobre a situação de flagelo a que essa população vivia submetida na Amazônia de então. Escrevendo sobre o período da Semana Santa, mais

especificamente o Sábado de Aleluia ‘comemorado’ pelos seringueiros compara os rituais destes para com o Judas construído pelos próprios, como se vingassem sua própria desgraça:

Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lavapés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a Semana Santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, os meios jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável Sexta-feira da Paixão, a estirar-se angustiosamente, indefinida pelo ano todo afora. [...] O redentor universal não os redimiui; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário. [...] Mas não se rebelam ou blasfemam. [...] Seria um esforço inútil. [...] Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu aqueles lugares para entregá-lo maniatado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem e este pecado é o seu próprio castigo, transmutando-lhe a vida numa interminável penitencia. [...] O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo. (CUNHA, 1906, p. 41-2)

A linguagem é ação transformadora, constitui identidades porque é ação mediadora da interação homem/natureza e homem/realidade social. O que significa afirmar que os sentidos produzidos instauram o “crer” e “agir” aparentemente universais nos quais todos ‘detém’ liberdade e autonomia para realizar escolhas *democráticas e balizadas*. O relato de Cunha sobre a condição do nordestino na Amazônia reitera a epopeia do flagelo nordestino denunciado n’*Os Sertões* expondo a desilusão do escritor frente à inexistência do aparato estatal eficiente na observância das condições de exploração e miséria desse povo na região. A Marcha para o Norte e Oeste tinha, portanto, que ser construída sob o signo da presença efetiva do Estado naquela região.

No discurso estadonovista imagético retórico/persuasivo para a Amazônia ‘crer e agir’ significava acreditar na promessa do eldorado apresentado nos cartazes de Chablos e nas fotografias realizadas pelo SEMTA na própria Amazônia; passando o sentido/significado de verossimilidade do Eldorado existente na região.

Para a população arregimentada, crer e agir significava a efetiva conquista do Eldorado, crer que estava, efetivamente, participando da criação de um novo Brasil; crer que, finalmente, havia ‘chegado’ um governante que se ‘lembrava’ dos esquecidos do sertão; crer fielmente que o Brasil estava sendo ameaçado pelo inimigo externo na guerra; crer que defendia o Brasil contra o “demônio ateu”; crer que os pedidos feitos ao “padin ciço” de Juazeiro do Norte, Ce e São Francisco de Assis em Canindé, Ce, haviam sido cumpridos por estes.

Para os protestantes, porém, crer e agir na Batalha da Borracha iam além do objetivo em servir à Pátria como soldado da Borracha. Instalar e arregimentar para sua religião era esse o objetivo privilegiado. Essa era uma das preocupações da igreja católica quanto à ocupação que se realizava na Amazônia. D. Helder Câmara chegou a pronunciar-se sobre essa questão:

Os protestantes espreitam a oportunidade de infiltrar-se Amazonas adentro. Da parte católica impõe-se uma recusa ou convém colaboração? Todas as autoridades eclesásticas ouvidas foram unânimes em afirmar que dos males o menor: consideram a imprescindível a participação. [...] Em geral, os Exmos. Srs Ordinários receiam a vinda de missionários católicos norte-americanos para o Amazonas. Reconhecem uma dupla vantagem que essa vinda traria; mais facilmente enfrentariam os pastores protestantes que viessem a aparecer; vindos de país rico e progressista; trariam recursos técnicos e financeiros nada desprezíveis. Em compensação, observam que embora não se trate de padres maus têm (*sic*) mentalidade diferente da nossa. [...] Desejáveis os norte-americanos quando pertencentes a mesma ordem ou congregação religiosa em serviço da Prelazia ou Prefeitura Apostólica – onde vierem atuar [...] Desejáveis missionários canadenses. Ideal seria conseguir a ida de missionários brasileiros. (CÂMARA *apud* Morales, 2002, p.217)

Nesse crer existiam, ainda, os que acreditavam que dariam vazão às suas promiscuidades sexual: as índias com suas “vergonhas à mostra” como disse Caminha em sua carta endereçada ao rei de Portugal, constituíam práticas que, com a inexistência de um aparato normativo e disciplinar punitivo e efetivo, contribuiriam para promiscuidades, estupros e outras violências que aconteceram na região. Esse é um dos aspectos que o SEMTA busca coibir ao realizar a triagem quando do alistamento utilizando as teorias da antropometria e das escolas criminalistas quanto à conduta dos indivíduos.

Agir, primeiramente, significava não duvidar das palavras e promessas do presidente do Brasil, chefe maior e o primeiro presidente que elaborou leis “protetoras” para os trabalhadores. Agir acreditando no eldorado amazônico apresentado nas imagens que os cartazes de Chablos apresentava alistando-se no SEMTA como soldado da borracha. Agir no objetivo seguro da construção de uma nova vida na qual não mais existiria o atrelamento, a submissão e a sujeição ao coronel latifundiário. Agir significava responder afirmativamente alistando-se no SEMTA à identificação de uma universalidade de direitos prometidos. E mais, os arregimentados acreditavam estar participando de um esforço de construção de um Brasil para todos; na Amazônia, finalmente, seriam gente. Teriam terra, água, fartura, proteção das “leis do governo”. Somente ao serem “entregues” na Amazônia,

perceberam que o paraíso prometido estava muito distante do que ali começavam a perceber.
É o que trataremos no capítulo seguinte.

CAPITULO 4

A REFERENCIALIDADE IMAGÉTICA ESTADONOVISTA NA AMAZONIA:

uma leitura interacionista situacional e discursiva.

Todo e qualquer ato de comunicação é um objeto de intercâmbio entre duas instâncias: uma de enunciação e outra de recepção. O sentido se cria a partir de um contrato de leitura estabelecido entre os interlocutores que podem ser tanto de emissores para receptores como vice-versa, posto estes últimos arregimentarem mais sujeitos para o discurso defendido. Dessa forma, um discurso nunca produz o mesmo efeito (o que não significa afirmar discordante) para todos. O sentido de co-intencionalidade, porém, mantém que esse discurso apresente uma “hegemonia” que lhe assegura a credibilidade e, portanto, a legibilidade como tal.

As mediações constituem, pois, os instrumentos pelos quais são construídas as delimitações que configuram a materialidade dos discursos. Todos os seres vivos estão vinculados em um ambiente ou situação social de interrelações e interações sociais das quais dependem suas existências; ou seja, qualquer indivíduo pertence a uma comunidade social organizada e apresenta em sua natureza humana as ‘marcas’ de suas interações com esta comunidade ou grupo social do qual faz parte. Daí a importância do tipo de socialização recebida. Mais uma vez a questão do sentido significante está presente na prática e escolhas que os indivíduos definem para si e para o grupo.

Significado e escolhas, porém, não acontecem de forma isolada, mas através de todo um processo social no qual as experiências vão sendo compartilhadas (não sem conflito) nas várias instâncias da vida em sociedade e que proporcionam ‘respostas’ que sejam comuns a todos. Significados e escolhas que são possíveis, através da emergência e da significação interativa do “eu” social com os significados sociais dos outros. Somente quando o “si-mesmo” consegue interagir com o “outro” temos o *self* estabelecido. Portanto, o *self* é eminentemente uma construção social e somente através de como ele é criado o indivíduo

apresentará capacidade ou não de interpretar, compreender e interagir sobre as realidades que compõem a vida em sociedade.

O *self* é, assim, um ajuste constante, uma permanente reavaliação, reconstrução do “eu comigo mesmo” com os “outros” para atitudes que devem ser tomadas para o conjunto da significação para o grupo ou sociedade que lhes origina. Somente quando o indivíduo significa a si em relação ao sistema valorativo e moral do grupo social ou sociedade a qual pertence, e dessa forma aos interesses e significados compartilhados, por todos, o *self* emerge de forma profunda, vinculativa e engajada na luta pelo real pertencimento e reconhecimento.

Outrossim, essa identificação do *self* aos significados e interesses do grupo ou comunidade social a qual pertence, precisa constantemente ser reiterada; daí a necessidade de elaboração de variados mecanismos de identificação persuasiva que mantenha o indivíduo em sintonia ao sistema valorativo moral e normativo do saber-poder. Sistema que se reproduz exatamente pela capacidade em cooptar, dentre aqueles que apresentem não só maior engajamento ao sistema vigente, como em elementos que se apresentam como ‘opositores’ ao *status quo* dominante quando, realmente, buscam a inserção pelas vias do pertencimento através das benesses ou cargos na escala do poder em questão. Por não possuírem o caráter e a formação de classe a qual afirmam defender, aliam-se ao sistema - poder e passam a enfileirar o quadro poderoso de intelectuais orgânicos como tão bem nos mostra Gramsci.

Com a imagem não é diferente; e Mead percebeu isso muito cedo. Ao trabalhar a questão da significação, o discurso imagético recebe do autor análise bem balizada. Sendo a comunicação um processo dinâmico no qual é necessário reiterar constantemente a mensagem veiculada para sua assimilação, o discurso nela (imagem) contido deve de tal forma ser acessível e significar o “eu” (*I*) e o “me” (*mind*) para que o “*self*” responda comunitariamente à mensagem produzida pela imagem. Como representações do universo do discurso, o referencial teórico que lhe legitima não encontra-se distanciado do aplicado à análise do discurso em todas as suas formas. A especificidade, contudo, reside nas definições precisas quanto ao suporte técnico para sua produção.

Para o Interacionismo Simbólico meadiano, inscrito no pragmatismo, a imagem deve apresentar de forma clara e precisa os elementos que deseja imprimir persuasão. Estimular o sistema sensorial de modo a despertar os estímulos necessários para a significação objetivada. Já nos referimos no capítulo anterior sobre o funcionamento e importância do sistema

sensorial como o campo no qual ocorre todo o processo da estimulação. É nele que ocorre todo o processo de percepção necessária à persuasão.

É partindo dessa premissa que trabalhamos a questão da referencialidade da imagem em nosso objeto de estudo sob duas perspectivas que se coadunam na propositura de uma possibilidade teórica e sua aplicabilidade para a análise da imagem: o Interacionismo Simbólico meadiano oferece cabedal teórico que proporciona a compreensão da referencialidade persuasiva da imagem nos níveis situacional e discursivo.

Mead não desvaloriza estudos anteriores aos seus sobre a conduta e a significação destas na comunidade social; as teorias do Reflexo Condicionado de Pavlov e do Condicionamento Operante de Skinner⁸⁵, por exemplo, são contempladas no trabalho de Mead. A singularidade, no entanto, do trabalho de Mead reside na abordagem teórica sobre a vida em sociedade ao privilegiar a questão da interação existente entre um EU social/enunciador e um TU social/receptor. Para Mead o EU “interior”, representado pelas idéias e atitudes consideradas pelo processo civilizador como anti-sociais, mesmo represadas por este, constituem a fonte de grandes embates interior que cada um de nós travamos com as exigências do EU social e responsável, dependendo de como esses embates são “administrados” pelo EU social. O “TU” para o autor é, pois, sujeito enunciador e receptor ao mesmo tempo. Ou seja, para Mead EU e TU constituem uma, ao mesmo tempo duas instâncias: a enunciativa e a receptiva.

Dessa forma, o autor demonstra que não há passividade na linguagem interacionista; o que não significa afirmar a inexistência de sujeitos bem delimitados no campo do saber-poder, o que Mead nos convida a pensar é a inexistência da passividade do sujeito (assujeitamento, na linguagem foucaultiana) e centrarmos nossas atenções nos ‘contratos de mediações’ estabelecidas nos atos de linguagem visual e escrito, entre sujeito, situação e discurso.

Na ótica do discurso, Charaudeau (2006; p. 102) nos apresenta três tipos de competências deste: **a)** o situacional; **b)** o discursivo; **c)** o semiolinguístico. Nosso trabalho busca discutir os níveis *a* e *b* utilizando o Interacionismo Simbólico meadiano para a

⁸⁵ Os dois autores explicitam os comportamentos utilizando a metodologia estímulo, resposta, reforço, e punição como mecanismos propulsores e/ou repressores das atitudes e comportamentos. Dependendo como é trabalhado, o comportamento pode ser assertivo, agressivo, passivo e manipulador.

explicação da referencialidade persuasiva apresentada na fotografia estadonovista (1940-1945) em sua ação na Amazônia.

Aplicado tanto para designar o tipo de discurso conforme a situação vivida como para explicitar quem são os agentes envolvidos no discurso, tipo de envolvimento (poder ou dependência) entre os agentes, e ainda, as circunstâncias da elaboração do discurso para aquela determinada situação, o nível situacional nos permite conhecer a posição dos atores não somente nas relações de poder não somente *naquele* momento vivido, assim como as condições materiais dos atores envolvidos na situação do discurso em questão.

As estratégias e tipologia da persuasão, da determinação clara e precisa do orador/emissor da situação (idéia-motivo), do nível de compreensão (capacidade cognitiva) do ouvinte/observador, e da medição da aceitação da mensagem imprimida, são compreendidas no nível discursivo da linguagem. É nele que os elementos aqui citados determinarão a persuasão objetivada e, portanto, a arregimentação pretendida.

4.1 - Nível situacional e discursivo da referencialidade persuasiva na fotografia interacionista.

Para Mead, a questão do sentido e da significação para a vida social constituem os principais elementos para a conduta interativa. Toda a Teoria do Interacionismo Simbólico Meadiano foi elaborada utilizando a ciência, a política e a democracia participativa como elementos nos quais ocorre toda a dinâmica da vida social. Sentido e significação imbricados em uma totalidade na qual o receptor pode, dependendo do estímulo recebido, elaborar respostas que contemplem não só o ajustamento exigido pela situação ao mesmo tempo que ‘satisfaz’ sua particularidade.

Os sujeitos sob a perspectiva interacionista realizam suas significações a partir do processo de interação das intencionalidades dos sujeitos no ato da realização comunicante. Posto serem sujeitos que partilham práticas socialmente reconhecidas na comunidade ou sociedade a qual pertencem, a relação contratual entre ambos está ancorada no contrato normativo e disciplinar em que vivem.

Ao trabalhar a referencialidade persuasiva da fotografia interacionista nos níveis situacional e discursivo, buscamos compreendê-la em suas determinantes instituídas para seus usos. Dessa forma o *nível situacional* caracteriza-se pelas várias condições sobre as quais são

construídos os discursos: idéia-motivo, contexto histórico do momento vivido. O emissor tem a responsabilidade de ‘esclarecer’ o discurso veiculado sob o signo de sua perspectiva, mas, que seja persuasivo à comunidade a qual dirige sua fala. É também no nível situacional que fica clara a identidade dos envolvidos no ato do processo para a persuasão: quem fala a quem, quem fala o que e qual a finalidade da fala. A terceira prerrogativa do nível situacional diz respeito ao propósito do que se fala.

No *nível discursivo*, encontramos os sujeitos empreendedores do discurso que conhecem os desejos, ideais e objetivos do público alvo ao qual destinam seu discurso; que deve ser pontuado pelo ‘cuidado’ em não subestimar o nível de ‘informação’ do público alvo quanto ao discurso veiculado, daí a criação de todo um aparato retórico/discursivo para neutralizar possíveis obstáculos. Algum ouvinte mais ‘informado’ que outro pode contestar a ‘veracidade’ do anunciado pelo locutor/emissor. Essa possibilidade é obstaculizada pela capacidade da oratória persuasiva na ‘verdade’ apresentada anulando possíveis dúvidas quanto ao exposto em seus enunciados.

Por nível situacional na compreensão da referencialidade apresentada pela imagem compreendemos, ainda, os papéis e lugares desempenhados pelos atores sociais no momento primeiro da visualização, isto é, a primeira experiência - impulsos e idéias - iniciais sobre o visto, qual seja uma compreensão indicial do enunciado, mensagem transmitida pela imagem. Nessa instância a situação, condições e restrições sociais que limitam e regulam os atores sociais constituem terreno fértil para “recebimento” superficial, porém concreta da mensagem veiculada; particularmente em se tratando de atores sociais que se encontram em situações vulneráveis. Portanto, a realidade social dos atores para os quais a mensagem é veiculada.

No nível situacional trabalhamos com o lugar do quem é quem na estrutura do grupo ou comunidade à qual pertence; quais e em que circunstâncias vivem esses sujeitos e o que os faz aderir a discursos persuasivos. No nível discursivo trabalhamos a organização do dizer (estratégias de distribuição) somada à organização do fazer (condições e estratégias de produção). O que permite trabalhar com diferentes sujeitos no discurso desmistificando, assim, a idéia de um sujeito falante único. O discurso torna-se, então, palco de encontro de diferentes vozes ou de diferentes sujeitos com objetivos, naquele momento, comuns.

Por nível discursivo na compreensão da referencialidade apresentada na imagem compreendemos ser a capacidade dos agentes em interpretar a mensagem no seu código; ou seja, na finalidade de seu objetivo. Nessa instância o sócio-histórico-ideológico fornece as

bases para a compreensão da mensagem da imagem como discurso persuasivo e, portanto, arregimentador. É no nível discursivo que a referencialidade se apresenta de forma mais clara para seu pesquisador; e dependendo do arsenal persuasivo de seus idealizadores ao apresentar para o público alvo suas idéias utilizando palavras de ordens reconhecidas pelo receptor a mensagem veiculada será significada. Podemos denominar afirmando ser o momento da apreensão do sentido contido na imagem.

Todos os aspectos acima mencionados estão contemplados na referencialidade apresentada pela fotografia. Porque é no referente que os saberes-poderes imprimem suas ideologias, seus propósitos, no objetivo primeiro em fazer crer e levar a agir no público alvo ao qual destina seu discurso a arregimentação persuasiva objetivada. É no referente que encontramos as marcas de sua fabricação. Explorando os níveis situacional e discursivo, tanto do sujeito enunciator como do receptor, a imagem interacionista permite descortinar a aderência incondicional de seu ator perante uma imagem que não apresente uma referencialidade sígnica ou representativa de uma situação desejada, idealizada por seus observadores de uma realização ‘real’ e próxima.

A interpretação Interacionista Simbólica meadiana sobre a imagem não nega sua referencialidade, porém, questiona sua fabricação e defende que o sujeito receptor é capaz de elaborar uma interpretação da imagem com base nos estímulos de seu sistema nervoso sensorial; principalmente se esta contiver elementos do universo desejante desse receptor. O que determinará o nível de compreensão para a persuasão da mensagem veiculada é o nível de envolvimento do momento vivido pelo receptor para a persuasão objetivada. Para isso o discurso veiculado deve despertar socialmente a atitude do outro generalizado do qual nos fala Mead, cujos impulsos sensoriais são dirigidos para a atitude inteligente (persuasão) que o discurso imprime.

O Dizer (instância discursiva) e o Fazer (instância situacional) correspondem, pois, ao tipo de relação estabelecida pela situação da idéia-motivo entre emissor e receptor, portanto, da intencionalidade e da identificação que, inicialmente é ou pode ser parcial. Conforme o tipo, nível de exposição e exigências socialmente compartilhadas como a guerra, por exemplo, a que o receptor vai sendo submetido a mensagem veiculada torna-se cada vez mais operante, resultando, assim, na simetria bem sucedida entre a mensagem e sua ‘interpretação’ pelo público alvo ao qual se destina.

O emissor, conhecedor da condição situacional do receptor, suas condições de vida, dependências, subordinações e explorações a que está submetido, assim como de seus ideais de mudanças da situação vivida, imprime em seu discurso o universo desejante desse receptor, que lhe responde aderindo à arregimentação persuasiva.

Falamos em referencialidade da fotografia. Mas, o que é o referente? É ou não o “mostrado” na foto? Se existe uma ‘certeza’ tanto de fotógrafos quanto de pesquisadores em relação à fotografia é a existência de um real, objetos, pessoas, paisagens, eventos, que foi ‘gravado’ pela máquina fotográfica cujo ‘resultado’ pode ser visto após sua revelação e inquestionável sua existência enquanto tal. O referente é, pois, a representação de uma realidade que não existe em si e para si, mas dotada de significação significativa através da construção de atores sociais que desejam imprimir novos significados à realidade até então existente. O referente é, ainda, a posição de um emissor que anuncia sua estratégia de poder através da mensagem do discurso que veicula. A realidade não existe por si e para si, ela é constituída e significada de acordo com a dinâmica do campo posicional de dominância do saber-poder que lhe legitima. Como foi planejada, sua referencialidade, para o objetivo da mensagem persuasiva, somente a análise das condições de sua produção e reprodução fornecerão as respostas precisas.

A perspectiva de análise interacionista simbólica meadiana insere-se no esforço amplo de construção de um modelo multidimensional de compreensão da realidade social. Procura constituir uma estratégia operacional de análise dos vários tipos de discursos capaz de contemplar, de modo integrado, as múltiplas dimensões apresentadas no ato de linguagem em todas suas instâncias posto atribuir fundamental importância às mediações e interações que se fazem necessárias para o acontecer das ações e relações sociais. Atribui importância à articulação entre os planos situacional, concernente à realidade social em que o discurso é produzido e ao discursivo relativo aos modos de organização do discurso referente a todo um complexo integrado de planos de linguagem que fazem e tornam o discurso persuasivo.

Para Mead, é no encontro com o outro que as identidades e redes sociais dos parceiros são construídas, daí a importância que o autor materializa quanto à linguagem em suas variadas formas, por que é na linguagem que os indivíduos constroem as mediações para os significados que vão atribuindo. É a mediação, seja consensual ou conflituosa, que proporciona mecanismos para a gestão dos dissídios ou alianças em questão.

Os atores sociais partem de uma série de expectativas concernentes à forma de organização de cada tipo de encontro linguageiro e ao tipo de discurso esperado em cada

situação. Essas expectativas só se realizam a partir de um processo dinâmico de interação social no qual a natureza da própria inter-relação do discurso fundador ou idéia-motivo vão, continuamente, sendo redefinidos.

Em Mead os sujeitos não aparecem como meros portadores de uma intencionalidade sistêmica que os domina, isto é, como sujeitos inconscientes, mas também não são plenamente conscientes, agindo racionalmente, livres de qualquer adesão identitária ou normativa previamente estabelecida. Para esse autor, os sujeitos possuem um “projeto de fala” que os motivam na construção de seus discursos de acordo com os significados que as coisas vão proporcionando para estes. Significados, no entanto, socialmente situados, e, portanto, condicionados na definição de seus cursos de ação; o que não significa afirmar inexistência de um imaginário de outras realizações.

A adesão de centenas de nordestinos ao projeto da Marcha para o Oeste, consubstanciada na Batalha da Borracha como projeto de eldorado na Amazônia, e objeto de nosso trabalho, constitui um exemplo de possibilidades de realizações na Amazônia que esses nordestinos passam a acreditar nas ‘soluções’ apresentadas na campanha persuasiva estadonovista para a vida de miséria que passavam em sua terra natal.

O trabalho de Mead constitui, pois, um desafio ao pesquisador: articular as dimensões psico-sociológicas que aparecem no ato de linguagem para o acontecimento da interação mediada - especialmente, a identidade e os papéis sociais dos interlocutores, as relações sociais que estes estabelecem entre si e com o contexto, os objetivos, as representações e as expectativas dos parceiros - com as dimensões da organização normativa da sociedade organizada. Dessa forma Mead nos convida a estudar a sociedade sob a perspectiva das mediações, proporcionando a compreensão dos embates consensuais ou não, sobre os variados modos de abordar a sociedade. E nos diz:

We have seen that mental processes have to do with the meanings of things, and that these meanings can be stated in terms of highly organized attitudes of the individual. These attitudes involve not only situations in which the elements are simultaneous, but also ones which involve other temporal relationships, e, the adjustment of the present response to later responses which are in some sense already initiated. Such an organization of attitudes with reference to what we term objects is what constitutes for us the meanings of things. These meanings in logical terminology are considered as universals, and this universality, we have seen, attaches in a certain sense to a habitual response. The universality is reflected in behavior – istic terms in the identity of the response, although the stimuli that call out this response are all different. We can throw this statement into a logical form and say that response is universal while the stimuli are particulars which are brought under such a universal. (MEAD, *op cit*, p. 125)⁸⁶

⁸⁶ Temos visto que processos mentais têm (sic) relações com os significados das coisas, e que esses significados podem ser afirmados em termos de atitudes extremamente organizadas do indivíduo. Essas atitudes envolvem

O processo social é sempre associado à experiência do indivíduo na sua forma social. Posto o aprendizado ocorrer na atitude organizada que ele suscita, da mesma forma aprende, apreende a conduta organizada da qual faz parte. Outrossim, o processo de aprendizagem e de identificação para a universalidade da resposta demanda um conjunto de ajustes dos sentidos e das atitudes às exigências normativas que essa mesma universalidade exige para constituir-se enquanto representativa da pluralidade que afirma ‘defender’.

A identificação, no entanto, pode ocorrer em universos distintos se, e na medida em que, o discurso veiculado remeta a objetivos significativos no atendimento a interesses comuns na pluralidade da universalidade requerida. Um exemplo do exposto encontramos na questão do consumo e do pertencimento. Nenhuma campanha publicitária afirma que nenhuma pessoa não possa consumir seu produto; pelo contrário, presenciamos cotidianamente o incentivo ao consumo supérfluo às expensas de um planejamento familiar do tipo de consumo que deveria orientar a compra inteligente.

O pertencimento, que é bem diferente e distante de reconhecimento, tem sido associado à quantidade de consumo e às relações de dependência e alianças ao *status quo* dominante, quando deveria ser a capacidade dos indivíduos gerirem suas condutas de modo concernente às suas qualidades morais e condições sócio-econômicas. Consumo e pertencimento, constituem, pois, ricos instrumentais de situações sociais que proporcionam elementos para a análise da teia de trocas, ajustes, dependências, adesões, rupturas e identificações que ocorrem na tessitura social responsável pelas respostas, aprendizagem e identificação, dependendo do fim estabelecido.

Ao implementar a Marcha para o Norte e Oeste incorporando o interior – Amazônia e o Brasil Central ao projeto de capitalismo nacional, tornando, assim, essas regiões fornecedoras de matéria prima e ao mesmo tempo consumidoras dessa matéria prima em forma de produtos industrializados nas indústrias dos grandes centros de então, Rio de Janeiro e São Paulo, Vargas realiza muito mais que o reordenamento espacial do capital, da mão de obra excedente, dos investimentos, e da produção no Brasil; mas também dos costumes e dos hábitos, das culturas e manifestações religiosas locais e da imigração que promove para o

não apenas situações nas quais os elementos são simultâneos, mas também situações que envolvem outras relações temporais, ou seja, o ajuste da resposta presente a respostas subseqüentes que estão, de certo modo já iniciadas. Tal organização de atitudes com referência ao que nomeamos objetos é o que constitui, para nós, o sentido das coisas. Esses sentidos, na terminologia lógica, são considerados universais e essa universalidade, temos visto, se anexa, de um certo modo, à uma resposta habitual em contraste aos estímulos particulares que eliciam essa resposta. A universalidade é refletida em termos comportamentais na identidade da resposta, embora os estímulos que evocam essa resposta sejam todos diferentes. Podemos lançar essa declaração numa forma lógica e dizer que a resposta é universal enquanto os estímulos são particulares trazidos para o universal

Norte e Oeste brasileiros, agora submetidos à normatividade disciplinar da modernidade estatal nacionalista varguista.

A legibilidade da opinião pública ao projeto estadonovista na Amazônia, deve-se, ainda, aos discursos de Vargas quanto à questão da vulnerabilidade da região à soberania e integridade territorial brasileira face à cobiça internacional sobre o território e suas riquezas naturais. Utilizando um aparato propagandístico discursivo e imagético veiculado através de órgãos oficiais do regime como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e da Agência Nacional, Vargas consegue tornar o particular – miséria nordestina – universal sobre a necessária ocupação da Amazônia através do discurso do Eldorado prometido na região.

A identificação, com a conseqüente arregimentação da população nordestina, particularmente a cearense ao projeto da promessa de Eldorado na Amazônia, no entanto, não deve ser analisada somente sob a perspectiva das secas e da miséria. O que é correto, porém, limitada apenas aos dois aspectos citados. Nem todos que migraram para os “espaços vazios” eram retirantes das secas. Os largos incentivos fiscais e de terra concedidos pelo governo Vargas para quem migrasse para essas regiões desperta, também, interesse em outras categorias sociais do Nordeste. Dessa forma, pequenos proprietários de minifúndios aderem à campanha persuasiva do Eldorado; outros, por problemas familiares, desilusões amorosas, perseguições religiosas e políticas; enfim, interesses particulares que se coadunam à universalidade do projeto estadonovista como Eldorado.

Se os arregimentados exclusivamente como soldados da borracha (e todos o foram) tinha o objetivo de ‘enriquecer’ na Amazônia e retornar para suas famílias estabelecendo-se como negociantes em seus lugares de origem, para os que tinham o objetivo de estabelecer-se na Amazônia também como negociantes, logo passariam a conhecer a desilusão e as dificuldades para seus empreendimentos como respostas aos significados e objetivos construídos. A logística autoritária de exploração e atrelamento realizada pelos seringalistas nos seringais e a inexistência da fiscalização prometida nas relações trabalhistas tornava, cada vez mais distante, a concretude do Eldorado prometido.

As leis protetoras prometidas não chegavam aos distantes seringais. Primeiro, as distâncias eram quilométricas; segundo, a falta de funcionários qualificados suficientes e conhecedores da região para o desempenho das funções investigativas sobre os seringalistas no cumprimento das promessas impressas no contrato de arregimentação no SEMTA; terceiro, a falta de instrumentos de trabalho, barcos e fiscais em quantidade suficiente para as investigações prometidas quanto aos abusos e violências extremas de patrões à população

migrante. Como entender que toda a população arregimentada, mesmo apresentando as variáveis de sua composição foram seduzidos pela campanha estadonovista de ocupação dos “espaços vazios”?

Trata-se de explicitar a sedução no âmbito das expectativas que o Estado Novo criava para o Brasil. Trata-se em situar como a causa estadonovista é trabalhada pelos saberes-poderes no sistema de reconhecimento da população brasileira como portadora da capacidade de luta pela construção da brasilidade que o Estado Novo afirmava criar. Para essa finalidade todas as formas de persuasão são utilizadas no objetivo da arregimentação do público - alvo. Todas, com um objetivo comum: atingir de forma persuasiva o sistema sensorial do indivíduo à causa estadonovista de modo patriótico e militante. É nele que estão armazenadas a maioria das respostas aos estímulos externos. Foi assim que Hitler, Mussolini, Peron com Evita, e Vargas no Brasil, dentre muitos outros, conseguiram seduzir seu povo às suas causas.

Em cada indivíduo de seus países, esses “senhores da oratória e da retórica” imagética lhes falava de forma a atingir seus sistemas sensoriais para as causas que defendiam. As teorias de Pavlov, Skinner e da Gestalt foram amplamente utilizadas por todos os líderes para arrebataram multidões aos seus objetivos de poder.

A imagem foi outro mecanismo de persuasão, dentre os demais recursos utilizados por esses “senhores” para a sedução. Dotados de um corpo de intelectuais hábeis na manipulação de sentidos que as imagens podem proporcionar, a sedução através da imagem foi trabalhada de forma a ‘conduzir’, inicialmente de forma sutil, o indivíduo a “cooperar” com os objetivos em questão que o estado “convidava a participar”. Convite que é feito de tal forma homogeneizante, que as categorias até então insignificantes na escala social sentem-se percebidas, lembradas pelo governante.

Mead nos diz que:

The “me” is essentially a member of a social group, and represents, therefore, the value of the group, that sort of experience which the group makes possible. Its values are the values that belong to society. In a sense these are supreme. They are values which under certain extreme moral and religious conditions call out the sacrifice of the self for the whole. Without this structure of things, the life of the self would become impossible. These are the conditions under which that seeming paradox arises, that the individual sacrifices himself for the whole which makes his own life as a self possible. (p.214).⁸⁷

⁸⁷ O “me” é essencialmente um membro de um grupo social e representa, portanto, o valor do grupo, aquele tipo de experiência que o grupo torna possível. Seus valores são os valores que pertencem à sociedade. Num sentido, esses valores são supremos. Eles são valores que, sob certas condições de extrema moral e religiosidade, evocam o sacrifício do self pelo todo. Sem essa estrutura das coisas a vida do self se tornaria

O efeito imediato de tal tomada de papel se encontra no controle que o indivíduo é capaz de exercer sobre sua própria resposta. O controle da ação de um indivíduo num processo cooperativo pode ocorrer na conduta do próprio indivíduo se ele puder adotar o papel do outro. É esse controle da resposta do próprio indivíduo, através da tomada de papel do outro, que leva ao valor desse tipo de comunicação: o do ponto de vista da conduta na organização em grupo, porém:

The immediate effect of such role-taking lies in the control which the individual is able to exercise over his own response. The control of the action of the individual in a co-operative process can take place in the conduct of the individual himself if he can take the role of the other. It is this control of the individual himself through taking the role of the other that leads to the value of this type of communication from the point of view of the organization of the conduct in the group.(MEAD, 1992, p.254)⁸⁸

E mais:

The “me” and the “I” lie in the process of thinking and they indicate the give-and-take which characterizes it. There would not be an “I” in the sense in which we use that term if there were not a “me”; there would not be a “me” without a response in the form of the “I”. These two, as they appear in our experience, constitute the personality. We are individuals born into a certain nationality, located at a certain spot geographically, with such and such family relations, and such and such political relations. All of these represent a certain situation which constitutes the “me”; but this necessarily involves a continued action of the organism toward the “me” in the process within which that lies. The self is not something that exists first and then enters into relationship with others, but it is, so to speak, an eddy in the social current and so still a part of the current. It is a process in which the individual is continually adjusting himself in advance to the situation to which he belongs, and reacting back on it. So that the “I” and “me”, this thinking, this conscious adjustment, becomes them a part of the whole social process and makes a much more highly organized society possible.(p.182).⁸⁹

Em Mead os níveis cognitivo e afetivo encontram-se em interação para a tomada de decisões. O cognitivo é o primeiro dos níveis, pois é nele que, inicialmente, a mensagem é

impossível. Essas são as condições sob as quais surge esse aparente paradoxo, ou seja, que o indivíduo se sacrifica pelo todo que torna sua própria vida como um self possível. (p. 214).

⁸⁸ O efeito de tal tomada de decisão se encontra no controle que o indivíduo é capaz de exercer sobre sua própria resposta. O controle da ação de um indivíduo num processo cooperativo pode ocorrer na conduta do próprio indivíduo, através da tomada de papel do outro, que leva ao valor desse tipo de comunicação, do ponto de vista da organização da conduta num grupo.(MEAD, 1992, p.254).

⁸⁹ O “me” e o “eu” encontram-se no processo do pensamento e indicam a cooperação que caracteriza o processo. Não haveria um “eu”, no sentido no qual usamos esse termo, se não existisse um “me”, não haveria um “me” sem a resposta do “eu”. Esses dois, como aparecem em nossa experiência, constituem a personalidade. Nós somos indivíduos nascidos numa certa nacionalidade, localizados geograficamente em um determinado local, com tais e tais relações familiares, e tais e tais relações políticas. Tudo isso representa uma certa situação que constitui o “me” no processo dentro do qual ele se encontra. O self não é algo que existe primeiro e, então entra a relação com outros, mas é, por assim dizer, um turbilhão na corrente social e, portanto, uma parte da corrente. É um processo no qual o indivíduo está, continuamente, ajustando-se antes da situação a qual ele pertence e reage a ela. Portanto, o “eu” e o “me”, esse pensamento, esse ajuste contínuo, tornam-se, então, uma parte do todo do processo social e tornam possível uma sociedade muito mais organizada. (*op cit ib id.* p. 182).

‘recebida’, é através dele que recebemos as primeiras impressões sobre o que nos é apresentado, para, somente depois, iniciar seu processamento em aceitar ou não a mensagem veiculada. Ainda é frequente encontrarmos pesquisadores que insistem quanto ao caráter eminentemente objetivo e racional de suas ações, quando o próprio Weber nos explicita as questões relativas às crenças, hábitos e costumes que compõem a vida em sociedade como fortes elementos que interferem nas tomadas de nossas decisões. O que Weber chama a atenção é o cuidado que o cientista, homem do conhecimento, deve ter em não se deixar seduzir pelas paixões que possui. Deve procurar, o mais possível, apresentar-se fiel aos princípios da racionalidade científica.

Ser o mais fiel possível aos princípios da racionalidade científica não significa negar suas visões de mundo, o que já fica perceptível na escrita do trabalho que realiza, mas, que apresente a maior neutralidade racional possível quanto às subjetividades que trabalha. No artigo *Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa*⁹⁰, escrito em 1910, Weber apresenta o poder das corporações financiadoras e, portanto, controladoras do trabalho jornalístico e, assim, da opinião pública, que não recebe a notícia sem a censura prévia de seus donos e editores.

Os argumentos utilizados nos *slogans* e imagens exploram o universo cognitivo do público alvo para a persuasão objetivada: cenário, fundo musical, cores fortes e a idoneidade da fonte produtora (emissora) da mensagem publicitária veiculada.

O envolvimento do receptor, por sua vez, deve ser muito bem trabalhado, posto nem todos ‘aderirem’ com igual intensidade ou intencionalidade. O receptor (mesmo o emissor dirigindo sua campanha àquele público alvo) deve ter o cuidado no uso da linguagem e mecanismos utilizados para o público ao qual destina sua campanha publicitária, pois pode ocorrer uma contra-resposta ao anunciado.

A persuasão utiliza de forma exaustiva o apelo emocional de seus clientes representados nos produtos que anuncia. Toda uma gama de estratégias de convencimento são utilizadas para as respostas em forma de sedução ao discurso, e, portanto, de adesão à causa ou produto que anuncia.

Todos os mecanismos para o desenvolvimento de estímulos, convencimento e adesão a um produto ou ideologia, utiliza aspectos do cotidiano do receptor. Quanto mais motivados e ‘percebidos’ na imagem ou campanha veiculada, mais fortemente se envolverão ao tema arregimentativo e, portanto, mais persuadidos estarão para aderir ao projeto ‘apresentado’.

⁹⁰Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/In/n55-56/a08n55556.pdf> > Acesso em: 22 set. 2010.

Mead nos fala que, em momentos de extrema questão moral ou religiosidade, o individual cede lugar ao coletivo. O *self* emerge como detentor de princípios coletivos no qual todos encontram-se ‘irmanados’ no objetivo comum, principalmente em situações de extremo conflito (perigo) para a comunidade (*selves*).

Sentir, pensar, crer, aderir, agir, elementos responsivos de uma estratégia publicitária persuasiva vencedora. Dependendo do tipo de público ao qual se destina a campanha publicitária seja de mercadorias ou política cultural, a distribuição dos elementos constantes nos cartazes, *folders* e *outdoors*, sua adesão obedecerá à capacidade exploratória afetivo/emocional e do pensar/crer do receptor que deseja persuadir.

4.2 A fotografia interacionista estadonovista na Amazônia (1940-1945)

No projeto retórico/persuasivo de ocupação do Oeste brasileiro pelo governo Vargas, o domínio geopolítico do território amazônico, conforme vimos apresentando, constituía outra linha mestra da urgente ocupação do território amazônico face à cobiça internacional (Reis:1960) sobre a região. Uma política de defesa e ocupação ‘efetiva’ fronteiriça constitui fator de reforço para a célebre frase de Vargas: *O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste*.

O aparato governamental para os objetivos em questão apresentados ao longo de nossa exposição contava, ainda, com os trabalhos da Fundação Brasil Central (particularmente a Roncador-Xingu da qual fizeram parte os irmãos Villas Boas); da empresa americana do setor petrolífero Esso instalada no Brasil desde 1912, no governo Hermes da Fonseca e que no governo Vargas desenvolveu atividades diretamente vinculadas à Segunda Guerra Mundial criando o programa Reporter Esso no Brasil a partir da adesão do Brasil aos Aliados, as empresas americanas Standard Oil of New Jersey que patrocinava o programa, produzido pela Unidet Press e supervisionado pela McCann Erikson Corporation, o Reporter Esso desenvolveu suas atividades no Brasil a serviço de informações referentes à guerra (Klocner: 2008); da Agência Nacional – órgão oficial do governo brasileiro que veiculava, em conformidade com o DIP, o material propagandístico da Marcha para o Oeste em jornais, revistas e rádio.

Antes, porém, de explorarmos o universo imagético estadonovista elaborado para a Amazônia, é importante apresentarmos que sua necessidade e legibilidade foram sendo

trabalhados no público brasileiro bem antes de sua ‘real’ execução. Os meios de comunicação foram amplamente explorados pelo governo estadonovista como instrumento persuasivo em todos os campos sociais da vida brasileira: o futebol, o carnaval e a música, constituíram importantes veículos para o *Estado educativo* que Vargas objetivava construir no Brasil.

Conforme afirma Weffort (1986), o Estado Novo procurou, de todas as formas, além da autoritária, a justificação de suas atitudes, para isso as massas deveriam estar ‘educadas’ para o novo país que se formava:

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta. (...) é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação de classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. (WEFFORT, 1986: p.62/63).

Villa-Lobos, maestro e compositor, foi o grande responsável pelo canto orfeônico no Brasil, a música de coral. O canto orfeônico, *mediador educativo da cultura cívica que se buscava estabelecer no Brasil*, constitui uma das primeiras medidas oficiais de Vargas para a interação que a integração varguista objetivava construir no país. Ao integrar vários elementos da natureza e da cultura brasileiras – o canto de pássaros, do folclore, da brejeirice da vida rural, da sonoridade dos tambores africanos e do apito da fábrica progresso – o canto orfeônico apresenta-se como a mais genuína forma de brasilidade, de civismo e de civilidade que o governo estadonovista tinha projetado para o Brasil (Wisnik; 2007).

A Rádio Nacional (1936), famosa por seus programas de auditório com os maiores ídolos da época, também sob o crivo do DIP passou a “defender” o projeto normativo-disciplinar estadonovista. Do samba malandro para o samba educativo, a ordem varguista era seguida à risca pelos meios de comunicação, veiculando apenas os sambas, valsas ou boleros que projetassem a grandiosidade do Brasil que o Estado Novo construía.

Todavia, desde 1930, o samba ‘educativo’ já vinha sendo utilizado no país como elemento civilizador redimensionando a malandragem para a importância do trabalho como obra dignificante. Citemos alguns deles: *Eu gosto de minha terra* (1930), samba de Randoval Montenegro e cantado por Carmem Miranda acompanhada pela Orquestra RCA Victor; ainda em 1930, temos o samba *Sou brasileiro* de Roque Ricciardi (também intérprete) e do grupo verde-amarelo; em 1932, o samba *Viva o meu Brasil*, de J. Thomas, cantado pela cantora Elisa

Coelho; em 1933, temos *Alma de Tupi*, de José Luis Calazans em parceria com Henrique Vogeler; em 1935, *Minha Terra*, do maestro Valdemar e cantado por Jorge Fernandes e Orquestra Odeon; em 1938, *Ladainha*, de Cassiano Ricardo, cantada por Jorge Fernandes, Gao e sua Orquestra; em 1939, um dos maiores clássicos da discografia estadonovista até a atualidade, Ari Barroso compõe *Aquarela do Brasil*, cantada por Francisco Alves acompanhado por Radamés Gnattali e Orquestra; ainda em 1939, *Brasil*, de Aldo Cabral e Benedito Lacerda, cantada por Francisco Alves e Dalva de Oliveira com o Regional de Benedito Lacerda; *Tem de Tudo*, de Sá Rosis, cantada por José Luis Calazans (o jararaca) e o Regional Odeon. Em 1941 temos *Brasil Pandeiro*, de Assis Valente, cantada por Anjos do Inferno; *Canta Brasil*, de David Nasser e Alcir Pires Vermelho, cantada por Francisco Alves e Orquestra da Rádio Nacional, sob a direção do maestro Romeu Ghipsman (Furtado Filho; 2006).

O projeto de ocupação do interior brasileiro como obra civilizadora e Eldorado seria exaltado por compositores como Alberto Ribeiro e João de Barros com a música *Marcha para Oeste*,⁹¹ gravada por Carlos Galhardo em 1940, que constitui apenas um exemplo do momento vivido:

Eu vou para o Oeste
Adeus meu amor
O beijo que me deste
Levarei pra onde for

Levo teu beijo comigo
Guardado em meu coração
Mas ao voltar hei de te dar
Em troca de um beijo, um milhão

Teus lindos sonhos de agora
Realidades serão
Quando eu voltar, para pagar
Teu beijo que vale um milhão.

Nas estrofes que compõem os versos da canção encontramos a promessa do eldorado e de riqueza “oferecidos” pelo governo varguista aos que para a Amazônia se dirigissem como trabalhador que contribuiria para o desenvolvimento brasileiro. No impedimento em levar consigo a amada, a lembrança do seu beijo constitui para o orador o estímulo para a viagem na conquista da riqueza que lhe proporcionará as terras do Oeste. O “esforço” que a chamada ao patriotismo varguista “convida” para a Marcha como eldorado, imprime, assim, a

⁹¹ Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em:
<<http://www.dicionariompb.com.br/alberto-ribeiro/dados-artisticos>>. Acesso em 23set. 2010.

certeza da conquista da mulher amada e de uma vida segura e feliz proporcionada pelo ouro branco que a Amazônia ‘garantia’ a todos que para ela acoressem.

Os compositores da letra e musica *Marcha para Oeste* eram cariocas, significando que estavam em sintonia com os objetivos varguistas quanto à ocupação e as riquezas que o Oeste poderia proporcionar, principalmente para aqueles que não encontram nas grandes cidades trabalho rentável para a realização de sonhos, como é o caso do desejo de formar família com a mulher amada de nosso orador. Para ele, o Oeste é o caminho que, finalmente, lhe proporcionará os meios materiais para realizar, não somente o sonho do casamento com a mulher amada, mas de uma vida rica e feliz.

A partir de 1942, os compositores em sintonia com os dispositivos ufanistas do Estado Novo produzem obras mais contundentes quanto ao contexto histórico vivido. Nesse ano temos: *Meu Brasil*, de Olegário Mariano e Pedro de Sá Pereira, cantada por Vicente Celestino acompanhado pela Orquestra de Concertos Colúmbia, *Terra Virgem*, de Vicente Celestino e Mauro Rossi, cantada por Vicente Celestino acompanhado pela Orquestra RCA Victor, *Brasil Novo*, de Alcir Pires Vermelho e Saint- Clair Sena, cantada por Moraes Neto e Fon-Fon e sua Orquestra, *Brasil, Usina do Mundo*, de João de Barros e Alcir Pires Vermelho, cantada por Déo e Chiquinho e seu Ritmo, *Meu Caboclo*, de Laurindo de Almeida e Jinquilho Lourival, cantada por Orlando Silva e Orquestra RCA Víctor, *Sou Patriota*, de José Gonçalves e Artur Costa, cantada por Linda Batista e Luiz Americano e Regional, *Terra Boa*, de Ataulfo Alves e Wilson Batista, cantada por Orlando Silva e Orquestra RCA Víctor. (Furtado Filho, 2006).

Em 1943 temos, *Eu nasci Brasileiro*, de Paulo Barbosa e Oswaldo Santiago, cantada por Carlos Galhardo, Bendito Lacerda e seu Regional, e *Brasil*, de Djalma Batista e Elisa Salomé, cantada por Linda Batista. (*op cit ib id*).

Mas foi nas imagens que a Marcha para Oeste, consubstanciada na Batalha da Borracha, utilizou de forma retórico/persuasiva a necessidade e o significado da integração do interior ao projeto de modernidade capitalista em marcha no Brasil. Utilizando um aparato propagandístico grandioso e persuasivo, Vargas emprega as imagens como representações de uma Amazônia paradisíaca, em que tudo estava à espera de pioneiros valentes, corajosos e destemidos que a empreitada exigia.

As análises sobre o universo sócio – cultural e da biodiversidade amazônica realizada por Euclides da Cunha quando de sua estadia na Amazônia em 1904-1905, como chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, de autores da própria região, de naturalistas

estrangeiros e das Expedições Científicas de Oswaldo Cruz sobre a situação da Amazônia, foram de grande importância para o projeto estadonovista na Amazônia, particularmente na articulação da criação da imagética da ação do Estado Novo na região em sua elevação à categoria de Eldorado: economicamente lucrativa e geopoliticamente estratégica nos interesses políticos e econômicos no quadro da América Latina e do mundo.

Em *À Margem da História* (1909), diante da imensidão da floresta, das enormes necessidades e dificuldades da população que logo percebe ao chegar à região, assim como dos problemas referente às fronteiras que necessitavam de atenção precisa do governo central, Euclides da Cunha escreve sobre a situação de abandono, doenças e ausência de um sistema normativo/jurídico que coibisse a exploração e selvageria que reinavam absolutas na região. Diante do deslumbre da maravilha que se lhe aparecia no trajeto de sua viagem quanto à vigorosa floresta e rios infindáveis, logo ‘desiludiu-se’ quanto ao repente do vislumbre diante de uma ‘outra’ Amazônia que vai encontrando:

Mas toda essa exterioridade surpreendente desaparece ante uma observação permitindo ao visitante ver o que lhe não mostra o seu garboso hospedeiro. A desilusão assalta-o então de chofre; e é impressionadora. Aquele reflexo de vida superior não vai além da escassa nesga de chão, de menos de um hectare, constricta entre a mata ameaçadora e próxima ao fundo, e a barranca despenhada rio adiante. Fora deste falso cenário, o drama real que se desenrola é quase inconcebível para o nosso tempo. Abaixo do caucheiro opulento, numa escala deplorável, do mestiço loretano, que ali vai em busca da fortuna, ao quíchua deprimido trazido das cordilheiras, há uma série indefinida de espoliados. [...] Ali mourejam improficuamente longos anos; enfermam, devorados das moléstias; e extinguem-se no absoluto abandono. [...] O aventureiro ali vai com a preocupação exclusiva de enriquecer e voltar; voltar quanto antes, fugindo àquela terra melancólica e empantanada que parece não ter solidez para agüentar o próprio peso material de uma sociedade. [...] Não há leis. Cada um traz o código penal no rifle que se sobraça, e exercita a justiça a seu alvedrio, sem que o chamem a contas. As novas circunstâncias do Alto Purus, do Alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos. Sem este objetivo firme e permanente, aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, natural e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga do seu próprio movimento. (CUNHA, 1976, p.142,144-5, 186)

Outro autor que nos fala sobre a Amazônia como terra de possibilidades, desde que devidamente preparada para as finalidades previstas, é Araújo Lima em *AMAZÔNIA: a terra e o homem* (1937):

O saneamento de qualquer região do globo não está, portanto, a depender de uma problemática irrealizável transformação do seu clima: é uma conquista da cultura e da civilização dos povos, producto (*ipsis litteris*) de suas iniciativas e de seu progresso. A ação humana é tudo na obra saneadora da terra, que depende muito

mais dos elementos materiaes, sociaes (*ipsis litteris*) e económicos dos homens, guiados pela sua cultura, do que de influencias atmosphericas (*ipsis litteris*), inspiradas à mentalidade primitiva pela astrologia e pelas suggestões (*ipsis litteris*) supersticiosas (p. 38). Se é imprudente recusar em absoluto a acção (*ipsis litteris*) do meio natural, temerário é certamente exagerá-la (*sic*), acceitando-a (*ipsis litteris*) como imperativo a prefigurar a historia, reger-lhe o curso e determinar-lhe os acontecimentos (p.39).[...] Culto e adiantado, o homem modifica o meio pela aparelhagem (*ipsis litteris*) que á sciencia (*ipsis litteris*) inspira e a industria materializa. Ao homem e a terra, defrontados no theatro (*ipsis litteris*) da natureza, interpõe-se então essa montagem de recursos á mercê dos quaes (*ipsis litteris*) o primeiro pode escapar á acção (*ipsis litteris*) da segunda, remodelando-a e, até, modelando-a (p.41). [...] A terra não é insusceptível de ser domada; apenas ainda não o foi, porque o factor (*ipsis litteris*) humano é mínimo, escasso, mas não incapaz. Essa terra não é inferno nem paraíso; não é terra mysteriosa (*ipsis litteris*) nem terra paradoxal: é simplesmente uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada (p.101).[...] Falta-lhes, aos amazônicos natos, aos caboclos malsinados, o contacto (*ipsis litteris*) civilizador, o exemplo, a imitação, o treino, a instrucção (*ipsis litteris*), a educação mental, a civilização, numa palavra, mas exercida através dos homens e das gerações (p. 144).[...] Instrucção e hygiene (*ipsis litteris*); educação e saneamento tem de ser os recursos transformadores de uma raça que se está desacreditando, à revelia da orientação e da assistência protectora (*ipsis litteris*), precisamente na idade de ouro (*sic*) da cultura da espécie. Não estão em causa seres antropológicamente inferiores e incapazes. Trata-se, em realidade, de um facto (*ipsis litteris*) historico, de um estádio inferior de cultura physica e intellectual (*ipsis litteris*), de um recuo, na marcha civilizadora, de uma sociedade humana. Nem fatalidade ethnica (*ipsis litteris*), nem fatalidade geografica (*ipsis litteris*). Accidente (*ipsis litteris*) sanável, gerado por influencias desviáveis, a civilização fará a sua obra restauradora, removendo-o e assignalando (*ipsis litteris*) no seio dessa gente um momento de esplendor de sua evolução historica. (LIMA, 1937, p.147).

Gastão Cruls, acompanhando a Comissão Exploradora do Planalto Central em 1928, chefiada por Rondon, fotografou e escreveu na forma de diário de viagem em *A Amazônia que eu vi* (1938), a fauna, a flora, os rios, cachoeiras, índios com seus ornamentos, os acampamentos na mata, utensílios e vocabulário indígenas (p. 253) e cultura regional de forma respeitosa, adquiridos através de conversas com cearenses (p.69-70) cujos familiares vieram nas primeiras levadas de imigrantes para a Amazônia fugindo da grande seca de 1877; ao mesmo tempo, que demonstra as necessidades que padece a Amazônia.

Em seu relato, lamenta o alto número de malária e febre amarela que acomete a população, falta do fumo, do rádio e de kerozene (*ipsis litteris*) (produtos que teme faltarem na trajetória da viagem). Cruls finaliza o livro com os primeiros sinais de vistas à cidade de Obidos (Pará). Para o autor, ao deixá-la antes da viagem à floresta apresentava-se *humilde e pequenina* (p.296), mas ao retorná-la e diante do que vivenciou e aprendeu com as necessidades passadas na floresta, Óbidos, mesmo apresentando as carências das cidades do interior da Amazônia os olhos do autor adjetiva-a *como um grande centro de civilização* (p.296). O Brasil com certeza não conhecia o Brasil.

Arthur C  zar Ferreira Reis, pesquisador e escritor sobre a Amazônia, nos explicita que sua particularidade reside na questão de sua geopolítica, continentalidade e cobiça internacional. Em *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1965) afirma:

Nenhuma região, no entanto, apresenta maiores vazios demográficos que a Amazônia.    certo que a ocupa  o da terra, no Brasil,    escassa ou mal orientada.    certo que se pode falar da m   ocupa  o de outras áreas nacionais. Nenhuma, todavia, apresenta o caráter da Amazônia. [...]    evidente que uma região assim extensa, representando cerca de 2/3 do Brasil, mas tão pobremente ocupada, está proposta    ousadia dos que tiverem apetite para possuí-la [...].    de se notar que a Amazônia tem tido o destino, até o presente, de proporcionar elementos ao bem-estar humano sem dêles (*ipsis litteris*) beneficiar-se para elevar as condi  es existenciais de suas popula  es. Tais elementos representados no que se vem colhendo    sua floresta e às duas águas, isto   , t  da (*ipsis litteris*) uma grande linha de produtos tropicais, que os Estados Unidos e a Europa se habituaram a empregar e lhes asseguraram muito da prosperidade econômica e social e da potencialidade de que desfrutam. [...] A Amazônia continua sendo, para o geral dos brasileiros, uma página de exotismo, de geografia tropical interessante, mas onde não será possível realizar uma opera  o de envergadura capaz de revelar a decisão e a potencialidade nacionais. (REIS, 1965, p. 80, 83/4)

José Veríssimo, outro amaz  nida com larga visão analítica da situa  o da Amazônia frente às questões da sua necessária integridade ao projeto nacional, da situa  o de alijamento da região e apresentando suas potencialidades nos diz:

Esta vasta região, a Amazônia,    geográfica e historicamente, distinta do Brasil. Geograficamente ela forma por si só [...] um todo que nada tem de comum com o grande planalto central do Brasil que lhe sucede, nem com a região marítima oriental. [...] Se na geografia compreendermos t  mb  m a fauna, a flora e mais caracteres físicos, mais acentua-se ainda essa distin  o. [...] Historicamente, t  mb  m, ao menos até 1823 [...] conservou-se a Amazônia não são distinta do Brasil, como socialmente alheia a ele. [...] Se a unidade brasileira    a grande obra da monarquia, a conserva  o dessa unidade deve ser a grande preocupa  o da República. [...] No caso especial desta região, porventura a mais frutuosa do Brasil, preciso    que não continue a ser tratada com o pouco apreço com que tem sido, assim como que os seus governos, longe de lisonjearem as referidas tendências, se esforcem por orientar a sua civiliza  o no sentido nacional. Se no conhecidíssimo dizer de Heródoto    o Egito um dom do Nilo, a Amazônia, pode-se t  mb  m asseverar,    um dom do Amazonas. Singularmente errado se me afigura o conceito do Sr. S  lvio Romero, em a sua História da Literatura Brasileira, de que o grande rio seja antes um estorvo que um elemento favorável àquela região. O contrário    a indiscutível verdade. [...] o Amazonas leva quase diretamente os produtos e a civiliza  o do mundo ocidental aos recônditos sertões, onde, não f  ra ele, quem sabe quando chegariam as comunica  es do próprio país! [...] Todos os produtos que constituem a riqueza pública da Amazônia, se excetuarmos o cacau, e em menor escala, a cana de a   ar, são naturais. Afora aquêles dois, que são objeto de cultura, todos os mais oferece-os dadivosa natureza daquela região a quem os queira colher e aproveitar. As indústrias extrativas formam, pois, a sua grande riqueza. (VERÍSSIMO, 1970, p. 170-4).

Seria com Vargas que a Amazônia, finalmente, sairia do “anonimato” e das condi  es de primitivismo denunciadas por nossos depoentes sobre as questões da região?

Em discurso pronunciado em 1933, quando afirma que *A Amazônia ressurgirá*, assim como nos posteriores em que se refere ou trata diretamente sobre a região, particularmente os discursos elaborados para a Marcha para o Norte e Oeste, percebemos que Vargas e seus intelectuais incorporam, se não em sua totalidade, as denúncias e reivindicações realizadas pelos autores acima referidos quanto à situação de completo alijamento ao corpo nacional da região amazônica: José Veríssimo em *A Amazônia* (1892); Rodolfo Teófilo em *O Paroara* (1899); Alberto Rangel em *Inferno Verde* (1908); Euclides da Cunha em *Contrastes e Confrontos* (1907) e em *À Margem da História* (1909); Oswaldo Cruz, Belizário Pena e Carlos Chagas no período de 1872-1917 nos relatórios da pesquisa médico-sanitária na região⁹².

É, pois, com o projeto de capitalismo nacional e o necessário reordenamento espacial do capital a partir da incorporação dos “espaços vazios” instaurado por Vargas no pós-1930 que a Amazônia passa a interesse efetivo do governo. Reordenamento há muito necessário para o ingresso do país na modernidade que se gestava. Modernidade que exigia mudanças no que fosse considerado arcaico, antigo; motivos responsáveis pela situação caótica de falta de saneamento, endemias, epidemias e uma máquina administrativa estatal perniciosa pelas relações de dependência, parentesco, compadrio e ‘conivente’ com os miasmas que as cidades emanavam.

Portanto, era imperioso, para conseguir os financiamentos internos e externos, respectivamente, das camadas urbano-industriais e dos países detentores da ciência técnica industrial, adequar o Brasil às novas exigências do capital mundial tornando-o atrativo a investimentos; em outras palavras, civilizar o Brasil.

Quanto à Amazônia, o universo do discurso retórico/persuasivo varguista empreende uma campanha publicitária discursiva e imagética no objetivo da arregimentação capitalista em forma de investimentos na região; ao Estado caberia dotá-la do instrumental técnico e humano racional- legal para a empreitada em questão. Na retórica persuasiva discursiva de Vargas para a inserção capitalista da Amazônia ao projeto de modernidade que esse governante e seus ideólogos gestavam para o Brasil encontramos todos os elementos descritos por nossos depoentes acima delineados. Não existe atenção passiva. Qualquer ação possui

⁹² Vídeo-documentário histórico Oswaldo Cruz na Amazônia, lançado em maio de 2002 e produzido em parceria com o historiador Eduardo Vilela Thielen, com realização da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz e apoio das fundações Carlos Chagas e Faperj. Carlos de Vasconcelos em *Deserdados* (1921); Ferreira de Castro em *A Selva* (1930). *In* Ciência e Cultura. vol.55. n.1. São Paulo: jan./mar, 2003.

uma idéia-motivo, estímulos, sentidos/significados, atitudes, mediações e interações para o desenvolvimento da ação pretendida.

Toda imagem, seja iconográfica, fotográfica ou fílmica tem um emissor; seja de caráter particular ou privado (empresas e Estado), e um destinatário/receptor (público alvo) que imprime seu objetivo persuasivo. Importante é que seja delimitado o gênero da imagem analisada em sua utilização: se é social, política, religiosa, cultural, artística ou publicitária. No entanto, mesmo delimitada em sua finalidade a análise não constitui tarefa tão fácil quanto pareça, pois, uma mesma imagem pode ser analisada sob um ou mais aspectos dos cinco citados. Dependendo do sentido e do significado que seus emissores objetivam imprimir no sistema cognitivo do público - alvo (sujeito interpretante) com o arsenal técnico previamente elaborado para cada tipo de público, a imagem apresentará de forma mais emblemática o reconhecimento da mensagem, portanto, persuasiva ao objetivo destinado.

Para o Interacionismo Simbólico meadiano importa que a imagem apresente referência objetiva ao campo sensorial do receptor, uma referência em que este não só se perceba como agente interativo na relação fotógrafo/fotografado, tanto que faz determinada pose diante da câmera, mesmo não possuindo o instrumental crítico para o ato a que se submete de como essa fotografia passa a representar (campo de) possibilidades de sua existência. Trata-se, da questão da subjetividade na/da fotografia. Como decifrá-la? É possível captá-la? Para Mead, sim, a fotografia é capaz de “expressar” a “aura”, no dizer de Benjamin, desde que nela estejam presentes elementos explicitamente do universo desejante do receptor ou que remetam a objetos ou ideais que, naquele momento vivido, não estejam sendo realizados, mas o referente apresentado na imagem possibilite sua concretização.

Vargas conhece perfeitamente o universo discursivo e referencial opressivo de exploração de mão de obra, técnicas arcaicas de produção, comercialização, transações monetárias, misérias das secas, levas de flagelados pedintes que se dirigiam às cidades, saques, enfim, as situações as quais sempre foram submetidos os nordestinos (particularmente os do campo) pelas oligarquias locais. Situação que não se apresenta diferente em praticamente todo o país.

Se nos grandes centros de então – São Paulo e Rio de Janeiro, o processo industrializante exigia uma reestruturação capitalista consubstanciada em novas formas de produção e gestão do capital, significando a hegemonia da cidade sobre o campo, conseqüentemente, o crescente poder da burguesia industrial-urbana sobre a burguesia

agrário-exportadora, no campo a situação apresentava contornos bem graves: total abandono quanto à questão dos direitos sociais e trabalhistas.

Elevado à categoria de atender às necessidades da indústria com a política nacionalizante da Vargas (leia-se substituição de importações), o campo também passaria por “adequações”, bem distantes, é claro, da aplicação da legislação trabalhista aplicada nos grandes centros. Os ‘senhores do engenho’ e do grande latifúndio continuariam reinando. O próprio Cassiano Ricardo, idealizador da Marcha para Oeste, participante ativo dos grupos nacionalistas *Verde-amarelo* e *Anta* criados pouco tempo depois da Semana de 1922 - mais precisamente em 1926, por não concordarem com o cosmopolitismo que os fundadores de 1922 defendiam para o Brasil baseado no afrancesamento que queriam instaurar no país - em poema que ‘dedica’ ao homem do campo no Brasil intitulado *O Lavrador*, reconhece que somente Cristo lhe concederá o reconhecimento pela vida de exploração e opressão a que sempre esteve submetido:

O LAVRADOR ⁹³

A tua mão é dura como casca de árvore,
Ríspida e grossa como um cacto.
Teu aperto de mão machuca a mão celeste,
de tão agreste — e naturalmente por falta de tacto.
A tua mão sabe o segredo
da lua e da floresta em seu explícito contacto(sic)
com as leis ocultas da germinação.
Mão monstruosa, de tão áspera,
incapaz de qualquer carícia, órfã de sutileza,
indiferente ao cetim e ao veludo.
Mão colorida, mão em que moram os meses
com veias que mais parecem cipós encordoados;
com o dorso coberto de musgo
e em cuja palma, e em forma de M (que não quer dizer
morte) se encontram, ainda, os sinais fundos
dos quatro rios que existiram no paraíso terreal.
Mão aumentada pela santidade do trabalho.
Suja de terra e enorme, mas principalmente enorme
como a estar sempre num primeiro plano
na sucessão das coisas — frutos, árvores, lavouras —
que saem dela ao fim de cada ano.
Se Cristo regressar, ó lavrador, não é preciso que lhe
mostres, como eu, as feridas do corpo e do pensamento.
Nem as condecorações faiscantes que os outros ostentam no peito.
Mostra-lhe a mão calejada.
Mostra-lhe a mão calejada,
enorme, a escorrer seiva, sol e orvalho.
E os anjos virão vê-la e por vê-la tão grossa e tão dura
farão com que na palma de tua mão nasçam lírios.

⁹³ Coletânea de Poemas de Cassiano Ricardo. Livro 04. Disponível em:
<http://www.fccr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=581%3> Acesso em: 03 ag. 2010.

E a exibição no céu, como um objeto desconhecido, rústico e maltratado.
 E Deus colocará uma foice de prata
 em tua mão grossa, ríspida, acostumada ao trato da
 terra terrível e te dirá:
 Trabalharás agora no meu campo
 orvalhado de estrelas.
 E dormirás sob a árvore da noite.

Para o Interacionismo Simbólico meadiano, já o afirmamos reiteradas vezes ao longo de nossa exposição, as coisas, as vivências e as sociabilidades, a persuasão e a conseqüente adesão – significação - a qualquer circunstância só acontecerá se estas apresentarem possibilidades reais de suas realizações. No Estado Novo Vargas utiliza todas as formas de justificativa para a legitimidade do regime. Revistas como *Ciência Política* e *Cultura Política*, *Diretrizes*, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, os jornais *A Manhã* e *A Noite*, eram responsáveis pela significação persuasiva do regime na população brasileira. Cada periódico era dividido em seções específicas para cada tema brasileiro, todos os aspectos da vida eram contemplados de forma normativa e disciplinar. As Revistas, Almanques e Manuais dirigidos ao público feminino, por exemplo, apresentavam normas de como deveriam se portar nas relações com os homens em ambientes públicos e privados, fossem solteiras, casadas ou viúvas.

Sob o signo da moralidade eugênica, higienista, sanitária e religiosa, as relações eram guiadas por normas de conduta que deveriam ser rigorosamente seguidas pelas mulheres, sob pena de não conseguirem casar e não serem mães bondosas e esposas exemplares. Esse imaginário sobre a mulher foi explorado por Vargas na Batalha da Borracha nas promessas de proteção do Estado às mães e esposas dos “soldados” que alistaram-se no SEMTA, cujas famílias permaneceram no Nordeste nas hospedarias arregimentadoras à espera de seus maridos e filhos.

Incentivar seus filhos e maridos para contribuírem com seu trabalho para o progresso do país e compreenderem o “chamamento” do presidente Vargas a seus filhos em um momento de grande aflição e singular para todos – defender o país contra o ataque a navios brasileiros realizado pela Alemanha e a necessidade da produção de borracha para os aliados. Eis o papel que cada mãe e esposa deveria desempenhar: incentivar e compreender a necessidade da ausência de seus filhos e maridos de seus lares, a elas caberia desempenhar com carinho, resignação e religiosidade o papel ‘sublime’ de “rainha do lar” na firmeza da condução dos princípios educativos, cívicos e religiosos na ausência do pai que se encontrava

na Europa lutando na guerra pelo Brasil, e na Amazônia como Soldado da Borracha e logo todos estariam ‘juntos e felizes’.

Foi acreditando nas promessas de terra, fartura e proteção do Estado que essas famílias nordestinas que migraram para a Amazônia suportaram os horrores da longa viagem rumo ao Eldorado prometido. Foi acreditando na significação da referencialidade persuasiva imagética do Eldorado apresentado na Campanha da Batalha da Borracha no Nordeste que essas famílias creditaram seus ideais de vida.

Não existe neutralidade. Weber nos explicitou muito bem o significado da racionalidade objetiva nas ações, relações e escolhas que realizamos; significando o distanciamento possível das subjetividades do pesquisador sobre o objeto que pesquisa. Mas Weber também nos explicitou que o ‘distanciamento dos juízos de valores sobre o objeto’ é (praticamente) impossível. A questão das subjetividades constitui, pois, elemento que deve ser considerado nas práticas, posturas, escolhas e, dessa forma, dos discursos que norteiam as variadas sociabilidades na pluralidade da vida em sociedade.

O reconhecimento da História a Weber, como intelectual que reconhece na historicidade, o mecanismo que permite a compreensão dos vários aspectos que compõem a vida em sociedade em uma sociabilidade na qual elementos condicionadores e condicionados realizam um constante embate para suas ‘manutenções’. A riqueza teórica weberiana reside justamente na utilização dos condicionantes para os acontecimentos ao sujeitá-los em uma única, porém, poderosa diretriz: a sociologia histórica. Essa é a Sociologia que Weber nos convida a praticar. Uma Sociologia submetida ao critério da compreensão sócio-histórica que lhe origina e, em expansão os efeitos que produz inseridos em um campo de referencialidade discursiva elaborada pelas forças sociais no sistema de alianças estabelecidas.

As imagens que se seguem apresentam a ação imagética do Estado Novo sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano em uma leitura que busca apresentar que nenhum acontecimento, seja democrático, autoritário, existiu sem a utilização de instrumentos que proporcionem sua realização. Em qualquer evento, sejam negociação de paz ou declaração de guerra, sejam transações comerciais, alianças políticas, formação de quadro intelectual e ideológico, a mediação e a interação sempre estiveram presentes para realização das negociações que o acontecimento exige.

É a mediação que proporciona o diálogo entre os agentes ou categoria dos saberes-poderes para a elaboração dos quadros discursivos, para a interação persuasiva objetivada. Sem ela, a significado não acontece. A persuasão, para ser realmente eficiente, deve

apresentar quadro lógico e discernível nas finalidades objetivadas no sistema cognitivo tanto do emissor, portanto, do autor para a persuasão em questão, quanto do receptor que deve compreendê-los nas significações de seu sistema cognitivo e social.

Para isso, são utilizadas diversificadas e eficazes técnicas do *marketing* para “seduzir” e ‘seduzir’. A sedução, porém, não ocorre de forma igualitária nos indivíduos. Existem os que são mais vulneráveis que outros e se deixam “seduzir” pela imediatez e o êxtase do falso brilho apresentado pelo marketing realizado para o produto ou aliança em questão; e existem aqueles para os quais a ‘sedução’ é pragmática e funcional. São ‘consumidores’ mais exigentes, portanto, cobram maiores explicações sobre o produto ou aliança em questão. São conhecedores do poder das estratégias de persuasão e, por isso mesmo, mais atentos quanto ao consumo e alianças que foram estabelecidas para a persuasão em questão. É por isso que o universo do discurso, ao lidar com variadas identidades, tem que ser constantemente reinventado.

O Interacionismo Simbólico meadiano além de possuir seu próprio referencial sobre a análise imagética, possibilita, ainda, o diálogo com outros teóricos da imagem; sejam em seus pressupostos teórico-metodológicos, sejam sócio-históricos. Arnheim (2010) e Dondis (1991) constituem dois exemplos de teóricos que utilizam esses referenciais para a explicação das mediações necessárias para a identificação persuasiva da mensagem visual:

A caixa de ferramentas de todas as comunicações visuais são os elementos básicos, a fonte compositiva de todo tipo de materiais e mensagens visuais, além de objetos e experiências: o *ponto*, a unidade visual mínima, o indicador e marcador e espaço; a *linha*, o articulador fluido e incansável da fórmula, seja na soltura vacilante do esboço seja na rigidez de um projeto técnico, a *forma*, as formas básicas, o círculo, o quadrado, o triângulo e todas as suas infinitas variações, combinações, permutações de planos e dimensões; a *direção*, o impulso de movimento que incorpora e reflete o caráter das formas básicas, circulares, diagonais, perpendiculares; o *tom*, a presença ou a ausência de luz, através da qual enxergamos; a *cor*, a contraparte do tom com o acréscimo do componente cromático, o elemento visual mais expressivo e emocional; a *textura*, óptica ou tátil, o caráter de superfície dos materiais visuais; a *escala* ou *proporção*, a medida e o tamanho relativos; a *dimensão* e o *movimento*, ambos implícitos e expressos com a mesma frequência. São esses os elementos visuais; a partir deles obtemos matéria-prima (*ipsis litteris*) para todos os níveis de inteligência visual, e é a partir deles que se planejam e expressam todas as variedades de manifestações visuais, objetos, ambientes e experiências. [...] o significado visual, tal como é transmitido pela composição, pela manipulação dos elementos e pelas técnicas visuais, implica uma enorme somatória de fatores e forças específicas. A técnica fundamental é, sem dúvida, o contraste. É a força que torna as estratégias compositivas mais visíveis. O significado, porém, emerge das ações psicofisiológicas dos estímulos exteriores sobre o organismo humano: a tendência a organizar todas as pistas visuais em formas o mais simples possível; a associação automática das pistas visuais que possuem semelhanças identificáveis; a incontornável necessidade de equilíbrio; a associação compulsiva de unidades visuais nascidas da proximidade, e o favorecimento, em qualquer campo visual, da esquerda sobre a direita; e do ângulo inferior sobre o superior (DONDIS, 1991, p.23 e 137) .

Estimulação, percepção, sentido, significado, associação, identificação e similaridade, elementos absolutamente imprescindíveis para que ocorra a persuasão, constituem, as “leis” da Gestalt (*op cit*). Em *the function of imagery in conduct*, Mead (1992; p.337) utiliza alguns elementos da Gestalt para explicitar como ocorre *the so-called “selective nature”* (p. 341) de nossas escolhas. Negando a suposta seleção natural das escolhas, Mead, assim como Dondis, na citação acima, nos indica quanto somos condicionados pelo sistema sócio-histórico de nossa comunidade; ao mesmo tempo condicionadores de outros papéis, dependendo da intencionalidade a alcançar.

Tratando de forma minuciosa os elementos compositivos da imagem visual, outro teórico sobre o tema, ao nos explicitar o processo e os elementos de elaboração, execução e significação da imagem para a persuasão objetivada, explora de forma didática a importância do uso da luz e da iluminação na linguagem imagética:

A claridade relativa dos objetos é percebida com maior segurança quando todo o conjunto está sujeito a igual iluminação. Sob tais condições, o sistema nervoso pode tratar o nível de iluminação como uma constante e atribuir a cada objeto simplesmente a claridade que apresenta, na escala total que vai do objeto mais escuro ao mais claro do ‘conjunto’. É digno de nota, contudo, o fato do mecanismo funcionar muito bem, mesmo quando a iluminação não é homogênea mas vai, por exemplo da intensa claridade próxima da fonte de luz até a sombra escura. [...] Num sentido mais didático, a iluminação tende a guiar a atenção seletivamente, de acordo com o significado desejado. Um objeto pode ser destacado sem que seja grande ou colorido ou situado no centro. De modo similar, os aspectos secundários da cena podem ser subordinados à vontade. Tudo isso, sem “intervenções cirúrgicas” que alterariam o inventário da própria cena. Pode-se fazer a luz incidir ou afastá-la de qualquer objeto (ARNHEIM, 2010, p.296 e 315).

Mead nos explicita, porém, que a persuasão através da simbolização só acontece nos contextos das relações sociais nos quais as simbolizações até então existentes não mais respondem aos significados do imaginário da comunidade social em que outras simbolizações, apresentando-se como novas passam à legitimidade a partir do momento em que apresentam elementos revigorantes de possíveis realizações. Para que isso aconteça, no entanto, são necessárias que as mediações e as interações realizadas através da linguagem e da troca de idéias, apresentem ‘reais’ possibilidades significantes nas quais os interesses, até então no campo da imaginação do receptor, possam ser, de fato, realizados.

As imagens da ação imagética estadonovista na Amazônia a seguir, foram analisadas utilizando o referencial teórico interacionista meadiano. A cada uma delas procuramos utilizar o conceitual interacionista meadiano mais concernente que a imagem ‘convida’ a realizar para a compreensão da referencialidade persuasiva que apresenta.



Foto nº 16-. Borracha para o Mundo. Cartão Postal da Batalha da Borracha. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida a reprodução. Respeitados os direitos autorais.

In this way every gesture comes within a given social group or community to stand for a particular act or response, namely, the act or response which it calls forth explicitly in the individual to whom it is addressed, and implicitly in the individual who makes it; and this particular act or response for which it stands is its meaning as significant symbol. (MEAD, *op cit. Ib id*, p. 47)⁹⁴

Cartão postal da Batalha da Borracha, a foto nº 16 é uma típica imagem interacionista para os significados que desejava imprimir no universo sensorial cognitivo do público alvo: a Amazônia como Eldorado, terra da fartura e da riqueza. O ouro branco, representado através das *pelas* de borracha espalhadas por todo o pátio à espera de seu escoamento para os portos de Belém e Manaus, convida o receptor ao Eldorado que o esperava. A igreja, representando a presença da igreja católica na região, significa a ‘garantia’ do governo para os arregimentados que não lhes faltaria a ‘palavra de ‘Deus’.

Não esqueçamos que a população - alvo é em sua grande maioria católica; portanto, a presença da igreja na imagem representa que na Amazônia a presença da religião católica estaria ‘garantida’ naquele lugar de selva e povoada por índios selvagens que praticavam o canibalismo e detentores de conhecimentos considerados malignos pela política modernizante

⁹⁴ Todo gesto surge dentro de um determinado grupo social ou comunidade para significar um ato particular ou uma resposta, especificamente, o ato ou a resposta que anuncia, explicitamente, no indivíduo ao qual ele é destinado e, implicitamente, no indivíduo que o destinou; e esse ato particular ou essa resposta para o qual ele significa é seu sentido como um símbolo significante. (MEAD: 1992; p.47)

do governo quanto às suas práticas e manifestações do sagrado (pajelança). O rio, representando a abundância de água; a canoa representando o meio de locomoção e comunicação; a casa grande com pé direito alto, espaçosa e cercada por madeira de forma a ‘impedir’ a entrada no recinto doméstico de animais perigosos da floresta como onças, cobras, jacarés e outros, imprimindo a segurança da fé católica que o Estado proporcionaria ao arregimentado e à sua família. A árvore simbolizando a fartura frutífera na região, imprime a certeza de uma variada gama de alimentação. O céu não apresenta-se de forma límpida sob o domínio do sol escaldante, bem conhecido pelos nordestinos, mas ao contrário, nublado e com sinais de chuva se aproximando.

O enunciado “Borracha para o Mundo!” significa a contribuição do Brasil como aliado na guerra aos Estados Unidos. É explicativo que no lugar da palavra “mundo” não conste a palavra “Estados Unidos” ou “Aliados”. Primeiro: no enunciado o governo imprime ao arregimentado sua importância na guerra como soldado que lutava dentro de seu próprio país na construção da brasilidade prometida, ao mesmo tempo que lhe imprime um sentimento de duplo patriotismo: ser agente direto da ocupação, defesa e ‘desenvolvimento’ da Amazônia na campanha em questão; segundo: sentia-se importante na produção de borracha para o país ‘amigo’ (Estados Unidos), de estar contribuindo em favor da democracia e contra o terror nazista conforme ouvia nos discursos radiofônicos.

O sentido/significado imprimido pelo emissor é de chamamento à Marcha para o Oeste, da Amazônia como Eldorado, do Brasil como elemento necessário ao esforço da guerra – aliado aos Estados Unidos - e como “parceiro” comercial. O processo industrializante brasileiro, finalmente, passaria a ter uma usina para o início de sua consolidação. Para o receptor – os nordestinos - significa a ‘solução’ dos problemas de miséria e sofrimentos a que sempre foram submetidos pelas elites locais.

A respeitabilidade inabalável de Vargas em sua atitude de ‘criar’ um Brasil novo e moderno no qual o campo, pela primeira vez na história do país, era ‘convocado’ a participar da nova racionalidade produtiva do capital nacional. Seu caráter e benevolência para com os pobres e desamparados, os gestos de corpo, mãos, sorriso e olhar sereno, uso de linguagem simples na condução de seus discursos, aproximando povo e intelectuais na construção de um novo Brasil, persuade pelo uso de um aparato instrumental discursivo e situacional. A resposta viria na forma de sedução à imagética da brasilidade a partir do interior.



Foto nº17-. O interior como consumidor e civilizado. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The social process with its various implications is actually taken up into the experience of the individual so that that which is going on takes place more effectively, because in a certain sense it has been rehearsed in the individual. He not only plays his part better under those conditions but he also reacts back on the organization of which he is a part. [...] The present includes what is disappearing and what is emerging. Toward that which is emerging our action takes us, and what is disappearing provides the condition have in experience. (MEAD, *op cit, ib id*, p.179 e345)⁹⁵

A Amazônia representa, então, a “invenção” da brasilidade que Cassiano Ricardo já declarara em seu livro *Marcha para Oeste* (1940). Para sermos mais precisos, bem antes, no grupo modernista Verde-amarelo de 1922 e do qual Ricardo fazia parte, portanto, bem antes de sua obra de 1940. O grupo verde-amarelo criticava a centralização da **questão cultural** brasileira em uma totalidade representada por São Paulo como o centro “aglutinador” da cultura nacional. Essa problemática é muito bem trabalhada por VELLOSO (1993), ao explicitar os embates entre regionalistas e universalistas:

No ideário verde-amarelo, o Brasil sempre é apontado como motivo de orgulho: de um lado, ele é o gigante, de outro a criança. Apesar da aparente disparidade, as

⁹⁵ O Processo social, com suas várias implicações, é, na realidade, associado à experiência do indivíduo de forma tal que o que está ocorrendo acontece mais efetivamente, porque, de certo modo, ele foi ensaiado no indivíduo. Ele não apenas atua a sua parte melhor sob tais condições como também reage na organização da qual ele faz parte. (MEAD: 1992; p.179) [...] O presente inclui o que está desaparecendo e o que está surgindo. Nossa ação nos leva em direção a isso que está surgindo, e o que está desaparecendo fornece as condições para essa ação. (MEAD: *op cit*; p.345)

metáforas convergem para uma idéia matriz: a de potencialidade. Quando o gigante acordar, quando a criança crescer [...] A história do Brasil é apresentada como testemunha da nossa grandiosidade. E fato curioso: é a *geografia* que escreve esta história de grandes feitos e heróis [...] Porque no Brasil, diferentemente dos países europeus, é a categoria espaço que explica a civilização [...] O tempo passa a ser associado à idéia de esgotamento, crise e passado, enquanto o *espaço* é identificado à idéia de potencialidade, riqueza e futuro. Se o critério temporal serviu até então para explicar a evolução das velhas civilizações, o *espacial* vai definir o Brasil, garantindo a sua originalidade no quadro internacional. Chegamos ao ponto nevrálgico da questão: brasilidade = espaço, território, geografia. [...] O mapa do Brasil se transforma em objeto de culto cívico e poético, porque através dele se consegue criar o sentimento nacional. Tal formulação evidencia claramente a associação entre patriotismo e representação gráfica do país. Daí a ênfase que os verde-amarelos conferem à defesa de nossas fronteiras, cujo conceito extrapola uma representação puramente jurídica para exprimir a própria idéia de nação [...] Para expressar esse nacionalismo inerente ao espaço Brasil o grupo retoma o pensamento romântico que identifica brasilidade e natureza, vinculando-as à questão da identidade nacional. A uma natureza *sui generis* deve necessariamente corresponder uma civilização *sui generis* avessa a outros modelos civilizatórios. A natureza se transforma assim em elemento abalizador e construtor da nacionalidade. [...] O prognóstico sombrio sobre a realidade brasileira é endereçado às elites intelectuais. São elas, segundo os verde-amarelos, as responsáveis pelo nosso descompasso traduzido ora na *antecipação* de problemas ora no *atraso* em resolvê-los. [...] Exige-se, portanto, uma nova postura do intelectual: não mais o "saber livresco", mas o saber prático. (VELLOSO, 1993. *passim*)

Para os verde-amarelos, brasilidade é explorar racionalmente a natureza pródiga e até então indomável dos ‘espaços vazios’ brasileiros. Brasilidade era incorporar o Brasil do interior e dos sertões. Conhecer os encantos e as desventuras, enfrentar as doenças e ‘recuperar’ a saúde de seu povo que, doente pelas situações até então vividas, necessitava, urgentemente, pôr em prática o que sanitaristas e higienistas já o afirmaram quando de suas viagens científicas pelo interior do Brasil. Além disso, no início do século XX a riqueza cultural nativa do homem do interior era genuína, pois distante dos estrangeirismos e cosmopolitismo da cidade grande, que, segundo estes, cada vez mais incorporava estilos de vida do exterior, particularmente o parisiense.

O gigantismo do país, representado em sua espacialização desconhecida e inexplorada racionalmente significava, na verdade, um grande trunfo que tínhamos para a projeção do Brasil em um futuro não muito distante. O que faltava era uma política de “ajuste” populacional. A Marcha para o Norte e Oeste incorporava muito bem o pensamento dos verde-amarelos: explorava racionalmente a Amazônia e o Brasil Central com mão de obra nacional, particularmente a nordestina; que, conforme Euclides da Cunha já o afirmava em ‘Os Sertões’ sobre “ser o nordestino antes de tudo um forte”, constituía a população ideal para aquelas paragens: eram destemidos e haviam provado sê-lo na resistência da campanha do governo contra Canudos; da mesma forma estavam ‘acostumados’ às adversidades climáticas

e apresentavam o biotipo ideal para o “novo” homem nacional que Vargas pensava para o Brasil.

Após sua viagem à Amazônia em 1904-1905, como chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus e arguto observador do universo das sociabilidades, das condições de miséria e exploração daquele povo, inexistência de um aparato estatal e efetivo que mediasse e coibisse a situação, escreve em seu livro *À Margem da História*:

[...] o observador errante, que lhe percorre a bacia em busca de variados aspetos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e, aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril. (CUNHA, 1999, P. 38).

O processo político instaurado em 1930 com Vargas e seus ideólogos, e com toda contundência de força no Estado Novo (1937-45) adéqua-se perfeitamente à fala de Mead quando este, em nossa interpretação, nos diz que o presente é o passado em metamorfose fornecendo possibilidades socialmente aceitas para o momento vivido de recriar elementos e mecanismos de forma que, as condições que proporcionem a ‘mudança’ sejam acompanhadas de atitudes concernentes às ações que se fazem necessárias realizar.

A ação imagética do Estado Novo na Amazônia representa um dos desdobramentos de como o pensamento estadonovista realizou a reestruturação sócio-política e espacial brasileira. Trata-se, pois, da primeira experiência de um governo brasileiro criar a unidade nacional com um projeto ambicioso, porém, de concretude limitada entre a dicotomia litoral desenvolvido e interior e sertão atrasado e arcaico.

O grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 30, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira [...]. Estava em questão a identidade do trabalhador, a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo, e incluía-se igualmente nesta pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado estrangeiro, estranho, ameaçador. Ambicioso e extenso, o projeto estadonovista, deveria orientar todas as iniciativas do Estado dirigidas à sua própria construção e à construção da sociedade. (BOMENY. 1999. p.151).

Ao apresentar a fotografia ao público - alvo na qual encontram-se presentes elementos de consumo, vestuário de “moda” dos grandes centros urbanos representados pela criança sorridente e forte, cabelos alinhados e lisos e futura mãe do “novo” brasileiro que se criava (foto nº 17), percebemos que os princípios eugênicos no período são muito presentes. A ‘interação sexual’ com o índio e o típico caboclo ribeirinho, da mesma forma com pessoas de sua própria origem, produziria esse “novo” homem brasileiro. A imagem também apresenta a Amazônia como dotada de capacidade de consumo. A criança bem vestida e sorridente significa conquistas financeiras de seus pais com o trabalho nos seringais proporcionado pelo “ouro branco”, assim como da região já oferecer estabelecimentos comerciais nos quais poderiam ser adquiridos os produtos apresentados na imagem. Da criança saudável sob os cuidados da legislação do Departamento Nacional da Criança (DNCr.) que, na verdade, não atuou na Amazônia com a divulgação populista do governo quanto ao assunto.

A criança apresenta pernas e braços à mostra, significando o domínio pelo governo, através do Plano de Saneamento da Amazônia e do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) dos mosquitos transmissores de doenças como a malária e febre amarela, mosquitos que atacam particularmente pernas e cotovelos. Essa observação torna-se relevante na medida em que uma grande parcela da população ainda não acreditava que, na Amazônia, o governo não tivesse conseguido, mesmo com a diminuição dos casos de doenças com mortes, o controle das endemias que assolavam a região. O sorriso retratado dessa criança, porém, significando a vida feliz na região, o tempo se encarregaria em destruir. A ‘escravidão’ por dívidas, os maus tratos dos patrões, o patriarcalismo, com a submissão e sofrimentos da mãe e filhos, o trabalho infantil em casa e no seringal, o casamento com um homem também rude e patriarcal. A ‘migração’ e fugas para a cidade grande, Belém, Manaus, Rio Branco e Porto Velho em suas fases adultas mostram que muitas buscavam ‘fugir’ das condições de escravidão a que elas e seus familiares estavam submetidos no seringal. Entretanto, em sua grande maioria, analfabetas, logo eram aliciadas pelo dinheiro “fácil” dos prostíbulos dessas cidades.

Ao fundo da imagem uma senhora sentada, fuma ‘sossegadamente’ seu cigarro de palha ou cachimbo embaixo de uma frondosa árvore, indicando que os fazeres domésticos já tinham sido cumpridos e dispõe de tempo para “usufruir” a natureza. Está com sua família, em um lugar promissor de riquezas, seu marido e filhos encontram-se no seringal em busca do

ouro branco; sua filha, sobrinha ou neta, está bem vestida e sendo fotografada, coisa difícil (quase impossível) em sua terra natal diante das grandes dificuldades financeiras.



Foto nº18 - O capitalismo normativo/disciplinar. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The whole onward struggle of mankind on the face of the earth is such a determination of the life that shall exist about it and such a control of physical objects as determine and affect its own life. The community as such creates its environment by being sensitive to it (p.250). [...] The human society that can itself determine what the conditions are within which it lives is no longer in a situation of simply trying to meet the problems that the environment presents. If humanity can control its environment, it will in a certain sense stabilize itself and reach the end of a process of envelopment. [...] (p. 251). The human situation is a development of the control which all living forms exercise over their environment in selection and in organization, but the human society has reached an end which no other form has reached, that of actually determining, within certain limits, what its inorganic environment will be. (MEAD: *op cit. ib id*, p. 252)⁹⁶

O Capitalismo modernizante instalado por Vargas no pós-1930 com maior tomada de ações no Estado Novo através de medidas protecionistas e fomentadoras do parque industrial brasileiro com o objetivo da inserção capitalista do interior como consumidor ao mesmo

⁹⁶ Toda luta avante da humanidade na face da terra é uma determinação da vida que irá existir ao seu redor e de tal controle dos objetos físicos já que determinam e afetam sua própria vida. A comunidade como tal cria seu ambiente ao ser sensível a ele (p.250). [...] A sociedade humana que pode por si própria determinar as condições dentro das quais vive não mais está numa situação de simplesmente tentar encontrar os problemas que o meio apresenta [...] (p. 251). Se a humanidade pode controlar seu ambiente, ela poderá, num certo sentido, se estabilizar e alcançar a finalidade de um processo de desenvolvimento [...] A situação humana é uma evolução do controle que todas as formas vivas exercem sobre seu ambiente em seleção ou em organização, mas a sociedade humana atinge uma finalidade que nenhuma outra forma atingiu, aquela de realmente determinar, dentro de certos limites, qual será seu ambiente inorgânico (p. 252).

tempo produtor de matérias-primas para a indústria nacional; se não apresentou os resultados que Vargas e seus ideólogos esperavam, é inegável, porém, que lançou estratégias para o ingresso do país em uma economia competitiva. Mesmo recebendo resistências de oligarquias localizadas, mas com poder econômico e político ainda bem resistente. Sentiam-se ameaçadas com as mudanças que Vargas apontava instaurar no campo em seu objetivo de construção de escolas rurais profissionalizantes, significando, finalmente, que as conquistas e legislação que o cidadão já vivenciava finalmente chegaria ao campo (Prado; 1995)⁹⁷.

A inserção capitalista do interior ao projeto modernizante do Estado varguista porém, precisava de dados confiáveis para os investimentos que Vargas afirmava chegariam à Amazônia. Em 1934, foi criado o INE (Instituto Nacional de Estatística), mas começou, efetivamente a funcionar em 1936. Em 1937, foi instituído o CBG (Conselho Brasileiro de Geografia), que, incorporado ao INE, passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹⁸.

Em 1937, foi criado o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), contando em seus quadros com fotógrafos como Marcel Gautherot, Jean Manzon, Tibor Jablonszky, Hermondino Chagas, Wilson de Souza Aranha e Gilson Costa – os três últimos a quem se credita a grande maioria das imagens da Batalha da Borracha-, e desenhistas como Percy Lau, (Salgueiro; 2005), as representações do Brasil realizadas por esses artistas ‘obedeciam’ à geografização do país, isto é, povo, meio, território. Dessa forma, as teorias de Ratzel, particularmente as referentes às questões de domínio do território por uma civilização superior instaurando uma nova ordem encontram-se presentes em praticamente, todas as produções; quer sejam artísticas, literárias, políticas e religiosas. O Norte e Oeste brasileiro são apresentados por estes fotógrafos, pintores e desenhistas como regiões inóspitas, porém, pródigas e ‘abertas’ à civilização.

Os impedimentos para a unidade nacional faziam parte de um passado, o presente exigia um governo centrado na imperiosa necessidade da modernização brasileira através do desenvolvimento da ciência nacional, mesmo com as grandes dificuldades e limitações existentes. As publicações da Revista do IBGE, dos Boletins do Conselho Nacional de Geografia, do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público - 1938), trabalhavam

⁹⁷ Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm> >
Acesso em: 23/10/2010

⁹⁸ Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm> >. Acesso em: 27 março 2010.

no pensamento dos verde-amarelos, qual seja: conhecer geograficamente o país, o homem no domínio do meio através da ciência como instrumento para a modernidade objetivada.

Modernidade que reordena as relações de produção, consumo e comercialização até então existentes na região à normatização que o grande capital exige. A fotografia nº 18 nos mostra o sistema normativo-disciplinar imposto aos trabalhadores nordestinos e às comunidades ribeirinhas para a epopeia que ali passavam: fardamento específico, cabelos cortados, posição ereta no trato do remo; tudo sob controle e inspeção de funcionários das empresas seringalistas.



Foto nº 19-. O “esforço” pelo. Eldorado prometido. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The family is the fundamental unit of reproduction and of maintenance of the species: it is the unit of human social organization in terms of which these vital biological activities or functions are performed or carried on. And all such larger units or forms of human social organization as the clan or the state are ultimately based upon, and (whether direct or indirectly) are developments form or extensions of, the family. [...] Indeed, any psychological treatment of human nature involves the assumption that the human individual belongs to an organized social community, and derives his human nature from his social interactions and relations with that community as a whole and with the other individual members if it. (MEAD, *op cit, ib id*, p. 229)⁹⁹

⁹⁹ A família é a unidade fundamental de reprodução e manutenção das espécies; é a unidade da organização social humana em termos dos quais essas atividades ou funções biológicas vitais são desempenhadas ou mantidas. E todas essas unidades ou formas maiores de organização social como o clã ou o Estado, são essencialmente baseadas na família, e (seja direta ou indiretamente) são desenvolvimentos ou extensões da mesma. [...] De fato, qualquer tratamento psicológico ou filosófico da natureza humana envolve a suposição de

Em Vargas e em Mead, a família constitui a ‘célula mater’ da sociedade, é nela que a sociabilidade e condutas para a vida em sociedade são estatuídas, dependendo do tipo de socialização e condutas que essas famílias trabalham em seu cotidiano familiar, daí a família constituir fonte de intensa investigação (e vigilância) por parte dos saberes-poderes para as políticas, quer sejam sociais, educacionais, normativa e disciplinar que devam reger a vida familiar para as condutas exigidas pelo Estado.

Em seu início a Marcha para Oeste e Norte brasileiro, era constituída por homens solteiros e casados que não podiam levar suas esposas e filhos, deixando-as entregues à ‘proteção’ do SESP nas hospedarias de Fortaleza, cidade piloto da Batalha da Borracha. A partir de 1942, com o incremento da produção e da consequente necessidade de mais mão de obra para os seringais, assim como o crescimento de mortes por malária e febre amarela, violência com mortes entre os seringueiros, o governo decide que o arregimentado pode levar a família consigo para a Amazônia. Famílias constituídas de um numeroso grupo familiar, e para o governo quanto mais filhos e parentes nela existissem, maior seria a produtividade no trabalho (foto nº 19). O lema “*família que trabalha unida permanece unida*” será explorado na forma mais violenta de sua face: a escravidão coletiva de seus membros com as dívidas contraídas na viagem e no Barracão do seringal, além do medo de serem separados e “espalhados” em outros distantes seringais.

Na imagem apresentada, é nítida a demonstração de “felicidade” apresentada nos rostos das crianças que são apresentadas sorrindo em primeiro plano na fotografia. Os motivos para tal descontração podem ser variados: podem sentirem-se contentes por estarem juntos de toda a família na produção das *pelas* de borracha; podem sentir-se contentes por terem atingido a meta estipulada pelo seringueiro e, finalmente, com o montante da produção que se apresenta saldarem suas dívidas frente ao *barracão* do seringueiro e ficarem livres do sistema opressivo e explorador da extração do látex; podem estar contentes por receber seus saldos pela produção e poder realizar algumas compras pessoais para suas famílias na cidade.

Na imagem em questão (foto nº 19), o sorriso das crianças, a própria presença destas como trabalhadores nos seringais “rolando” as *pelas* de borracha por caminhos tortuosos, barrentos e empoeirados não apresenta os perigos que a caminhada na floresta apresentava: cobras, onças e insetos peçonhentos como o carapanã, correspondente à *muriçoca* no

que o indivíduo humano pertença a uma comunidade social organizada, e derive sua natureza humana de suas interações e relações sociais com esta comunidade como um todo e com os outros membros individuais dela.

Nordeste, e o pium – borrachudo, responsável pela doença filariose ou elefantíase) além do *Aedis Aegypti* mosquito transmissor da febre amarela e do *Anopheles*, responsável pela malária. A legislação fiscalizadora das condições de trabalho e relações entre seringalistas e seringueiros era inexistente na Amazônia. As fotos nº 20 e 21 apresentam em que condições os soldados da borracha trabalhavam para a conquista da brasilidade e modernidade prometida pelo governo Vargas.



Foto nº 20-. Economia e Eldorado: endividamento e desilusão. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

The economic and religious principles are often put in opposition to each other. There is, on the one hand, the assumption of an economic process which we call “materialistic” in character; and, on the other hand, the identification of people in common interests which we speak of in idealistic terms. Of course, some justification can be found for this view, but it overlooks the importance of the fact that these attitudes have to be continually corrected. It is assumed that the economic process is always a self-centered one in which the individual is simply advancing his own interest over against the other, that one is taking the attitude of the other only to get the better of him. (MEAD, *op cit, ib id*, p. 295).¹⁰⁰

¹⁰⁰ Os princípios econômicos e religiosos são, freqüentemente, colocados um em oposição ao outro. Há por um lado, a suposição de um processo econômico ao qual chamamos “materialista” em seu caráter, e, por outro lado, a identificação de pessoas e interesses comuns, dos quais falamos em termos de idealistas. Certamente, alguma justificativa pode ser encontrada para essa perspectiva, mas ela ignora a importância do fato de que essas atitudes têm de ser continuamente corrigidas. É pressuposto que o processo econômico é sempre centrado no *self*, um processo no qual um indivíduo esteja apenas promovendo seu próprio interesse em oposição ao outro, que toma a atitude do outro apenas para obter o melhor dele.

Na Batalha da Borracha Igreja e Estado se aliam em objetivos ‘comuns’. Para a Igreja Católica o temor era a instalação de missionários protestantes na Amazônia. Em uma região distante e com pouco efetivo de missionários para atuar em distâncias quilométricas, a arregimentação de nordestinos fervorosamente católicos constituiria uma boa ‘ajuda’ na orientação e fidelidade aos princípios católicos. Ao Estado caberia aplicar a legislação jurídico e trabalhista a esses ‘escolhidos’ na assistência que tanto precisariam nos momentos de desespero e agonia na hora da morte.

Na desmistificação da Amazônia como Eldorado, oralidade e imagem se fundem na demonstração da falência do pertencimento com reconhecimento do interior ao corpo nacional. Tomamos como representativos três depoentes com ofícios cada qual a seu objetivo de trabalho, porém, na mesma condição: dirigentes de ações e relações sociais na região. Significando também modos de administrar específicos: um juiz, um padre e um seringalista. A oralidade, assim como a escrita, não existe destituída do lugar que o depoente ocupa na comunidade ou na correlação de forças existentes. Da mesma forma, o valor que a oralidade ocupa na escritura da historiografia. Se o cientista for comprometido com as lutas sociais do povo ou comunidade que escreve, sua linguagem privilegiará as denúncias e alijamentos sociais a que essa comunidade está submetida; sendo um cientista que privilegie o discurso do/no poder o fará a partir do discurso das elites dominantes.

Os depoimentos a seguir são fortes pela violência e impunidade que seus depoentes relatam na cotidianidade dos seringais amazônicos. São testemunhas que, na função trabalhista e religiosa que ocupavam constituíam autoridade na região e foram testemunhas das atrocidades que aconteciam nas relações de exploração trabalhista e discriminatórias nos seringais. Observando que os depoimentos a seguir, constituem relatos de violências denunciadas que conseguiram chegar às autoridades locais; e para serem “investigadas” deveriam apresentar tamanho nível de brutalidade que ‘fugiam’ completamente ao código da mínima ‘civildade’.

O primeiro depoimento é do Juiz Oyama Ituassu, amazonense, que exerceu suas atividades na cidade de Carauari- Amazonas no período em questão:

Já acompanhei como juiz [...] casos [...] de assassinatos de seringueiros por ordem do patrão. Às vezes, as coisas mais bárbaras que o senhor pode imaginar. Eu julguei, por exemplo, o caso de um homem de 60 anos. Morava numa estrada muito distante onde não havia mulher. Ele se engraçou por uma garota de 24 anos, leprosa. Mas como não tinha outra, ele ficou com ela. Um belo dia apareceu um rapaz para trabalhar com ele e tomou a mulher dele. Ele esperou o rapaz na estrada e matou o

rapaz com um tiro, abriu-lhe o ventre, tirou as vísceras, enfiou de baixo (*sic*) da terra e comeu o fígado na brasa. Isso ele mesmo me contou, lá no cartório. Para ter a idéia da insensibilidade, eu perguntei: “O senhor bebe?” Ele: “Não. Essa minha boca nunca viu cachaça”. O homem tinha comido o fígado do adversário. Casos terríveis. Um seringalista mandou um pobre preto, seu serviçal. Isso é real, não estou inventando. “Olha, sobe ali e me tira aquele cacho de açaí que está maduro”. “Pois não coronel!”. Quando o rapaz estava lá em cima ele falava: “Fulano, olha aí aquele macaco comendo meu açaí”. Dava um tiro nele para não pagar o saldo. Eu não dou o nome do seringal nem das pessoas por uma questão de que ainda há descendentes vivos e eu não quero ferir ninguém. Isso é real. [...] Eu mesmo vi muitos fatos, um deles, por exemplo, me marcou porque eu era juiz de Caruarí. Um rapaz de 20 anos namorou com a afilhada do prefeito. O prefeito mandou agarrar o rapaz no mercado público. Rasparam a cabeça do rapaz a terçado. Isso me deu uma irritação tão grande que eu enfrentei o prefeito e mandei soltar o rapaz e processei o prefeito. Depois eu vim embora transferido e não sei como ficou. Mas ele passou por dissabores. Eu fui duro com ele. Era um homem bom, mas cheio de autoridade, e achava que o mundo girava em torno dele e que ele não fazia parte do mundo, era o mundo que fazia parte dele. Era diferente, não? ¹⁰¹.

O segundo depoimento é de um seringalista, Moacyr Mota, que procura minimizar as ações destes quanto às situações de violência e exploração a que estavam submetidos os seringueiros:

Não era todo seringal que tinha índio não. Os índios viviam nos altos rios. A civilização vai empurrando não vai? O progresso vai também empurrando, vai chegando a cidade e é a mesma coisa. [...] os índios depois que você entrava em contato com eles ficavam todos companheiros. Quando a gente entrava em contato, aparecia a Funai no tempo da sigla SPI – Serviço de Proteção ao índio. Que para nós era Serviço dos Protegidos dos Índios. [...] No seringal, o seringueiro solteiro ou com família, tinha a sua rocinha, tinha criações, tinha o rio, tinha o supermercado, mata peixe, caça. Criação. Você tinha as suas criações. Hoje a maioria está na cidade, não tem uma idéia do que é um seringal. Porque o seringueiro era um homem independente, autônomo. Chegava o dia do mantimento, a gente ia deixar lá na sua casa, a aviação como se chamava. No fim do mês ia buscar a produção. O seringueiro não queria outra vida. Um homem que trabalhava quatro dias da semana era um bom seringueiro, tinha de tudo. Hoje não tem nada, fechou tudo. ¹⁰².

O terceiro depoimento é do padre acreano Padre José Carneiro de Lima, que exerceu suas atividades nos seringais desse estado desde 1937:

O trabalho da catequese deve ser adaptado às circunstâncias históricas, geográficas, etnográficas, econômicas de toda a região. A Igreja precisa se adaptar aos verdadeiros tipos e às raças das pessoas como elas são. Ora, um povo disperso dentro das matas, um povo que traz do Nordeste um vestígio de religião, de crença, chega aqui dentro destas matas, se mistura com o caboclo que já é supersticioso por natureza, com o índio que é muito supersticioso e assimila. Essa gente se brutalizou [...] Todo padre devia estudar medicina, pelo menos fazer um curso de medicina de emergência para ser aplicada nestas matas, no lugar para onde eles vão. [...] Os índios foi a gente melhor que eu tive para trabalhar. Eles são mais companheiros, mais amigos. Porque eles percebiam que a gente não ia atrás de política, atrás de mulher, nem atrás de enganá-los. A gente ia lá atrás de ajudá-los,

¹⁰¹ In: Revista Nossa; Ano II; nº 7; 1993; Editora Fênix; Encarte Herói Verde: a memória do Amazonas. Porto Velho; p. 27-34.

¹⁰² in: Revista Nossa; Ano I; nº 2; 1992; Editora Fênix; Encarte Herói Verde: aventuras do seringal. Porto Velho, Rondônia; p. 23-30.

eram amigos verdadeiramente do peito, amigos do coração, nunca tive dificuldade com os índios não. [...] Primeiro que o índio não tem preconceito, não tem antecedentes. Os seringueiros já tem (*sic*) as suas idéias, suas concepções, suas superstições pela cabeça. [...] Os maiores inimigos dos índios eram os seringalistas, os exploradores da borracha, que queriam as matas livres. Eu encontrei seringueiros que matou 800 índios no rio Antimari, para tirar os índios de lá, para poder tirar borracha à vontade¹⁰³.

O juiz arbitrou atrocidades que a brutalidade da solidão e do isolamento, da falta da assistência prometida, a escravidão, a certeza da impunidade pelo patrão reinantes na região eram capazes de realizar. Da mesma forma quanto ao poder dos chefes locais, sendo ele próprio, uma vítima quando afirma sua transferência do local que executava suas atividades. Clarezza apresentada quando relata o caso do rapaz perseguido pelo prefeito e não soube como acabou o problema porque foi transferido. Os casos relatados são os que “conseguiram” chegar a júri. Pensemos, pois, diante das evidências apresentadas não somente no relato do juiz, mas ao longo de nosso trabalho, sobre as várias formas de violências a que foram submetidos os nordestinos seringueiros na Amazônia. O que dizer quanto às violências contra mulheres e crianças, “brancas” e índias?

O segundo depoente é um seringalista. Obviamente, como empresário e dono de seringal, defende sua categoria. Bem diferente do relato do juiz Oyama, afirma a assistência que o seringueiro recebia na sua “própria casa”, os “direitos” de plantar e caçar, que tinha tudo que queria. Critica o trabalho do SPI e afirma que o “progresso” é inevitável, a cidade vai dominando o campo. O terceiro depoente é um padre que trabalhou muito tempo nos seringais do Acre e conhece muito bem as realidades que atuou. Sua narrativa demonstra a inexistência de um aparato estatal efetivo na região afirma que os verdadeiros inimigos dos índios eram os seringalistas, e defende a necessidade de uma formação holística para os padres que atuassem na região dada a gama de atividades que desenvolviam, principalmente noções de medicina e primeiros socorros. Os três depoentes apresentam suas interpretações sobre o processo de ocupação da Amazônia. Enquanto o juiz e o padre nos relatam as relações de escravidão, abandono, falta de assistência médica e hospitalar, o seringalista, por sua vez, minimiza os sofrimentos relatados pelos dois primeiros. Ao mesmo tempo em que se constituem como narradores das atrocidades sofridas pelos seringueiros nordestinos nos seringais da Amazônia (o juiz e o padre), são “representantes” do Estado naquelas paragens, porém, não dispõem do instrumental necessário para o cabal desempenho de suas funções.

¹⁰³ in Revista Nossa; Ano I; nº 5; 1993; Editora Fênix; Encarte Herói Verde: o padre revolucionário. Porto Velho, Rondônia; p. 31-38.

Quanto ao seringalista também o é, emprega e produz para as necessidades do Estado. Está “contribuindo” para a inserção capitalista da Amazônia ao projeto nacional varguista. Recebeu mão de obra sem ônus algum para suas finanças, além de receber incentivos fiscais do governo pela contribuição ao projeto de brasilidade que se gestava. Contribuição, conforme apresentados em páginas anteriores, sem a fiscalização do Estado nas relações de produção existentes no seringal. Lembremos que a legislação trabalhista varguista não atingiu as relações de atrelamento e exploração no campo brasileiro.



Foto nº 21-. A produção para a vitória: os perigos da floresta. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

On the other hand, those social situations in which the individual finds it most difficult to integrate his own behavior with the behavior of others are those in which he and they are acting as members, respectively, of two or more different socially functional groups: groups whose respective social purpose or interests are antagonistic or conflicting or widely separated. [...] In social situations of the latter general type on the other hand, each individual's attitude toward the other individuals is essentially asocial or hostile (though these attitudes are of course social in the fundamental non-ethical sense, and are socially derived). [...] those individuals are motivated, in that situation, by several different and more or less conflicting social interests or purposes. Examples of social situations of this general types are those involving interactions or relations between capital and labor, i.e., those in which some of the individuals are acting in their socially functional capacity as members of the capitalistic class, which is one economic aspect of modern human social organization; whereas the other individuals are acting in their socially functional capacity as members of the laboring class, which is another (and in social interest directly opposed) economic aspect of that social organization (MEAD, *op cit ib id*, p.322-3).¹⁰⁴

¹⁰⁴ Situações sociais nas quais o indivíduo encontre dificuldades para integrar seu próprio comportamento com o comportamento dos outros são aquelas nas quais ele e eles estejam agindo como membros, respectivamente, de dois ou mais grupos socialmente funcionais distintos; grupos cujos interesses e propósitos sociais respectivos

Nos depoimentos são nítidos como as relações sociais e trabalhistas empregadas pelos patrões na campanha da borracha e na vida cotidiana nos distantes seringais da Amazônia estavam bem distantes do ‘pacto’ que haviam estabelecido entre estes e o governo. Depoimentos que distanciados pelo tempo dos primeiros viajantes à região, das expedições científicas de Oswaldo Cruz e, finalmente, da inserção capitalista e pertencimento ao corpo nacional que a Marcha para o Oeste prometeu, mas não foram cumpridas.

As imagens veiculam vestimentas inadequadas no manuseio e transporte das “pélas” de borracha ao posto coletor (fotos nº 20 e 21), longas distancias realizadas através de barcos e a pé por caminhos tortuosos e sem corredor de escoamento. Outra leitura possível das fotos citadas, remete à “entrega” dos seringueiros às situações de extrema vulnerabilidade ao acometimento das doenças da região, posto não apresentarem – se com vestimentas condizentes para o trabalho, a desilusão quanto à falência do Eldorado, os torna desejantes da própria morte. E mais uma leitura: a negação, por parte dos seringalistas, de vestuário específico para o desempenho do trabalho. As crianças trabalhando no seringal quando deveriam estar na escola é outra promessa não cumprida. O que significa afirmar que a legislação protetora da criança não chegava aos seringais da Amazônia (foto nº 22).

A carta enviada a Vargas por dois seringueiros relatando-lhe a exploração a que estavam submetidos nos seringais amazônicos é mais um exemplo da utopia do Eldorado na Amazônia. O que torna a carta importante como fonte de pesquisa histórica e sociológica é **especialmente esta carta**, ter conseguido chegar às mãos de Vargas, dentre dezenas que foram escritas e nunca saíram do seringal pois não eram postadas. Qual seringalista permitiria que suas atrocidades fossem denunciadas? As poucas que conseguiram chegar às mãos de seus destinatários, tanto governamental quanto familiares, tratavam em saber como estavam os parentes que haviam permanecido no Nordeste – no Sertão ou hospedarias do governo - ou enaltecendo a nova vida que haviam encontrado na Amazônia.

Qual o interesse, então, do governo em publiciza-lá? Primeiro, trata-se de um seringalista estrangeiro e não está, em solo brasileiro, cumprindo a legislação jurídica e trabalhista do país. Essa observação, aparentemente insignificante toma significado na medida

são antagônicos, conflitantes ou amplamente separados. [...] Exemplo de situações sociais desse tipo são aquelas que envolvem interações ou relações entre o capital e o trabalho, isto é, aquelas nas quais alguns dos indivíduos estão agindo em sua capacidade socialmente funcional como membros da classe capitalista, que é um aspecto econômico da organização social moderna; enquanto os outros indivíduos estão agindo em sua capacidade socialmente funcional como membros das classes de trabalho, que é um outro (e em interesses sociais diretamente opostos) aspecto econômico dessa organização social.

em que as denúncias são dirigidas contra uma pessoa que não sendo brasileiro ousa desobedecer, em terras brasileiras, o chefe maior do Brasil, o presidente da República. O homem que trabalhava incessantemente pelo civismo e nacionalismo do Brasil. Aquele que havia criado a CLT e prometido segurança trabalhista e jurídica, liberdade, terra e fartura para quem migrasse para a Amazônia. Segundo, ao mesmo tempo que os remetentes apresentam as violências sofridas demonstrando-as documentalmente conforme afirmam na carta, reiteram a confiança no projeto de brasilidade que o governante prometera. Terceiro, “conhecedores” da agressão infringida ao Brasil pela Alemanha e da aliança do Brasil como Aliado aos Estados Unidos na guerra para a produção da borracha reiteram seus compromissos de honrar o contrato arregimentativo assinado; quarto, como soldados que lutam dentro de seu próprio país para seu progresso reafirmam o compromisso em continuar a defender o solo brasileiro e honrar o compromisso assumido;

Seringal Paraguassú, Município de Brasília, 10 de maio de 1944.
Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas
Eminente chefe(sic) da nação.

Nos (sic) soldados da borracha residentes na fronteira dos trez(sic) paizes(sic). Brasil, Bolívia e Perus. Viemos de um modo geral pedir permissão a(sic) V. Ex. para que a nossa situação chegue ao conhecimento de V. Ex. Passamos a vossas mãos contas de liquidações da borracha e talões que comprovam a nossa situação commercial (sic). E apellamos(sic) para o alto espirito(sic) de justicia(sic) que nos seja dado aquillo(sic) que o mesmo achar que **nos assiste por direito**. Alem do que enviamos a V. Ex. Tamos(sic) victimas (sic)de injurias e ameaças. O seringalista a que pertence este setor é de nacionalidade portuguesa. E quando **clamamos direitos assistidos por V. EX.** elle(sic) nos afronta dizendo que V. Ex. manda no Palacio (sic)do Catete e elle(sic) no seu seringal. Juntou todos os nossos productos(sic) chamando todos os seringueiros a liquidarem no dia 8 de abril deste corrente como provamos com as mesmas enviadas as(sic) mãos de V. Ex. Nossos filhinhos estão nus(sic) e famintos e pedem por nosso intermedio(sic) justicia (sic)para semelhante fato. Contudo V. Ex. pode contar serialmente (sic)com nosso esforço e produção da borracha em defeza (sic)do Paiz(sic). Saberemos cumprir com o nosso dever e confiamos que a nossa situação sera(sic) melhorada assim que chegue esta as(sic) mãos do grande amigo e chefe. Permita-nos adiantar mais que esta situação e (sic)de um modo geral em todo o territorio (sic)do Acre. Clamores identicos(sic) foi divulgado ao Exmo Sr. Coronel Governador do Territorio (sic)do Acre ate então não fomos ouvidos. É este o motivo de sermos obrigados a fazer-mos(sic) novo apello(sic) direto. Estamos prontos para Respondemos(sic) pela(sic) palavras que acabamos de firmar perrante V. Ex. Enviaremos tambem(sic) talões referentes preços de mercadorias, venda de atebrias verificadas do governo. Segue tambem notas comprovantes do seringal Guanabara vizinho cobrando gratificações dos soldados da borracha que foram transportados para esta fronteira à custa do governo. Além disso segue também contas de vendas dos seringueiros que embarcam diretamente o Banco por intermedio (sic)do seringalista Alfredo Vieira Lima. Que tendo controles com a grande casa commercial(sic) em Manaus o Sr. G. G. Araujo estraе (sic) da conta geral do Banco falsificando-a e tambem (sic)aos produtos. Os melhores fabricantes de borracha deste tem sido prejudicados pois as referidas contas viciadas pervalessem(sic) do nome do Banco clasificações(sic) impossível(sic) para em nome do Banco dizerem que o seringueiro pois(sic) na sua borracha sernambi e outras. E(sic) conhecido que nunca puseram sernambi em suas

borrachas nem mesmo quando ella(sic) não tinha a exigencia(sic) que tem atualmente. E a tudo isto sabemos que e(sic) abuso visto tratar de um material de guerra e que o mesmo esta cotado por V. Ex. e também sabemos que somos soldados da borracha empenhados na defesa do Paiz(sic) e atravez(sic) de todas essas circutancias(sic) já referidas contamos com o apoio de V. Ex. que nossa situação será melhorada com á(sic) chegada desta as (sic)vossas mãos. E afirmamos também(sic) que a cigurancia(sic) do Paiz(sic) estiver dependendo de nos(sic) pode confiar que elle(sic) não será(sic) violado. Confiamos no alto espírito(sic) de V. Ex. firmamo-nos

Francisco Praia e João Valério



Foto nº 22-. A infância destruída. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

What we call the ideal of a human society is approached in some sense by the economic society on the one side and by the universal religions on the other side, but it is not by any means community of the democratic type. As democracy now exists, there is not this development of communication so that individuals can put themselves into the attitudes of those whom they affect. There is a consequent leveling-down, and an undue recognition of that which is not only common but identical. The ideal of human society cannot exist as long as it is impossible for individuals to enter into the attitudes of those whom they are affecting in the performance of their own peculiar functions.(MEAD, *op ci, ib id*, p. 328)¹⁰⁵

¹⁰⁵ O que chamamos de ideal de uma sociedade humana é abordado, em algum sentido, pela sociedade econômica por um lado e pelas religiões universais por outro, mas não é de forma alguma plenamente percebido. [...] Como a democracia existe agora, não há esse desenvolvimento da comunicação de forma que indivíduos possam se colocar nas atitudes daqueles que afetam. [...] O ideal da sociedade humana não pode existir contanto que seja impossível para os indivíduos ingressarem nas atitudes daqueles que eles estejam afetando no desempenho de suas próprias funções peculiares.

Nos discursos sobre o eldorado amazônico, Vargas anunciava que as conquistas adquiridas pelos trabalhadores dos grandes centros seriam implementadas na Amazônia. Uma delas seria a de proteção à criança, ao adolescente e às mães, já em execução por parte do Departamento Nacional da Criança (DNCR) no Rio de Janeiro e em São Paulo. Não foi o que aconteceu. Através da imagem apresentada na foto nº 22, fica claro que a legislação de ‘proteção’ à criança não se aplicava nos seringais da Amazônia. Com certeza essa não é uma imagem oficial, não foi produzida pelo governo estadonovista, entretanto, como as demais apresentadas até o momento, encontra-se no mesmo acervo dos Soldados da Borracha no Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia.



Foto nº 23- O capital racional legal: a administração monetária. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia. Acervo: Batalha da Borracha. Proibida reprodução. Respeitados os direitos autorais.

A highly developed and organized human society is one in which the individual members are interrelated in a multiplicity of different intricate and complicated ways whereby they all share a number of common social interests, - interests in, or for the betterment of, the society – and yet, on the other hand, are more or less in conflict relative to numerous other interests which they possess only individually, or else share with one another only in small and limited groups. Conflicts among individuals in a highly developed and organized human society are not mere conflicts among their respective primitive impulses but are conflicts among their respective selves or personalities, each with its definite social structure – highly complex and organized and unified – and each with a number of different social facets or aspects, a number of different sets or social attitudes constituting it. (MEAD, *op cit*, *ib id*, p.307)¹⁰⁶

¹⁰⁶ Uma sociedade humana altamente organizada e desenvolvida é aquela na qual os membros individuais estejam inter-relacionados numa multiplicidade de formas complicadas e intrincadas distintas por meio dos quais eles todos compartilhem um número de interesses sociais comuns – interesses na, ou pelo melhoramento da, sociedade – e, mesmo assim, por outro lado, que estejam mais ou menos em conflito em relação a outros

A foto nº 23 constitui uma típica imagem do Estado racional weberiano. O capitalismo modernizador implantado no Brasil por Vargas é regido por uma burocracia estatal administrada por homens de formação acadêmica, pertencentes, portanto, ao quadro que Vargas adjetivava de homens pensantes sobre a situação do país. Mesmo compartilhando um mesmo objetivo – a produção da borracha – os interesses, contudo, apresentam especificidades. Enquanto o capital racional-legal aplica a legislação econômica de acordo com as leis do lucro exorbitante com a exploração exaustiva da produção, aos seringueiros essa mesma legislação é aplicada utilizando o modo mais arcaico e transgressor de exploração: a dívida por vales e compras realizadas no próprio Barracão do seringalista que anotava, segundo suas conveniências, a dívida a ser paga através da produção da borracha referente não só ao valor e peso estipulado para as “pelas” de borracha e ainda, pagar as dívidas contraídas no Barracão.

Dessa forma, as dívidas nunca eram pagas. Outra demonstração da exploração realizada é quanto ao peso das “pelas” nas balanças dos postos de coleta que, na grande maioria dos casos, era sempre para menos e o seringueiro tinha que produzir mais e mais para poder ter algum “saldo” em mercadorias, porque em dinheiro em espécie ele não conheceu.

Em uma leitura Interacionista Simbólica meadiana, a imagem representa dois segmentos trabalhando em situações definidas nas quais os interesses apresentam-se bem delineados: aos dirigentes a administração, aos ‘funcionários’ o cumprimento de suas obrigações em produzir; os dirigentes ‘precisam’ do trabalho dos segundos funcionário, que por sua vez precisam do reconhecimento daqueles enquanto agentes produtivos para o ‘esforço’ da Batalha produtiva da borracha. Uma terceira interpretação interacionistas indica que mesmo apresentando interesses comuns, a produção de borracha para a vitória do Brasil e dos Aliados na guerra, a brasilidade estava sendo construída na Amazônia (cartaz nº 09). Todavia, o significado da ação para ambos apresenta, porém, interesses diferenciados.

Enquanto ao seringalista interessa a pauta de produção e exportação da borracha, ao seringueiro a efetivação das promessas do Eldorado que o governo lhes prometeu quando de sua arregimentação para a vitória do Brasil na guerra e na ocupação dos “espaços vazios”. A carta reitera o compromisso, por parte dos seringueiros de cumprir e honrar a palavra e a

numerosos interesses que eles possuem somente individualmente, ou, então, que compartilhem um com o outro somente em grupos pequenos e limitados. Conflitos entre indivíduos numa sociedade extremamente desenvolvida e organizada não são meros conflitos entre seus respectivos impulsos primários, mas conflitos entre seus respectivos *selves* e personalidades, cada um com sua estrutura social definida – extremamente complexa, organizada e unificada – e cada um com o número de facetas ou aspectos sociais diferentes, um número de conjuntos diferentes de atitudes sociais que o constituam. (p.307)

esperança confiada ao Presidente da República do Brasil. Lutar pela vitória do Brasil na guerra e contra a inospicidade da região, ao clima e costumes locais.

A saudade das famílias para os solteiros, pais, irmãs, amigos e namoradas e as festividades de seu lugar; da mesma forma os casados, em uma terra em que o rifle era a lei, passaram a constituir alto nível de alcoolismo, crescimento da violência por mulheres e o número de estupros contra índias e mulheres da região também aumentou.

Para os dirigentes, a vitória dos países aliados na guerra e maior ingerência americana no Brasil na América do Sul; para os seringueiros, a vitória do Brasil na guerra significava que haviam contribuído para esta vitória e seriam reconhecidos como heróis que travaram várias batalhas na Amazônia: contra a inospicidade da região, a dificuldade de adaptabilidade ao clima e costumes locais; a exploração dos seringueiros. Não precisamos tecer comentários quanto à saudade das famílias para os solteiros (pais, irmãos, amigos), para os casados (esposas e filhos), além, claro, da sua própria terra natal. Para os que migraram levando suas famílias completas conheceriam de forma brutal as perseguições masculinas às suas esposas e filhas, casos de estupros eram cotidianos. Mas haviam se alistado no Nordeste como soldados que lutariam pelo Brasil produzindo borracha, material estratégico para a guerra dentro de seu próprio país e honrariam juramentos.

Conforme nos diz Mead:

The present includes what is disappearing and what is emerging. Toward that which is emerging our action takes us, and what is disappearing provides the conditions of that action (p. 345) [...] We are individuals born into a certain nationality, located at a certain spot geographically, with such and such family relations, and such and political relations (*op cit ib id*, p. 182)[...] ¹⁰⁷

O projeto de modernidade varguista para o Brasil pode ser compreendido sob essa ótica de Mead. O presente do pós-1930, configurado nos efeitos da crise de 1929, na crise do liberalismo, no crescente reordenamento da supremacia da cidade sobre o campo e da necessidade de reaparelhamento da máquina estatal significada no fim de práticas coronelistas e patriarcais por uma administração moderna, portanto, dentro dos princípios de um capitalismo inovador, era resultado do que desaparecia, o arcaico, o atraso e as práticas

¹⁰⁷ O presente inclui o que está desaparecendo e o que está emergindo. Nossa ação nos leva em direção a isso que está surgindo, e o que está desaparecendo fornece as condições para essa ação. [...] Somos indivíduos pertencentes a uma certa nacionalidade, localizada em um certo espaço geográfico, com relações familiares e relações políticas.

clientelistas para uma modernidade capitalista urbano-industrial e exportadora, sanitária e normativa disciplinar que a modernidade exigia serem realizadas para sua efetivação.

A Marcha para o Norte e Oeste constitui uma exigência para a modernidade gestada. A incorporação capitalista do interior ao projeto de modernidade nacionalista de Vargas, foi, portanto, uma necessidade para a execução do próprio projeto. Na medida em que o campo cada vez mais produzia para a cidade, não dispormos de um parque industrial competitivo, as grandes dificuldades de importação de produtos estrangeiros, o projeto industrial modernizante varguista é direcionado para a exploração das matérias primas brasileiras.

Explorar o sentimento de nacionalidade na necessidade das atitudes que o momento exigia constituiu a ênfase de todo o governo Vargas (1930-1945). A ‘união’ de todos, sem diferenças espacial e regional, com um único objetivo: o Brasil. A Amazônia, presente emergindo como exemplo do nacionalismo na construção da brasilidade que se gestava, “finalmente” estava “incorporada” ao corpo nacional.

A brasilidade, representada na adesão à Marcha, é colocada para os brasileiros por Vargas como responsabilidade de todos para a construção de uma nação una, forte e determinada nos objetivos a desempenhar no Hemisfério Sul. Para isso, somente a determinação de um povo como unidade seria capaz de construí-la através da união de diferentes sujeitos da espacialidade brasileira contra os inimigos do Brasil, que Vargas afirma serem o comunismo e o integralismo.

A criação da Amazônia como Eldorado deve ser compreendida, portanto, como um projeto necessário para a nação que se criava. Não existe nação enquanto existir elementos dispersos e alheios ao sentimento de pertencimento. É necessário que o povo se sinta “convidado”, assim como “convocado” a participar da idéia motivo que funda o discurso da nação. Todos irmanados no objetivo de erradicar os males do Brasil, retirá-lo do estado de atraso, doenças e analfabetismo. Utilizar a ciência como instrumento geratriz para a modernidade que o Brasil precisava ingressar.

A Amazônia como promessa do Eldorado, lugar de riqueza, terra e fartura; lugar da construção do “novo” brasileiro, o seu tipo ideal; como projeção geopolítica no cenário internacional. A Amazônia como fronteira agrícola e de expansão. Um estímulo: a promessa do Eldorado. A resposta: centenas de arregimentados através dos postos do SEMTA que acreditaram em uma nova vida. Sua elevação a soldado da borracha significa que, assim como os soldados brasileiros estavam lutando nos *fronts* da Europa, o soldado da borracha que lutava na guerra dentro de seu próprio país contribuindo para seu progresso na realização do

Eldorado que os esperava, melhor ainda, tudo financiado pelo governo brasileiro e a certeza da proteção às esposas e filhos que permaneceram no Nordeste nas hospedarias do governo.

Todavia, logo na viagem os “soldados da Borracha” solteiros e casados que partiram sem suas famílias, assim como aqueles que as levavam consigo, começavam a perceber que o Eldorado prometido não se apresentava em conformidade ao apresentado nas imagens e discursos que os persuadiram no Nordeste. Era só o começo da desilusão, o calvário passariam a conhecer na cotidianidade da brutalidade imposta na lida nos seringais que se tornaram escravos.

A referencialidade persuasiva do discurso imagético estadonovista na Amazônia, consubstanciada na Batalha da Borracha, analisada sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano proporciona, pois, elementos para compreendermos como os atores interpretantes elaboraram os significados que desejavam para suas vidas através das “maravilhas” ‘mostradas’ nas imagens de modo a situá-los em um questionamento das condições de vida a que estavam submetidos até então e aderir à campanha da Amazônia como Eldorado prometidas pelo chefe maior do país. Portanto, no nível situacional dos agentes envolvidos.

A referencialidade discursiva situa o público - alvo no instrumental retórico/persuasivo visual e verbal que a Marcha para o Norte e Oeste utiliza de forma magistral o imaginário do pertencimento ao projeto de brasilidade gestada. Quanto ao reconhecimento como soldado e construtor da brasilidade que se gestava, as atrocidades pelas quais enfrentariam nos seringais amazônicos, na floresta e na impunidade, logo, logo, se encarregariam em afirmar-lhes que não passaram de ilusões.

Na atualidade, mesmo apresentando alguns indicadores de investimentos como é o caso de Mato Grosso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Amazônia Legal continua apresentando índices de pobreza tanto relativa como absoluta. Da mesma forma o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o ODM/ONU (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio/Organização das Nações Unidas)¹⁰⁸.

O homem na Amazônia, como bem nos diz Euclides da Cunha, continua um intruso, seu reconhecimento e pertencimento ao corpo da nação brasileira, continua a esperar.

¹⁰⁸ Para leituras específicas veja: Aragon (1993).; Bensabath *et* Soares (2004).; Capobianco (2001).; Faulhaber *et* Toledo (2001).; Iñiguez *et* Toledo (1977).; Leão (1997).; Lima *et* Pozzobom (2001).

CONCLUSÃO

Iniciamos nosso trabalho utilizando o pensamento de Otávio Ianni sobre os desafios que a globalização impõe aos cientistas: repensarem seus referenciais teóricos-metodológicos para as análises sobre a vida em sociedade, com as interações que a globalização em ritmo frenético exige. Repensar referenciais teóricos-metodológicos, no entanto, não significa afirmar a “morte” dos clássicos (e Ianni deixa isso bem claro no texto em questão) e substituí-los por teorias imediatistas e limitadas que não proporcionam a análise que a pluralidade e variantes da vida “globalizada” exige.

Plural e variada, no entanto, sempre foi a vida em sociedade. O tipo de socialização a que o capital e governantes não comprometidos com a gestão dessa pluralidade e suas variantes em moldes sócio-políticos menos injustos, é que exige análises em que os sujeitos sociais sejam percebidos nas mediações e interações que realizam na busca para o ser-viver. É essa, a verdadeira sociologia que Ianni nos convida a realizar, seja na atualidade ou em qualquer aspecto da vida da historicidade das sociedades de impactos de pequena, média ou grande magnitude.

Uma sociologia que problematize os meios para os fins estabelecidos. Uma sociologia das negociações dos campos envolvidos, porque são nas negociações que os interesses são estabelecidos. Negociações que necessariamente utilizam a mediação e a interação como ferramentas indispensáveis para suas realizações. Na mediação, todas as possibilidades são utilizadas para sua efetivação. Saber elaborar e conduzir os riscos, conflitos de personalidade e de gerência, observando que o outro tem tanto interesse quanto a outra parte na efetivação da negociação, mesmo que as proposituras sejam de difícil condução. E justamente por serem de difícil condução, as mediações para a interação objetivada devem constituir-se da sábia articulação entre os atores envolvidos. Dessa forma, e somente dessa forma, a interação - com significados e interesses compartilhados na forma de alianças ou persuasão conduzida - acontecerá.

Neutralizar os opostos e as divergências, não subestimar o outro, (re) conhecer o universo de expectativas do público - alvo ou setor que deseja imprimir a interação para a persuasão objetivada constituem tarefas que o pesquisador deve debruçar-se para conhecer o sucesso ou o fracasso de acontecimentos que envolvem a vida de toda uma sociedade ou comunidade a qual destina sua pesquisa.

O Interacionismo Simbólico meadiano é a teoria que possibilita a compreensão do mundo das mediações e das interações por proporcionar elementos inovadores e revigorantes para compreendermos como os pilares da vida em sociedade - a política (econômica e financeira), a ciência (disputa de paradigmas) e a cultura (religião e sistema valorativo popular e erudito) ‘distribuem’ os papéis a serem ‘seguidos’ na escala de alianças e ordenamentos que impõem sob a designação de ‘escolhas democráticas’. Na verdade, o são, pois são ‘livres’ as ‘escolhas’. Todavia, os papéis que desempenhamos nas diversas instâncias da vida em sociedade na análise interacionista simbólica meadiana, não são de completa sujeição ou passividade, mas constantemente (re) significados e significantes segundo os sentidos que os sujeitos vão incorporando às suas vivências.

O sujeito para Mead, já o afirmamos, não é assujeitado no sentido da passividade. Pode não apresentar o nível de reflexão crítica imediata, mas consegue elaborar significados e realizar as mediações para interação requerida. Suas pesquisas sobre a mente, o gesto, o símbolo como mecanismos elementares para o processo social no que chama de “conduta inteligente” leva a criação de *selves* para a realização nas variadas situações da vida social.

Da mesma forma quando nos explicita as relações entre organismo, comunidade e meio ambiente. Em todos, a questão do significado constitui a mola mestra das ações. Os conflitos, dependendo de suas origens e como são geridos pelos poderes também constituíram interesse para Mead; daí ter desenvolvido pensamento, particularmente quanto à guerra quando defende a ‘sublimação’ das diversas diferenças entre classes sociais, etnia e gênero para o aniquilamento do inimigo comum.

A integração, que para Mead só tem valor com reconhecimento, acontece quando conseguimos ver o “outro generalizado” de nós mesmo nos outros indivíduos. Pensamento refutado por Bauman (2005), que afirma em uma sociedade de amizades e amores líquidos o “outro generalizado” ser impossível existir. Sabedor das dificuldades para a integração, a mediação e a interação, Mead explicita os elementos que os saberes-poderes da sociedade elaboram para os interesses e significados que desejam imprimir segundo os propósitos em questão.

Um desses artifícios é a imagem realizada e utilizada pelos saberes-poderes como discurso homogeneador. Para o Interacionismo Simbólico meadiano, a imagem não é negada em sua referencialidade persuasiva, porém, sua singularidade na interpretação de qualquer imagética reside no não assujeitamento do sujeito (referente) ao fotógrafo. Mead não reconhece a passividade do referente frente ao fotógrafo, mesmo reconhecendo as condições de sua

realização e efeitos esperados na sua produção. Para o autor, o referente apresentado na imagem já é algo desejado, se não objetivamente, pela impossibilidade de sua realização, com certeza no nível do inconsciente que, ao deparar com a imagem que apresenta os elementos do universo desejante, adere à sua persuasão.

Para Mead, o processo de reflexão é contínuo, seja através de imagens, gestos, conversas com pessoas da comunidade mais “esclarecidas” e familiares; seja pela ‘troca’ de informações de pessoas que já vivenciaram o apresentado e confirmam a ‘veracidade’ do exposto. Dessa forma, as conversas vão formando interações de objetivos que, apresentadas de forma objetiva e com possibilidades efetivas de sua realização, tornam-se realidade em forma de aderência ao “retratado”.

Outro aspecto quanto à imagem interacionista meadiana é sua capacidade de persuasão em momentos de grande comoção nacional, a guerra, por exemplo. Para Mead, nesse momento, tudo e todos devem estar ‘irmanados’ no sentimento de patriotismo para a eliminação do inimigo. Para a “reconstrução nacional”, todos são elevados à categoria de construtores da nova cidadania e são “convocados” a participar do esforço que a nação espera como contribuição de cada um no objetivo visado.

Objetivos subjetivamente visados como nos diz Weber e em condições específicas de produção de efeitos de sentidos como nos diz Pêcheux. Objetivos que necessitam de mecanismos para sua realização. A esses mecanismos Mead chama mediação. São as mediações as reais possibilidades de potencialização de ações e relações sociais que acontecem sob os mais variados interesses da vida em sociedade para a interação sob a forma de persuasão que os objetivos em questão exigem.

Ao apresentar a questão da significação mediada, o Interacionismo Simbólico meadiano fornece elementos para (re) examinar acontecimentos emblemáticos da história brasileira como é o caso do Estado Novo (1937 – 1945) que definitivamente reordenou as relações entre Estado e sociedade no Brasil, ao racionalizar no objetivo da modernidade nacionalista os ordenamentos que se faziam necessários até então estabelecidos entre cidade e campo, política e economia, ciência e cultura.

O Estado Novo é um dos temas mais estudados pela literatura historiográfica em todos os âmbitos da história brasileira do período. Com isso afirmamos que o Estado Novo continua a despertar interesse da literatura historiográfica por apresentar (por um bom tempo ainda), aspectos de sua trajetória pouco explorados e que merecem olhar científico mais detalhados.

Uma das primeiras observações é a abundante bibliografia que trata o período em sua ação no litoral, mais particularmente nas principais capitais do país; enquanto no interior do Brasil ainda é pequena e desconhecida pela grande maioria de nossos estudantes. E no entanto, no interior do Brasil ocorreram fatos que repercutiram em todo o país. A Revolta de Beckman (1684), a Cabanagem no Pará e no Amazonas no Período Regencial (1831-1840) constituem apenas três fatos que merecem estudos aprofundados que proporcionarão conhecimentos sobre a resistência da população da região.

Da mesma forma, os acontecimentos da Revolução de 1930 com as interventorias na região amazônica é outra lacuna como os citados acima, particularmente nos livros didáticos de História e Geografia do Brasil. Acresça-se a limitação (para não dizer desconhecimento) de nossos professores sobre a história da região. Aqui, teríamos que fazer uma crítica aos cursos de graduação, particularmente os das chamadas Ciências Humanas, por trabalharem diretamente com a análise das ações e relações sociais, das mediações e das interações na sociedade brasileira.

A ação do Estado Novo na Amazônia é outra lacuna da chamada grande historiografia. Ainda são poucos - autores e editoras do eixo Rio - São Paulo que dedicam estudos específicos sobre a história da Amazônia que fuja ao já tão comum e repetitivo tema da sua biodiversidade, riquezas naturais, exploração desordenada e criminosa ambiental. Referimo-nos à dificuldade em publicações no eixo Rio-São Paulo de trabalhos sobre a história da Amazônia, particularmente sua formação sócio-histórica desconhecidos da grande maioria do alunado brasileiro e permanecem nas prateleiras ou bancos de dados das instituições da região por dificuldades financeiras para suas publicações, mesmo tendo a grande maioria de seus autores, realizado seus cursos de Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior no eixo Rio- São Paulo.

As exceções são a Fiocruz, em Manguinhos, no Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também no Rio de Janeiro e a Fundação Carlos Chagas na capital de São Paulo, da Biblioteca e Arquivo Nacionais que mantêm a guarda de documentação valiosíssima e rara sobre a história da Amazônia, mas que em sua grande maioria, tratam sobre a situação sanitária e endêmica da região.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresenta um diferencial quanto às demais ao criar, em 1973, o CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea – que trabalha, além do acervo documental escrito e imagético - com a História Oral, dispondo de um rico acervo de documentação oral sobre personagens que fizeram a História do Brasil,

particularmente o período Vargas. Todavia, como os demais órgãos e instituições acima citados privilegia a história litorânea. Quanto à Amazônia, o CPDOC dispõe de uma linha de pesquisa intitulada *Amazônia e defesa nacional*, cujo recorte cronológico é o período pós ditadura militar até a atualidade, não dedicou, até o momento, uma publicação específica que trate sobre os variados agentes e aspectos sociais da região que relatam a ação do Estado Novo na região, especificamente a imagética.

Que essa História consta do acervo da FGV, afirmamos que sim, porém, não tem recebido o tratamento que merece, exceção feita em depoimentos orais concedidos ao CPDOC por médicos que trabalharam na Amazônia no período em questão.

Na busca de contribuir para uma possível contribuição sobre o tema em foco, este trabalho buscou apresentar como a Amazônia foi inserida no projeto da nacionalidade capitalista estadonovista sob uma outra perspectiva: a Interacionista Simbólica meadiana, que trabalha a questão da interação, e, portanto, da interação com significação como mecanismo persuasivo, situando nossa problemática na análise da referencialidade imagética que a ação estadonovista empreendeu na região para sua inserção como corpo da Pátria.

Reordenamento que, necessariamente, para sua realização - mesmo com o autoritarismo jurídico/normativo/punitivo/disciplinar elaborado pelo corpo intelectual que o reconhecia e o legitimava perante a opinião pública através do aparato propagandístico elaborado pelo DIP e a Agência Nacional - não teria ocorrido sem as mediações que foram necessárias realizar.

Com as dificuldades impostas pela substituição das importações e o crescente processo industrializante que se vinha verificando nos grandes centros, com a também crescente supremacia da cidade sobre o campo, Vargas adota a valorização das matérias primas brasileiras como um dos mecanismos para o processo industrializante nacionalista que tinha como objetivo instaurar. Interior e litoral, enfim, ‘irmanados’ na construção da nacionalidade pretendida.

O interior como produtor de matérias-primas e consumidor dos produtos industrializados nas indústrias dos grandes centros de então era a intenção de Vargas. O Oeste (Amazônia) e o Brasil Central na nacionalidade pretendida.

Mas as “negociações” entre os donos do campo e o governo para os objetivos em questão não foram realizadas sem as mediações que foram necessárias realizar. A CLT (Consolidação das Leis Trabalhista), como demonstramos, não empregada no campo como Vargas prometeu aos trabalhadores do interior e arregimentados para a Batalha da Borracha.

Esse foi um dos setores em que as mediações entre os donos do campo e o processo modernizador industrial das cidades constituíram uma verdadeira engenharia governamental para sua realização. No campo, estavam as matérias primas que as indústrias precisavam para a transformação em produtos industrializados nas circunstâncias históricas que o mundo atravessava. Na cidade, o consumidor ávido pelo conforto que já experimentara tempos atrás. Na cidade estava a gestão racional moderna do capital que precisava ser estendida ao campo para sua própria sustentação.

Todavia, ao mesmo tempo que o projeto modernizador varguista subordina o campo à cidade, aquele não perdeu sua importância, pois a cidade não é auto-suficiente e depende do campo para sua sobrevivência. A aliança deveria ocorrer, pois, com mediadores habilitados no trato da economia com lucros para ambos os lados. E assim foi. As transações capitalistas eram realizadas utilizando-se novas metodologias no trato do capital comercial, enquanto as relações de produção e trabalhistas continuaram arcaicas. O interesse recaía sobre a produtividade para as indústrias dos grandes centros.

A ocupação dos “espaços vazios” com a Marcha para Oeste e a Batalha da Borracha constituem os dois alicerces do uso racional-legal do capital para a produção de matérias - primas, em especial a borracha, enquanto as relações e condições de trabalho nos seringais eram as piores possíveis. O Barracão, que era o local de residência do “gerente” do seringal e lugar onde funcionava uma ‘mercearia’ com gêneros diversos para venda aos seringueiros, assim como local de armazenagem e pesagem da borracha colhida pelos seringueiros representava um retrocesso na História, a escravidão por dívidas.

A Batalha da Borracha, aspecto fundamental da ação do Estado Novo na Amazônia como explicamos ao longo de nossa exposição, utilizou todo um aparato propagandístico retórico/persuasivo/imagético que tinha como objetivo a persuasão arregimentativa de trabalhadores nordestinos, particularmente os cearenses, como mão de obra para as empresas seringalistas da Amazônia.

Utilizando o referencial teórico do Interacionismo Simbólico meadiano na sua perspectiva imagética, que nos explicita a inexistência de passividade do receptor diante dos acontecimentos, mas sim o significado destes para a vida em sociedade, apresentamos como a imagética retórico/persuasiva da ação do Estado Novo na Amazônia utilizou instrumentos de mediação – fotografias, cartazes, filmes, Revistas Ilustradas – para a construção da Amazônia como Eldorado.

Ao privilegiar a análise do indivíduo em sua atitude (co) relacional, ou seja, nas variadas instâncias de sua cotidianidade, George Herbert Mead, nos ensina a pensar as atitudes (ações e relações de toda ordem) dos indivíduos de modo integrado. É no cotidiano que desempenhamos diferentes papéis. Papéis mediados por diferentes elementos e atores que condicionam, ao mesmo tempo em que são condicionados pela estrutura sócio-histórica da realidade dada.

Realidade que, para Mead, é sempre construída e mediada pela ciência, pela política e pela cultura. Suas análises sobre as ações e relações sociais, nas quais os gestos e sentidos imprimem os significados que os indivíduos vão atribuindo às coisas, são balizadas em pesquisas que têm, na ciência, a legibilidade dos dados que apresenta sobre os campos analisados pelo cientista.

Dessa forma, os discursos, para Mead, têm um significado importantíssimo na constituição do self para a vida em sociedade. Na medida em que o “eu” interior é sublimado para o “eu” social como exigência para a vida em sociedade, os instrumentos que o gera (discursos normativos/disciplinares) são elaborados segundo os interesses dos saberes-poderes dessa sociedade.

O discurso imagético constitui, pois, um dos instrumentos que os poderes elaboram e, portanto, utilizam para os objetivos visados. Para o Interacionismo Simbólico meadiano, o discurso imagético não constitui elemento de passividade do receptor/destinatário diante do emissor/destinador, mas de uma relação na qual os elementos que compõem a linguagem visual veiculada apresentam elementos desejantes do universo cognitivo do receptor até então considerados distantes, mas, que podem ser, efetivamente, realizados em um curto espaço de tempo. Essa foi a retórica imagética persuasiva arregimentativa utilizada por Vargas na Marcha para o Oeste, particularmente para a Batalha da Borracha.

A interpretação do discurso imagético sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico possibilita que a compreendamos nos níveis situacional e discursivo do momento histórico vivido pelo país (o projeto de capitalismo nacional varguista com a incorporação econômica dos ‘espaços vazios’), assim como a questão do Nordeste como região que apresentava sérios riscos à implantação do projeto modernizante varguista via investimentos estrangeiros, pelo nível de “vícios” de atraso (oligarquismo, messianismo, banditismo e miséria social) que apresentava, principalmente no Sertão e Interior nordestinos, elevado índice de resistências por parte dos ‘senhores de engenho’ os quais temiam que as reformas sociais (legislação trabalhista) empregadas nos grandes centros “chegassem” aos seus domínios.

Ao trabalhar com a perspectiva interacionista meadiana na imagética da referencialidade persuasiva nos níveis situacional e discursivo na ação do Estado Novo na Amazônia, nosso objetivo foi proporcionar ao pesquisador do tema (assim como em qualquer outra área do saber) outra possibilidade teórico-metodológica de análise de um período da história brasileira que permanecerá, ainda por um bom tempo (talvez mais do que possamos imaginar) despertando novos questionamentos sobre o tema aqui apresentado em constante releituras dentre os quais o nosso próprio presente, cuja velocidade de ações ‘exige’ uma visita a acontecimentos do passado e de seus analistas, possibilitando analisar os fatos passados e presentes com a responsabilidade que o conhecimento para a análise requerida solicita.

Que o aparato repressivo varguista instaurou um ‘silêncio’ isso é inegável e há uma larga bibliografia que trata sobre a censura nos diversos órgãos de comunicação no governo, assim como na literatura e na política, principalmente. Aparato que não teria tido a força de atuação que teve se não contasse com hábeis interlocutores em veicular as informações de modo compartilhadas, isto é, de modo a estabelecer identificações persuasivas na população. E estabelecer identificações/significações significa a habilidade em situar as diversas sociabilidades em um conjunto de pertencimento a uma mensagem que estabelece o “conhecimento” das condições de vida da comunidade para a qual destina a mensagem e recebe a resposta em termos de adesão.

Em nenhum discurso de Vargas encontramos qualquer tipo de ameaça explícito. Vargas é habilidoso em sua oratória, sabedor da variedade de público ao qual destina suas mensagens, mesmo dirigindo-se explicitamente a setores específicos, em especial a seus opositores, utiliza a narrativa da oratória sob a forma de ‘avisos’. Tendo ‘conquistado’ a população para o projeto de Brasil moderno que se construía, do enaltecimento dos símbolos nacionais, do ressurgimento de heróis nacionais, dentre estes Tiradentes, da inexistência de políticas públicas para a população, de regiões “esquecidas” cuja população sentia-se estranha dentro de seu próprio país, da inexistência de instituições regulatórias das relações econômicas sob princípios modernos, assim como a necessidade de conhecimento da geografia do país apontada pelos geopolíticos, Vargas consegue a legibilidade para seu projeto nacionalista que se firmava.

Para a legitimidade desse projeto, mesmo utilizando aparato jurídico que lhe conferia poderes legais, burocráticos e regidos por estatutos, utilizando a linguagem weberiana, são exatamente, esses instrumentos que fundamentarão as mediações para a significação do governo na população brasileira. Assim, o rádio, revistas, jornais, discursos de Vargas e seus

‘correligionários’ constituíram os instrumentos que realizaram as mediações para a significação objetivada.

Mediações que produziram os efeitos de sentido para a justificação da significação do projeto estadonovista não somente como a instauração da modernidade no Brasil, mas como o governo que realizou a integração dos, até então, espaços vazios, ao projeto de nacionalidade brasileira. Mediações que produziram sentidos e significados estatuídos através da habilidade (mesmo autoritária) dos mediadores com a população na sustentação do mito Vargas como o homem para a posteridade. O homem que fez da presidência a “casa” do Brasil, que recebia e ouvia no Catete pessoas comuns nas famosas ‘conversa com o presidente’. O rádio, as revistas, os jornais, os almanaques, os folhetins, as diversas instituições e organizações filantrópicas, a igreja, as associações comerciais, celebrações e inaugurações, o esporte; todos constituíram elementos de mediações utilizados pelo governo estadonovista para a legitimação de suas ações.

No Brasil estadonovista, a natureza intocada, rios e florestas, objetos pujantes do orgulho nacional passam a ser um bem econômico diante do processo industrializante que o país a passos largos caminhava. Uma batalha de imagens e documentários enaltecendo as riquezas dos “espaços vazios” foi produzida de forma a seduzir a população a migrar para essas regiões. A Marcha para o Oeste é a verdadeira brasilidade, afirma Vargas. A Batalha da Borracha, um dos desdobramentos da Marcha para o Oeste e diretamente vinculada à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um desses aspectos.

A ação do Estado novo na Amazônia, como todas as ações do governo Vargas, utilizou de forma grandiosa os recursos da fotografia, da fotomontagem e do fotojornalismo para divulgar a grandiosidade do “novo” Estado que se gestava. Com a Marcha para o Oeste não foi diferente; defendemos até, com um simbolismo maior que outras ações do governo.

O Estado Novo (1937-1945) é um dos temas mais estudados da História do Brasil; e quando pensamos que tudo já foi dito sobre esse período da História brasileira o qual definitivamente reordenou as relações entre Estado e Sociedade, sempre existem aspectos convidativos a um olhar mais detalhado, apurado. E assim continuará por um bom tempo ainda. Talvez um longo tempo. A História é sempre filha de seu tempo, como nos afirma Bloch. Com o avanço tecnológico aparelhos de maior precisão de descobertas e tratamentos arqueológicas, acervos documentais públicos e particulares que, aos poucos, vão sendo doados e disponibilizados para o público pesquisador, das mudanças que vão ocorrendo nas sociabilidades, das importantes pesquisas que tem sido realizadas pela neurociência, com

certeza, teremos mais subsídios, além dos fornecidos por Mead, para melhor compreendermos o carisma, o processo e o poder da significação, da persuasão e da sedução, elementos cognitivos que ainda têm muito a ser estudado. Nosso trabalho é apenas uma contribuição nesse sentido.

Ao trabalhar a teoria do Interacionismo Simbólico meadiano como referencial para a análise imagética da ação estadonovista na Amazônia, privilegiando a referencialidade da imagem nos níveis situacional e discursivo, elementos da Análise do Discurso, nosso objetivo foi alcançado na medida em que apresentamos que é possível sim, explicitar a historicidade dos acontecimentos utilizando ferramentas transdisciplinares como é o caso da teoria interacionista.

A imagem interacionista, por ser portadora de uma referencialidade dirigida de modo didático, portanto, pragmática e que desperta de forma objetiva o sistema sensorial de seu receptor para a significação objetivada, proporciona subsídios de respostas dificilmente encontradas em referenciais que não privilegiem a questão da significação na relação do receptor também como ator. Daí a importância atribuída aos estudos que as tecnologias da cognição têm realizado e ainda esperamos um pouquinho para as utilizarmos nas análises concernentes à significação persuasiva que o carisma imprime.

Por constituir-se uma teoria transdisciplinar, o Interacionismo Simbólico meadiano convida ao pesquisador uma observação mais apurada da pretensa naturalidade da referencialidade “retratada” na imagem. Uma referencialidade que deve ser estudada cobrando de seu pesquisador a compreensão muito além das condições sócio-políticas que a propiciaram, assim como os efeitos persuasivos objetivados, mas uma análise que privilegie o ator social (receptor), inicialmente como dotado de um *querer-fazer* frente ao discurso que recebe – publicitário, verbal, imagético – e como capaz de tomar a atitude que o discurso imprime segundo as interações que este apresenta aos objetivos do público alvo segundo seus próprios interesses e significados que o arregimenta para o *poder-fazer*.

No mundo da globalização e para a sobrevivência da civilização, os três elementos que compõem a existência- indivíduo, natureza e sociedade -, exigem um conhecimento transdisciplinar e transcultural bem além das necessidades materiais. Um conhecimento reconhecedor da existência do outro, das emoções como efeito de mediações e ‘interações’ bem ou mal estabelecidas. Mediações e interações em que necessariamente, as relações entre trabalho, poder, religião e cultura devem ser problematizadas sob diretrizes que realmente

contemplem os variados aspectos da vida em sociedade na busca de soluções efetivas sob pena da própria sobrevivência da espécie humana.

A academia como lugar do conhecimento erudito, continua sendo a única que tem a legibilidade do conhecimento científico, mas terá que empenhar-se, ainda mais (bem mais) no desenvolvimento de um conhecimento consciente e solidário para o universo das significações, das mediações e das interações. Porque são nesses três aspectos que residem os dois princípios vitais para a existência e convivência humana: a saúde do corpo e da mente.

REFERÊNCIAS

- Ab' SABER, Aziz (1989). Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia: questões de escala e método. **Estudos Avançados**. São Paulo: v. 3, nº 5. *Dossiê: Amazônia brasileira I* p.4-20.
- Ab' SÁBER, Aziz Nacib (1999). Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: **Estudos Avançados**; IEA/USP, São Paulo: v.13, n. 36. *Dossiê: Nordeste seco*, p. 7-59.
- ABREU, Regina (2009). O enigma da permanência. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: ano 4, n. 47, ago. p.18-22.
- ABREU, Marcelo de Paiva (1999). **O Brasil e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- AGGIO, Alberto. BABOSA, Agnaldo de Souza. COELHO, M^a Hercídia Facuri (2002). **Política e Sociedade no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Anablume.
- ALBIM, Ricardo Cravo (2010). Dicionário Cravo Albim da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/alberto-ribeiro/dados-artisticos>>. Acesso em 23/09/10.
- ALDÉ, Lorenzo (2008) De que são feitos os líderes? In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: ano 3, n. 35, ago., p. 22-25.
- ALDÉ, Lorenzo (2010) Da prata ao pixel. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: ano 5, n. 52, jan., p.26-29.
- ALMEIDA, Angela Menezes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (2001- orgs) **De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad.
- ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela Carneiro (2009). Euclides inédito. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: ano 4, n. 47, ago.
- ALVES, Paulo (2008). Brissac e suas reflexões sobre a teoria “das passagens” nas artes visuais contemporâneas. In: **Revista Domínios da Imagem**, Londrina: UEL. ano II. n. 3, nov. p. 111-117.
- AMADO, Janaína. (1995). Região, Sertão. Nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 8, nº 15, p.145-151.
- AMOSSY, Ruth (2005. org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: CONTEXTO. 206p.
- ANDRADE, Rômulo de Paula; HOCHMAN, Gilberto. (2007). O Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942). In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: vol.14, dez. p.257-277.

AQUINO, Rubim. ARZUA, Marcos (2008). **República dos fazendeiros: História, Economia & Literatua**. Rio de Janeiro: E- pappers.

ARAGON, L. E. “Expansão da fronteira, expansão da doença: mobilidade geográfica e saúde na Amazônia”. in FERREIRA, E. J. G. *et al.* (eds.). **Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia**. Manaus: Inpa, 1993, pp. 57-79.

AREND, Silvia M^a Fávero (2008). Um lugar para as crianças. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: ano 3, n. 30, p.52-55.

ARNHEIM, Rudolf (2008). Introdução. In: **Arte e Percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. (nova versão); São Paulo: Cenage Learning. 503p.

AUMONT, Jacques (1993). **A Imagem**. Campina, São Paulo: Papirus. 317p.

BACKHEUSER, Everardo (1942a). Geopolítica e Geografia Política. In: **Revista Brasileira de Geografia/IBGE**, Rio de Janeiro: ano IV, n. 1.

BACKHEUSER, Everardo (1944). Novos fatos geográficos e sua repercussão no Brasil. In: **Boletim Geográfico: Conselho Nacional de Geografia-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro. Ano II, n.21, dez.

BARROS, Diana luz Pessoa (2001). **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 172p.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito (1996). **SESP/FSESP – 1942: evolução histórica**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde.

BATISTA, Djalma (1976). **O Complexo da Amazônia: análise do Processo de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Conquista.

BENCHIMOL, Jaime Larry (1990). Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período 1899-1937. In: BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). **Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

BENCHIMOL, Samuel (1965). **O Cearense na Amazônia: inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante**. Belém: SPVEA. 87p.

BENSABATH, G. e SOARES, M. C. P. “A evolução do conhecimento sobre hepatites virais na região Amazônica: da epidemiologia e etiologia à prevenção”. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, nº 37(supl. II):14-36, 2004.

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas (1974). Capítulo II: a sociedade como realidade objetiva; capítulo III: a sociedade como realidade subjetiva. In: **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes. 247p.

- BERNARDES, Nilo (1999). As Caatingas. In: **Estudos Avançados**, IEA/USP, São Paulo: v.13, nº 36.
- BERNUCCI, Leopoldo (1995). **A Imitação dos Sentidos**: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo; EDUSP.
- BERNUCCI, Leopoldo (2004). Os Sertões de Canudos. São Paulo; Ateliê Editorial.
- BLUMER, Herbert. (1998). **Symbolic Interacionism**: perspective and method. University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London.
- BOTTOMORE, T. B (1974). **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar. 135p.
- BOMENY, Helena. M. B. (1999). **Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo**. In: Dulce Pandolfi. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,. p. 137-166.
- BREITBACH, Áurea Correia M. (1988). A região: formulações avançadas. In: **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
- BRITES, Olga (2000). Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278.
- BROWN, J. A. C (1971). **Técnicas de Persuasão: da propaganda à lavagem cerebral**. Rio de Janeiro, Zahar. 302p.
- BUENO, João Batista Gonçalves (2008). Propostas de leitura de imagens em livros didáticos de História. in: **Revista Domínios da Imagem**, 3. Londrina: UEL. ano II. nov. p.79-94.
- BURKE, Peter (2002). **História e Teoria social**. São Paulo, Unesp. 275p.
- BURKE, Peter (2004). **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, São Paulo: EDUSC. 264p.
- BURRHUS, Skinner (1984). Contingências do Reforço. in: Pavlov Skinner. Coleção 'Os Pensadores'. São Paulo: Abril Cultural.
- CALABRE, Lia. (2003). **Políticas Públicas Culturais de 1924 a 1945**: o rádio em destaque. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31. p. 161-181.
- CAMARGO, Isaac Antonio (2007). Um recorte semiótico na produção de sentido: imagem em mídia impressa. In: **Revista Domínios da Imagem**, Londrina: UEL. ano 1. n. 1, nov. p.111-118.
- CAMPOS, André Luiz Vieira. (2006). **Políticas Internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 318p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. MAUAD, Ana Maria (1997). História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. p. 401-417.

CARDOSO, M^a Helena C. de Almeida; CASTIEL, Luís David (2003). Saúde coletiva, nova genética e a eugenia de mercado. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2 mai.- abr. p.653-662.

CARVALHO, Marcos B.(1997a). Ratzel: releituras contemporâneas. uma reabilitação. In: **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**. n° 25, abr. Espanha, Universidade de Barcelona.

CARVALHO, Marcos B. (1997b). Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). In: **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociales**, n. 34, jun. Espanha, Universidade de Barcelona.

CARVALHO, José Murilo (1998). **Pontos e Bordados**: Escritos de História e Política. São Paulo, Belo Horizonte: Humanitas/UFMG.

CASSIRER, Ernest (1976). **O Mito do Estado**. Rio de Janeiro, Zahar.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia (2003). Eugenia e Casamento. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n° 3, set./dez. p.901-930.

CAVENAGHI, Airton José (2008). Niépce: “a invenção que fiz”. In: **Revista Domínios da Imagem**. Londrina: UEL. ano II, n. 3, nov. p. 7-18.

CERBINO, Beatriz (2009). Tico-tico sem fubá. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 47, ago. p.40-43.

CHARANDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (2006). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto. 555p.

CHARAUDEAU, Patrick. (2009). **Linguagem e Discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto. 256p.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006a). **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto. 285p.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006b). **Discurso Político**. São Paulo: Contexto. 238p.

CHARTIER, Roger (1990). Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais; Capítulo VIII: Construção do Estado moderno e formas culturais. Perspectivas e questões. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CHAVES, Valéria da Conceição. (2006). **O Estado Novo entre Textos e Imagens**. Dissertação de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora/Minas Gerais.

CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI Jr., Walter (2003). Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº32, p.145-164.

COLEÇÃO DAS LEIS DE RONDÔNIA (1989). Governo do Estado de Rondônia. Porto Velho.

CAPOBIANCO, J. P. *et al.* (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira*. Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental, São Paulo, 2001, 540 pp.

CORBIN, Alain (1987). **Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Cia. das Letras. 367p.

CORSI, Francisco Luiz. (2000). **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP. 304p.

COSTA, Francisco de Assis (1993). **Grande Capital e Agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós**. Belém: UFPa. 163p.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente (1992). **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental**. São Paulo: Cortez; Rio Branco: UFAc.

COSTA, Wanderley Messias (1992). Desdobramentos da geopolítica no contexto americano. In: **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC / EDUSP. p. 165-228.

COSTA, Helouise. SILVA, Renato Rodrigues (2004) *A Fotografia Moderna no Brasil*. São Paulo; Cosac Naify.

COURTINE, Jean-Jacques (2006). **Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 157p.

CRISTOVÃO, Fernando (1993-4). **A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito (a Divina Comédia do Sertão)** In: Revista USP, São Paulo, nº 26, dez/jan/fev. *Dossiê Canudos*. p.42-53.

CRULS, Gastão (1938). **A Amazônia que vivi**. Rio de Janeiro, São Paulo: Cia. Editora Nacional. 338p.

CUNHA, Euclides da (2007). **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret.

CUNHA, Euclides da (1976 – póstumo). **Um Paraíso Perdido: reunião dos ensaios amazônicos** (1976. seleção e coordenação de Hildon Rocha). Petrópolis: Vozes; Brasília: INL. 327p.

CUNHA, Euclides (1999). *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes.

CUNHA, Euclides (2009). *Contrastes e Confrontos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional

DALLAGO, Saulo Germano Sales (2008). Experiência e Memória: a fotografia na obra “Em busca do tempo perdido”, de Marcel Proust. In: **Revista Domínios da Imagem**, Londrina: UEL. ano II. n. 3, nov. p.133-140.

DAMO, Arlei Sander (2008). Selvagens da bola. In: **Revista Brasileira de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 3, n.37, out., p.46-49.

DAOU, Ana Maria(2000). Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro*, v. VI (suplemento) set. p.867-888.

D’ÁVILA, Jerry. (2006). **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917/1945**. São Paulo: UNESP. 399p.

DEAN, Warren (1989). **A Luta pela Borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel. 286p.

DEANE, Leônidas (1986). INSTITUTO EVANDRO CHAGAS: 50 anos de contribuição às ciências biológicas e à medicina tropical. Belém, Fundação Serviços de Saúde Pública. [http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/monografias/iec/iec50anos/vol1/cap02\(53-67\).pdf](http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/monografias/iec/iec50anos/vol1/cap02(53-67).pdf) acessado 30 março de 2008.

DELOYE, Ives. (1999). **Sociologia Histórica do Político**, São Paulo, Edusc.

DEZEMONE, Marcus (2008). Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n.42, jul-dez. p.220-240.

DOMENACH, Jean-Marie (1963). **A propaganda política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 133p.

DONDIS, Donis (1991). *A Sintaxe da Análise Visual*. São Paulo: Martins Fontes.

DUBOIS, Philipe (1994). **O Ato Fotográfico**. Campinas, São Paulo: Papirus.

FABRIS, Annateresa (1998; org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2ª ed.; São Paulo: Edusp. 204p.

FABRIS, Annateresa (2004). **Identidades virtuais: uma Leitura do Retrato Fotográfico**. Belo Horizonte: editora UFMG.

FABRIS, Annateresa (2007). Discutindo a imagem fotográfica. In: **Revista Domínios da Imagem**, Londrina: UEL. ano I, n. 1, nov.,p.31-41.

FADEL, Simone. (2009). **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República**. Rio de Janeiro: Garamond. 254p.

FALCÃO, João (1999). **O Brasil e a 2ª Guerra: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: UnB. 310p.

FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém, MPEG Editoração, 2001, 795 pp.

FAUSTO, Boris (1986). O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964) In: **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, v.3. São Paulo, Difel. 604p.

FAUSTO, Boris (2006). **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Cia. das Letras. 233p

FERREIRA, Marieta Moraes et KORNIS, Mônica Almeida (2004). Entrevista com Phillipe Dubois. *in Estudos Históricos*, 34, Rio de Janeiro: FGV. p.139-156. jul/dez.

FINKELMAN, Jacob(org.) (2002). **Caminhos de Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 328p.

FONSECA, Cristina M^a Oliveira (2000). Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). In: **Cadernos & Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 393-241.

FLORES, Elio Chaves (2001). Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p.135-157.

FLORINDO, Marcos (2006). **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas**. São Paulo, Ed. UNESP. 218p.

FREITAS, Artur (2004). **História e Imagem Artística: por uma abordagem tríplice**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul/dez., p. 3-21.

FREITAS, Marcos Cezar (org.) (1998). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto. 476p.

FURTADO FILHO, João Ernani (2006). O canto alegre de três raças tristes? Do samba educado ao samba educativo. Fortaleza: Museu do Ceará.

GADELHA, Regina M^a A. Fonseca (2002). Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. In: **Estudos Avançados**, USP, v. 16, nº 45. *Dossiê: Amazônia brasileira I* p.63-80.

GADET, Francoise et HAK, Tony (1990). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp. 319p.

GALVÃO, M^a Luzia Miranda; DINCAO, Maria Ângela (1995; orgs). **A Mulher Existe? - uma combinação ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém; GEPEM. 234p.

GALVÃO, Walnice Nogueira (1986). **As Formas do Falso: um estudo sobre a ambiguidade GRANDE SERTÃO: VEREDAS**. São Paulo: Perspectiva.

GALVÃO, Walnice Nogueira (1994). **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais**. 4^a Expedição. São Paulo: Ática, 3^a edição. 510p.

- GALVÃO, Walnice Nogueira (2009). A Donzela Guerreira: In: **Pesquisa FAPESP**, nº 158, São Paulo. (entrevista).
- GAMBINI, Robert (1977). **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas**: a influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo. 175p.
- GARCIA, Sheila do Nascimento (2006). Caras e Caretas. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano2, n. 15, dez. p.78-81.
- GARCIA, Sheila do Nascimento (2005). **Revista Careta**: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945). Assis: UNESP. (Dissertação de mestrado em história social).
- GIRARDET, Raoul. (1987). **Mitos e Mitologias**. São Paulo: Companhia das Letras. 205p.
- GOFFMAN, Erving (2008). **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 15ª edição. 233p.
- GONÇALO JUNIOR. (2009). O Vôo de Patativa do Assaré. In: **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n.158, abr. p.9-13.
- GONDIM, Neide. (1994). **A Invenção da Amazônia**. São Paulo, Marco Zero. 277p.
- GOULD, Stephen Jay (1999). **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Martins Fontes. 369p.
- GRAMSCI, Antonio (1974). **Obras escolhidas. v.1**. Lisboa: Editorial Estampa. 409p.
- GRAMSCI, Antonio. (1968). **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.244p.
- GRAMSCI, Antonio. (1978). **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 341p.
- GRAMSCI, Antonio. (1991). **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 444p.
- GUERRA, Antônio Teixeira (1953). Observações Geográficas sobre o Território do Guaporé. in: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XV; abril-junho; Nº 2
- HAAG, Carlos (2009a). O dia em que o Brasil disse NÃO aos Estados Unidos. In: **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 156, fev. p. 81-85.
- HENRY, Paul (1990). Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Francoise et HAK Tony (orgs) **Por uma Análise Automática do Discurso**- uma introdução à obra de de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp.
- HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (1994). **A Invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco. 226p.

HOAS, Jans. (1999). Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs) **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora UNESP. 614p.

HOCHMAN, Gilberto *et* ARMUS, Diego. (1998). **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz. 567p.

HONNETH, Axel (2003). **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34. 291p.

HUNTINGTON, Samuel (1975). **A Ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo Ed. Da Universidade de São Paulo. 496p

HUNTINGTON, Samuel (1997). **O choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva. 456p.

IANNI, Octávio (1995). **A sociedade global**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 194p

IÑIGUEZ, L. B. e TOLEDO, L. M. (orgs.). *Espaço e doença. Um olhar sobre o Amazonas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1977.

JAMESON, Fredric (2005). **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira. 284p.

JOAS, Hans (1985). **G. H. M. A contemporary re-examination of his thought**. The MIT PRESS, Cambridge, Massachusetts.

JOHNSON, Randal (1989). A Dinâmica do Campo Literário Brasileiro (1930-1945). In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.26, *Dossiê 50 anos de Final de Segunda Guerra*. p.164-181.

KERBER, Alessandro (2009). Representações regionais em Carlos Gardel e Carmen Miranda. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n 44, jul-dez. p.337-397.

KLOCNER, Luciano (2008). O Reporter Esso: a síntese radiofônica mundial que fez História. Porto Alegre, RS, AGE/EDIPUC.

KOSSOY, Boris (1989). **Fotografia e História**. São Paulo: Ática.

KOSSOY, Boris (2005). O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 49, 35-42.

KOSSOY, Boris (2009). Revelações à sombra. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 03, n 35, agosto. Rio de Janeiro.

LACERDA, Aline Lopes (1994). A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.14 p.241-263.

- LANDOWSKI, Eric. (1992). **A Sociedade Refletida: ensaios de sociossemiótica**. São Paulo: EDUC. 213p.
- LANET, Robert *et* SEARS, David (1966). **A Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Zahar. 198p.
- LE GOFF, Jacques. (1990). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes. 318p.
- LEÃO, R. N. O. (orgs.). *Doenças infecciosas e parasitárias. Um enfoque amazônico*. Belém, Cejup/ UFPA/ IEC, 1997, 885 pp.
- LENCIONI, Sandra (1999). **A Geografia como ciência e a região como Objeto de estudo**. In: Região e Geografia. São Paulo: EDUSP. 214p.
- LIMA, Araujo (1937). **Amazônia: a terra e o homem**. São Paulo, Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.
- LIMA, D. e POZZOBOM, J. (2001). “Amazônia socioambiental – sustentabilidade ecológica e diversidade social”. Em VIEIRA, I. C. G. *et al. Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém, MPEG, p. 195-251.
- LIMA, Nísia Trindade (1998). Missões Civilizatórias da República e Interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. V, Suplemento. p.163-193.
- LIMA, Nísia Trindade (1999). **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 222p.
- LIMA, Nísia Trindade (2000). Viagens dos cientistas da Fundação Oswaldo Cruz. In: KURY, Lorelay, SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade (org). **A Ciência dos Viajantes: natureza, populações e saúde em 500 anos de interpretação de Brasil**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz..
- LIMA, Nísia Trindade (2002). A sociologia desconcertante de Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo (org). **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: UNESP.
- LIMA, Nísia Trindade (2002). O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, Jacob (org.) **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro; FIOCRUZ/OPAS. 328p.
- LIMA, Nísia Trindade (2009). Identidade e mudança: o corpo em perspectiva histórica(Prefácio). In: VELLOSO, Monica Pimenta, ROUCHOU, Joëlle; OLIVEIRA, Claudia. (orgs.). **Corpo. identidades, memórias e subjetividades**. Rio de Janeiro: Mauad. p.7-13
- LIMA, Nísia Trindade *et* [HOCHMAN, Gilberto](#) (2002). Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2. p.313-332.

LIMA, Nísia Trindade. (2008). A cidade descobre o sertão: notas sobre a viagem de Roquette-Pinto a Rondonia e a dos médicos Arthur Neiva e Belisario Penna ao Brasil Central. In: ALMIDA, Marta; VERGARA, Moema de Rezende. (orgs.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera.

LIMA, Nísia Trindade. (2008). Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência. In: SÁ, Dominichi Miranda. (org.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: UFMG- Rio de Janeiro: Fiocruz.

LIMA, Nísia Trindade. (2008). Um médico sabidíssimo contra o *Triatoma bacalaureatus*: Monteiro Lobato e a campanha sanitária da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia. (org.) (2009). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p.104-117.

LIMA, Nísia Trindade; [HOCHMAN, Gilberto](#) (1996). Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB. p.23-40.

LIMA, Nísia Trindade; MARCHAND, Marie Hélène (2005; org.). **Louis Pasteur & Oswaldo Cruz: inovação e tradição em saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Fundação BNP Paribas.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda; ROMERO, Magali. (2008) Telégrafos e Inventário do Território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15. p. 779-810.

LIMA, Nísia Trindade; SCHWEICKARDT, Júlio César (2007). Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 14, (suplemento), dez. p.15-50.

LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres (1997) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP. 254p.

MACHADO, Mônica Sampaio (1997). Geografia e Epistemologia: um passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. In **Geo/UERJ**, n.1 jan.

MACHADO, Igor José de Renó (2005). O “brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.35, jan-jun.p.47-67.

MACHADO, Ismael [1993 ou 1994] A opção pelo bem viver. In: *Nossa*, Porto Velho/RO, ano II, n. 12, Encarte Herói Verde. Entrevista com Euro Tourinho, presidente do Jornal Alto Madeira. P. 31-34.

MAGALDI, Ana M^a Bandeira Mello (2008). **Lições de casa**: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil. Belo Horizonte: Ed. ARGUMENTVM.

MAIA, Carlos Alvarez (1992). Por uma história das ciências efetivamente histórica: o combate por uma Sociologia Histórica. In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, n.7. Disponível em: <<http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=revista+da+sbhc++&btnG=Pesquisa+Google&meta=&aq=f&oq=revista+da+sbhc++&fp=18feacbd86f18fb>>. Acesso em: 23/09/09.

MAIO, Marcos Chor; ROMERO SÁ (2000). Ciência na periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VI (suplemento), set. p.975-1017.

MARCOLIN, Neldson (2008). Caminhos Paralelos: Hercule Florence um dos inventores da fotografia. In: **Pesquisa Fapesp**, n.150. São Paulo, ag. p. 8-11

MARTIN, Roderick (1978). **Sociologia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 225p.

MARTINELLO, Pedro (1988). **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale Amazônico**. Rio Branco: Ed. UFAC, (cadernos UFAC, 1. série C). 368p.

MARTINS, José de Souza (1991). A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo; Hucitec.

MARTINS, José de Souza (1997). **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, Hucitec. 213p.

MARTINS, José de Souza (2008). A sociologia que examina as margens, os sonhos e a esperança. In: **Pesquisa Fapesp**. São Paulo, n. 147. p.8-15.

MARTINS, José de Souza (2008a). **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo, Contexto. 206p.

MARTINS, José de Souza (2008b). **A Sociabilidade do Homem Simples**. São Paulo, Contexto. 172p.

MARTINS, José de Souza. (2008c). Instantâneos do Conhecimento. In: **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n.153. nov. p.106-109.

MASSIA, Rodrigo (2008). O lugar da fotografia na cultura visual: a atuação da Associação dos Fotógrafos Profissionais no Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 a 1950. In: **Revista Domínios da Imagem**, Londrina: UEL. ano II. n.3, nov. p. 119-132.

MAUAD, Ana M^a (1987). Através da Imagem: Fotografia e História- Interfaces. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2.

MAUAD, Ana Maria (1998). Através da Imagem: fotografia e história - Interfaces. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, UFF. v.1. n.2.

MEAD, George Herbert (1992). **Mind, Self, and Society**: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago, The University of Chicago Press. 401p.

MENEZES, Esron Penha (1989). **Retratos para a História de Rondônia**: Território Federal do Guaporé. Porto Velho: Ed. Gênese, 310p.

MERTON, Robert King (1979). **A Ambivalência Sociológica**. Rio de Janeiro; Zahar Ed. 354p.

MIGUEL, Nadya M^a Deps; CORREIA, M^a Rosa dos Santos (2009). Os Intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas. site: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf> acessado em: 20/01/10.

MILLS, Charles Wright (1965a) **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 246p.

MILLS, Charles Wright (1965b). **Poder e Política**. Rio de Janeiro: Zahar editores. 249p.

MILLS, Charles Wright (1968). **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar editores. 421p.

MIYAMOTO, Shiguenoli (1995). **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, São Paulo: Papirus. 257p.

MOLES, Abrham (1974). **O Cartaz**. São Paulo: Perspectiva. 240p.

MOLINA, Ana Heloísa (2007). Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. in: **Revista Domínios da Imagem**, 1. Londrina: UEL. ano I. nov. p.15-29.

MONTEIRO, Filipe Pinto (2006). Fanatismo na Era Vargas. In: **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, ano 3, n.30, abr., p.26-28.

MORAES, Antonio Carlos Robert (1990). Geografia do homem (Antropogeografia). In: **Ratzel** São Paulo: Ática. 199p.

MORALES, Lúcia Arraes. (2002). **Vai e Vem, Vira e Volta**: as rotas dos Soldados Borracha. São Paulo, Fortaleza: Annablume, Secretaria de Cultura do Ceará. 357p.

MORÁN, Emilio (1990). **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes. 367p.

MOREIRA Eidorfe (1982). **Influências Amazônicas no Nordeste** (reflexos da fase áurea da borracha). Belém: UFPa/Naea. 123p.

MOREIRA, Raimundo N. Pereira (2009). Enquanto espero, escrevo. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 47, ag. p.29-31.

MOREIRA, Ruy (1985). **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes. p.125.

MORTON, Adam David (2007). A Geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. in: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.29, nov. site: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a05n29.pdf> acessado em: 30/03/09.

MOURA, Gerson (1980). **Autonomia na Dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 197p.

MURARI, Luciana (1982). Uma modernidade às avessas? “progressistas” e “conservadores” na literatura brasileira da Belle Époque. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/20558525/UMA-MODERNIDADE-%C3%83%E2%82%AC-AVESSAS-PROGRESSISTAS-E-CONSERVADORES-NA>. Acesso em 15/08/09.

MURARI, Luciana (2007). **“Brasil, ficção geográfica”**: ciência e nacionalidade no país D’OS SERTÕES. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 233p.

NAHES, Semiramis (2007). **Revista FON-FON**: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência. 168 p.

NISHIDA, Silvia M. (2007). Sistema Nervoso Sensorial. Apostila do Curso de Fisiologia; Departamento de Fisiologia, Instituto de Biologia Unesp /Botucatu.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1998). **A conquista do espaço**: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, vol. V (suplemento), jul. p.195-215.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (2003). Do Caipira Picando Fumo a Chitãozinho e Xororó, ou da roda ao rodeio. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n. 59, set.-nov.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (orgs) (1982). **Estado Novo: ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 166p.

OLIVEIRA, Ricardo (2002). Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44.

OLIVEIRA, Augusto. et LAVÔR, Ivonildo (2008). A História da Aviação no Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda.

ORTEGA, Francisco (2008). **O corpo incerto**: corporiedade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond. 254p.

OSAKABE, Haquira (1978). **Argumentação e Discurso Político**. Editora Kairós, São Paulo. 200p.

PALMER, Steven (2004). Saúde Imperial e Educação Popular: a Fundação Rockefeller na Costa Rica em uma Perspectiva centro-americana, 1914-1941. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz. 568 p.

PAMPLONA, Marco A.(2003) Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 3-31.

PANDOLF, Dulce (org;1999). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV. 345p.

PARDINI, Melina Nobrega Miranda (2009). **A Narrativa da Ordem e a Voz da Multidão**: Futebol na Imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado em História Social na FFLCH/ USP. São Paulo.

PAULILO, André Luiz (2005). O cosmopolitismo beligerante: a reconstrução educacional na capital do Brasil entre 1922-1935. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, jan-jun. p. 98-120.

PAVLOV, Ivan (1984). O Reflexo Condicionado *in*: Pavlov Skinner. Coleção ‘Os Pensadores’. São Paulo: Abril Cultural.

PÊCHEUX, Michel. (1990). A Análise Automática do Discurso (AAD -69). In: GADET, Françoise *et* HAK Tony (orgs). **Por uma Análise Automática do Discurso- uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed.Unicamp. 319p.

PENIDO, Stella Oswaldo Cruz (2004). Guerra sem tréguas. In: **História Viva**, São Paulo, ano II, n. 14, dez. *Dossiê*: Madeira-Mamoré. p.42-45.

PEREIRA, André Ricardo (1999). A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.19, n.38. p.165-198.

PERSICHETTI, Somoneta (2004). A saga de Dana Merrill. In: **História Viva**, São Paulo, ano II, n. 14, dez. *Dossiê*: Madeira- Mamoré. p.46-49.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2002). **Este mundo verdadeiro das coisas de mentira**: entre a arte e a história. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 30. p.56-75.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1999). Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura. In: **História: Fronteiras, v. 2. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**/ Florianópolis. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/ANPUH.

PINTO, Emanuel Pontes. (1993). **Rondônia, evolução histórica**: criação do Território Federal de Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 216p.

PINTO, Nelson Prado Alves (1984). **Política da Borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec. 168p.

PRADO Jr, Caio (1987). **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 20ª ed. 390p.

PRADO, Adonia Antunes (1995). Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: Estudos Sociedade e Agricultura; nº 4; julho.

QUINTANEIRO, Tania (2002). O mercado farmacêutico brasileiro e o esforço de guerra norte-americano In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29.

REBOUL, Olivier (1975). **O Slogan**. São Paulo: Cultrix. 165p.

REICH, Wilhelm (1972). **Psicologia das Massas do Facismo**. São Paulo: Martins Fontes. 369p.

REIS, Artur Cezar Ferreira (1953). **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 242p.

REIS, Artur Cezar Ferreira (1966). **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. 309p.

REIS, Artur Cezar Ferreira (1968). **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Record. 242p.

REIS, José Roberto Franco (1994). **Higiene mental e eugenia**: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação de Mestrado em História social do trabalho. Campinas, IFCH/UNICAMP.

REIS, José Roberto Franco (2002). **Não existem mais intermediários entre o governo e o povo**: cartas a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-45). Tese de Doutorado em História social do trabalho. IFCH/UNICAMP.

RÉMOND, René (org) (1996). **Por Uma História Política**, Rio de Janeiro, UFRJ. 464p.

REZENDE, Maria José (2001). *Os Sertões* e os (des) caminhos da mudança social no Brasil. In: **Tempo Social**; Revista de Sociologia/USP, São Paulo, v. 13, n. 2, nov. p.201-226.

RICARDO, Cassiano (1959). *Marcha para o Oeste: a influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro, v.II, 3ª Ed. São Paulo, José Olímpio. 435p.

RICARDO, Cassiano. (1970). *Marcha para o Oeste: a influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro, v.I, 4ª Ed. São Paulo: José Olímpio. 333p.

RICUPERO, Rubens (2008). Espólios de guerra. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 3, n.37, out., p. 21-23.

RIDENTE, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; Rolland, Denis (2006; orgs.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 264p

RIOS, Kênia (2001). Campos de Concentração e poder na seca de 1932. Fortaleza, Museu do Ceará.

SALGUEIRO, Eliana Angotti (2005). A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.13. n.2. p. 21-72.

SAMIS, Alexandre (2005). Clevelândia, o Inferno Verde. In: **Revista Nossa História**; Rio de Janeiro, ano 02; n. 17; Março.

SANTANA, José Carlos Barreto (1996) *A Geologia na literatura brasileira: um exemplo em OS SERTÕES*. In: *Sitientibus*, Feira de Santana, nº14, p. 181-192. Disponível em: <www.uefs.br/sitientibus/pdf/14/a-geologia-da-literatura-brasileira.pdf>. Acesso em: 19 dez 2008.

SANTOS, Boaventura Souza (1995). **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez. 350p.

SANTOS, Boaventura Souza (2000). **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez. 415p.

SANTOS, Boaventura Souza (2007). **Um Discurso sobre a Ciência**. São Paulo: Cortez. 62p.

SANTOS, Fábio Muruci (2005). Um Éden germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, jan-jun. p.23-46.

SANTOS, Hermílio (2007). Interação social, novas mídias e cidadania: apontamentos para a análise da recomposição de identidades ameaçadas. In: *Civitas*, v. 7, n. 2, Porto Alegre.site: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/3522/2752> acessado em: 12/10/09.

SANTOS, Milton (1994). **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC.

SANTOS, Raimundo. A noção de interior em Caio Prado Junior. In: ALMEIDA, Angela Mendes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão (orgs) (2001), **De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados**, Rio de Janeiro: FAPERJ : MAUAD. 301p.

SAROLDI, Luis Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia (2005). Rádio Nacional: o Brasil em sintonia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 223p.

SCHAFF, Adam (1987). **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes.317p.

SCHNEIDER Jens (2004). Discursos Simbólicos e Símbolos Discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n1/a04v10n1.pdf>>. Acesso em: 23/06/09.

- SCHVARZMAN, Sheila (2004). **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP.
- SCHUMPETER, Joseph. (1984). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 534p.
- SCHWARTZENBERG Roger-Gérard (1978). **O Estado Espetáculo**. Rio De Janeiro, Difel. 350p.
- SECRETO, Maria Verônica (2007). **Soldados da Borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 131p.
- SENEDA, Marcos César (2008). O problema da evidência: compreender interpretativamente. In: **Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação**. Campinas: Unicamp. 357p.
- SENNETT, Richard (1997). **Carne e Pedra**: o Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, René Marc da Costa (2006). O Sertão no pensamento social brasileiro do século XIX: dilemas e ambigüidades. In: **Revista Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 9.
- SILVEIRA, Joel (2005). O Integralismo faz tricô. In: **Revista Nossa História**; Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, abril.
- SIMILI, Ivana Guilherme. (2008). **Mulher e Política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas. São Paulo: UNESP. 213p.
- SIMONIAN, Ligia (2001). **Mulheres da Floresta Amazônica, entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPa/NAEA 270p.
- SOARES, Carmem Lúcia (2007). **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, (Coleção Educação Contemporânea). 4ª edição, 160p.
- SOJA, Edward W. (1993). **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 324p.
- SOUZA, Jessé (1998). A Ética Protestante e a Ideologia do atraso brasileiro. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais; v. 13, nº 38, São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso: 22 de set. 2007.

SOUZA, Romeu Rodrigues(1984). Teorias biotipológicas. In: **Avaliação Biométrica em Educação Física**. Ministério da Educação e Cultura; Secretaria da Educação Física e Desporto; Distrito Federal, 150p.

SOUZA, Rosa Fátima. (2000). A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 52, nov. p.104-121.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de *et al* (2009) Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, jul./set. p.763-777.

STEPAN, Nancy Leys (2004). Eugenia no Brasil: 1917- 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz. 568p.

SUZIGAN, Wilson (2000). **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP.421p.

SZMRECSÁNYI, Tomás; GRANZIERA, Rui (org.) (2004). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. Campinas, Unicamp/HUCITEC. 2ª ed. 207p.

TISKI-FRANCKOWIAK, Irene (1997). **Homem, Comunicação e Cor**. São Paulo; Ícone. 216p.

TOMAIM, Cássio dos Santos (2006). “**Janela da Alma**”: cine-jornal Estado Novo. São Paulo: Annablume. 306p.

VARGAS, Getúlio (1933). A Borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia. In: **A Nova Política do Brasil**. v. II, Rio de Janeiro: José Olympio.

VARGAS, Getúlio (1938). Problemas e realizações do Estado Novo. In: **A Nova Política do Brasil**. v. V; p.163-5; Rio de Janeiro; José Olympio.

VARGAS, Getulio (1939). O Destino Brasileiro do Amazonas. In: **a Nova Política do Brasil** v. VIII p. 78-80. Rio de Janeiro; José Olympio.

VARGAS, Getulio (1939). O Governo e a Imprensa perante a Guerra. In: **a Nova Política do Brasil** v. VII p. 24. Rio de Janeiro; José Olympio.

VARGAS, Getúlio (1941) A Ação e o lugar dos moços. In: **A Nova Política do Brasil**; v. IX; Rio de Janeiro; José Olympio; p. 156.

VARGAS, Getúlio (1941). A união brasileira e a solidariedade americana. In: **A Nova Política do Brasil**; v. IX; p. 116; Rio de Janeiro; José Olympio.

VARGAS, Getúlio (1941). A Pátria no amor dos seus filhos. In: **A Nova Política do Brasil**; v.IX; Rio de Janeiro; José Olympio; p. 134.

VARGAS, Getúlio (1942). O Govêrno e a Imprensa. In: **A Nova Política do Brasil**; v. IX; Rio de Janeiro; José Olympio; p. 204.

VARGAS, Getúlio (1942). Dia do Trabalho- Dia do Operário. In: **A Nova Política do Brasil** v. IX; p. 216-8; Rio de Janeiro; José Olympio.

VARGAS, Getúlio (1944). A Criação dos Territórios Nacionais. In: **A Nova Política do Brasil**. v. IX, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

VELLOSO, Mônica Pimenta (1988). A Literatura como Espelho da Nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.2. p.239-263.

VELLOSO, Mônica Pimenta (1993). A BRASILIDADE VERDE-AMARELA: nacionalismo e regionalismo paulista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n.11. p.89-112.

VELLOSO, Monica Pimenta (1998). As raízes do Modernismo Brasileiro. Disponível em: <<http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/4/cap05.pdf>>. Acesso em 29/06/09

VENTURA, Roberto (1996). Euclides da Cunha e a República. In: *Estudos Avançados*, USP, v. 10, nº 26. p. 275-291.

VERGARA, Moema de Rezende (2008). Território e saúde: o estudo de Antônio Pimentel sobre o Planalto Central. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, jul./set. p.865-881.

VERÍSSIMO, José (1970). **Estudos Amazônicos**. Belém: UFPa. 256p.

VIDAL E SOUZA, Candice (1997). **A Pátria Geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Ed. da UFG.171p.

WALLERSTEIN, Immanuel (2001). **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: ed. Contraponto.143p.

WALLERSTEIN, Immanuel (2002a). **O fim do mundo**: como o concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: ed. Revan. 315p.

WALLERSTEIN, Immanuel (2004). **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto.

WEBER, Max (1982). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC. 530p.

WEBER, Max (1999). **Economia e Sociedade**. v.1, 4ª ed. Brasília: editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial. 422p.

WEBER, Max (1999). **Economia e Sociedade**. v.2, 4ª ed. Brasília: editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial. 580p.

WEINSTEIN, Bárbara (1993). **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo, HUCITEC. 371p.

WISNIK, José Miguel (2007). Entre o Erudito e o Popular. In: Revista de História, nº 157. São Paulo; USP.

WOLFF, Cristina Scheibe (1999). **Mulheres da Floresta**- uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo, Hucitec. 291p.

XIMENES, Antonio (2004). Epopéia sobre cascalho e dormentes. In: **História Viva**, São Paulo, ano II, n. 14, dez. *Dossiê*: Madeira-Mamoré. p. 30-41.